

# Coneção

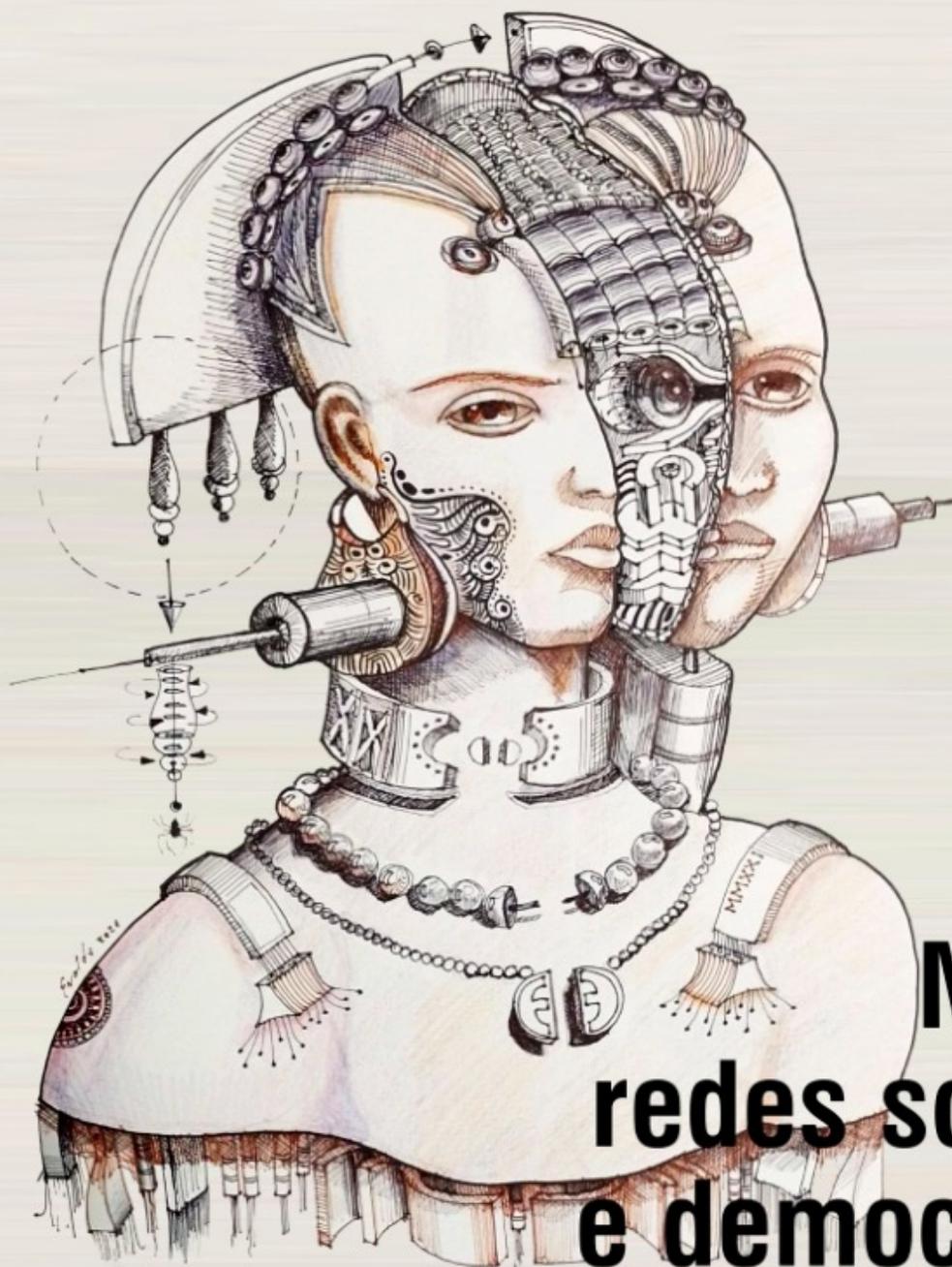
P O L Í T I C A

Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Piauí

18

ANO X - V. 10 - N. 01  
TERESINA-PI, JAN./JUN. 2021

ISSN 2317-3254



**Mídia,  
redes sociais  
e democracia**

# Revista Conexão Política

---

Revista Semestral do Programa de Pós-Graduação em Ciência  
Política da UFPI



EDUFPI  
Teresina – Piauí  
Conexão Política — v. 10, n. 1 – jan./jun. 2021

# Revista Conexão Política

Revista Semestral do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFPI

---

Ano 10

2021

---

## MÍDIA, REDES SOCIAIS E DEMOCRACIA



EDUFPI

Teresina – Piauí

Conexão Política — v. 10, n. 1 – jan./jun. 2021



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

**Reitor**

Prof. Dr. Gildásio Guedes Fernandes

**Pró-Reitor de Ensino de Pós-graduação**

Profa. Dra. Regilda Saraiva dos Reis Moreira-Araújo

**Pró-Reitor de Pesquisa**

Prof. Dr. Luís de Sousa Santos Júnior

**Superintendente de Comunicação Social**

Profa. Dra. Samantha Viana Castelo Branco Rocha Carvalho

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS – CCHL

**Diretor**

Profa. Dra. Edna Maria Goulart Joazeiro



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

**Coordenador**

Prof. Dr. Raimundo Batista dos Santos Junior

ENDEREÇO PARA CONTATO

Universidade Federal do Piauí

Campus Universitário Ministro Petrônio Portella

Centro de Ciências Humanas e Letras – CCHL

Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

✉ Bairro Ininga – Teresina-PI – 64049-550

☎ (86) 3237-1692

@ [cienciapolitica@ufpi.edu.br](mailto:cienciapolitica@ufpi.edu.br)

🌐 <http://www.revistas.ufpi.br/index.php/conexaopolitica>



EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

**Diretor da Editora da UFPI**

Prof. Dr. Cleber de Deus Pereira da Silva

Campus Ministro Petrônio Portela,

Espaço Rosa dos Ventos

✉ Bairro Ininga, Teresina-Piauí-Brasil

CEP 64049-550 • ☎ 55 (86) 3215 5688

🌐 [www.ufpi.br/sobre-edufpi](http://www.ufpi.br/sobre-edufpi)

**Editor Responsável**

Prof. Dr. Raimundo Batista dos Santos Jr

**Editor Assistente**

Prof. Dr. Vitor Eduardo Veras de Sandes Freitas

**Conselho Editorial**

Ana Beatriz Martins dos Santos Seraine – Universidade Federal do Piauí (UFPI – Brasil)

Ana Paula Mauriel – Universidade Federal Fluminense (UFF – Brasil)

Arleth Borges – Universidade Federal do Maranhão (UFMA – Brasil)

Ana Paula Tostes – Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ – Brasil)

Cleber de Deus – Universidade Federal do Piauí (UFPI – Brasil)

Cristina Buarque de Holanda – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ – Brasil)

Flávio Resende – Universidade Federal de Pernambuco – (UFPE – Brasil)

Gabriela Tarouco – Universidade Federal de Pernambuco – (UFPE – Brasil)

Gilmar Antônio Bedin – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ – Brasil)

Héctor Luis Saint-Pierre – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP – Campus de Franca – Brasil)

Jairo Marconi Nicolau – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ – Brasil)

Luis Gustavo Grohmann – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS – Brasil)

Marcia Soares – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG – Brasil)

Mathew D. McCubbins – Universidade da Califórnia, San Diego (UCSD – Estados Unidos)

Monique Menezes – Universidade Federal do Piauí (UFPI – Brasil)

Odete Maria de Oliveira – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC – Brasil)

Raimundo Batista dos Santos Junior – Universidade Federal do Piauí (UFPI – Brasil)

Scott Desposato – Universidade da Califórnia, San Diego (UCSD – Estados Unidos)

Taeko Hiroi – University of Texas – At El Paso (Estados Unidos)

Valeriano Mendes Ferreira Costa – Universidade Federal de Campinas (UNICAMP – Brasil)

**Editoração**

José Anchiêta do Nascimento Lima

**Tradução e Revisão para Língua Estrangeira**

Barbara Bruckner Chaves

Carolina Pereira Madureira

Ítalo Jansen de Sousa Feitosa

Lucas Lira de Menezes

**Revisão textual**

Ilza Cardoso

**Foto**

Evaldo Oliveira

**Capa**

Sammy Lima, com interferências sobre a obra "Rainha Negra", do artista plástico Evaldo Oliveira. TEC. Mista Papel canso, Dimensão: A3=(297x420mm), Ano : 2021.

**FICHA CATALOGRÁFICA**  
Universidade Federal do Piauí  
Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco  
Serviço de Processamento Técnico

Conexão Política [recurso eletrônico]/ Universidade Federal do Piauí. v. 10, n. 1 (jan./jun., 2021) -- Dados eletrônicos. — Teresina: UFPI, 2021 -- 260pp.

Sistema requerido: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: <http://www.revistas.ufpi.br/index.php/conexaopolitica>  
Semestral.

ISSN: 2317-3254.

1. Ciência Política. 2. Relações Internacionais.

I. Universidade Federal do Piauí-UFPI. II. Título: Conexão Política

CDD: 320

# SUMÁRIO

---

1	APRESENTAÇÃO	1
Por:	HELGA DO N. DE ALMEIDA, JENNIFER A. DE MORAIS, RAIMUNDO B. DOS SANTOS JUNIOR	
I	ARTIGOS	5
2	JUVENTUDE E CULTURA POLÍTICA NA ERA DA PÓS-VERDADE: AVALIANDO AS PERCEPÇÕES DOS JOVENS PORTO-ALEGRENSES SOBRE FAKE NEWS E POLÍTICA	0
Por:	MARCELLO BAQUERO, ANA JULIA BONZANINI BERNARDI	
3	MÍDIA E CONFIANÇA NAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS: UMA ANÁLISE DO BRASIL DE 2014 A 2018	29
Por:	ENIO CARDOSO	
4	CULTURA POLÍTICA, MÍDIA E TOLERÂNCIA POLÍTICA NO BRASIL	55
Por:	JENNIFER AZAMBUJA DE MORAIS, MATHEUS MÜLLER	
5	FALEM BEM OU FALEM MAL: CITAÇÕES A PARTIDOS POLÍTICOS NO TWITTER EM DATAS-CHAVE DA POLÍTICA BRASILEIRA (2013–2018)	71
Por:	OTÁVIO Z. CATELANO, JADE M. BECARI, BEATRIZ A. MEZZALIRA	
6	A <i>TRINCHEIRA</i> MARXISTA: MEDIATIVISMO E OS SENTIDOS MOBILIZADOS POR SUJEITOS DISCURSIVOS NO YOUTUBE	96
Por:	ANDRESSA BASILIO, TATHIANA CHICARINO	
7	SOBRE O GOLPE: ANALISANDO O MOVIMENTO BRASIL LIVRE NO YOUTUBE	126
Por:	FERNANDA SANTOS SANTIAGO	
8	OS MOVIMENTOS SOCIAIS DA ATUALIDADE E O PAPEL DO LÍDER NA CONSTRUÇÃO DOS MOVIMENTOS EM REDE	146
Por:	MARIA LAÍS ALVES DE ARAÚJO	
9	O IMPACTO DAS MÍDIAS DIGITAIS COMO AGENTES DE SOCIALIZAÇÃO DOS ESTUDANTES DE ESCOLAS PÚBLICAS EM PORTO ALEGRE	160
Por:	RODRIGO STUMPF GONZÁLEZ, ALEXSANDER DUGNO CHIODI	
10	DADOS ABERTOS DO GOVERNO FEDERAL: UMA FERRAMENTA DO GOVERNO ELETRÔNICO BRASILEIRO	190
Por:	IZABELLE CARVALHO LIMA	

11	DISCURSOS E <i>IMPEACHMENT</i> : A GUERRA PSICOLÓGICA ENTRE 2013 E 2016	210
Por:	LEONARDO BORGES FERREIRA	
II	RESENHAS	234
12	ACHEN, C. H.; BARTELS, L. M. <i>DEMOCRACY FOR REALISTS</i> : WHY ELECTIONS DO NOT PRODUCE RESPONSIVE GOVERNMENT. NEW JERSEY: PRINCETON UNIVERSITY PRESS, 2016. PERLIN, G.; SANTOS, M. L. (ORGANIZADORES). <i>PRESIDENCIALISMO DE COALIZÃO EM MOVIMENTO</i> . BRASÍLIA: CÂMARA DOS DEPUTADOS, EDIÇÕES CÂMARA, 2019.	0
Por:	AGLEILSON SOUTO BATISTA, LEONARDO RODRIGUES FERREIRA, MARIA JAQUELINE DA SILVA MANDÚ, SANDBERG MARCEL SANTOS, VERIDIANA DA SILVA SANTOS	

# APRESENTAÇÃO

## DOSSIÊ MÍDIA, REDES SOCIAIS E DEMOCRACIA

# 1

Qual o poder da informação em tempos de infodemia? Quando temos informações a usamos de forma que nos beneficie, e ao compartilhamos beneficiamos outras pessoas para que também possam se beneficiar. Sendo assim, o poder da informação está nesta possibilidade de utilizá-la para benefício individual e coletivo. No entanto com a internet e as redes sociais temos um acesso imediato e contínuo de informações, porém, se não sabemos o que fazer, torna-se inútil.

Além disso, existe o uso negativo do poder da informação, a partir das narrativas falsas, seja com *fake news* ou *deepfakes*. Isso que nos leva a outro questionamento: qual o efeito da mídia e das redes sociais na democracia? Partimos do pressuposto de que informação é essencial em um regime democrático, pois corrobora com as decisões dos cidadãos. Porém nos deparamos com a polarização, com a absorção de notícias falsas e com a manipulação do que é verdade. Nesse sentido, essa pergunta fica cada vez mais difícil de responder e, por isso, necessária de se investigar.

Com o intuito de colaborar para este debate, o Dossiê “Mídia, redes sociais e democracia” apresenta contribuições teóricas, conceituais e empíricas para a reflexão da existência dos processos democráticos e midiáticos na sociedade. O Dossiê é composto por dez artigos e uma resenha escritos por pesquisadores brasileiros sobre essa temática.

O primeiro artigo desta edição é de autoria de Marcello Baquero e Ana Julia Bonzanini Bernardi. O texto intitulado “Juventude e cultura política na era da pós-verdade: avaliando as percepções dos jovens porto-alegrenses sobre fake news e política” observa como os jovens depreendem a política imersa no espaço virtual, em que se observa grande volume de notícias fraudulentas, que repercute na manutenção de uma cultura política híbrida e em ambiente de alta disseminação de desinformação.

No Segundo artigo, o autor Enio Cardoso debate sobre “Mídia e confiança nas instituições democráticas: uma análise do Brasil de 2014 a 2018”, sob o prisma da desconfiança nas instituições da democracia representativa, sobretudo no tocante à relação entre mídia e política. Aponta que no Brasil, como em outras

sociedades, observa-se o papel central dos conteúdos midiáticos na condução da vida social dos indivíduos, nos comportamentos relativos ao cotidiano e mesmo nas atividades de natureza mais complexa, a exemplo da política. Isso teve grandes implicações nas últimas eleições para presidente no País.

O terceiro artigo trata da “Cultura política, mídia e tolerância política no Brasil”. Os autores Jennifer Azambuja de Moraes e Matheus Müller atentam para a onda de intolerância, autoritarismo e conservadorismo que ressurgiu no País, principalmente no cenário político. Nesse propósito, analisam a relação entre os níveis de confiança na mídia e os níveis de tolerância política da população brasileira.

“Falem bem ou falem mal: citações a partidos políticos no twitter em datashave da política brasileira (2013–2018)” é o quarto artigo, escrito por Otávio Z. Catelano, Jade M. Becari e Beatriz A. Mezzalira. Os autores examinam a intrincada relação entre partidos políticos e cidadão, tendo em vista o novo meio em que se afiguram, a internet. Nos achados da pesquisa, o lugar de maior centralidade no debate político no ambiente informatizado é dado ao Partido dos Trabalhadores. O PT usou esse espaço virtual para gerar diálogo sobre os posicionamentos dos cidadãos sobre a função dos partidos na democracia representativa, no contexto de transformação dos meios de comunicação.

Andressa Basilio e Tathiana Chicarino, autores do quinto artigo, travam um diálogo crítico sobre “A *trincheira* marxista: midiativismo e os sentidos mobilizados por sujeitos discursivos no Youtube”, analisando os sujeitos discursivos dos vídeos disponibilizados nas plataformas virtuais de três divulgadores do marxismo: Jones Manoel, a partir do seu canal homônimo, Rita von Hunty, do Tempero Drag, e Sabrina Fernandes, do Tese Onze. Tais discursos se apropriam do marxismo como alternativa para a superação do sistema neoliberal endossado pela extrema direita no Brasil.

No sexto artigo, denominado “Sobre o golpe: analisando o Movimento Brasil Livre no Youtube”, Fernanda Santos Santiago analisa o discurso antiesquerda do Movimento Brasil Livre, que defendeu o liberalismo político e econômico e militou no cenário pró-*impeachment* de Dilma Rousseff. A autora investigou o conteúdo dos discursos veiculados por esse Movimento através de vídeos publicados em seu canal no Youtube que contribuíram para reforçar a onda liberal que emergiu na política nacional.

O artigo sétimo, seguinte, versa sobre “Os movimentos sociais da atualidade e o papel do líder na construção dos movimentos em rede”. De autoria de Maria Laís Alves de Araújo, o texto traz uma abordagem sobre o conceito de movimento social, destacando a relevância do papel do líder, mesmo no ambiente digital como espaço de manifestação desses movimentos, em que a ausência de cadeias hierárquicas trazidas pelos novíssimos movimentos sociais poderia destituir o protagonismo das lideranças.

No oitavo artigo, nomeado “O impacto das mídias digitais como agentes de socialização dos estudantes de escolas públicas em porto alegre”, de Rodrigo Stumpf González e Alexander Dugno Chiodi, faz-se um estudo dos níveis de valores políticos entre jovens socializados por agentes tradicionais em comparação com os que são socializados por agentes digitais. A pesquisa considera que os jovens socializados digitalmente parecem ser mais interessados por política, percebem sua eficácia e dialogam mais sobre essa temática com outras pessoas, especialmente com outros jovens, mas, a despeito disso, esse grupo é menos participativo politicamente.

No nono artigo, “Dados abertos do governo federal: uma ferramenta do governo eletrônico brasileiro”, Izabelle Carvalho Lima identifica os principais atores, contextos e instituições que estruturam a política de Dados Abertos do Governo Federal brasileiro, fazendo um balanço das medidas e ações implementadas no bojo da administração pública brasileira, de modo a observar que essa ferramenta de dados tem sido usada para consolidar a estratégia política de Governo Eletrônico brasileiro.

No décimo e último artigo, Leonardo Borges Ferreira escreve sobre “Discursos e impeachment: a guerra psicológica entre 2013 e 2016”. O autor faz um esboço da conjuntura política brasileira valendo-se dos discursos e documentos desse período, nomeadamente a afirmativa da então Presidente da República de que o governo sofreria uma guerra psicológica. Nesse contexto, cita que a guerra psicológica traduziu-se pelo uso de discursos que impactaram na opinião pública. Nesses termos, constatou que o domínio das mídias é vital para a propagação e reforço de discursos políticos.

A resenha (resenha) dos autores Agleilson Souto Batista, Leonardo Rodrigues Ferreira, Maria Jaqueline da Silva Mandú, Sandberg Marcel Santos e Veridiana da Silva Santos encerram esse número da Revista Conexão Política, fazendo

*Helga do N. de Almeida, Jennifer A. de Moraes & Raimundo B. dos Santos Junior*

uma comparação entre os conteúdos das obras “Democracy for realists: why elections do not produce responsive government”, de C. H. Achen e L. M. Bartels, e “Presidencialismo de coalizão em movimento”, organizada por G. Perlin e M. L. Santos.

Boa leitura!

Teresina, junho de 2021

Helga do Nascimento de Almeida

Organizador do dossiê: Democracia e in(tolerância) política

Jennifer Azambuja de Moraes

Organizador do dossiê: Democracia e in(tolerância) política

Raimundo Batista dos Santos Junior

Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFPI

# I Artigos

# JUVENTUDE E CULTURA POLÍTICA NA ERA DA PÓS-VERDADE

AVALIANDO AS PERCEPÇÕES DOS JOVENS

PORTO-ALEGRENSES SOBRE FAKE NEWS E POLÍTICA\*

# 2

**Resumo:** Este artigo examina as percepções da juventude sobre política e *fake news*, considerando o crescente papel das redes sociais como agências socializadoras em um contexto de pós-verdade. A hipótese postulada é da manutenção de uma cultura política híbrida, permeada por desconfiança e baixo interesse por política. Os dados são de pesquisa survey conduzida com 876 jovens na cidade de Porto Alegre em 2019 trazidos em uma análise descritiva. Os resultados apontam a manutenção de uma cultura política híbrida em um ambiente de alta disseminação de desinformação.

**Palavras-chave:** juventude; cultura política; *fake news*; pós-verdade.

YOUTH AND POLITICAL CULTURE IN THE POST-TRUTH AGE:  
ASSESSING THE PERCEPTIONS OF YOUNG PEOPLE FROM  
PORTO ALEGRE CITY ABOUT FAKE NEWS AND POLITICS

**Abstract:** This article examines the perceptions from youth about politics and *fake news*, considering the increasing role of social networks as socializing agencies in a post-truth background. The postulated hypothesis is the maintenance of a hybrid political culture, permeated by distrust and low levels of interest in Politics. The data analysed come from survey research conducted with 876 young people in the city of Porto Alegre in 2019 resulted from a descriptive analysis. The results indicate the maintenance of a hybrid political culture in an environment of high dissemination of disinformation.

**Keywords:** youth; political culture; *fake news*; post-truth.

## 1 INTRODUÇÃO

Estamos vivendo presentemente o que se denomina era da pós-verdade, derivada de um contexto de propagação de *fake news* em processos eleitorais conjugada a uma crise de legitimidade das instituições representativas. Embora o uso das mentiras na política não seja um produto da modernidade e das novas tecnologias, tal prática foi impulsionada através da manipulação algorítmica das plataformas digitais, sendo deflagradas a partir do plebiscito do Brexit e, principalmente, no pleito estadunidense que elegeu Donald Trump como presidente, em 2016.

\* Este artigo contou com o apoio de recursos do CNPQ por meio de financiamento do projeto “Democracia, mídias e capital social: um estudo comparativo de socialização política dos jovens no sul do Brasil”. Chamada universal MCTIC/CNPQ n. 28/2018.

No contexto brasileiro, as eleições de 2018 foram marcadas pela disseminação de notícias falsas, não só sobre os candidatos, mas também sobre as instituições políticas e sobre a lisura do pleito eleitoral. Contrariando os teóricos da mobilização (NEWTON; NORRIS, 2000), que viam a possibilidade de maior engajamento político dos cidadãos via redes sociais, os dados de opinião pública recorrentemente vêm mostrando o contrário — a sociedade está mais polarizada e mais desconfiada da política (ESEB, 2018; LAPOP, 2018/19).

De forma geral, as fakes news impactam negativamente na capacidade dos cidadãos de tomarem decisões políticas informadas, colocando em xeque a credibilidade das instituições. Com base na teoria da cultura política (ALMOND; VERBA, 1963; BAQUERO, 2008), entendemos que o apoio à política, ao sistema político e à democracia são construídos com base em experiências positivas contínuas, que se materializam em uma memória que valoriza os princípios e valores democráticos. Desse modo, a formação de uma cultura política deriva da forma como crenças, normas e valores políticos são internalizados pelos indivíduos por meio de diferentes agentes socializadores, tais como família, escola, amigos e as diferentes mídias (BAQUERO; BERNARDI; MORAIS, 2016). No entanto o histórico brasileiro de interrupções democráticas, aliadas a práticas políticas deletérias, tais como o patrimonialismo, o personalismo e a corrupção generalizada, tem contribuído para desestimular a participação e o interesse do jovem na política. A consequência, portanto, da baixa credibilidade das instituições políticas e do repúdio aos políticos é um terreno fértil para a propagação da desinformação.

Nesse contexto os jovens cidadãos não têm ficado imunes a esse processo de desinformação. Acompanhando tendências da população adulta no país, os jovens entrevistados na pesquisa “Democracia, mídia e capital social”, realizada entre junho e dezembro de 2019 com 876 alunos de Ensino Médio de escolas públicas e privadas da cidade de Porto Alegre, admitem ter conhecimento da propagação de notícias falsas no país. Mais de 95% dos entrevistados concordaram com a afirmação de que houve um crescimento na divulgação de notícias falsas sobre políticas no país desde 2018<sup>1</sup>. Ao mesmo tempo, relatam que têm conhecimento da existência de notícias falsas nas redes sociais (87,9% no Facebook, 83,5% no WhatsApp e 64,7% no Instagram) e nas mídias tradicionais (66,2% na televisão, 58,1% nos jornais e revistas e 31,6% no rádio). Tais percentagens indicam que os jovens percebem a existência de notícias falsas como algo crescente e derivado de interesses políticos, contudo não mostram clareza sobre o que constitui uma notícia falsa ou como lidar com a infodemia no novo paradigma comunicacional.

Considerando o impacto da socialização das novas mídias na cultura política e na concepção de democracia dos jovens, esse artigo tem o objetivo de analisar

---

<sup>1</sup> 88,6% concordaram e 17,5% concordaram parcialmente com a afirmação, somando 98,1% dos citados.

as percepções dos jovens sobre redes sociais, política e *fake news*, considerando o contexto atual de pós-verdade e crise da democracia representativa. A hipótese postulada é de que a desconfiança das instituições e baixo interesse por política produzem a manutenção de uma cultura política híbrida.

A contribuição que trazemos com este artigo é de que a disseminação das redes digitais, como fontes de informação cada vez mais relevantes, sobretudo para essa nova geração que se autossocializa pela internet, parece não estar dando os resultados esperados no sentido do surgimento de uma cultura política juvenil mais politizada criticamente e participativa. Assim, argumentamos a necessidade de uma educação crítica das mídias, a partir do conceito de educação midiática, de forma a preparar os jovens para que tenham maior discernimento das informações dentro das diferentes mídias que interagem, despertando-os para a importância da compreensão da política a partir de fatos, dados e informações verificáveis.

Este artigo está estruturado em três partes, além da introdução e das considerações finais. Primeiramente, contextualizamos o período histórico vivenciado, destacando os conceitos de pós-verdade e de *fake news* e o crescente papel das novas mídias. Na segunda parte, abordamos as características da cultura política juvenil e da socialização política desses novos agentes à luz do contexto atual. Na terceira parte, analisamos as compreensões dos jovens sobre democracia, política e disseminação da desinformação, considerando variáveis de interesse, eficácia e eficiência política e confiança. A análise deu-se com base nos dados da pesquisa “Democracia, mídia e capital social: um estudo de socialização política no Sul do Brasil”, realizada pelo Núcleo de Pesquisa sobre a América Latina (NUPESAL), conduzida com 876 jovens entre 13 e 24 anos na cidade de Porto Alegre/RS em 2019.

## 2 PÓS-VERDADE, FAKE NEWS E REDES SOCIAIS

Nas origens do totalitarismo, Hannah Arendt descreve que o súdito ideal para um regime totalitário é aquele que não difere o fato da ficção e que não compreende os critérios básicos da criticidade ao receber uma informação — a simples diferenciação entre o que é verdadeiro e o que é falso. A pós-verdade, nomeada a palavra do ano pelo Dicionário de Oxford em 2016, denota esse contexto na contemporaneidade, ao passo que ideologias, crenças, teorias conspiratórias e vivências individuais passaram a ser compartilhadas como “verdades inegáveis”, reescrevendo fatos históricos e negando descobertas científicas, sob o contexto de uma determinada ideologização política. Nesse sentido, a pós-verdade está ancorada a um retorno aos conceitos pré-modernos, enraizados na autoridade relacional de quem transmite a informação e não na propriedade dessa fonte sobre o assunto (DUNKER, 2017).

De acordo com Matthew D’Ancona (2018, p. 20), a nova guerra contra os fatos em tempos de *fake news* enfatiza a existência de uma tendência global focada

na desconstrução do valor da verdade por meio da deslegitimação da ciência, visto que “os especialistas são difamados como um cartel mal-intencionado, em vez de [serem considerados] fonte de informações verificáveis”. Na mesma linha, Kakutani (2018 *apud* BERNARDI, 2020) aponta que a pós-verdade e a desinformação estão ligadas a uma refutação da ciência e maior aceitação de discursos inflamados por preconceitos e intolerâncias como forma de manipulação da sociedade civil e da opinião pública.

No inglês, o termo *misinformation* se refere a como informações falsas ou imprecisas espalhadas de forma não intencional — como, por exemplo, um erro de reportagem, INFLUENCIAM A OPINIÃO PÚBLICA. Já *desinformation*, em português desinformação, trata daquela informação intencionalmente falsa e deliberadamente propagada com a intenção de enganar usuários e se multiplicar pelas redes (ALLCOTT; GENTZKOW, 2017; BERNARDI, 2020; MARWICK; LEWIS, 2017). Desse modo, as *fake news* são entendidas como desinformação: notícias que são difundidas intencionalmente e são verificavelmente fraudulentas, difundidas com a intenção de enganar os leitores. Dentro dessa categoria excluem-se sátiras, paródias e erros jornalísticos.

A internet e as redes sociais, por serem espaços em que o próprio usuário vira produtor de conteúdo e o espalhamento de informação ocorre na velocidade de um clique, são altamente propícios para a circulação de desinformação e notícias falsas (RECUERO; GRUZD, 2019; VOSOUGHI; ROY; ARAL, 2018). Adicionalmente, é um ambiente de anonimato e de baixa regulação de conteúdos, em que as informações que recebemos são aquelas direcionadas para nós por meio de algoritmos em consonância com o nosso histórico de buscas e curtidas — logo estamos mais propensos a receber informações com as quais concordamos. Essas são as chamadas bolhas das redes sociais e as câmaras de eco (ALLCOTT; GENTZKOW, 2017; DEB; DONOHUE; GALISYER, 2017) que,

ao isolar indivíduos que compartilham crenças e pensamentos homogêneos dentro das mesmas frequências algorítmicas, facilitam a propagação de *fake news*, já que as mesmas notícias são visualizadas diversas vezes no mesmo ambiente, sendo recompartilhadas por pares que contam com credibilidade social (BERNARDI, 2020, p. 56).

Conforme já mencionado na introdução, os estudos sobre desinformação e *fake news* foram potencializados a partir do contexto do Brexit e das eleições norte-americanas de 2016, sobretudo após o vazamento do escândalo sobre a

Cambridge Analytica<sup>2</sup>. Além dos eventos em si, Trump também foi responsável pela popularização do termo *fake news*, ao se utilizar dele como plataforma política para negar notícias verídicas das mídias tradicionais que eram contrárias às suas posições, desde a sua campanha, em 2016, até a sua exclusão das redes sociais, após promover desinformação sobre a pandemia de Covid-19 (COSTA; BERNARDI, 2020), mas especialmente por suas mentiras em relação às eleições norte-americanas de 2020 e postagens que motivaram a invasão ao capitólio estadunidense, em 2021<sup>3</sup> (G1, 2021). Essa invasão chama a atenção e dá indicativos de potenciais ações semelhantes no próximo pleito eleitoral de 2022 no Brasil.

Fazendo uma retrospectiva das eleições de 2018 no Brasil, constatou-se a materialização de uma polarização político-ideológica que vinha latente desde a campanha eleitoral de 2014, fermentada pelas manifestações políticas de 2013. A última eleição presidencial que culminou na eleição de Jair Bolsonaro foi marcada pela disseminação de notícias falsas não só dos candidatos, mas também das próprias instituições políticas brasileiras<sup>4</sup>, envolvendo não só Facebook, Twitter e Instagram, mas também, e ao que tudo indica, principalmente disparos automatizados no WhatsApp<sup>5</sup>. As denúncias de disseminação de notícias falsas ocasionaram a instauração de uma CPI no Senado para investigar sobre a contratação de agentes do caos, inclusive possibilitando investigações posteriores à eleição relativas a atos antidemocráticos no exercício da atual

---

<sup>2</sup> Cambridge Analytica foi uma empresa de marketing político que utilizou indevidamente de dados obtidos no facebook para realizar *microtargeting* de campanhas políticas, baseado no perfil psicológico de usuários da rede social. Dessa forma campanhas de ódio e desinformação foram feitas sob medida para influenciar votos no plebiscito para o Brexit do Reino Unido e nas eleições de 2016 nos Estados Unidos (UK HOUSE OF COMMONS, 2019).

<sup>3</sup> Donald Trump foi bloqueado permanentemente do Facebook e Instagram até 2023 após a Invasão do Capitólio. O ex-presidente norte-americano também teve sua conta encerrada no twitter, sem previsão de retorno à plataforma. Antes da invasão do capitólio, Trump teve uma série de postagens excluídas por serem verificadas como desinformação (COSTA; BERNARDI, 2020).

<sup>4</sup> De acordo com levantamento do gabinete digital da FGV, a fake news mais compartilhada das eleições foi sobre fraude nas urnas eletrônicas, chegando a 3.341.621 menções entre Facebook e Twitter, entre 22 de setembro e 21 de outubro de 2018 (FGV/DAPP, 2018).

<sup>5</sup> Investigação da Folha de São Paulo descobriu, nas vésperas do segundo turno da eleição, a contratação de disparos em massa no WhatsApp em campanha pró-Jair Bolsonaro. A informação foi confirmada por empresário espanhol, dono da empresa EnviaWhatsApp, em 2019 (MELLO, 2019).

presidência e ao longo da pandemia de Covid-19, que já se alastra desde o início de 2020<sup>6</sup>, ceifando a vida de mais de 500 mil brasileiros<sup>7</sup>.

Dentro desse novo ambiente comunicacional polarizado, os jovens, por passarem muito tempo online, são vistos como alvos potenciais para a desinformação. Também por não serem tão afeitos e interessados por política, estão mais vulneráveis a acreditarem em informações erradas, passadas por pessoas próximas, nas quais confiam.

Dando sequência ao plano proposto para este estudo, na próxima seção, discutiremos sobre socialização política da juventude, cultura política e agentes socializadores.

### 3 CULTURA E SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA PELAS NOVAS MÍDIAS NA JUVENTUDE

A cultura política trabalha com o pressuposto de que, mais do que instituições políticas funcionais, para se ter uma democracia com estabilidade, é preciso que a sociedade tenha interesse, participação e crença no Estado e no sistema político. Almond e Verba (1963), em seu estudo seminal, atribuíram que o tipo de cultura ideal para a democracia seria a cultura cívica, de participação dos cidadãos, mas também de submissão às elites governantes. Inglehart e Welzel (2009) postularam a importância do ideal de desenvolvimento humano dentro da cultura política, associando a formação de capacidades como forma de emancipação, tanto de liberdades individuais quanto de liberdades políticas e direito à cidadania. Recentemente, Dalton e Welzel (2014) apontaram que o tipo ideal de cidadania no século XXI seria a cidadania assertiva, que incorpora a criticidade e a contestação das elites políticas e econômicas para uma democracia mais igualitária e responsiva às desigualdades sociais. Esse processo está associado com a expansão do conceito de democracia, que passa a ser percebida como um sistema político que deveria prover bem-estar social e qualidade de vida, porém, diante da ineficiência do Estado em responder com políticas públicas eficientes aos novos dilemas sociais, ocasiona maior insatisfação dos cidadãos com as instituições políticas, fazendo com que os cidadãos deixem de ser submissos e leais e passem a ser cidadãos críticos (BAQUERO; BERNARDI; MORAIS, 2016).

Não sendo desassociada de fatores históricos relativos à identidade social de cada país, a cultura política é construída por meio de uma conjugação entre a

---

<sup>6</sup> O inquérito 4.828 foi aberto pelo ministro do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes e investiga o financiamento de grupos que promovem atos antidemocráticos pelo país. Os principais investigados são os sócios do portal Terça Livre — Allan dos Santos, Bruno Ayres e João Bernardo Barbosa —, além de políticos bolsonaristas como Bia Kicis (PSL-DF), Eduardo Bolsonaro (PSL-SP) e o, já réu, deputado federal Daniel Silveira (PSL-RJ) (ROCHA; TEIXEIRA, 2021).

<sup>7</sup> O Brasil atingiu a marca de 500 mil mortos pela Covid-19 na data de 19/06/2021 (PE-DUZZI, 2021).

dimensão formal das relações sociais e a qualidade e a natureza dos valores que são transmitidos através do processo de socialização política. Quando os valores democráticos não se institucionalizam, fruto de interrupções democráticas, aliadas a práticas clientelistas e paternalistas, em um quadro de corrupção generalizada, a cultura política brasileira se mostra preponderantemente de submissão, apatia e desconfiança política. Trata-se, portanto, daquilo que Baquero (2018) chamou de cultura política híbrida, em que há uma predominância de comportamentos e valores autoritários aliados a uma percepção positiva da democracia como ideal, mas não como prática social, estando associados a um contexto de democracia inercial.

O processo de socialização política engloba, assim, a internalização das normas, tradições e valores políticos da sociedade, sendo contínuo e sujeito a modificações ao longo de toda a vida do indivíduo (ALMOND; VERBA, 1963; BAQUERO; BAQUERO, 2007). Partindo desse quadro, Schmidt (2000, p. 56) define a socialização política como “o processo de formação de atitudes políticas nos indivíduos ou, sob o enfoque geracional, o processo de interiorização da cultura política existente em um meio social por parte das novas gerações”. Ainda, nas palavras de Easton e Dennis (1967, p. 7), ela engloba os procedimentos de desenvolvimento através dos quais as pessoas adquirem orientações políticas e padrões de comportamento. Os principais agentes apontados pela literatura são a família, os amigos, grupos associativos, a escola e os meios de comunicação — não havendo convergência quanto à importância específica de cada um (BAQUERO; BERNARDI; MORAIS, 2016).

No Brasil, as questões sobre a alfabetização e, posteriormente, sobre o alfabetismo funcional, sempre foram relevantes para se compreender a desigualdade social incipiente na sociedade. Pensando em termos de cidadania, a formação do Estado brasileiro como instituição precedeu a formação da sociedade civil, que foi fundada em moldes elitistas. Da mesma forma, o Estado não tinha prioridade em proporcionar uma qualidade de ensino que possibilitasse uma ampliação de mão de obra qualificada gerada pela institucionalização da quarta revolução industrial e da sociedade de conhecimento (CARVALHO, 2002). Do ponto de vista da socialização política e da construção da cultura política, a implicação mais contundente da prática do patrimonialismo, bem como de seus derivados (coronelismo, clientelismo etc.), é a legitimação da troca de favores como algo aceitável e costumeiro (BAQUERO, 2018). Esses desvios morais, como falsificar um atestado e contratar um membro da família em um cargo público, não são considerados atos de corrupção no imaginário popular e diferem dos escândalos de corrupção das instituições públicas por tratar-se de um “jeitinho brasileiro”.

Diferentes trabalhos no Brasil tratam sobre a importância da fase da adolescência no processo de internalização e formação de valores, sentimentos e comportamentos em relação à política (BAQUERO; BAQUERO, 2014; BERNARDI, 2017; MORAIS, 2017; NAZZARI, 2005; ZORZI, 2016). Os autores

apontam que é ao longo da juventude e da inserção no ambiente escolar que ocorre um dos momentos mais intensos de desenvolvimento cognitivo e de maior assimilação da esfera política pelos jovens (BAQUERO; BAQUERO; MORAIS, 2017). No entanto, enquanto se concorda com a importância de trabalhar com jovens em idade escolar, o que se percebe em nossa pesquisa é que a escola tem perdido espaço como agente socializador, sendo substituída pela internet/redes sociais.

A importância da internet para os brasileiros se mostra como um fenômeno inegável e crescente nos últimos anos. De acordo com a TIC Domicílios (CGI, 2020), o celular é o dispositivo mais usado para acessar a internet (99%), e 58% da população entrevistada acessam a internet somente pelo celular, sendo predominante para as classes mais baixas (85%) e na zona rural (79%). Até mesmo o acesso à televisão e aos serviços de streaming pela internet vêm crescendo (subiu 7 pontos percentuais no último ano), e a principal atividade realizada é a comunicação — 92% mandaram mensagem por aplicativos de redes sociais, 76% utilizaram as redes sociais, 73% conversaram por chamada de voz. Quanto ao consumo de notícias no ambiente online, 56% dos entrevistados afirmaram que leram jornais, revistas ou acessaram notícias na internet (CGI, 2020).

Atualmente, segundo a ONG *We are social*, os brasileiros ficam online cerca de 10h08 minutos por dia, sendo o segundo país no ranking diário da internet, apenas ficando atrás das Filipinas. Ainda, de acordo com essa organização, a internet é utilizada por 75% da população brasileira, e 70,3% da população utiliza ativamente alguma rede social, e a média de uso de redes sociais é de 3 horas e 42 minutos diários. As redes sociais mais utilizadas são o WhatsApp (média de 30.3 horas ao mês), Facebook (média de 15.6 horas ao mês) e Instagram (média de 14 horas ao mês) (WE ARE SOCIAL, 2021). Além disso, o Relatório Reuters Digital News Report, de 2020, apontou pela primeira vez as redes sociais (67%) à frente da televisão (66%) como fonte de informação para os brasileiros. Dentre os entrevistados 87% citaram utilizar o meio online para se informar, também incluindo jornais e revistas digitais, além das redes sociais (NEWMAN *et al.*, 2020).

Esse avanço da internet é estudado por duas correntes opostas: a que vê na internet um papel de mobilização e de conexão de diferentes atores, portanto, positivo para a democracia (CASTELLS, 2003; NEWTON; NORRIS, 2000); e aquela que concentra seus estudos no efeito negativo, sobretudo para a esfera política (PATTERSON, 2000; PUTNAM, 2006). A ampliação da desinformação e das *fake news* na política, catalisadas pelas plataformas digitais, acirraram ainda mais esse debate, ao passo que a regulação e correção da desinformação dentro do ambiente digital são muito mais difíceis do que na mídia tradicional e vem impactando processos políticos eleitorais (BERNARDI, 2019).

Segundo Castells (2003), a internet foi criada em um formato que possibilita múltiplas utilidades, como o maior acesso à informação e a maior interação entre os seus usuários, porém também impõe inúmeros desafios em termos de regulação, uma vez que seu uso pode ser alterado na prática social gerando desinformação e potenciais prejuízos para a sociedade (SORJ, 2010, 2011). Segundo o Reuters Digital Institute Report (2020), o Brasil é o país onde a preocupação com *fake news* é mais alta, com 84% dos respondentes, enquanto a média mundial é de 56% (NEWMAN *et al.*, 2020). A preocupação não é infundada, se considerarmos que 83% dos brasileiros sinalizam que já perceberam alguma mensagem falsa em suas redes sociais e 47% indicaram ter dificuldades de identificar se uma notícia compartilhada nas redes sociais é falsa (DATASENADO, 2019). Em se tratando especificamente de jovens, um estudo da OCDE demonstrou que 62% dos jovens de 15 anos brasileiros não conseguem discernir fatos de opiniões — média superior aos outros 79 países do grupo, que é de 53% (OECD, 2021).

Nesse sentido, a materialização da Internet como um novo agente de socialização, principalmente na juventude, pode impactar a internalização de valores dos jovens, que ficam conectados(as) muitas horas por dia e passam a ter em suas casas um novo agente socializador na ponta dos dedos, com a facilidade de um toque no celular, através das redes sociais (MORAIS, 2017; OWEN, 2017). No entanto, assim como os demais agentes, ela não pode ser analisada em um vácuo, e jovens que estejam mais preparados politicamente e que sejam mais críticos da informação que recebem obterão mais conhecimento no seu tempo online e farão um uso mais assertivo da informação que recebem nessas plataformas.

Para tanto, a seguir, utilizando os dados da pesquisa “Democracia, Mídia e Capital Social”, entre junho e dezembro de 2019, com 876 alunos de ensino médio, de escolas públicas e privadas da cidade de Porto Alegre, pelo Núcleo de Pesquisa sobre América Latina (Nupesal), avaliamos como os jovens percebem a democracia, a política e a desinformação.

#### 4 JUVENTUDE BRASILEIRA E SUAS PERCEPÇÕES SOBRE POLÍTICA, FAKE NEWS E DEMOCRACIA

Pensar na juventude brasileira implica falar em diferentes juventudes. Embora tratadas como um só grupo neste paper, as realidades socioeducacionais no Brasil são diversas, e alunos de escola pública terão experiências diferentes das de alunos de escola privada em suas socializações (ZORZI, 2016; BERNARDI, 2017). Conforme já argumentado aqui, historicamente o acesso à educação era um privilégio das classes médias e altas da sociedade brasileira. Concomitantemente à expansão do acesso educacional a partir da CF/88, houve uma grande migração de alunos de classes altas e médias para a rede privada de ensino, edificando assim a ideia do ensino público no país como uma “escola para

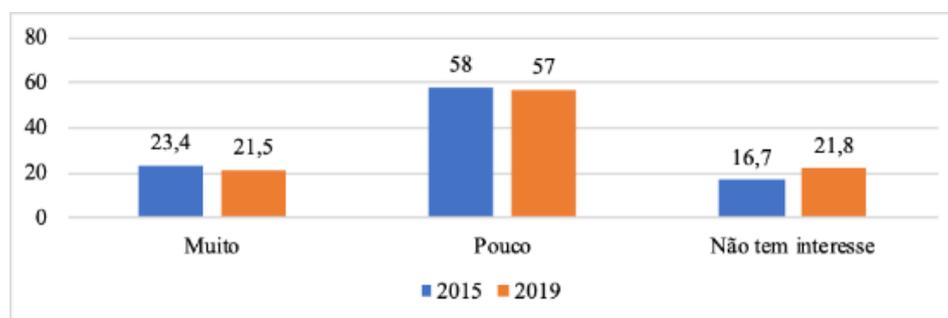
pobres”, com qualidade significativamente inferior à rede de ensino particular (DAYRREL, 2007).

Assim o processo de escolarização se mostra hoje um importante espaço de sentido, que explicita, de forma incisiva, desigualdades e oportunidades limitadas a determinados grupos de jovens brasileiros (ANDRADE; NETO, 2004, p. 56). O escopo de jovens abarcado neste artigo engloba alunos do ensino médio de escolas públicas e privadas, de 13 a 25 anos, sem diferenciação de classe e tipo de escola, mas entendendo esse grupo dentro do enquadramento de jovens estudantes.

#### 4.1 *Interesse por política, eficácia e eficiência política*

Independente da força de cada agente de socialização política, a politização do jovem não é um processo unilateral e também está circunscrita ao jovem como indivíduo ativo em seu processo, que ocorre em um ambiente de múltiplas influências. Para tanto, a variável de interesse por política é muito importante, pois indica o quanto o jovem está disposto a se engajar no meio político. No Gráfico 1, trazemos a comparação entre os anos 2015 e 2019 na cidade de Porto Alegre/RS.

GRÁFICO 1 Interesse por política em 2015 e 2019



Fonte: NUPESAL (2015; 2019).

n 2015= 690; n 2019= 848

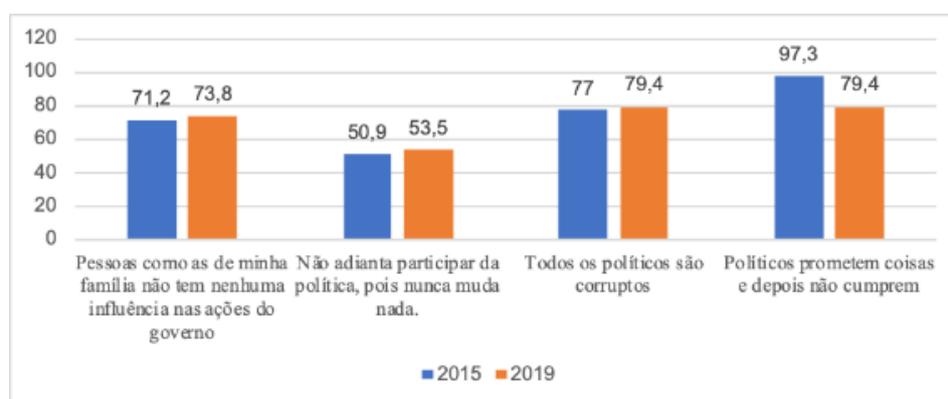
Assim como nas pesquisas de opinião pública com a população adulta<sup>8</sup>, constatamos que os jovens estão mais desinteressados com a política. Embora a variação entre muito e pouco seja pequena, ela demonstra uma flutuação considerável para o grupo daqueles que apontam não ter interesse (21,85%) em

<sup>8</sup> De acordo com o ESEB 2018, 39,3% dos respondentes declararam-se pouco interessados e 29,5% nada interessados em política.

2019. A queda no interesse político dos jovens entre 2015 e 2019 também acompanha a concordância com afirmações de que revelam uma percepção de baixa responsividade do sistema político e de pouca eficácia política (Gráfico 2, abaixo).

O conceito de eficácia política se refere à relação entre o cidadão e o sistema político. Nesse sentido, a eficácia ou a competência cidadã subjetiva (ALMOND; VERBA, 1963) diz respeito ao quanto o indivíduo acredita que pode influenciar no sistema político, o quanto ele acredita que suas ações farão diferença na política, sendo relacionado ao conceito de confiança no sistema e de sua própria representatividade (PONTE, 2006). Conforme pode ser observado no Gráfico 2, a maior parte dos jovens não acredita que sua participação pode gerar ganhos efetivos na política.

GRÁFICO 2 Concordância com as afirmações em 2015 e 2019



Fonte: NUPESAL (2015; 2019).

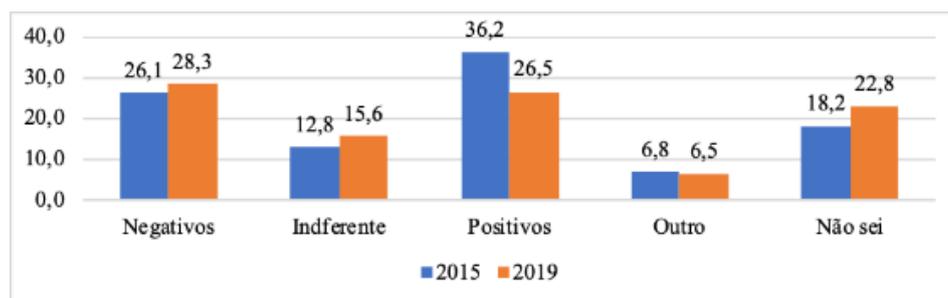
n 2015= 670; n 2019 = 850

As duas primeiras afirmações denotam uma baixa eficácia (eficácia interna), pois indicam que os jovens não acreditam que pessoas de sua família tenham influência na política (73,8%) ou que não adianta participar (53,5%), já que a política não muda. Essa percepção aponta para sintomas de apatia política. Da mesma forma que a percepção de baixa responsividade do sistema (SOHL, 2014) ou de eficácia externa, refere-se ao papel que se espera que as instituições — e os atores políticos — desempenhem, e está ligada às duas últimas afirmações do Gráfico 2. As porcentagens de que todos os políticos são corruptos subiu para 79,4%, indicando uma maior percepção de corrupção em agentes. Quanto à segunda questão (políticos prometem coisas e depois não cumprem), mesmo que o valor tenha diminuído de 97,3% para 79,4%, ainda assim se tem

uma taxa consideravelmente alta de jovens que têm baixa expectativa de que as pautas da eleição serão cumpridas no governo.

O sentimento de não responsividade do sistema político fica ainda mais evidente quando perguntamos aos jovens como se sentem em relação à política, conforme exposto no Gráfico 3 abaixo:

GRÁFICO 3 Sentimento em relação à política em 2015 e 2019



Fonte: NUPESAL (2015; 2019).

n 2015 = 690 n 2019= 863

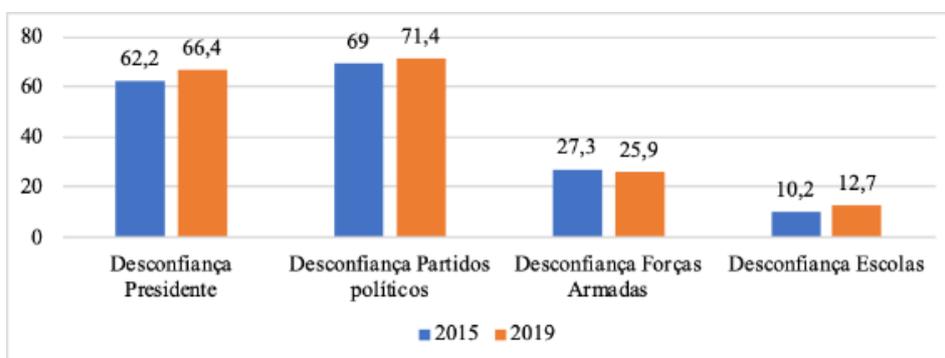
De acordo com os dados, percebe-se uma maior menção a sentimentos negativos sobre política (alienado, desiludido e isolado), chegando a 28,3% em 2019. Também se observa um aumento daqueles que se declaram indiferentes sobre política (15,6%), em conformidade com o elevado número de alunos que apontaram não saber como se sentem, tanto em 2015, com 18,2%, quanto de 22,8% em 2019.

A relação de apatia e desinteresse do jovem com a política também reflete no descrédito e na desconfiança nas instituições. Como podemos observar no Gráfico 4, abaixo, a única das categorias que registrou menor desconfiança, em 2019, é a das forças armadas<sup>9</sup>, que passou de 27,3%, em 2015, para 25,9% em 2019. Todas as demais instituições têm níveis de desconfiança acrescidos.

Esse alto grau de desconfiança nas instituições é padrão do Brasil como um todo (BAQUERO; GONZÁLEZ, 2016). Dentro desse quadro, também chama a atenção o crescimento da desconfiança nas escolas, de 10,2 para 12,7% em 2019. González, Morais e Bernardi (2019) atentaram para esse número, quando analisado em conjunto com a porcentagem de 21,2% de alunos que não concordam que política deva ser discutida em sala de aula (em relação a 13,2%

<sup>9</sup> Esses dados são relativos ao período de 2019, e, dadas a conjuntura de crise institucional do governo Bolsonaro e a inclusão das forças armadas como parte integrante do governo e deste projeto político, podem ter sido alterados no período atual.

GRÁFICO 4 Desconfiança nas Instituições em 2015 e 2019.



Fonte: NUPESAL (2015; 2019).

n 2015= 647 e n 2019= 845

em 2015), dados que podem ser sintomáticos do crescimento do Projeto “Escola sem Partido”, movimento da extrema direita conservadora que é contra a discussão de temáticas como gênero, ditadura militar, política e religiões em sala de aula.

Tanto o movimento escola sem partido quanto a crescente confiança nas forças armadas fazem parte do imaginário autoritário brasileiro e são pautas destacadas pela nova direita populista no Brasil (GONZÁLEZ; MORAIS; BERNARDI, 2020). No Brasil, a transição para a democracia após a ditadura militar de 1964 se deu de forma pactuada, sem condenação dos crimes exercidos ao longo da ditadura. O período da ditadura militar coincidiu com a industrialização do país e enriquecimento da classe média e elites apoiadoras do regime. Nesse sentido a ausência dessa ruptura com o passado autoritário recente é responsável por uma alta estima de parte da população às forças armadas, que são vistas como sinônimo de ordem, respeito e valorização à pátria. Assim sendo, com a eclosão do discurso de rejeição da política tradicional e com o discurso antipartidário, as Forças Armadas ganharam credibilidade no cenário público brasileiro, sendo reforçados pela retórica militarista de Bolsonaro (GALLEGO, 2019).

Nessa mesma direção, o movimento Escola sem Partido tem em sua gênese a ideia de “combater a doutrinação de esquerda” nas salas de aula, prezando por uma educação neutra, “livre” da política. Parte das pautas do movimento escola sem partido está ancorada nas discussões de pós-verdade, que contesta acontecimentos históricos como a ditadura no Brasil ter salvado o país do comunismo e o nazismo na Alemanha como um movimento de esquerda. Essa dualidade entre concordar que a democracia é a melhor forma de governo

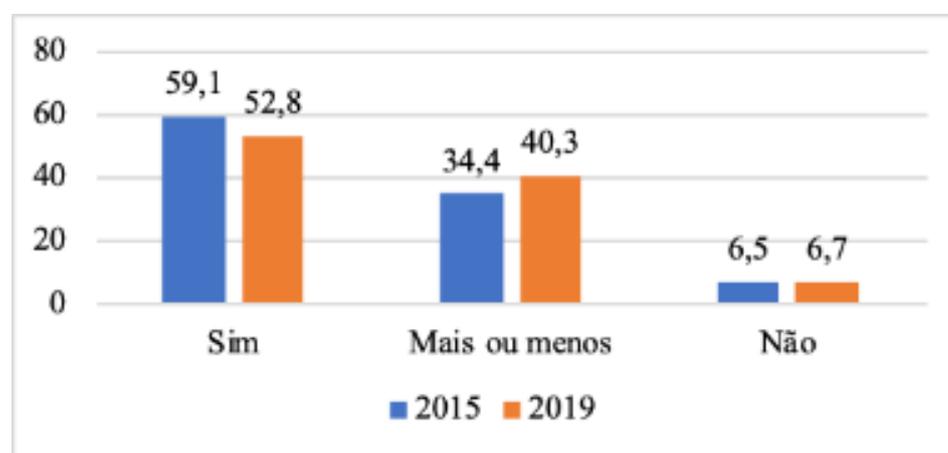
(89,6%), mas acreditar que, em determinadas circunstâncias, um governo autoritário é preferível a um governo democrático (45%) demonstra a cultura política híbrida é maioria entre os jovens analisados (NUPESAL, 2019). A seguir, avaliamos o peso dos agentes de socialização, dando centralidade para o papel da internet e das redes sociais no comportamento e cultura política dos jovens.

## 4.2 Socialização por redes sociais e Fake News

De acordo com os dados coletados na pesquisa “Democracia, mídias e capital social: um estudo comparativo de socialização política dos jovens no sul do Brasil”, do Núcleo de Pesquisa sobre América Latina (NUPESAL), já em 2015, 96,2% dos jovens afirmavam ter acesso à internet em suas casas, número que subiu para 96,3% em 2019 (NUPESAL, 2015; 2019). Os dados até aqui examinados apontam o jovem como o público que mais consome os conteúdos da internet e das redes sociais. A pesquisa de 2015 demonstrou que os jovens passam em média 9 horas de seu dia conectados, tempo superior à maior parte dos turnos escolares, por exemplo.

Nessa perspectiva, a maior parte desse tempo é usada nas redes sociais. Inclusive, 93,1% dos respondentes de 2019 acreditam que as redes sociais podem ser instrumentos de participação política.

GRÁFICO 5 Na sua opinião, as redes sociais podem ser instrumentos de participação política? 2015 e 2019 (%)



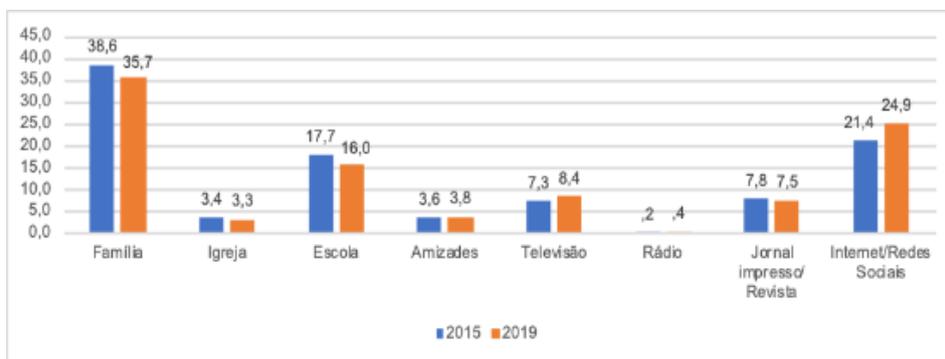
Fonte: NUPESAL (2015; 2019).

n 2015= 599; n 2019= 791

Dentro desse contexto, o Gráfico 6, abaixo, demonstra as instituições indicadas pelos jovens como centrais para formar a sua opinião política, nos anos de

2015 e 2019. Destarte, já se percebe que a única que registrou um aumento contundente foi a de internet/redes sociais, que cresceu de 21,4%, em 2015, para 24,9% em 2019.

GRÁFICO 6 Instituições que busca primeiro para formar uma opinião sobre a política em 2015 e 2019 (%)



Fonte: NUPESAL (2015; 2019).

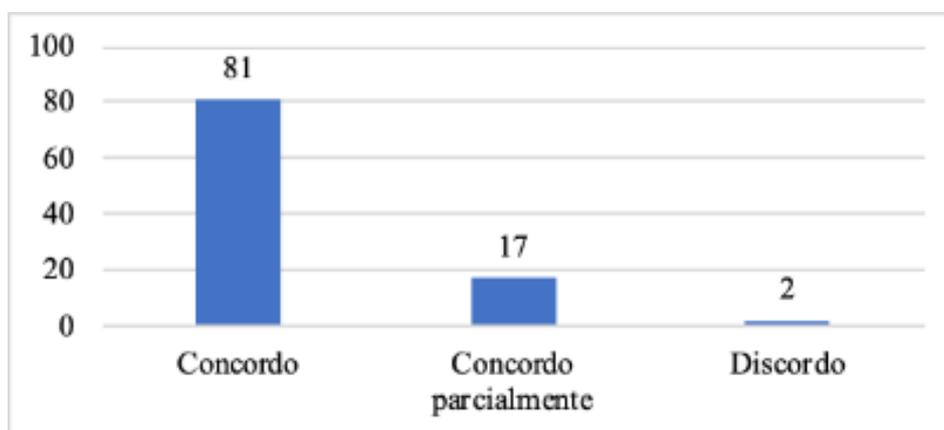
n 2015= 586; n 2019= 837

Tradicionalmente, nos estudos de socialização política, o primeiro agente considerado era a família, seguido da escola (HYMAN, 1959; JENNINGS; STOKER; BOWERS, 1999; WASBURN; COVERT, 2017). Dentro da pesquisa conduzida pelo Nupesal, o primeiro agente destacado é a família (38,6% e 35,7%, respectivamente). No entanto, desde 2015, a internet/redes sociais (21,4%) já são mais citadas que a escola (17,7%). Em 2019, esses números crescem ainda mais para internet (24,9%) e decrescem para a escola como agente (16%). Entrando na temática sobre *fake news*, perguntamos aos jovens sobre o aumento da desinformação nos últimos anos, conforme ilustrado no gráfico abaixo:

Como visto nos dados acima, 81% dos jovens entrevistados concordam que há um aumento na divulgação de *fake news*. Assim perguntamos quais canais utilizam para se informar sobre política, o quanto confiam em cada um deles e se já tiveram contato com notícias falsas em cada veículo. As respostas estão apresentadas no Gráfico 8 abaixo:

Destarte, duas questões devem ser destacadas: 1) essa questão diz respeito a informações, confiança e notícias falsas sobre política e é referente à porcentagem que respondeu que utiliza/confia/já teve contato em cada meio; 2) boa parte dos jovens (86%) utiliza a internet primariamente como forma de entretenimento, mas, mesmo que não busquem por notícias sobre política, elas estão expostas no ambiente virtual (NUPESAL, 2019).

GRÁFICO 7 Você concorda que houve um aumento na divulgação de fake news no Brasil? (2019 -%)



Fonte: NUPESAL (2019).

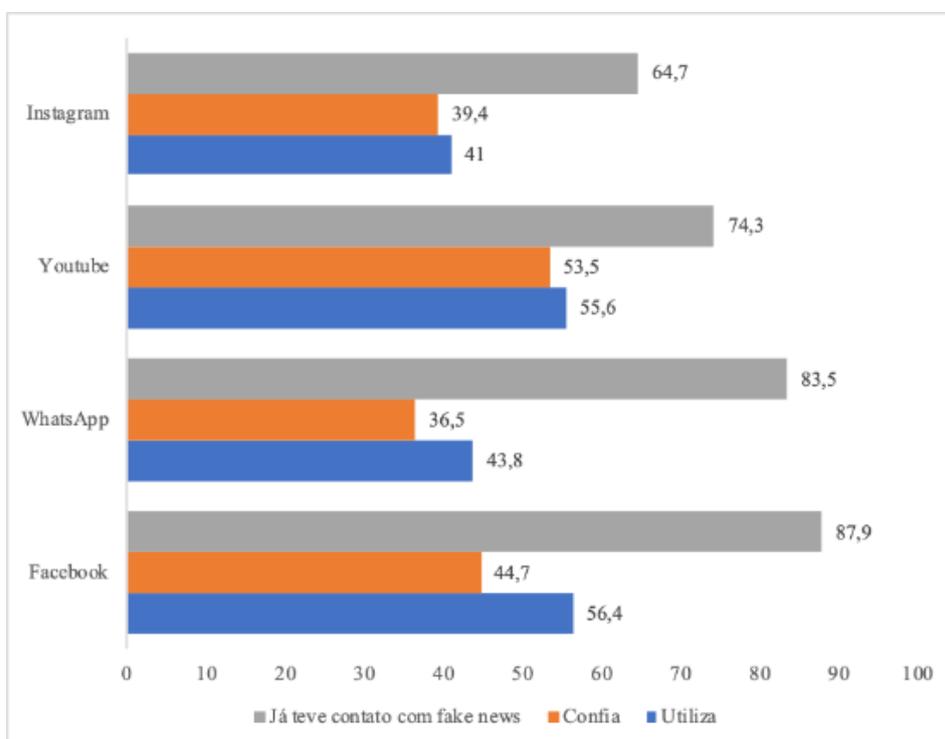
n 2019= 788

Por ordem de utilização para se informar sobre política, o Facebook é o que teve maior adesão (56,4%), seguido pelo Youtube (55,6%) e WhatsApp (43,4%). Do ponto de vista de confiança nas informações sobre políticas nestes meios, novamente aparecem Youtube (53,5%), Facebook (44,7%) e Instagram (39,4%), respectivamente. Já, no que diz respeito ao contato frequente com notícias falsas, os três primeiros elencados são plataformas digitais: Facebook (87,9%), WhatsApp (83,5%) e Youtube (74,3%). Chama a atenção nesses dados primeiramente a alta porcentagem de jovens que indicam deparar-se com notícias falsas e, ao mesmo tempo, a incongruência entre uso e confiança nos meios, uma vez que são ambientes customizados por algoritmos, a partir dos interesses/contatos/curtidas dos próprios usuários.

Por fim, mas não menos importante, é a discussão sobre o que os jovens entendem por *fake news*, e o quanto são capazes de diferenciar fatos de opiniões e sátiras de notícias verídicas. Dentro desse escopo, perguntamos aos jovens como se comportam nas redes sociais ao se depararem com notícias sobre política, conforme demonstrado no Gráfico 9 abaixo:

Os dados indicam que, mesmo sem demonstrar um interesse prévio sobre o tema, 76,8% dos jovens afirmam ler e/ou assistir conteúdos postados por seus contatos nas redes sociais e 64,8% curtem posts sobre o tópico. Já repostar ou comentar os conteúdos encontram menor prática entre os internautas, embora ainda relevantes (34,2% e 37,4%). Novamente, salta à vista a porcentagem alta de jovens que declaram ter avisado contatos que estavam compartilhando

GRÁFICO 8 Utilização, confiança e volume de fake news em redes sociais sobre política



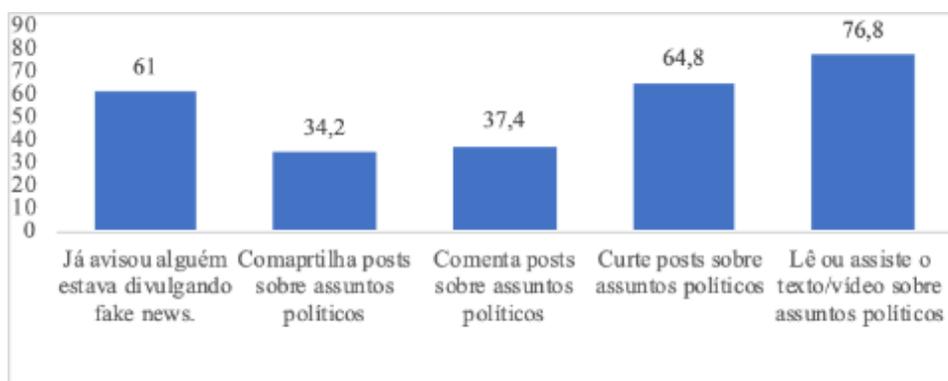
Fonte: NUPESAL (2019).

N = 799

notícias falsas (61%) nas redes, reafirmando o quanto a desinformação está presente e é reconhecida no ambiente informacional. Nesse ensejo, perguntamos aos jovens qual a principal motivação para pessoas compartilharem desinformação.

Conforme os dados no Gráfico 10, cerca de 70% dos jovens atribuem a desinformação a uma motivação intencional, seja 52% a de convencer as demais do seu ponto de vista ou 15% para confundir as pessoas. Apenas 29% percebem que esse fenômeno ocorre de forma não intencional, que estaria relacionado à falta de informação. Dentro da categoria “Outros” (4%), a maior parte das afirmativas indicava as três respostas anteriores ou fins políticos. Assim perguntamos quais ações os jovens realizam para verificar a legitimidade das notícias que recebem, conforme demonstrado no Gráfico 11, abaixo. As afirmativas foram formuladas levando em conta a conceituação de desinformação discutida nos primeiros capítulos e também buscaram levantar a reflexão sobre as informações que são consumidas.

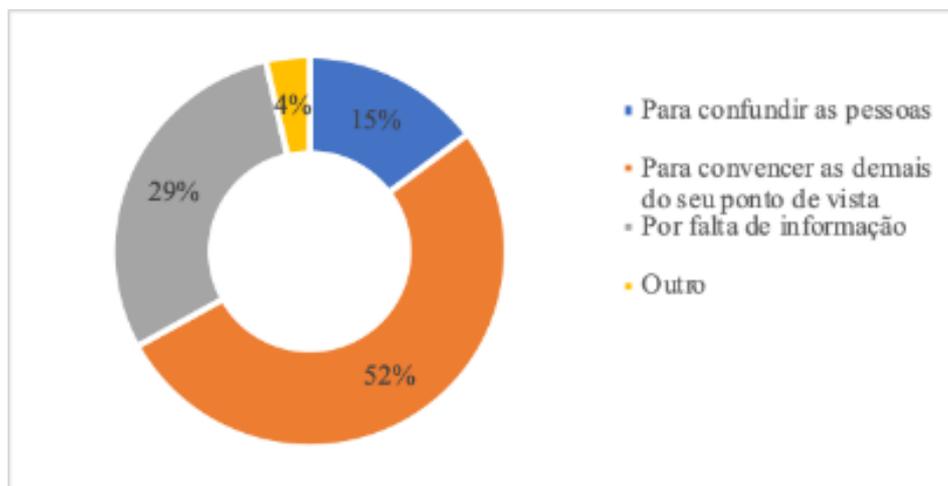
GRÁFICO 9 Comportamento e Interação com contatos nas redes sociais (%)



Fonte: NUPESAL (2019).

N = 783

GRÁFICO 10 Motivações das pessoas que compartilham desinformação, de acordo com os jovens (%)

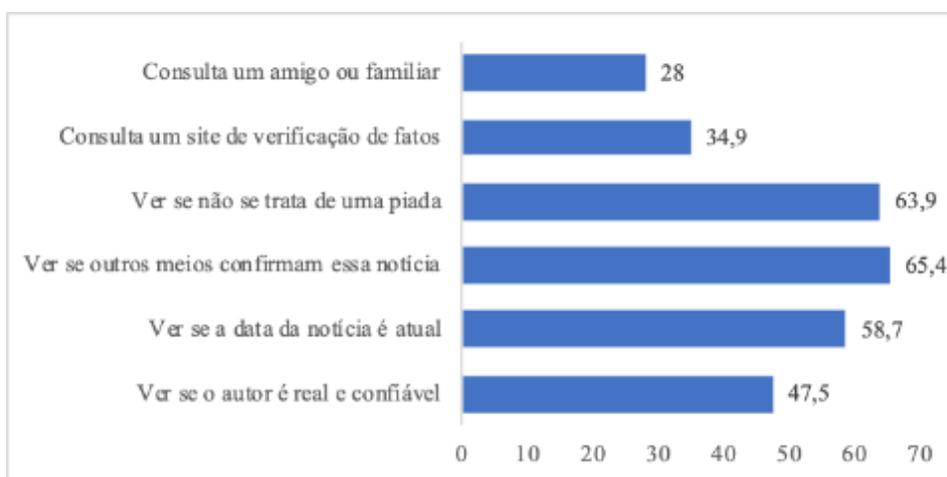


Fonte: NUPESAL (2019).

N = 839

Embora as respostas acima pareçam positivas, entendemos que há um viés de resposta nelas, na qual os estudantes buscam indicar o que consideram mais correto, sem sabermos quais procedimentos de fato se dão na prática. Por exemplo, quando questionados da seguinte forma: “Você pesquisa em outras

GRÁFICO 11 Ações que realizam para verificar se as notícias que estão recebendo são legítimas (%)



Fonte: NUPESAL (2019).

N = 844

fontes sobre as notícias de política encontradas nas redes sociais?”, apenas 31,7% afirmaram que sim, menos da metade dos 65,4% que indicaram realizar tal ação nessa bateria de perguntas, ilustradas no gráfico acima — ambos da mesma pesquisa.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo analisamos a avaliação dos jovens sobre a política brasileira, verificando se a influência da internet/redes sociais como agentes socializadores possibilitou adoção de uma cultura política crítica. Examinamos também como a juventude percebe o fenômeno das *fake news* e da pós-verdade na democracia brasileira.

Seguindo um padrão tradicional, os dados indicam que os jovens continuam a perceber e avaliar a política de forma pessimista. Uma percentagem pequena dos jovens indica sentimentos positivos (26,5% em 2019), enquanto a maioria aponta sentimentos negativos (28,3%), indiferentes (15,6%) ou ainda que não sabem como se sentem (22,8%) — denotando afastamento do sistema político. Os níveis de desconfiança das instituições (71,4% de partidos e 66,4% do presidente) permanecem altos em comparação com a relativa estima das forças

armadas (25,9%), reiterando o aspecto autoritário da cultura política brasileira. Os jovens percebem políticos como corruptos e ineficientes<sup>10</sup> e reiteram afirmações de baixa eficácia no sistema democrático, ao passo que afirmam que participar da política não muda a realidade e que as suas famílias têm pouca influência nas decisões políticas<sup>11</sup>.

Enquanto as novas mídias são mais utilizadas como fonte de informação, elas, todavia, não são vistas como fontes confiáveis. Acreditamos que parte disso está atrelado ao fenômeno da desinformação e da pós-verdade. Ao passo que os jovens, em grande parte, entendem que as redes sociais podem figurar ferramentas de participação política (mais de 90%), essas redes sociais também são a fonte de informação nas quais encontram as maiores taxas de notícias falsas sobre política. Essas informações, aliadas ao tempo em que os jovens passam conectados, reforçam a importância da educação crítica para os usos da mídia e a importância da inserção de uma educação midiática como parte do currículo escolar ou inserida transversalmente nas diferentes disciplinas da educação básica.

Em suma, a juventude percebe o aumento da desinformação e o uso disso como tática na política e não se mostra alheio às motivações intencionais por parte daqueles que disseminam notícias falsas. Um maior aprofundamento nos estudos sobre a capacidade dos jovens de identificar desinformação se mostra muito importante para pensar em formas práticas de auxiliá-los a decodificar o que são fatos e o que são opiniões dentro desse novo paradigma informacional colocado pelas redes sociais.

## REFERÊNCIAS

- ALLCOTT, Hunt; GENTZKOW, Matthew. Social Media and Fake News in the 2016 Election. *Journal of Economic Perspectives*, Cambridge, MA, v. 31, n. 2, p. 211–236, 2017. Disponível em: <http://www.nber.org/papers/w23089.pdf>. Acesso em: 22 set. 2021.
- ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney. *The civic culture*. Princeton: Princeton University Press, 1963.
- BAQUERO, Marcello. Quando a instabilidade se torna estável: poliarquia, desigualdade social e cultura política na América Latina. *Revista Debates*, v. 2, n. 2, p. 48–69, 2008.

<sup>10</sup> Vide Gráfico 2 deste paper, onde 79,4% afirma que “todos os políticos são corruptos” e “políticos prometem coisas e depois não cumprem”.

<sup>11</sup> Vide Gráfico 2, onde 73,8% afirma “Pessoas como as de minha família não têm nenhuma influência nas ações do governo”, e 53,5% “Não adianta participar de política, pois nunca muda nada”.

- BAQUERO, Marcello. *Democracia inercial: assimetrias entre economia e cultura política na América Latina*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2018.
- BAQUERO, Marcello; BAQUERO, Rute. Trazendo o cidadão para a arena pública: capital social e empoderamento na produção de uma democracia social na América Latina. *Redes*, v. 12, n. 1, p. 125–150, 2007. Disponível em: <http://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/101\%5Cnhttp://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/viewFile/101/57>). Acesso em: 21 set. 2020.
- BAQUERO, Marcello; BAQUERO, Rute Vivian Angelo; MORAIS, Jennifer Azambuja de. Socialização política e internet na construção de uma cultura política juvenil no sul do Brasil. *Educação & Sociedade*, [s. l.], v. 37, n. 137, p. 989–1008, 2017.
- BAQUERO, Marcello; BERNARDI, Ana Julia Bonzanini; MORAIS, Jennifer Azambuja De. Padrões emergentes de uma cultura política juvenil ao sul do Brasil. *E-legis*, n. 28, p. 42–63, 2016.
- BAQUERO, Marcello; GONZÁLEZ, Rodrigo Stumpf. Cultura política, mudanças econômicas e democracia inercial. Uma análise pós-eleições de 2014. *Opinião Pública*, [s. l.], v. 22, n. 3, p. 492–523, 2016.
- BERNARDI, Ana Julia Bonzanini. *Competência cívica em uma democracia desigual: analisando o impacto dos investimentos educacionais na cultura política juvenil porto-alegrense entre 2002 e 2015*. Tese (Doutorado em Ciência Política) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.
- BERNARDI, Ana Julia Bonzanini. *Fake News e as Eleições de 2018 no Brasil: como diminuir a desinformação?* 1. ed. Curitiba: Editora Appris, 2020.
- CARVALHO, José Murillo de. *Cidadania no Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- CASTELLS, Manuel. *A Galáxia da Internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- COSTA, Andressa Liegi Vieira; BERNARDI, Ana Julia Bonzanini. Respostas populistas à crise do Coronavírus: análise dos twitters de Donald Trump e Jair Bolsonaro. *Revista Portuguesa de Ciência Política/Portuguese Journal of Political Science*, v. 14, p. 81–103, 2020.
- CGI. Comitê Gestor da Internet no Brasil. *Pesquisa sobre o uso das tecnologias da informação e da comunicação no Brasil*. São Paulo. Disponível em:

[https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/20201123121817/tic\\_dom\\_2019\\_livro\\_eletronico.pdf](https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/20201123121817/tic_dom_2019_livro_eletronico.pdf). Acesso em: 22 maio 2020.

DALTON, Russell J.; WELZEL, Christian. Political Culture and Value Change. In: DALTON, Russell J.; WELZEL, Christian (ed.). *The civic culture transformed: from allegiant to assertive citizens*. Nova York: Cambridge University Press, 2014.

DATASENADO. *Redes sociais, notícias falsas e privacidade de dados na Internet*. Brasília. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/ouvidoria/publicacoes-ouvidoria/redes-sociais-noticias-falsas-e-privacidade-de-dados-na-internet>. Acesso em: 6 jun. 2021.

DEB, Anamitra; DONOHUE, Stacy; GALISYER, Tom. Is social media a threat to democracy? In: FRONTEIRAS XXI, p. 1–21, 2017. Disponível em: <https://fronteirasxxi.pt/wp-content/uploads/2017/11/Social-Media-and-Democracy-October-5-2017.pdf>. Acesso em: 21 set. 2020.

GALLEGRO, Esther Solano. *A Bolsonarização de Brasil*: documentos de trabalho IELAT, Universidad de Alcalá, Abril 2019.

GONZÁLEZ, Rodrigo Stumpf; MORAIS, Jennifer Azambuja de; BERNARDI, Ana Julia Bonzanini. O novo ovo da serpente: emergência de valores antidemocráticos na juventude do sul do Brasil. In: 12º ENCONTRO DA ABCP 2020, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa (PB). *Anais [...] Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa (PB): Associação Brasileira de Ciência Política*, 2020.

HYMAN, Herbert. *Political Socialization: a study in the psychology of political behavior*. Glencoe, Illinois: The Free Press, 1959.

JENNINGS, M. Kent; STOKER, Laura; BOWERS, Jack. Politics across generations: family transmission reexamined. *The Journal of Politics*, v. 71, n. 3, p. 782–799, July 2009.

In: ANNUAL MEETING OF THE AMERICAN POLITICAL SCIENCE 1999, *Anais [...] Journal of Politics 71: 782–799*

MARWICK, Alice; LEWIS, Rebecca. Media manipulation and disinformation online. *Data & Society*, p. 1–104, 2017.

MELLO, Patrícia Campos. Empresas contrataram disparos pró-Bolsonaro no WhatsApp, diz espanhol. *Folha de S. Paulo*, [on-line], 18 de junho

- de 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/06/empresas-contrataram-disparos-pro-bolsonaro-no-whatsapp-diz-espanhol.shtml>. Acesso em: 19 jun. 2019.
- MORAIS, Jennifer Azambuja de. *Cultura Política e Capital Social: os efeitos do uso da internet na socialização de jovens no Sul do Brasil*. 2017. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.
- NAZZARI, Rosana K. Capital social e socialização política dos jovens no Brasil. *Educação Unisinos*, São Leopoldo, v. 9, n. 2, p. 145–154, 2015.
- NEWMAN, Nic *et al.* *Reuters Institute Digital News Report 2020*. 2020. Disponível em: [https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/sites/default/files/2020-06/DNR\\_2020\\_FINAL.pdf](https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/sites/default/files/2020-06/DNR_2020_FINAL.pdf). Acesso: 21 maio 2021.
- NEWTON, K.; NORRIS, P. Confidence in public institutions: Faith, Culture or Performance? *In*: PHARR, S.; PUTNAM, R. (ed.). *Disaffected democracies: What's troubling the trilateral countries?* Princeton, NJ: Princeton University Press, 2000. Disponível em: [https://www.scirp.org/\(S\(i43dyn45teexjx455qlt3d2q\)\)/reference/ReferencesPapers.aspx?ReferenceID=653021](https://www.scirp.org/(S(i43dyn45teexjx455qlt3d2q))/reference/ReferencesPapers.aspx?ReferenceID=653021). Acesso: 20 maio 2021.
- OECD. *21st-Century Readers: Developing literacy skills in a digital world*. Paris: OECD Publishing, 2021. Disponível em: [https://www.oecd-ilibrary.org/education/21st-century-readers\\_a83d84cb-en](https://www.oecd-ilibrary.org/education/21st-century-readers_a83d84cb-en). Acesso em: 6 jun. 2021.
- OWEN, Diana. The New Media's Role in Politics. *In*: OPENMIND. [s. l.], 2017. Disponível em: <https://www.bbvaopenmind.com/en/articles/the-new-media-s-role-in-politics/>. Acesso em: 21 maio 2021.
- PATTERSON, Thomas E. *The mass media election: how Americans choose their President*. Nova York: Praeger, 2000.
- PUTNAM, Robert D. Tuning in, tuning out: the strange disappearance of social capital in America. *PS: Political Science and Politics*, [s. l.], v. 28, n. 4, p. 664, 2006.
- RECUERO, Raquel; GRUZD, Anatoliy. Cascatas de “Fake News” políticas: um estudo de caso no Twitter. *Revista Galáxia*, v. 41, 2019.
- ROCHA, Marcelo; TEIXEIRA, Matheus. Saiba o que o inquérito dos atos antidemocráticos no STF descobriu e por que a apuração empacou. *Folha de São Paulo*, [online], São Paulo, 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/06/saiba-o-que-o-inquerito-dos-atos-antidemocraticos-no-stf-descobriu-e-por-que-a-apuracao-empacou.shtml>. Acesso em: 26 jun. 2021.

- SCHMIDT, João Pedro. *Juventude e política nos anos 1990: um estudo de socialização política no Brasil*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000.
- SILVEIRA, Angelita Fialho. 2005. *Capital Social e educação: perspectivas sobre empoderamento da juventude em Porto Alegre, RS*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.
- SOHL, Sofia. *Youths' political efficacy: sources, effects and potentials for political equality*. Örebro: Örebro University, 2014.
- UK HOUSE OF COMMONS. *Disinformation and "fake news": final report published*. London, 2019. Disponível em: <https://publications.parliament.uk/pa/cm201719/cmselect/cmcomeds/1791/1791.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2020.
- VOSOUGHI, Soroush; ROY, Deb; ARAL, Sinan. The spread of true and false news online. *Science*, v. 359, n. 6380, p. 1146–1151, 2018.
- WASBURN, Philo C.; COVERT, Tawnya J. Adkins. *Making Citizens: political socialization research and beyond*. 1st ed. Palgrave Macmillan, 2017.
- ZORZI, Felipe. *Cidadania Desigual: socialização política comparada em escolas públicas e privadas de Porto Alegre/RS*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

# MÍDIA E CONFIANÇA NAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS

UMA ANÁLISE DO BRASIL DE 2014 A 2018

3

**Resumo:** Este artigo é uma síntese da pesquisa intitulada “Mídia e Confiança nas Instituições Democráticas: Uma Análise do Brasil de 2014 a 2018”, desenvolvida para a obtenção do doutoramento em Ciência Política pela Universidade Federal do Estado do Rio Grande do Sul. No primeiro item, consta uma breve introdução sobre o tema geral, o desenho e os respectivos componentes da pesquisa, bem como a metodologia empregada. A referida pesquisa foi desenvolvida utilizando como ferramentas a metodologia qualitativa e o método Process Tracing-Theory Testing (mapeamento de processo causal-testar uma teoria). No segundo item, foram listados os principais conceitos que deram o embasamento teórico a este trabalho. O item número 3 traz uma introdução das análises e uma descrição mínima dos componentes da pesquisa, bem como dos resultados obtidos. No item número 4, consta a conclusão do trabalho.

**Palavras-chave:** mídia; democracia; confiança; instituições; Brasil.

## MEDIA AND TRUST IN DEMOCRATIC INSTITUTIONS: AN ANALYSIS OF BRAZIL FROM 2014 TO 2018

**Abstract:** This article is a synthesis of the research named “Media and Trust in Democratic Institutions: An Analysis of Brazil from 2014 to 2018”, developed to obtain a PhD degree in Political Science at the Federal University of Rio Grande do Sul, Brazil. The first item presents a brief introduction theme in general terms, the design and the respective components of the research, in addition to the methodology used. The research was developed using as tools of analysis the qualitative methodology and the Process Tracing-Theory Testing method. The second item lists the main concepts that provided the theoretical basis for this work. The item number 3 brings an introduction to the analyzes and a minimal description of the research components, as well as the results obtained. In item number 4, there is the conclusion of the work.

**Keywords:** media; democracy; trust; institutions; Brazil.

### 1 INTRODUÇÃO E METODOLOGIA

Durante as duas últimas décadas do século XX, o mundo, de uma maneira geral, mas, em especial, a América Latina, ingressou em um processo de acelerada redemocratização formal, em que regimes autoritários cederam lugar a governos eleitos diretamente pela população. Já no início dos anos 90, o continente experimentou algo que não havia acontecido em praticamente todo o restante do século que estava terminando: a maioria dos países latino-americanos estava adotando o regime democrático como forma de governo. Samuel Huntington (1991) chamou aquele processo de terceira onda de redemocratização.

Muito embora tenha havido alguns retrocessos, com golpes e tentativas de golpes, como no caso do Haiti em 1991, Peru em 1992 e Venezuela em 1993,

e os profundos desequilíbrios socioeconômicos tenham persistido, a América Latina se encaminhava para o novo século (milênio) convivendo com a formalização dos procedimentos democráticos e a consolidação de instituições representativas. As elites econômicas locais, tradicionalmente amparadas por forças armadas submissas aos seus interesses e propensas à tomada do poder pela força sempre que julgassem necessário ou fossem estimuladas a agir, pareciam ter aceitado a existência de constituições que garantiam minimamente um regramento, com pluralidade na disputa pelo poder político e o respeito aos direitos humanos (MOISÉS, 1995).

No caso do Brasil, por exemplo, que havia passado por uma redemocratização controlada pelas forças do regime autoritário anterior (LAMOUNIER, 1990; SOUZA, 1996; GOMES, 1997), a elaboração de uma nova Constituição durante os anos 80, pelo *impeachment* de um presidente, inúmeras crises e, finalmente, a estabilização econômica durante os 90, ingressou no século XXI com uma democracia relativamente consolidada, embora ainda enfrentando aquilo que Moisés (2005) classificou como um paradoxo, ou seja, a população apresentava uma crescente adesão à democracia enquanto forma de governo, ao mesmo tempo em que os níveis de confiança da população nas instituições eram persistentemente baixos (MOISÉS, 2005; MOISÉS; CARNEIRO, 2008).

No que pese a persistente desconfiança nas instituições, no início dos anos 2000, pesquisas feitas por Meneguello (2006) e dados do Latinobarômetro (2009 e 2010) demonstravam que os brasileiros haviam se tornado mais exigentes no exercício de sua cidadania do que nas primeiras décadas após o final do regime autoritário, ao mesmo tempo em que se mostravam mais confiantes na democracia (LATINOBARÔMETRO, 2009, 2010; MENEGUELLO, 2006).

No entanto, no final da segunda década do século XXI, passados mais de trinta anos desde o início do processo de reconstrução da democracia no Brasil, esta volta a dar mostras de sua fragilidade e incompletude. Durante o período pós-ditadura, aconteceram inegáveis e significativos avanços no que se refere à consolidação de procedimentos institucionais, com eleições regulares e relativamente competitivas (BAQUERO, 2008). Porém parece não ser mais prudente acreditar que somente esses procedimentos formais podem dar conta da complexidade dos processos e eventos que passaram a ocorrer na sociedade brasileira já a partir do início da segunda década do século XXI. O dilema da instabilidade das instituições parece estar de volta. O fantasma de novas crises e rupturas, com diferentes formatos e motivações, não parece ser mera teoria conspiratória (MIGUEL, 2019; SOUZA, 2016). Pesquisas do Latinobarômetro mostraram que a confiança da população nas instituições e na própria democracia enquanto regime caiu a níveis historicamente baixos. Dados de 2018, por exemplo, apontavam que, naquele ano, apenas 38% da população brasileira acreditavam que a democracia era a melhor forma de governo, e apenas 9% estava satisfeita com o desempenho do regime democrático; os que confiavam somados aos que confiavam muito no Poder Judiciário contabilizavam

um percentual de 34% da população, no Governo Federal 7%, no Congresso Nacional 13%, e, nos Partidos Políticos, esse número era de apenas 6% (LATINOBARÔMETRO, 2018).

Dessa forma, como consequência de um período relativamente longo de acentuado aprofundamento da desconfiança na democracia e suas instituições, a população brasileira, acreditando que aquela fosse a maneira correta de ver suas expectativas atendidas, elegeu, em 2018, para presidente da República, um candidato com características historicamente não democráticas. O presidente eleito, Jair Bolsonaro, é um político de extrema direita, manifestamente contrário aos direitos humanos em geral e das minorias em específico, com tendências antidemocráticas e que, em diversas ocasiões, defendeu o regime autoritário (ditadura) que se originou do golpe militar de 1964, bem como seus procedimentos, como prisões, tortura e, até mesmo, eliminação física dos adversários do regime (SOLANO, 2018; CIOCARI; PERSICHETTI, 2018; TOSI, 2019; CAVALCANTE, 2020).

Portanto parece plausível se sugerir que, no contexto da sociedade brasileira da segunda década do século XXI, existiu uma relação entre a queda acentuada e persistente dos níveis de confiança da população na democracia e suas instituições e o momento de instabilidade que o país vivia e ainda vive. A própria eleição de Jair Bolsonaro para presidente, por suas características já descritas acima, parece deixar pouca margem para dúvidas sobre isso. Essa constatação vai ao encontro das elaborações feitas por Easton (1975), entre outros autores vinculados à teoria da Cultura Política, os quais, em seus trabalhos, apontaram a estreita relação entre a confiança institucional das populações e a estabilidade do regime democrático.

Não obstante esse quadro de deterioração da confiança nas instituições da democracia representativa e suas consequências para o Brasil, mas paralela e concomitante a ele, uma das constatações mais marcantes sobre a contemporaneidade em geral diz respeito à relação entre mídia e política nas mais diferentes sociedades (entendam-se, mais especificamente, sociedades ocidentais). Nessas diferentes sociedades, é possível observar que os meios de comunicação de massa (mídia) assumiram uma centralidade quase absoluta na vida das populações, mesmo que a maioria das pessoas nem se dê conta disso ou já tenham esse fenômeno como um aspecto natural de suas vidas. Em muitas situações, direta ou indiretamente, a mídia tem se mostrado capaz de abarcar e estabelecer os contornos da totalidade da vida social de grande parte dos indivíduos. Isso significa dizer que é a partir da interação com os conteúdos simbólicos das mais diversas formas de mídia que as pessoas, em grande medida, reconhecem os seus respectivos lugares no mundo atual, bem como moldam os seus comportamentos, sejam eles relacionados às atividades cotidianas mais imediatas, sejam eles de natureza mais ampla e geral, na relação com grupos sociais maiores, em que as mais diversas identidades são reveladas (MIGUEL; BIROLI, 2010).

Segundo Thompson (1995), esse fenômeno não é recente e, com seus diferentes estágios de desenvolvimento, já perdura por alguns séculos. Seu início se deu por volta do século XVI, assumindo contornos mais nítidos do século XVIII em diante. O intenso e contínuo desenvolvimento dos meios de comunicação a partir da modernidade transformou “[...] a organização espacial e temporal da vida social, criando novas formas de ação e interação, e novas maneiras de exercer o poder”, as quais não estão mais ligadas ao espaço geograficamente compartilhado (THOMPSON, 1995, p. 14).

Com a consolidação do capitalismo, durante os séculos XIX e XX, e a hegemonia da economia de mercado, as atividades da mídia foram se ampliando. Os poderes constituídos pelo Estado liberal, por exemplo, passaram a experimentar os meios de comunicação de massa no desempenho da função de canalizadores das demandas da esfera privada e seus agentes econômicos diretamente para a esfera política estatal, como um mediador entre sociedade e Estado, suplantando, em grande medida, o papel dos partidos políticos. Manin (1995) chamou esse estágio de democracia do público. Aqui é possível se observarem os meios de comunicação atuando como plataforma de manifestação da esfera pública, conforme conceituado por Habermas<sup>1</sup> (2014), porém, e mais do que isso, sendo eles mesmos o elo entre sociedade e Estado. No entanto essa “nova” situação apresenta contradições em si mesma, pois, na passagem da modernidade para as sociedades contemporâneas, os meios de comunicação também se transformaram em empresas capitalistas privadas, as quais têm interesses econômicos e políticos a defender tanto na esfera pública quanto na esfera estatal (LIMA, 2012). Nesses termos, eles passam a não ser mais um elemento neutro nesse processo.

Em consequência disso, a mídia perde a sua identidade de magistratura idealizada na modernidade. Os seus olhos não são mais os olhos dos cidadãos, vigiando como um “cão de guarda” para assegurar que o comportamento das instituições de Estado, assim como de seus ocupantes individuais, estivesse de acordo com os interesses da sociedade como um todo. Os olhos continuam sendo vigilantes como antes, mas passaram a pertencer a grupos de indivíduos e não mais ao público em geral. O “cão de guarda” agora é essencialmente privado e zela pela segurança apenas de áreas específicas do “território”. Por fim, todo o aparato tecnológico, importante para o exercício da sua função na esfera pública, como teorizada por Habermas (2014), cumpre um outro papel e é utilizado, como em qualquer outra empresa capitalista, para defender os interesses de seus proprietários, acionistas e grupos com os quais tenham afinidades (FONSECA, 2011).

Já no início do século XX começaram a surgir as primeiras preocupações com o papel dos meios de comunicação nas sociedades contemporâneas. Max Weber foi um dos primeiros a se manifestar sobre isso. Mesmo sem ainda ter vivido a

---

<sup>1</sup> Obra originalmente de 1962.

experiência do rádio na sua totalidade, já em 1910, o autor indagava sobre o crescente poder da imprensa. Weber chegou a propor um programa de pesquisa sobre o tema. Uma de suas preocupações estava no fato de a imprensa ser uma empresa capitalista com dois tipos completamente diferentes de clientes, os anunciantes e aqueles que compravam jornais. Ele já percebia na época o jornalismo, ou a empresa de mídia (hoje), como parte do processo de ação racional direcionada a atingir determinados fins e, naquele contexto, servindo a “dois senhores” com interesses distintos.

Posteriormente, Walter Lippman, Max Horkheimer e Theodor Adorno, entre outros, sistematizaram suas preocupações em forma de pesquisa de caráter científico. Depois disso, os estudos sobre os efeitos da mídia se multiplicaram, assim como as suas abordagens. Mais recentemente, alguns estudos têm se debruçado sobre aspectos mais sutis e específicos da relação mídia e sociedade. A maioria deles foi realizada nos últimos 50 anos, mas ainda têm como referência os estudos preliminares realizados por Walter Lippman no início do século XX.

Para os autores desses “novos” estudos, os meios de comunicação de massa, por suas características intrínsecas de produtores e disseminadores de material simbólico, no desempenho de suas funções, possuem a capacidade de influenciar fortemente a formação da agenda de temas relevantes que será apresentada para a sociedade (esfera pública), bem como podem definir o enquadramento que será dado a cada tema da agenda já estabelecida por eles. Isso significa dizer que a mídia pode escolher os eventos sobre os quais a sociedade vai tomar conhecimento no seu cotidiano, assim como pode direcionar o olhar das pessoas para um esquema interpretativo pronto sobre aqueles eventos. No original, esses estudos são chamados de *agenda setting* e *agenda framing* (agendamento e enquadramento, respectivamente). Entre os mais proeminentes trabalhos desenvolvidos sobre o tema estão os de McCombs e Shaw (1972), Goffman (1974), Entamn (1991), Fowler (1991), Maingueneau (1997), Porto (2004), Emediato (2013) e Orlandi (2016).

Por outro lado, e trazendo essas reflexões preliminares sobre a mídia para o contexto brasileiro, quando passa a ser permitida por aqui, em 1808, a imprensa se instala em uma sociedade de conformação social hierárquica, em que os senhores de terra (grandes proprietários de terra) eram a autoridade “natural” máxima e incontestada. Dessa característica social, segundo Sodré (1999), surge uma das muitas contradições vividas pelos meios de comunicação no Brasil ao longo de sua história. O “cenário” geral era de um capitalismo tentando se desenvolver em meio a uma sociedade baseada, predominantemente, em latifúndios de produção econômica bastante rudimentar, quase feudais. Por sua vez, a imprensa já se constituía uma empresa com algumas características capitalistas; no entanto, pertencia e servia a um poder ainda primitivo e pré-capitalista. Isso porque aqueles mesmos proprietários dos meios de produção econômica rudimentares foram se transformando em proprietários da imprensa que se instalava no Brasil, pois eram eles que possuíam os recursos

para tal empreendimento (SODRÉ, 1999). Assim, em geral, os veículos que foram surgindo naquele período eram jornais pertencentes e “[...] atrelados a grupos familiares dominantes, condicionados aos seus interesses econômicos e afinidades intelectuais” (MARTINS; LUCA, 2008, p. 13-14).

Com o surgimento do rádio e, posteriormente, da TV, aconteceu o grande salto de desenvolvimento para o setor, do século XIX para o século XX. No Brasil, as concessões, outorgas e permissões para o funcionamento desses veículos (radiodifusão), todos sob o controle do Estado, seguiram a lógica de troca de favores entre os “coronéis” (lideranças regionais) locais e o governo central, identificada por Sales (1993) e que tinha raízes ainda no século XIX. Essa prática aumentou ainda mais a já grande influência de integrantes de oligarquias econômico-políticas sobre as populações locais, o que, por sua vez, facilitava a eleição de seus representantes para cargos públicos, tanto no âmbito regional quanto nacional (LIMA, 2008).

Historicamente, essas concessões foram sendo utilizadas como forma de favorecimento a grupos economicamente dominantes, em cujas mãos o controle do Estado brasileiro se alternava. No que pese a sua relevância para os regimes democráticos, a sociedade brasileira nunca foi convidada para discutir a forma com que as concessões de mídia foram distribuídas. O Estado as distribuiu de acordo com a conveniência conjuntural (LIMA, 2008).

Foi assim que, segundo Lima (2012), aos poucos foram se formando os grandes grupos de mídia no Brasil e, embora cada um dos meios — rádio, TV, jornais, revistas e, atualmente, a internet — possuam especificidades legais diferentes para funcionarem, em muitos casos estão sob o controle, de fato, de um mesmo grupo empresarial. Isso ocorre através do que se conhece por propriedade cruzada. Para o autor, esta se constitui numa característica marcante da mídia brasileira e que a distingue da maioria dos seus pares no cenário internacional, onde a propriedade cruzada é prática proibida. Assim, a mídia brasileira hoje, na maioria dos casos, ainda é composta por oligopólios capitalistas privados, de cunho familiar, pertencentes às elites locais e regionais. Muitas dessas elites, com profundas raízes nas oligarquias rurais da República Velha, ou mesmo anteriores (LIMA, 2012).

Assim, esta pesquisa, sendo sintetizada brevemente neste artigo, considerou que o exposto nas páginas anteriores — onde foram descritos, minimamente, o contexto de crise política e instabilidade do regime democrático em que a sociedade brasileira está inserida hoje, assim como a breve reflexão sobre a centralidade da mídia para a construção dos processos sociais nas sociedades contemporâneas, inclusive com a suas características históricas, muito particulares no contexto brasileiro — apresenta grandes e relevantes desafios a serem enfrentados pelas Ciências Sociais em geral e em específico pela Ciência Política. E, na tentativa de contribuir para o entendimento e enfrentamento desses desafios e no intuito de investigar as possíveis causas para o fenômeno da perda da confiança da população brasileira na democracia, este trabalho apresentou

como tese a ser desenvolvida e testada que: *os meios de comunicação de massa (mídia) contribuíram para a redução dos níveis de confiança da população brasileira na democracia e suas instituições.* O problema de pesquisa formulado com o objetivo de testar a tese acima foi: *como os meios de comunicação de massa (mídia), no exercício de suas funções, podem estar relacionados com a queda nos níveis de confiança da população na democracia e suas instituições no contexto da sociedade brasileira?* O objetivo geral delineado foi, *a partir da análise de eventos ocorridos entre 2014 e 2018, contribuir para aprofundar a compreensão do papel desempenhado pelos meios de comunicação de massa no processo de redução dos níveis de confiança da população brasileira na democracia e suas instituições naquela conjuntura.*

Para este trabalho, não havia uma hipótese única e exclusiva como resposta para a pergunta de pesquisa explicitada no parágrafo anterior. Havia, na sociedade brasileira, um processo causal se desenvolvendo, o qual se iniciara já em anos anteriores, mas que se expressou de forma definitiva e acentuada ao longo do período aqui estudado. Assim, mais especificamente, *havia um conjunto de atividades causais (hipóteses) articuladas formando um mecanismo que, agindo a partir dos meios de comunicação de massa (variável independente), modificou a variável dependente, ou seja, contribuiu para a redução dos níveis de confiança da população brasileira na democracia e suas instituições, verificada entre 2014 e 2018.*

Por essa razão, o desenvolvimento desta pesquisa ocorreu utilizando-se do protocolo de metodologia qualitativa. O método que foi empregado denomina-se *Process Tracing*, (mapeamento de processo causal) na sua variante denominada *Theory-Testing* (testar uma teoria). Esse método é uma ferramenta cuja principal função é identificar mecanismos causais entre variáveis. Em outras palavras, é um método que busca identificar a cadeia de eventos que ocorre entre uma variável independente (causa X) e uma variável dependente (resultado Y). Essa cadeia de eventos constitui os instrumentos utilizados pela causa X para a produção do resultado Y (GEORGE; BENNETT, 2005; BENNET; CHECKEL, 2015).

A variante do método utilizada nesta pesquisa é normalmente empregada quando trabalhos anteriores já detectaram a possibilidade de correlação entre uma causa X e um resultado Y, mas não há a certeza se existe, verdadeiramente, um mecanismo causal ligando X e Y. No caso específico desta pesquisa, a correlação é entre os meios de comunicação de massa (variável independente, causa X) e a redução dos níveis de confiança da população brasileira na democracia e suas instituições (variável dependente, resultado Y), durante o período de 2014 a 2018. Assim, conhecendo a causa X e o resultado Y, a partir da teoria já existente, foi elaborada uma hipótese plausível de mecanismo causal, identificando as suas possíveis atividades constitutivas. Nesse caso, as atividades causais do mecanismo hipotetizado foram: 1) a confiança que a população brasileira confere aos meios de comunicação de massa; 2) a cultura

política da população brasileira de desconfiança nas instituições democráticas; e 3) o agendamento do tema corrupção com enquadramento de viés antipolítica em geral, fortemente personalizado no Partido dos Trabalhadores e seus governos. As duas primeiras atividades causais foram consideradas estruturais, pois já fazem parte das características históricas da sociedade brasileira. A terceira atividade causal foi considerada conjuntural, pois foi o componente “novo” introduzido naquele contexto para completar o processo que contribuiu na produção do resultado hipotetizado.

Assim, com todos os componentes do desenho de pesquisa definidos, o objetivo foi verificar se as evidências empíricas sobre as atividades causais, agindo a partir da causa X (meios de comunicação de massa), estavam presentes no contexto estudado e contribuíram no todo, ou em partes, para a produção do resultado Y (redução nos níveis de confiança da população brasileira na democracia e suas instituições).

Segundo Beach e Pedersen (2013), o que permite ao pesquisador concluir sobre a existência ou não de um mecanismo causal em um caso estudado é um processo que se denomina inferência interna. Note-se que a existência ou não das evidências empíricas e dados em um determinado contexto é uma questão fática. Se existem, é sobre elas que a atenção do pesquisador precisa estar focada, pois é a sua força e robustez que vão definir se, após o processo de análise, o nível de confiança na presença do mecanismo hipotetizado aumentará ou será reduzido. Por isso, em um estudo de caso, esse processo não pode ser confundido com a busca pela confirmação da hipótese, pois ou as evidências existem ou não. Assim, devido à ontologia de causalidade usada no método *Process Tracing*, as ferramentas inferenciais utilizadas em métodos clássicos de análise estatística comparativa entre casos não podem ser aplicadas a esse método (BEACH; PEDERSEN, 2013).

Nesse sentido, a lógica bayesiana oferece as ferramentas mais adequadas para se fazer o tipo de inferência interna que o método *Process Tracing — Theory Testing* exige, pois permite que observações empíricas confirmem ou não a existência de partes ou de todo o mecanismo causal entre X e Y. Essa lógica, segundo Beach e Pedersen (2013), contraria a bem conhecida ideia de Popper de que teorias não são verificáveis. A lógica bayesiana, ao contrário, afirma que se pode confirmar ou refutar a confiança do pesquisador em uma determinada teoria mesmo que a certeza tanto na confirmação quanto na refutação nunca seja de 100%, o que, aliás, deve ser a ideia básica de todo o projeto de pesquisa que pretenda ser científico (BEACH; PEDERSEN, 2013).

A confirmação, ou o aumento da confiança do pesquisador, sobre a validade de uma teoria ou sobre a presença do mecanismo causal é alcançada, segundo a lógica bayesiana, quando a probabilidade posterior de validade do que foi teorizado é superior à probabilidade anterior à coleta de dados e evidências empíricas. Simplificadamente, quer dizer que, quando o pesquisador teorizar sobre a existência de um determinado mecanismo causal entre uma causa X

e um resultado Y, ele utilizará todo o conhecimento já disponível a respeito do tema. Fazer isso já confere ao pesquisador um certo nível de confiança necessário para a formulação da hipótese (probabilidade anterior). Se, após a coleta de mais dados empíricos e evidências, o pesquisador encontrar razões para aumentar o seu nível de confiança na presença do mecanismo causal que ele formulou como hipótese (probabilidade posterior), segundo a lógica bayesiana, a sua teoria estará confirmada (BEACH; PEDERSEN, 2013).

Finalmente, para que a existência do mecanismo causal entre uma causa X e um resultado Y seja comprovada usando o *Process Tracing — Theory Testing*, é necessário que cada parte desse mecanismo possa ser observada materialmente. Para que se possa detectar a manifestação dessas partes, o pesquisador precisa desenvolver cuidadosamente a previsão de quais evidências devem ser encontradas. Além disso, a formulação de previsões deve capturar a entidade em ação, assim como a sua atividade material específica. As evidências empíricas coletadas devem registrar os sinais da transmissão de poder entre X e Y por meio do mecanismo causal hipotetizado (BEACH; PEDERSEN, 2013).

Nos Quadros 1 e 2, tem-se um organograma do desenho de pesquisa com a utilização da variante *Process Tracing — Theory Testing* e seus diferentes componentes, mostrando os elementos específicos que foram empregados por esta pesquisa, o que, juntamente com o período de tempo já mencionado anteriormente, define e completa o seu recorte empírico. Assim é possível visualizar a causa X ou variável independente (meios de comunicação de massa), as atividades que formam o mecanismo causal hipotetizado (confiança conferida pela população brasileira aos meios de comunicação de massa; cultura política de desconfiança da população nas instituições; agendamento e enquadramento do tema corrupção política pelo Jornal Nacional), e o resultado Y (baixos, ou redução, dos níveis de confiança da população brasileira na democracia e suas instituições).

QUADRO 1 Organograma geral do desenho de pesquisa

Nível Teórico	CAUSA X	MECANISMO CAUSAL N1 > N2 > N3 ...	RESULTADO Y
Nível Empírico	Manifestação Empírica da Causa X	Manifestação Empírica de cada parte do Mecanismo Causal	Manifestação Empírica do Resultado Y

Fonte: Elaborado pelo autor, baseado em Beach e Pedersen (2013).

QUADRO 2 Desenho da pesquisa com suas diferentes partes

		<b>MECANISMO CAUSAL</b>		
<b>CAUSA X VARIÁVEL INDEPENDENTE</b>		<i>AC 1 &gt; AC 2 &gt; AC 3 ...*</i> AC 1: A confiança conferida, pela população brasileira, aos meios de comunicação de massa. AC 2: A cultura política de desconfiança nas instituições. AC 3: o agendamento do tema corrupção com enquadramento de viés antipolítico em geral, fortemente personalizado no Partido dos Trabalhadores e seus governos.	<b>RESULTADO Y VARIÁVEL DEPENDENTE</b>	
MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA			REDUÇÃO NOS NÍVEIS DE CONFIANÇA DA POPULAÇÃO BRASILEIRA NA DEMOCRACIA E SUAS INSTITUIÇÕES	

Fonte: Elaborado pelo autor.

\*AC = atividade causal.

## 2 PRINCIPAIS CONCEITOS

A presente pesquisa foi desenvolvida baseada principalmente em alguns fundamentos teóricos. São eles o conceito de Cultura Política, Confiança nas Instituições, Democracia Representativa Liberal Contemporânea, Esfera Pública, Agendamento e Enquadramento Midiático.

## 3 ANÁLISES E RESULTADOS

No desenho desenvolvido para esta pesquisa, os conceitos mencionados acima não são células isoladas compondo, cada uma delas, o seu próprio universo. Ao contrário, são a base teórica geral que sustenta este trabalho porque se articulam entre si e obedecem a uma lógica de encadeamento por níveis de abrangência, os quais não são estáticos e muito menos possuem fronteiras com limites rígidos, já que, nos processos sociais que ocorrem em sociedades humanas e no contexto específico aqui estudado, a transversalidade e os atravessamentos constituem a regra básica, não a exceção.

Assim, arbitrariamente definido por este pesquisador, para este trabalho, no nível mais amplo de abrangência, está o conceito de cultura política, já que se considera que é o tipo de cultura política existente em uma determinada

sociedade, o que irá definir o regime político a ser adotado, as características da esfera pública que estará disponível, bem como o papel que os meios de comunicação de massa irão desempenhar enquanto importante agência socializadora e principal plataforma para a realização dos debates públicos. Em um segundo nível está a democracia representativa liberal contemporânea — modelo de governo da sociedade brasileira atual, mas que se originou nos séculos XVII e XVIII na Europa ocidental, passando por transformações no século XIX para, no século XX, começar a adquirir as feições que possui hoje. Em um terceiro nível, tem-se o conceito de esfera pública, que, de acordo com Habermas (2014), é aquele espaço imaginário localizado entre a sociedade civil e o Estado, em que ocorrem os debates sobre temas de interesse geral. Assim os eventos estudados por este trabalho aconteceram naquele espaço imaginário da esfera pública, tendo como plataforma principal os meios de comunicação de massa. Em um quarto e último nível de abrangência estão os conceitos de agendamento e enquadramento, que irão revelar o tipo de intervenção que a mídia teve no desempenho de suas funções como agência socializadora de cultura política, como plataforma para os debates da esfera pública. E, por fim, como resultado, trazem-se as implicações de tudo isso para a confiança da população brasileira na democracia e em suas instituições na conjuntura estudada.

### 3.1 *Causa x (variável independente): meios de comunicação de massa (mídia)*

Para questões de operacionalização da pesquisa, o conceito geral de meios de comunicação foi entendido e empregado como sendo o conjunto das instituições que utilizam tecnologias específicas para realizar a comunicação humana de massa (mídia) e baseia-se na elaboração de Venício Artur de Lima (2004) e em M. Wolf (1999). Os meios de comunicação de massa aqui estão representados pelo telenoticiário Jornal Nacional, da Rede Globo de Televisão, de onde foram retirados os dados sobre o agendamento e enquadramento do tema corrupção durante o período estudado por esta pesquisa.

### 3.2 *Mecanismo causal (MC)*

O processo causal resultante do mecanismo hipotetizado aqui consiste em que, utilizando-se das duas atividades estruturais já presentes na sociedade brasileira — quais sejam o bom nível de confiança da população na mídia em geral e a cultura política de desconfiança nas instituições democráticas —, os meios de comunicação introduziram a terceira atividade causal: um intenso e sistemático agendamento do tema corrupção, com um enquadramento de viés negativo sobre política em geral e, ao mesmo tempo, fortemente personalizado no Partido dos Trabalhadores e seus governos. Para esta pesquisa, esse processo contribuiu para uma acentuada redução dos níveis de confiança da população brasileira na democracia e suas instituições durante o período

estudado, colocando em risco a própria estabilidade do regime democrático. Esta foi a teoria testada por esta pesquisa.

### 3.2.1 *Atividade causal 1: a confiança que a população brasileira confere aos meios de comunicação de massa (atividade estrutural 1)*

A descrição dessa atividade causal consistiu basicamente em um breve apanhado histórico sobre como surgiram os meios de comunicação no Brasil e suas principais características, à medida que foram se desenvolvendo enquanto mídia de massas. Para o presente trabalho, essa revisão histórica foi fundamental porque descreveu o processo que originou a mídia no Brasil e a sua submissão às autoridades socioeconômicas da época, que eram os senhores de terra (grandes proprietários rurais). Além disso, demonstrou que, com o passar do tempo, com o acelerado desenvolvimento tecnológico, a partir do século XX, essa mídia, já como empresa capitalista privada completa, permanece sob o arbítrio dessa mesma autoridade que a originou e passa a se envolver, como ator ativo e interessado, em todos os eventos políticos que podem ser considerados da maior relevância para a construção da sociedade brasileira como um todo. Não por acaso, para as historiadoras Martins e Luca (2008, p. 8), “[...] a imprensa é, a um só tempo, objeto e sujeito da história brasileira”, assim como diria Souza (2017, p. 214): “[...] a história da sociedade brasileira contemporânea não pode ser compreendida sem que analisemos a função da mídia e imprensa”.

A principal evidência empírica da existência dessa relação de confiança entre a população e a mídia em geral, hipotetizada como uma das causas estruturais para a ocorrência da acentuada redução nos níveis de confiança da população brasileira na democracia e suas instituições, durante o período estudado por esta pesquisa, além do apanhado histórico sobre como se originaram os meios de comunicação de massa no Brasil, foram os dados de pesquisas recentes sobre o tema.

Pesquisas realizadas pelo Latin American Public Opinion Project (LAPOP) dão conta de que, em 2008, aproximadamente 64% da população brasileira confiava nos meios de comunicação. Em 2010 esse percentual subiu para próximo dos 70%, voltando aos 65% em 2012 (LAPOP, 2008, 2010, 2012). Já em 2016, ano de grande crise política no Brasil, quando ocorreu o impeachment da presidente Dilma Rousseff, que teve participação importante da mídia no processo, a pesquisa anual do Latinobarômetro mostrava que nada menos do que 85% da população brasileira consideravam que os meios de comunicação de massa executavam um bom trabalho para a sociedade (LATINOBARÔMETRO, 2016). Em 2017, uma pesquisa realizada pelo Instituto Reuters, em parceria com a Universidade de Oxford, mostrou que 60% dos brasileiros confiavam na mídia. Essa pesquisa também traz outros dados interessantes: dos 36 países pesquisados naquele ano, o Brasil era o segundo que mais confiava

na mídia. O primeiro colocado na lista era a Finlândia, com um índice de confiança de 62% da população. A diferença é que a Finlândia é um país com alto grau de desenvolvimento humano e baixíssimo nível de desigualdade social, onde praticamente 50% de todo o mercado de radiodifusão é controlado por uma empresa pública (não estatal), sem qualquer comprometimento com o mercado. Essa pesquisa mostrou também que, em 2013, 75% dos brasileiros tinham a TV como seu principal veículo de informação, em 2014 esse número passou para 78%, em 2015 foi para 81%, em 2016 eram 79% e, em 2017, voltou para 78% (REUTERS; OXFORD, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017).

### *3.2.2 Atividade causal 2: cultura política brasileira caracterizada pela desconfiança nas instituições que estruturam o regime democrático (atividade estrutural 2)*

Assim como a primeira atividade, a cultura política de desconfiança nas instituições democráticas, por ser uma característica histórica, também é considerada uma atividade causal estrutural. Assim a hipótese desta pesquisa foi de que a existência desse tipo de cultura política na sociedade brasileira foi um facilitador necessário para que os meios de comunicação de massa (variável independente e causa X) contribuíssem para a importante redução nos níveis de confiança da população na democracia e suas instituições (variável dependente e resultado Y) durante o período estudado. Neste item, a descrição da atividade causal consistiu em uma apresentação dos preceitos teóricos básicos que sustentam a importância da confiança nas instituições para a estabilidade de um regime democrático, assim como dados da existência do seu oposto, ou seja, da desconfiança da sociedade brasileira, demonstrando a sua materialização no mundo real.

Para Meneguello (2006), em democracias consolidadas, mesmo que haja um certo grau de desconfiança nos partidos e nos políticos, a existência destes e das outras instituições que estruturam o regime democrático representativo permanece inquestionável, ou seja, esse é um valor que não se coloca em dúvida. No entanto, segundo a autora, no Brasil da primeira década imediatamente posterior ao fim da ditadura militar, essa ainda não era uma questão totalmente definida, muito menos consolidada. Ainda existia naquele período uma clara desvalorização daquelas instituições que viabilizam a participação da própria população nas decisões políticas através dos processos eleitorais, nomeadamente os partidos políticos e o Parlamento (MENEGUELLO, 2006).

Para Moisés (2008), esse quadro persistiu na década seguinte. Pesquisas mencionadas pelo autor davam conta de que, durante o período de 1995 a 2002, os níveis de apoio à democracia no Brasil estavam entre os mais baixos da América Latina. Os indicadores variavam entre 38% e 58% de aprovação, enquanto os indicadores de satisfação com o desempenho do regime e a confiança nas suas instituições ficaram sempre abaixo dos 35% (MOISÉS, 2008). Entretanto, mesmo ainda com esses baixos níveis de confiança nas instituições, era possível

se observar uma relativa estabilidade do regime e as instituições não pareciam estar sofrendo ameaças de continuidade no seu processo de consolidação (MOISÉS, 2010). Essa tendência seguiu inalterada, e no sentido de evolução positiva até 2010.

No início da segunda década do século XXI, no entanto, importantes eventos, os quais foram objeto de estudo desta pesquisa, passaram a ocorrer na sociedade brasileira, ocasionando o que pode ser classificado como uma “volta ao passado”, com um quase absoluto descrédito na democracia enquanto forma de governo e no funcionamento de suas instituições, colocando em risco a estabilidade do regime. Esse declínio da confiança, cujos dados constam em item posterior, pode ser observado em todas as instituições, mas principalmente naquelas cujos representantes são escolhidos pelo voto, ou seja, os partidos políticos.

### 3.2.3 *Atividade causal 3: o agendamento do tema corrupção pela mídia (JN), com enquadramento de viés antipolítica em geral, fortemente personalizado no Partido dos Trabalhadores e seus governos (atividade conjuntural)*

Para esta pesquisa, no que pese a grande diversidade de abordagens teóricas existentes a respeito do conceito de corrupção, o entendimento utilizado consistiu basicamente no comportamento de um agente investido de alguma forma de poder, direto ou indireto, dentro da estrutura do Estado, nos seus mais diversos níveis, que busca auferir vantagens indevidas, de qualquer natureza, para si ou terceiros. Essa definição, de alguma forma, se enquadra nas abordagens elaboradas por Treisman (2000), Rose Ackerman (1999), Pettit (2001), Nye (1967), Filgueiras (2009), Lima (2012) e Feres Júnior e Luana Sassara (2016).

O agendamento da corrupção significou a veiculação do tema na grade de notícias do Jornal Nacional, o que se enquadra no conceito elaborado, entre outros, por McCombs e Shaw (1972). O enquadramento significa o esquema interpretativo dado ao tema corrupção ao ser noticiado pelo mesmo telejornal, o que se enquadra no conceito elaborado, entre outros autores, por Entman (1991).

Em consonância com o método sendo utilizado, a descrição e operacionalização dessa atividade causal procurou obedecer à ordem cronológica em que os eventos aconteceram. Esta seção iniciou com uma breve contextualização histórica, que inicia em 2005, ano em que ocorreu o escândalo do Mensalão, até 2013, ano em que aconteceram os protestos antigoverno e anticorrupção durante o mês de junho. Esse procedimento foi importante porque se considerou que os fenômenos e eventos estudados a partir de 2014 fazem parte de um processo que teve início exatamente com o Mensalão, em 2005.

A partir do ano de 2014, início do período estudado por este trabalho, foram apresentados, com uma frequência anual, os dados estatísticos sobre o agendamento do tema corrupção pelo Jornal Nacional, assim como os dados sobre o agendamento de outras formas de subtração de recursos públicos em que a corrupção política não foi mencionada como principal causa. Este último dado sobre outras formas de subtração de recursos públicos foi utilizado como elemento comparativo com relação ao tema corrupção política. Isso ocorreu porque estimativas feitas por órgãos nacionais e internacionais, apresentadas no texto principal da pesquisa, sugerem que a sonegação fiscal e evasão de divisas são responsáveis por uma fatia das perdas de receitas pelo governo brasileiro aproximadamente 5 vezes maior do que as perdas com a corrupção política.

A apresentação dos dados obedeceu a uma ordem considerada processual por esta pesquisa. Primeiro, no interior do texto principal, foram mostradas as tabelas com os números do agendamento anual do tema corrupção pelo Jornal Nacional. Em seguida, os gráficos sobre a percepção da corrupção, e, por fim, as tabelas com os níveis de confiança da população na democracia e suas instituições. Essa ordem se mostrou importante porque se considerou que o agendamento do tema corrupção política pela mídia, com a intensidade com que ocorreu, provocou o aumento da percepção do fenômeno pela população, que, por sua vez, contribuiu para alterar (reduzir) os níveis de confiança da população na democracia e suas instituições. Destaca-se que as tabelas com dados do Latinobarômetro e os gráficos sobre o ranking da Transparência Internacional sempre repetiram os dados dos anos anteriores para que a sua evolução pudesse ser observada e comparada. A partir do início do período de tempo definido como recorte empírico e estudado por esta pesquisa, esse procedimento se repetiu, tendo 2013 como ano de referência comparativa.

Neste artigo síntese da pesquisa, têm-se, no item a seguir, os dados gerais de todo o período estudado. Assim é possível se observar uma tabela com o agendamento do tema corrupção pelo Jornal Nacional, um gráfico sobre a percepção da corrupção e uma última tabela com os níveis de confiança da população na democracia e suas instituições, em formato de série histórica, para a visualização geral do movimento desses indicadores de 2013 (ano imediatamente anterior ao início da pesquisa) até 2018 (último ano pesquisado). Esta pesquisa encerrou as suas análises em junho de 2018, por considerar que o processo aqui estudado se completou até aquele período e que os eventos posteriores foram, no mais das vezes, desdobramentos dos anteriores.

Com relação ao enquadramento, como já foi mencionado anteriormente, alguns períodos específicos, devido à sua relevância para a conjuntura, receberam uma maior atenção da pesquisa. Desses períodos, algumas matérias jornalísticas exibidas foram analisadas com maior profundidade, com a identificação dos componentes discursivos que caracterizaram o enquadramento dado a elas pelo Jornal Nacional. Com relação aos outros períodos, foram apresentados apenas

os dados gerais do agendamento dessa atividade causal, pois se considerou (arbitrariamente) que, para os objetivos deste trabalho, e de acordo com o método sendo utilizado, os eventos ocorridos durante os recortes de tempo analisados mais profundamente foram representativos de todo o período. Para os aspectos relacionados ao enquadramento e identificação dos componentes discursivos das matérias jornalísticas analisadas, esta pesquisa utilizou como embasamento teórico as formulações feitas por autores como Bourdieu (1989 e 1997), Emediato (2013), Entman (1991 e 1993), Fairclough (2001), Faye (2009), Fowler (1991), Goffman (1974 e 1996), Herman e Chomsky (1988), Orlandi (2016), Porto (2004) e Santana (2020).

### 3.3 *Resultado y (variável dependente): redução dos níveis de confiança da população brasileira na democracia e suas instituições*

Esta pesquisa considerou que o processo que ocasionou a acentuada redução nos níveis de confiança da população brasileira na democracia e suas instituições, verificada em 2018, como já mencionado antes, teve a sua origem em 2005, com o advento do escândalo do Mensalão. No entanto, a partir de 2014, importantes eventos ocorreram na sociedade brasileira, como a deflagração da Operação Lava Jato, entre muitos outros, os quais foram objeto de análise deste trabalho. A hipótese teorizada foi de que tais eventos acionaram o gatilho, acelerando de forma importante e definitiva a concretização do resultado Y sintetizado e mostrado abaixo, no Gráfico 1 e Tabelas 1 e 2.

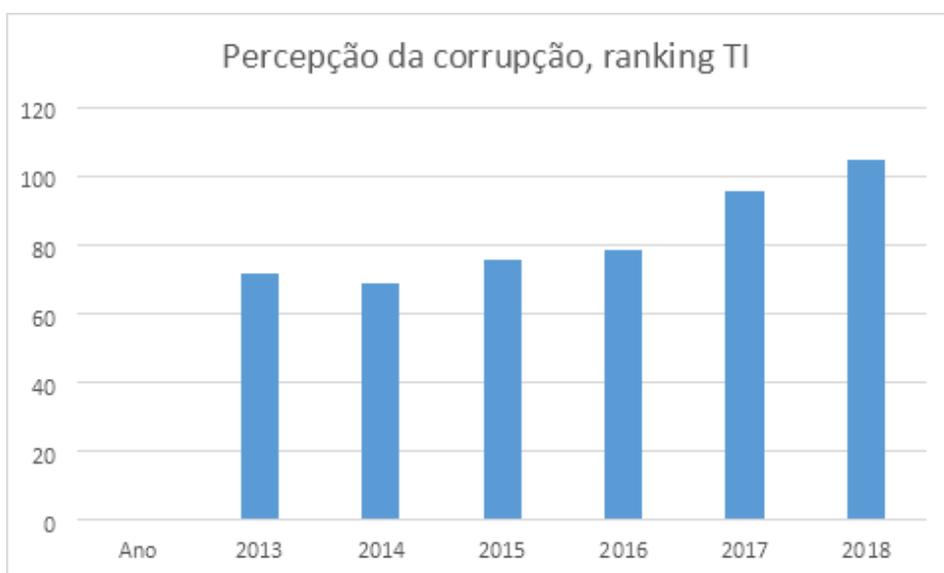
TABELA 1 Evolução do agendamento, pelo Jornal Nacional, do tema corrupção política e outras formas de subtração de recursos públicos que não mencionam a corrupção política como principal causa — 2014 a 2018

Ano	Corrupção política	Subtração de recursos públicos sem menção à corrupção política
2014	483	23
2015	898	26
2016	1005	17
2017	1509	15
2018 1º semestre	520	5
<b>Total</b>	<b>4415</b>	<b>86</b>

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da Globoplay/Jornal Nacional.

Na Tabela acima, constata-se que ocorreu uma acentuada progressão no número de matérias jornalísticas tratando de alguma forma o tema corrupção exibidas pelo Jornal Nacional a cada ano da série analisada. Como a coleta de dados se encerrou em junho de 2018 e esse foi um ano de realização de Copa do Mundo de Futebol e eleições presidenciais, não é possível se afirmar que haveria um aumento na cobertura sobre o tema corrupção até o final daquele ano, comparativamente a 2017. No entanto é possível observar que, em apenas 6 meses de 2018, o Jornal Nacional exibiu mais reportagens sobre corrupção do que durante todo o ano de 2014, quando ocorreu a inauguração da Operação Lava Jato. Já reportagens sobre outras formas de subtração de recursos públicos não mencionando a corrupção política como sua principal causa foram largamente negligenciadas.

GRÁFICO 1 Ranking de percepção da corrupção de acordo com a Transparência Internacional 2013–2018



Fonte: Elaborado pelo autor com dados da Transparência Internacional.

No Gráfico acima, observa-se que, embora tenha oscilado positivamente de 2013 para 2014, a percepção do evento corrupção política pela população brasileira teve uma trajetória de alta durante todo o período estudado por esta pesquisa, refletindo a progressiva intensificação do agendamento do tema pelo Jornal Nacional, o que, por sua vez, se refletiu diretamente nos níveis de confiança na democracia e suas instituições, como pode ser observado na tabela abaixo.

TABELA 2 Avaliação da democracia, níveis de confiança da população nas instituições, classificação da corrupção enquanto problema para o país 2013–2018<sup>2</sup>

	Ano	2013	2015	2016	2017	2018
<b>Instituições</b>						
						%
Prefere a democracia entre todas as formas de governo		55	62	37	50	38
Satisfação com a democracia muito satisfeito + satisfeito		27	23	10	14	9
Partidos Políticos: confia muito + confia*		22	10	5	7	6
Congresso Nacional: confia muito + confia*		29	19	13	11	13
Governo federal: confia muito + confia*		40	19	10	8	7
Poder Judiciário: confia muito + confia*		43	33	40	28	34
Forças Armadas: confia muito + confia*		69	57	57	52	60
A corrupção como o problema mais importante		10	23	20	32	17

Fonte: Elaborada pelo autor com dados do Latinobarômetro, 2013–2018.

A tabela acima completa o período analisado por esta pesquisa. Por isso, nela, pode-se observar toda a sequência de anos e a evolução dos indicadores. Se a comparação for feita exclusivamente entre o ano imediatamente anterior ao início da análise e seu último ano, a evolução negativa de todos os indicadores se mostra bastante acentuada. E, mesmo que se leve em consideração as pequenas variações que ocorreram dentro do período analisado, é possível se verificar que elas foram interrupções em um processo contínuo de evolução negativa dos indicadores. Da mesma forma, cabe observar que a evolução negativa nos níveis de confiança da população brasileira na democracia e suas instituições é proporcional ao crescimento do agendamento da corrupção política na grade do Jornal Nacional, ao crescimento da percepção da corrupção pela população brasileira, bem como é proporcional ao crescimento da importância dada ao tema corrupção pela população brasileira como um problema relevante para a sociedade.

<sup>2</sup> Os percentuais nas tabelas estão relacionados ao N utilizado pela pesquisa Latinobarômetro, disponível no banco de dados na página oficial da organização: <https://www.latinobarometro.org/latContents.jsp>. Acesso em: 24 abr. 2021.

#### 4 CONCLUSÃO

Seguindo a orientação metodológica utilizada e a partir das evidências empíricas e preceitos teóricos apresentados nos itens destinados à descrição e análise de cada atividade de forma individual, todas as partes do mecanismo causal hipotetizado estavam presentes no contexto estudado e operando de forma articulada para que a variável independente (meios de comunicação de massa) agisse sobre, e modificasse, a variável dependente (níveis de confiança da população brasileira na democracia e suas instituições). Essa confirmação se baseia na lógica bayesiana de inferência causal interna, que, simplificada, diz que, se após a coleta e análise de dados e evidências empíricas da pesquisa, a confiança do pesquisador na presença do mecanismo causal hipotetizado for maior do que era antes do início do processo, pode-se inferir com segurança que o mecanismo causal estava presente no contexto estudado (BEACH; PEDERSEN, 2013).

Diante disso, pode-se inferir que os meios de comunicação de massa no Brasil, pelas suas características específicas elencadas, as quais podem ser resumidas em: (1) serem grandes conglomerados familiares de empresas capitalistas de comunicação, que se utilizaram das falhas na legislação existente e da benevolência de legisladores e governos para obterem o controle das mais diversas formas de mídia, edificando verdadeiros impérios do setor através do que se conhece como propriedade cruzada (LIMA, 2012); (2) pelo seu histórico recente de contribuição para a desestabilização do regime democrático no país, no período pré-1964, conseguindo apoio a um golpe de Estado em 1964, perpetrado pelos militares, que derrubou um governo democraticamente eleito e instalou um regime autoritário que durou mais de duas décadas, com apoio dessa mesma mídia, até praticamente o final do regime (JOSÉ, 2015; SODRÉ, 1999; SOUZA, 2016, 2017); (3) por seu apoio a um processo de redemocratização controlado pelos mesmos setores sociais que deram o golpe de 1964 e implementaram o regime autoritário (LAMOUNIER, 1990; SOUZA, 1996; GOMES, 1997); (4) pelo seu apoio praticamente unânime e uniforme em defesa de políticas de caráter ultraliberais, contrárias aos interesses do conjunto da sociedade brasileira, durante o processo de elaboração da Constituição de 1988, depois durante o governo de Fernando Collor e, principalmente, durante os governos de Fernando Henrique Cardoso (FONSECA, 2005; PULITI, 2009; AREAS, 2012); (5) pela sua tomada de posição explícita, ou não, em favor de partidos, candidatos e governos da direita e centro-direita do espectro político nacional, em que o apoio à eleição de Fernando Collor de Mello em 1989, Fernando Henrique Cardoso em 1994 e 1998, e oposição sistemática aos governos do Partido dos Trabalhadores a partir de 2003, chamaram a atenção pela intensidade com que ocorreram (GUIMARÃES; AMORIN, 2013; ALBUQUERQUE, 1994; RUBIM, 2004; GUAZINA, 2011; SOUZA, 2016, 2017); (6) e, finalmente, a partir de 2014, com o agendamento e enquadramento do tema corrupção, fartamente documentados por esta pesquisa, em um processo que

chegou muito próximo da criminalização de qualquer atividade política, promovendo um verdadeiro ataque às instituições que são a base do atual modelo de democracia, principalmente aquelas que são objeto de escrutínio e escolha por parte da população, como os partidos políticos, o Parlamento e o Poder Executivo, deslegitimando-as e enfraquecendo-as, fazendo uso de todo o seu grande poder de inserção, persuasão e, por conseguinte, bom nível de credibilidade e confiança da população, utilizando-se da já bem conhecida cultura política brasileira de desconfiança da população nas instituições, a qual certamente a mídia ajudou a construir e a ampliar com o decorrer do tempo. Por tudo isso, os meios de comunicação de massa (mídia) no Brasil, durante o período estudado por esta pesquisa, representados neste trabalho pelo Jornal Nacional da Rede Globo de Televisão, contribuíram para a redução dos níveis de confiança da população na democracia e suas instituições, o que, por sua vez, instalou no país um ambiente de profunda crise política, colocando claramente em risco a própria estabilidade e manutenção do regime democrático.

Não se pode inferir ou afirmar, a partir desta pesquisa, que os meios de comunicação de massa tiveram a intenção de produzir o resultado tal qual ele foi produzido. O que é possível se inferir e afirmar com segurança, a partir dos dados apresentados na descrição das atividades causais hipotetizadas, é que esses meios de comunicação de massa (mídia), no Brasil da conjuntura estudada, acionaram todos os mecanismos necessários para a produção do resultado.

A consequência mais dramática e importante surgida a partir das conjunturas descritas por este trabalho foi a abertura, de forma definitiva, das portas para o aparecimento e fortalecimento, no Brasil, de um movimento de extrema direita radicalizada, com viés autoritário e fascista, que não tem o menor constrangimento em ameaçar de maneira explícita as instituições democráticas e os direitos mais fundamentais das pessoas, inclusive com a eliminação física dos seus oponentes.

Para esta pesquisa, foi exatamente a sequência de eventos descritos e analisados até no seu texto principal, tendo a mídia tradicional como grande protagonista e instrumento de propaganda, em uma articulação com setores do aparato jurídico-policial do Estado brasileiro — muito bem identificada por Souza (2016) e que tem sido diariamente comprovada pela revelação de diálogos entre procuradores do Ministério Público Federal e o juiz responsável pelo julgamento da maioria das ações da Operação Lava Jato, o que é terminantemente vedado pela Constituição brasileira — que criou as condições para que esse movimento se desenvolvesse e ganhasse as dimensões necessárias para eleger o seu principal representante, Jair Bolsonaro, como presidente da República.

Os desdobramentos de todo esse processo, especificamente para o Brasil, ainda não são de todo conhecidos, mas alguns de seus contornos já podem ser observados hoje, início de 2021, enquanto esta tese se encerra e o país atravessa a maior crise sanitária de sua história. O atual governo, que emergiu como

consequência da conjuntura descrita e analisada por esta pesquisa, na pessoa do presidente da República, tem demonstrado um profundo desprezo pelas normas que regem um regime democrático, ao ameaçar, de forma rotineira e explícita, as instituições que estruturam o modelo de democracia representativa vigente no Brasil.

## REFERÊNCIAS

- ACKERMAN, S. R. Political Corruption and Democracy. *Journal of International Law*, v. 14, n. 2, p. 363–378, 1999.
- ALBUQUERQUE, A. A campanha presidencial no Jornal Nacional: observações preliminares. *Comunicação & Política*, v. 1, n. 1, p. 23–40, 1994.
- BAQUERO, M.; PRÁ, J. R. *A democracia brasileira e a cultura política no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed UFRGS, 2007.
- BEACH, D.; PEDERSEN, R. *Process-tracing methods: foundations and guidelines*. Ann Arbor, MI: University of Michigan Press, 2013.
- BENNETT, A.; CHECKEL, T. J. *Process tracing: from metaphor to analytic tool*. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.
- CAVALCANTE, S. Classe média e ameaça neofascista no Brasil de Bolsonaro. *Crítica Marxista*, n. 50, p. 121–130, 2020.
- CIOCARI, D.; PERSCHETTI, S. Armas, ódio, medo e espetáculo em Jair Bolsonaro. *Revista Alerjor*, ano 9, v. 2, 2018.
- EASTON, D. A. Reassessment of the concept of political support. *British Journal of Political Science*, v. 5, n. 4, p. 435–457, 1975.
- EMEDIATO, W. (org.). *A construção da opinião na mídia*. Belo Horizonte: NAD, 2013.
- ENTMAN, R. M. Framing: toward clarification of fractured paradigm. *Journal of Communication*, v. 43, n. 4, p. 51–58, 1993.
- ENTMAN, R. M. Framing United-States coverage of international news: contrasts in narratives of the KAL and Iran Air incidents. *Journal of Communication*, v. 41, n. 4, p. 6–27, 1991.
- FAIRCLOUGH, N. L. *Teoria social do discurso*. Brasília, DF: Ed. UnB, 2001a.
- FAYE, J-P. *Introdução às linguagens totalitárias: teoria e transformação do relato*. São Paulo: Perspectiva, 2009.

- FERES JÚNIOR, J.; SASSARA, L. O. O cão que nem sempre late: o Grupo Globo e a cobertura das eleições presidenciais de 2014 e 1998. *Compólitica*, v. 6, n. 1, p. 30–64, 2016.
- FILGUEIRAS, F. A tolerância à corrupção no Brasil: uma antinomia entre normas morais e práticas sociais. *Opinião Pública*, v. 15, n. 2, p. 386–421, 2009.
- FONSECA, F. Mídia, poder e democracia: teoria e práxis dos meios de comunicação. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 6, p. 41–69, 2011.
- FONSECA, F. *O consenso forjado: a grande imprensa e a formação da agenda ultraliberal no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2005.
- FOWLER, R. *Language in the news: discourse and the ideology in the press*. London: Routledge, 1991.
- GEORGE, A. L.; BENNET, A. *Case studies and theory development in the Social Sciences*. Cambridge: MIT Press, 2005.
- GLOBOPLAY/JORNAL NACIONAL. Todas as matérias jornalísticas contabilizadas e analisadas. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/jornal-nacional>. Acesso em: 29 jun. 2021.
- GOFFMAN, E. *Frame analysis: an essay on the organization of experience*. New York: Harper & Row, 1974.
- GOMES, P. G. *Comunicação social: filosofia, ética, política*. São Leopoldo: Unisinos, 1997.
- GUAZINA, L. S. *Jornalismo em busca de credibilidade: a cobertura adversária do Jornal Nacional no Escândalo do Mensalão*. 2011. 256 f. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2011.
- GUIMARÃES, J.; AMORIN, A. P. *A corrupção da opinião pública: uma defesa republicana da liberdade de expressão*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- HABERMAS, J. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações sobre uma categoria da sociedade burguesa*. São Paulo: UNESP, 2014. Obra originalmente de 1962.
- HERMAN, E.; CHOMSKY, N. *Manufacturing consent*. New York: Routledge, 1988.
- HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. W. *Dialectic of enlightenment*. Stanford: Stanford University Press, 2002.

- HUNTINGTON, S. Democracy's third wave. *Journal of Democracy*, v. 2, n. 2, p. 12–34, 1991.
- JOSÉ, E. *Intervenção da imprensa na política brasileira 1954–2014*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015.
- LAMOUNIER, B. (org.). Antecedentes, riscos e possibilidades do governo Collor. In: LAMOUNIER, B. *De Geisel a Collor: o balanço da transição*. São Paulo: IDESP, 1990. p. 13–35.
- LATIN AMERICAN PUBLIC OPINION PROJECT (LAPOP). *Brazil* [Banco de dados]. Disponível em: <[www.LapopSurveys.org](http://www.LapopSurveys.org)>. Acesso em: 26 abr. 2021.
- LATINOBARÔMETRO. *Banco de dados*. Disponível em: <<https://www.latinobarometro.org/latContents.jsp>>. Acesso em: 26 abr. 2021.
- LIMA, V. A. *Mídia, teoria e política*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2012.
- LIMA, V. A. As concessões de radiodifusão como moeda de barganha política. *Revista ADUSP*, p. 26–33, jan. 2008.
- LIMA, V. A. Sete teses sobre a relação mídia e política. *Revista USP*, n. 61, p. 48–57, mar./maio 2004.
- LIPPMAN, W. *Public opinion*. New York: Harcourt, Brace and Co, 1922.
- MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em análise do discurso*. 3. ed. Campinas: Pontes, 1997.
- MCCOMBS, M.; SHAW, D. The agenda-setting function of mass media. *Public Opinion Quarterly*, v. 36, p. 176–195, 1972.
- MARTINS, A. L.; LUCA, T. R. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.
- MENEGUELLO, R. Aspects of democratic performance: democratic adherence and regime evaluation in Brazil. *International Review of Sociology*, v. 16, n. 3, p. 617–635, 2006.
- MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. (org.). *Mídia, representação e democracia*. São Paulo: Hucitec, 2010.
- MIGUEL, L. F. *O colapso da democracia no Brasil: da Constituição ao golpe de 2016*. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo; Expressão Popular, 2019.

- MOISÉS, J. A. *Os brasileiros e a democracia: bases sociopolíticas da legitimidade da democracia*. São Paulo: PUC, 1995. (Ensaio 142).
- MOISÉS, J. A. A desconfiança das instituições democráticas. *Opinião Pública*, v. 11, n. 1, p. 33–63, 2005.
- MOISÉS, J. Á.; CARNEIRO, G. P. Democracia, desconfiança política e insatisfação com o regime: o caso brasileiro. *Opinião Pública*, v. 14, n.1, p. 1–42, jun. 2008.
- NYE, J. S. Corruption and political development: a cost-benefit analysis. *The American Political Science Review*, v. 61, n. 2, p. 417–427, 1967.
- ORLANDI, E. *Discurso em análise: sujeito, sentido, ideologia*. 3. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2016.
- PETTIT, P. *A theory of freedom. From the psychology to the politics of agency*. Cambridge: Polity Press, 2001.
- PORTO, M. Enquadramentos da mídia e política. In: RUBIM, A. C. (ed.). *Comunicação e política: conceitos e abordagens*. Salvador; São Paulo: Edufba; Ed. Unesp, 2004.
- REUTERS; OXFORD. *Digital news report 2017*. 2017. Disponível em: <<https://www.digitalnewsreport.org/survey/2017/>>. Acesso em: 25 abr. 2021.
- REUTERS; OXFORD. *Digital news report 2016*. 2016. Disponível em: <<https://www.digitalnewsreport.org/survey/2016/>>. Acesso em: 25 abr. 2021.
- REUTERS; OXFORD. *Digital news report 2015*. 2015. Disponível em: <<https://www.digitalnewsreport.org/survey/2015/>>. Acesso em: 25 abr. 2021.
- REUTERS; OXFORD. *Digital news report 2014*. 2014. Disponível em: <<https://www.digitalnewsreport.org/survey/2014/>>. Acesso em: 25 abr. 2021.
- REUTERS; OXFORD. *Digital news report 2013*. 2013. Disponível em: <<https://www.digitalnewsreport.org/survey/2013/>>. Acesso em: 25 abr. 2021.
- RUBIM, A. A. C. (org.). *Comunicação e política: conceitos e abordagens*. Editora da UFBA; Fundação Editora UNESP, 2004.
- RUBIM, A. A. C. (org.). *Mídia e eleições de 1998*. João Pessoa/Salvador: Editora da UFPB; Edições Facom, 2000.

- RUBIM, A. A. C.; AZEVEDO, F. A. Mídia e política no Brasil: textos e agenda de pesquisa. *Lua Nova*, v. 43, n. 1, p. 189–216, 1998.
- RUBIM, A. A. C.; COLLING, L. Mídia e eleições presidenciais no Brasil pós-ditadura. *Comunicação e Política*, v. 22, n. 3, p. 169–189, 2004.
- SANTANA, E. *Jornal Nacional, um ator político em cena: do impeachment de Dilma Rousseff à eleição de Jair Bolsonaro: as bases da construção da narrativa jornalística que legitimou processos políticos na recente história brasileira*. 2020. 177 f. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUCMG), Belo Horizonte, 2020.
- SODRÉ, N. W. *História da imprensa no Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999. Originalmente publicado em 1966.
- SOLANO, E. G. A bolsonarização do Brasil. In: SOLANO, E. G. *et al. Democracia em risco?: 22 ensaios sobre o Brasil hoje*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. p. 307–322.
- SOLANO, E. G. *Crise da democracia e extremismos da direita*. Friedrich Ebert Stiftung Brasil, 2018.
- SOUZA, M. V. *Vozes do silêncio: o movimento pela democratização da comunicação no Brasil*. Florianópolis: Diálogo, 1996.
- SOUZA, J. *A radiografia do golpe*. Rio de Janeiro: Leya, 2016.
- SOUZA, J. *A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato*. Rio de Janeiro: Leya, 2017.
- THOMPSON, J. B. *The media and modernity: a social theory of the media*. Stanford: Stanford University Press, 1995.
- TOSI, G. Crise do liberalismo político e a ascensão do liberalismo econômico e do populismo autoritário. O caso do Brasil. *Teoria Política*, v. 9, p. 227–249, 2019.
- TREISMAN, D. The causes of corruption: a cross-national study. *Journal of Public Economics*, v. 76, n. 3, p. 399–457, 2000.
- WOLF, M. *Teorias da comunicação: mass media, contextos e paradigmas, novas tendências, efeitos a longo prazo, o newsmaking*. Lisboa: Grupo Editorial Presença, 1999.

# CULTURA POLÍTICA, MÍDIA E TOLERÂNCIA POLÍTICA NO BRASIL

# 4

**Resumo:** O debate sobre um nível mínimo de tolerância política como necessário para a estabilidade democrática tem sido aprofundado nos últimos anos, especialmente em países como o Brasil, onde percebemos um aumento/ressurgimento da intolerância com os direitos políticos de determinados grupos e de um discurso conservador e autoritário. Em meio a esse cenário, temos no país uma cultura política apática, com altos níveis de desconfiança nas instituições políticas. A exceção são os meios de comunicação, que ainda apresentam níveis mais altos de confiança. A partir disso, neste artigo propomos uma análise da relação entre os níveis de confiança na mídia e os níveis de tolerância política dos brasileiros. Hipotetizamos que, apesar da seletividade de conteúdos proporcionada pela mídia, esta não está aumentando os níveis de intolerância política. Para isso, utiliza-se a metodologia quantitativa, com análises descritivas dos Lapop 2017 e 2019.

**Palavras-chave:** mídia; democracia; cultura política; tolerância política; Brasil.

## POLITICAL CULTURE, MEDIA, AND POLITICAL TOLERANCE IN BRAZIL

**Abstract:** The debate about a minimum level of political tolerance as necessary for democratic stability has been deepened in recent years, especially in countries such as Brazil, where it is noticeable an increase/ressurgence of intolerance in relation to the political rights of certain groups, along with a conservative and authoritarian discourse proliferation. Amid this scenario, we have a country whose political culture demonstrates to be apathetic, with high levels of distrust in Political Institutions. The exception of such scenario is the media, which still is regarded with higher levels of trust. Based on that, we propose an analysis of the relation between the levels of trust of the media and the levels of political tolerance of Brazilians. Our hypothesis is that, despite the selectivity of the content provided by the media, that actor is not increasing the levels of political intolerance. In order to serve to this end, we make use of quantitative methodology, with descriptive analyses of the LAPOP from 2017 and 2019.

**Keywords:** media; democracy; political culture; political tolerance; Brazil.

## 1 INTRODUÇÃO

A polarização política é natural e saudável, até certa medida, para o sistema democrático, pois movimenta o debate político. No entanto uma polarização extrema com um líder demagogo cria na sociedade uma atmosfera de pânico, hostilidade e desconfiança mútua (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018). No caso brasileiro, a polarização política, que sempre fez parte das eleições, começou a aumentar a partir das Manifestações de Junho de 2013 e, nas eleições presidenciais de 2018, deflagrou a intolerância política com opiniões diferentes.

Discussões políticas se tornaram brigas, ofensas e exclusões de amigos e familiares nas redes sociais e, em casos extremos, ações violentas contra quem

pensa e quem defende o diferente. Nesse cenário, a intolerância política está marcando a cultura política brasileira e comprometendo a estabilidade democrática do país. Sabe-se que uma cultura política cívica, carregada de valores democráticos, é importante para o bom funcionamento da democracia.

No entanto, no caso do Brasil, a literatura já aponta para a existência de uma cultura política apática e de resignação (BAQUERO, 2013; MOISÉS, 1995), com tradições políticas bem conhecidas; clientelismo, populismo, atitude deferencial diante das autoridades, manipulação, apatia política e, por último, antipartidismo e anti-institucionalismo (MOISÉS, 1995). Ou seja, a democracia convive com cidadãos desinteressados, intolerantes, não participativos e desconfiados de suas instituições políticas.

Apesar dos altos níveis de desconfiança institucional, destaca-se que os brasileiros confiam nos meios de comunicação de forma geral. Isso é relevante, na medida em que se reconhece a mídia como um fator central da vida política contemporânea (MIGUEL, 2002). Sendo assim, a atuação dos meios de comunicação pode ter relação com a internalização de valores democráticos ou autoritários. Destaca-se que não há um determinismo entre o consumo das informações políticas na mídia e as atitudes e comportamentos políticos de uma sociedade, mas é possível a existência de uma relação, visto que a mídia está presente no cotidiano dos cidadãos e é uma instituição em que estes confiam.

A partir do exposto, o objetivo do artigo é analisar a relação entre os níveis de confiança na mídia e os níveis de tolerância política dos brasileiros. A hipótese a ser testada é a de que, apesar da seletividade de conteúdos proporcionada pela mídia, esta não está aumentando os níveis de intolerância política. Para a análise proposta, utiliza-se o protocolo, com análises descritivas, dos dados do *Latin American Public Opinion Project* (Lapop) de 2017 e 2019. Além desta introdução e das considerações finais, o artigo está dividido em três seções. Na primeira se trabalha com cultura política e com tolerância política, em seguida com mídia e recepção e, por último, são feitas as análises dos dados quantitativos sobre a relação entre confiança na mídia e tolerância política no Brasil.

## 2 CULTURA POLÍTICA E TOLERÂNCIA POLÍTICA

Os estudos de cultura política partiram de uma abordagem determinista entre cultura cívica e estabilidade democrática, do Almond e Verba (1963), para uma análise das crenças e dos valores políticos como instrumento analítico no processo de tomada de decisão política, a partir da década de 1980 (INGLEHART, 1988; PHARR; PUTNAM, 2000; PUTNAM, 2005; DATON; WELZEL, 2014). Mas, independentemente da abordagem, o foco dos estudos comportamentalistas está na análise da constituição de valores, crenças, opiniões, atitudes e comportamentos políticos de uma determinada sociedade, e, por consequência, sua relação com o sistema democrático.

Tais análises buscam demonstrar a importância de valores democráticos para o bom funcionamento da democracia, o que se torna mais necessário em momentos em que valores autoritários, populistas e conservadores estão ocupando o cenário político mundial, a partir da ascensão de líderes de extrema-direita, e gerando o que Norris e Inglehart (2019) denominaram de cultural *backlash*<sup>1</sup>. Ou seja, para os autores, essa expansão do conservadorismo nas sociedades ocorre devido às mudanças de valores nos últimos anos, que envolvem a rotação das gerações, que fazem com que os indivíduos mais velhos se sintam encurralados a tais mudanças e se sintam confortáveis com os líderes populistas de viés autoritário, que trazem uma abordagem paternalista da política.

Nesse sentido, é importante se falar sobre valores democráticos e sua relação com a estabilidade democrática. O foco deste artigo é o valor da tolerância política, que inclui a aceitação dos direitos políticos de outros, como a liberdade de expressão, mesmo em relação a grupos dos quais discorda ou tem medo. Como observou Sullivan, Piereson e Marcus (1979), a tolerância implica a disposição de “tolerar” aquelas coisas ou pessoas que se rejeitam ou se opõem. No modelo original das origens da intolerância, apresentado por esses autores, demonstra-se que a tolerância está ligada a um conjunto mais geral de crenças sobre a democracia. Nessa direção, Gibson e Bingham (1982) afirmam que tolerância política refere-se a uma vontade de alargar os direitos de cidadania a todos os membros da comunidade política, isto é, permitir as liberdades políticas para aqueles que são diferentes. Gibson, Duch e Tedin (1992) expandiram essa pesquisa para considerar mais especificamente a conexão entre a tolerância e o apoio às instituições e aos processos democráticos.

As atitudes de tolerância estão sujeitas à manipulação e à mobilização (GIBSON; ANDERSEN, 1985), portanto a mídia pode desempenhar um papel influente no aumento da tolerância ou da intolerância política. Nesse sentido, Stroud (2010) afirma que existe relação entre mídia e intolerância política, pois, para o autor, as pessoas são menos tolerantes devido à exposição a uma mídia partidária e autosselecionada. Sabemos que a maior seletividade que os meios de comunicação permitem ao telespectador pode incentivar determinadas atitudes e comportamentos dos cidadãos, pois estes ficam em ambientes que confirmem seus pensamentos e ações. Kim (2015) ressalta que os indivíduos buscam as informações que estão em linha com as suas crenças pré-existentes, pois isso é mais fácil de processar e requer menos recursos cognitivos.

Diante do exposto, cabe ressaltar que uma atmosfera de intolerância limita a percepção das liberdades dos cidadãos, afetando a democracia. Gibson (1992) destaca que a consequência de uma população intolerante resulta em uma sociedade fragmentada e polarizada, conformista e inflexível, não querendo se envolver na discussão, o que é uma ameaça iminente para um governo democrático.

---

<sup>1</sup> Reação cultural, em uma tradução livre.

Direcionando para o Brasil, ao se falar de cultura política, é necessário ter em mente que a transição para democracia ocorreu sem a construção de valores democráticos, apresentando assim uma incongruência entre a prática de uma democracia formal e a existência de desigualdade social. Segundo Baquero (2001, p. 99), frequentemente se constata na bibliografia sobre a evolução do Estado no Brasil “a influência de um passado de instabilidade política e econômica, bem como de um legado autoritário que tem obstaculizado a construção de uma cultura política verdadeiramente democrática no país”. Para além disso, não se reestabeleceu uma sociedade civil participativa, ficando a cargo das regras do jogo político o bom desempenho institucional para garantir uma democracia de qualidade. Nesses termos, a cultura política brasileira é considerada de apatia e de resignação (BAQUERO, 2013; MOISÉS, 1995), em que os cidadãos apresentam baixo interesse pela política, baixa participação política, baixos níveis de confiança institucional e valores conservadores, como a intolerância política.

E, sobre a intolerância no país, em virtude dos acontecimentos políticos nos últimos anos, a mídia, especialmente a internet, parece estar contribuindo para guiar atitudes de intolerância política com as opiniões divergentes, o que acaba por gerar um discurso de ódio e uma polarização das opiniões. Tais atitudes parecem reforçar a cultura política de apatia e resignação, na qual a população de forma geral não mostra interesse na política, sendo assim intolerante com esses assuntos.

### 3 MÍDIA E RECEPÇÃO

Os estudos sobre mídia e política partem da lógica de que o discurso midiático está presente em todas as esferas da vida dos cidadãos, pois estes estão expostos a diferentes informações: economia, religião, cultura, política, cotidiano, publicidade, entre outros. Nessa perspectiva, as análises buscam compreender a relação entre a atuação dos meios de comunicação, eleições e opinião pública (MIGUEL, 1998; 2002; BOURDIEU, 1973), bem como o impacto na consolidação da democracia (ENTMAN, 1989; PUTNAM, 2002). Para tanto, construíram-se duas perspectivas de análise dos efeitos dos meios de comunicação no engajamento político dos cidadãos: a teoria da mobilização e os efeitos negativos.

Na teoria da mobilização (NORRIS, 2000; POLAT, 2005; RECUERO, 2009; KENSKI; STROUD, 2006), há uma visão de que os meios de comunicação promovem o engajamento cívico e estimulam a participação política, pois diminuem as barreiras da participação política. Norris (2000) destaca o fortalecimento da democracia, visto que a mídia empodera novos cidadãos a se tornarem politicamente ativos. De outro modo, os estudos dos efeitos negativos (PUTNAM, 2002; BOULIANNE, 2009; PATTERSON, 2000) trabalham

com a relação negativa entre os meios de comunicação e o engajamento político, devido ao isolamento que estes criam (PUTNAM, 2002), o que corrói as relações sociais.

Superando esses estudos, não se assume aqui o determinismo de uma ou de outra perspectiva; apenas parte-se da proposta de que, por confiar-se nos meios de comunicação mais do que nas demais instituições políticas, pode existir uma relação entre a recepção dos conteúdos e a constituição de valores democráticos.

Isso posto, entende-se como necessário compreender o processo de comunicação, especialmente a etapa da recepção. Sabe-se que a comunicação é um processo social primário, presente nos relacionamentos que constituem a sociedade (RÜDIGER, 1998), logo a comunicação não existe somente nos meios de comunicação (ESCOSTEGUY; JACKS, 2005). Isso não exclui a presença e a relevância dos meios de comunicação na busca por informações; apenas indica que, para estudos de mídia e política, é importante compreender que, no processo de comunicação dos cidadãos com a TV, rádio, jornal e internet, a recepção é parte essencial. Isso porque não se pode automaticamente classificar os membros da audiência como receptáculos passivos ou ativos das mensagens midiáticas, mas se deve investigar que possíveis influências e efeitos esses meios podem causar na constituição de opiniões, atitudes, comportamentos, valores, especialmente políticos.

Nesse sentido, é importante ressaltar que os estudos e a recepção se articulam com o espaço cultural e histórico dos indivíduos, ou seja, as possíveis influências na recepção dos conteúdos estão relacionadas com o ambiente e com a história do receptor. Escosteguy e Jacks (2005) complementam que a comunicação de massa está integrada às demais práticas da vida diária, portanto, para os estudos culturais, a pesquisa de comunicação não é a que foca estritamente nos meios, mas a que se dá no espaço de um circuito composto pela produção, circulação e consumo da cultura midiática.

Entre as tradições de comunicação e recepção<sup>2</sup> apresentadas por Jensen e Rosengren (1990), este artigo foca nos estudos culturais, por concordar que, para compreender o processo de comunicação, é necessário visualizar que o indivíduo tem suas ligações sociais, fazem parte de grupos e têm sua cultura e sua história que geram práticas simbólicas e estruturas de poder, e impactam no processo de recepção dos conteúdos gerados pelos meios e comunicação. À vista disso, Gómez (2000) questiona qual é o papel da cultura nessa interação entre o meio, a mensagem e a audiência (os cidadãos) e responde que, para se entender essa relação, tem que se perceber que o processo de comunicação se dá dentro de uma cultura e que esta é mais ampla que o próprio meio de comunicação.

---

<sup>2</sup> As cinco tradições apresentadas pelos autores: Pesquisa dos efeitos, Usos e gratificações, Estudos literários, Estudos culturais e Análise da recepção.

Assim a cultura pode ser considerada um processo global de produção de sentidos, em que se pode valorizar a cultura popular como um discurso social relevante. Com isso as mensagens produzidas pelos meios de comunicação são tomadas como discursos estruturados, ou seja, as práticas sociais e culturais geram discursos que se tornam padrão e que acabam atingindo de forma mais satisfatória a audiência.

Esses autores estão falando de cultura em seu sentido mais amplo, mas, ao trazer-se para os estudos da Ciência Política, pode-se focar na cultura política de uma sociedade. Nesse sentido, ao trabalhar com o Brasil, sabe-se, conforme apontado na seção anterior, que existe uma cultura política de apatia e de resignação, em que os cidadãos se afastam da política, não apresentando interesse, não participando e não confiando em suas instituições.

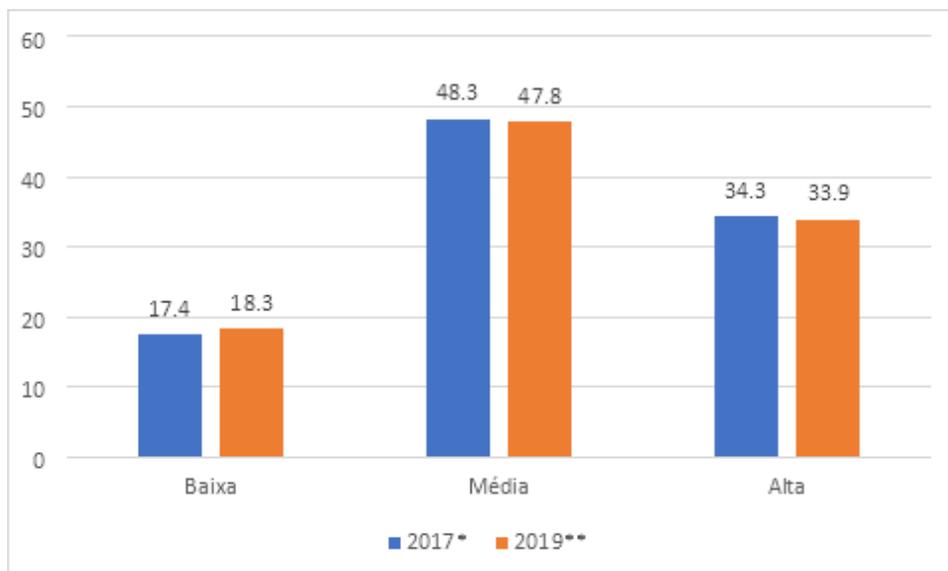
#### 4 A CONFIANÇA NA MÍDIA E A TOLERÂNCIA POLÍTICA NO BRASIL

A relação entre política e mídia, a partir da teoria da Cultura Política, nos permite analisar e compreender o impacto dos meios de comunicação, enquanto instituições políticas, na constituição de atitudes e comportamentos políticos em uma sociedade. Nesse processo, é necessário considerar que, no caso brasileiro, os meios de comunicação de massa são controlados por um número reduzido de empresas e que a cultura política, que está relacionada com o processo de recepção das mensagens midiáticas, é apática e desinteressada pelos assuntos políticos. Além disso, destaca-se que a mídia assumiu um discurso de estigmatização da esfera política, “como o centro de todos os males da nossa sociedade, criminalizando, dessa forma, todas as atividades políticas, através de uma narrativa que generaliza os casos de corrupção para toda a arena política” (CARDOSO; MORAIS, 2018, p. 3).

Partindo desses entendimentos, os dados a seguir mostram a relação entre a confiança nos meios de comunicação e a tolerância política, a partir das pesquisas do Lapop (2017; 2019). Inicialmente, mostra-se no Gráfico 1 a confiança nos meios de comunicação, dividida em baixa (1 e 2), média (3, 4 e 5) e alta (6 e 7). Essa recategorização é feita a partir da recodificação da pergunta sobre o nível de confiança nos meios de comunicação, que apresentava uma escala de 1, nada, a 7, muita confiança.

Conforme os dados do gráfico acima, percebe-se que os brasileiros apresentam de média à alta confiança nos meios de comunicação. Concordando que a mídia é um dos fatores centrais na vida do cidadão (MIGUEL, 2002), essa confiança pode impactar na existência ou não de valores democráticos, como tolerância política. Para ver essa relação, são analisadas a seguir as questões de tolerância e aprovação com direitos de determinados grupos, que também foram recodificadas a partir da escala que ia de desaprova firmemente (1) a aprova firmemente (10), sendo considerados intolerantes de 1 a 3, moderados de 4 a 7, e tolerantes de 8 a 10.

GRÁFICO 1 Confiança na mídia (%)



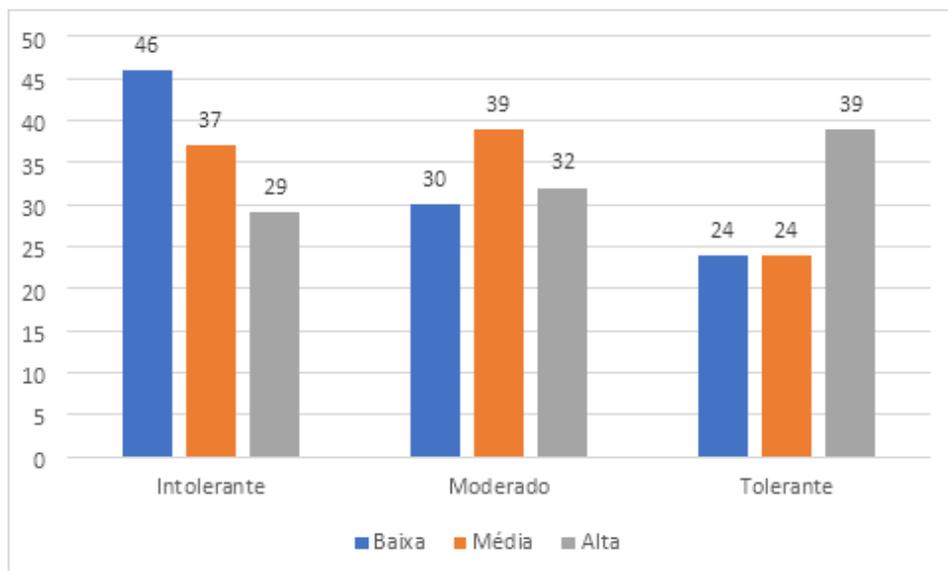
Fonte: Lapop (2017; 2019).

Sendo: \*n= 1521, \*\*n= 1484

O Gráfico 2 apresenta a relação entre confiança na mídia e tolerância com pessoas que defendem o regime militar. No Brasil, está se vivenciando uma nostalgia com a ditadura militar iniciada em 1964. Muitos cidadãos acreditam que a solução para os problemas atuais do país é a retomada de um regime autoritário, pois acreditam que, no país, os anos entre 1964 e 1985 representaram um crescimento econômico e que, com os militares no poder, não havia corrupção na política. Essa reivindicação aponta para a existência de valores conservadores na sociedade. Nesse sentido, questiona-se sobre se tolerar esses indivíduos seria algo positivo ou não. Não se pretende aqui responder a essa questão, mas fica a indagação para pesquisas futuras.

A partir dos dados acima, percebe-se que os cidadãos com alta confiança nos meios de comunicação são mais tolerantes, enquanto os com baixa confiança são mais intolerantes com as pessoas que defendem o regime autoritário. Sabe-se que a partir da propaganda e da comunicação se criou na população brasileira um sentimento de pertencimento, nacionalismo e fé no futuro, e isso gerou a aprovação dos governos militares, mesmo com toda violência e autoritarismo da época (FICO, 1997). Complementar a isso, houve a censura vivida pelos meios de comunicação, naquele período, que não permitia denunciarem os abusos do regime. Porém, mesmo com a reabertura democrática do país, muitos desses meios não denunciaram os abusos e menos ainda publicizaram para a grande massa os crimes cometidos pelos militares do regime. Talvez esse silêncio ou conivência dos meios de comunicação estejam relacionados com

GRÁFICO 2 Confiança na mídia x tolerância com pessoas que defendem o regime militar (%)



Fonte: Lapop (2017).

Sendo:  $n = 1496$ ,  $r = 0,00$

a tolerância a um regime autoritário. Mas, novamente, não se pretende aqui responder a essa questão; apenas buscar relações entre os níveis de confiança na mídia e os níveis de tolerância política.

Seguindo nas análises, na Tabela 1 se traz a tolerância com a aprovação de direitos de voto, de candidatura, de protesto e de discurso das pessoas que criticam o governo. Como os dados são de 2019, ressalta-se que o presidente da república é Jair Bolsonaro, que apresenta discursos conservadores e fascistas, representando a extrema-direita no país.

Inicialmente, destaca-se que os brasileiros se mostram mais tolerantes com o direito de votar e de protestar dos indivíduos que criticam o governo e se mostram um pouco mais intolerantes com o direito de se candidatar e de discursar destas pessoas. No entanto, apesar de o qui-quadrado ser significativo em todas as inferências, não se apresentam diferenças significativas entre as categorias ou padrões que possibilitem uma interpretação determinista da relação de causalidade entre baixa ou alta confiança nos meios de comunicação e os níveis de tolerância política.

Mas se fazem alguns destaques sobre os dados acima apresentados. Primeiro, de que os indivíduos de baixa confiança na mídia são mais tolerantes em relação ao direito de votar (43%) e ao direito de protestar (47%) e mais intolerantes ao direito de se candidatar (38%) e de discursar (43%). Os que demonstram média confiança tendem a ser também moderados quanto à aprovação dos

TABELA 1 Confiança na mídia x tolerância com direitos de quem critica o governo (%)

Níveis de confiança	Níveis de tolerância		
	Intolerante	Moderado	Tolerante
<i>Direito a votar*</i>			
Baixa	24	33	43
Média	15	51	34
Alta	17	41	42
<i>Direito a se candidatar**</i>			
Baixa	38	29	33
Média	31	44	25
Alta	35	39	26
<i>Direito a protestar***</i>			
Baixa	27	26	47
Média	15	43	42
Alta	18	37	45
<i>Direito a discursar****</i>			
Baixa	43	25	32
Média	34	42	24
Alta	38	35	27

Fonte: Lapop (2019).

Sendo: \*n= 1474, r= 0,00; \*\*n= 1474, r=0,00; \*\*\*n= 1473, r= 0,00; \*\*\*\*n= 1472, r= 0,00

direitos, enquanto os com alta confiança apresentam um padrão similar aos de baixa, pois são mais tolerantes com o direito de votar (%) e de protestar

(45%), e mais intolerantes com o direito de se candidatar (35%) e de discursar (38%).

Ao se voltar a análise para os cidadãos mais tolerantes, o que se percebe é que os indivíduos com baixa confiança nos meios de comunicação são mais tolerantes do que os com alta confiança (ressaltando que são diferenças muito baixas nas porcentagens, que variam de 1% a 7%), padrão que se repete ao analisar os intolerantes, que também se concentram mais nos que apresentam baixa confiança (com diferenças que variam entre 3% e 9%). A partir disso, pode-se destacar que a baixa confiança nos meios de comunicação está relacionada com os níveis de tolerância em relação aos direitos políticos de pessoas que criticam o governo, porém tanto para a intolerância quanto para tolerância.

Partindo para a tolerância partidária, os dados do Lapop (2019) permitem uma análise relacionada aos dois extremos da polarização política que existiam desde as eleições de 1994 até 2014, entre PT e PSDB, que se apresenta na Tabela 2. Nas eleições de 2018, o PT continuou sendo uma das pontas dessa polarização, porém a outra ponta ficou com um partido relativamente novo, o PSL, representado pela candidatura de Jair Bolsonaro.

TABELA 2 Confiança na mídia x tolerância partidária (%)

Níveis de confiança	Níveis de tolerância		
	Intolerante	Moderado	Tolerante
<i>Direito do PSDB de Concorrer à presidência*</i>			
<b>Baixa</b>	49	32	19
<b>Média</b>	32	46	22
<b>Alta</b>	28	44	28
<i>Direito do PT de Concorrer a presidência**</i>			
<b>Baixa</b>	59	20	21
<b>Média</b>	49	26	25
<b>Alta</b>	42	25	33

Fonte: Lapop (2019).

Sendo: \*n= 1419, r= 0,00; \*\*n= 1452, r= 0,00

Diferente da tabela anterior, aqui se percebe que os cidadãos são mais intolerantes em relação ao direito de concorrer à presidência de ambos os partidos, com destaque para uma maior intolerância em relação ao PT. Além disso, fica mais evidente, por um lado, uma relação entre os baixos níveis de confiança nos meios de comunicação e a intolerância, tanto com o PSDB (49%) quanto com o PT (59%), e, por outro lado, a relação entre a alta confiança e a tolerância partidária (PSDB com 28% e PT com 33%).

Esses dados colaboram para um encaminhamento sobre a hipótese inicial de que, apesar da seletividade de conteúdos proporcionada pela mídia, esta não está aumentando os níveis de intolerância política. Apesar de essa hipótese não poder ser confirmada e nem refutada com os dados da Tabela 1, mais relacionada com os direitos políticos de cidadãos que criticam o governo, ela se confirma em parte com os dados do Gráfico 2 e da Tabela 2, ao se verificar que os que confiam mais nos meios de comunicação tendem a ser mais tolerantes com pessoas que defendem o regime militar e com o direito de concorrer à presidência do PSDB e do PT. Porém os dados da Tabela 1 endossam uma reflexão sobre a baixa confiança na mídia e os níveis de tolerância política, especialmente os extremos entre tolerância e intolerância.

Para finalizar esta seção de análises, apresenta-se, no Gráfico 3, a relação entre a confiança nos meios de comunicação e a concordância de que a democracia é a melhor forma de governo. Essa questão foi recodificada a partir da escala de 1, muito em desacordo com a afirmação, a 7, muito em acordo, em três categorias: antidemocrático (1 e 2), moderado (3 a 5) e democrático (6 a 7).

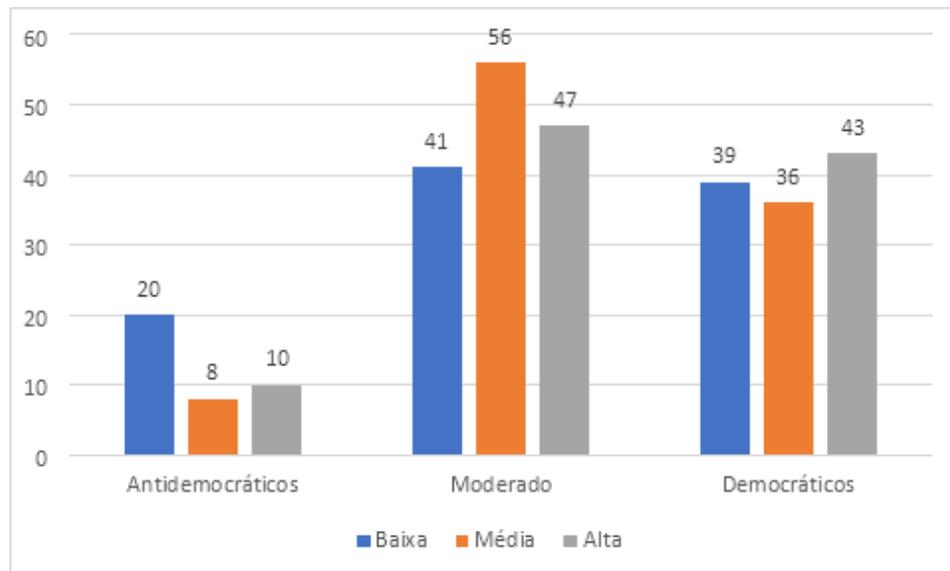
Com os dados do Gráfico 3, afirma-se que a baixa confiança apresenta mais indivíduos antidemocráticos (20%), enquanto a alta confiança nos meios de comunicação mais cidadãos democráticos (43%), apontando que entre os democráticos não se apresenta uma diferença muito ampla entre a baixa (39%), a média (36%) e a alta confiança (43%).

Os dados apresentados não indicam um efeito negativo e nem uma mobilização por parte da mídia nas atitudes e comportamentos de uma sociedade. Indicam uma relação entre confiança nos meios e nos níveis de tolerância, visto que todas as inferências são significativas. Com o qui-quadrado igual a 0,00, porém, não apresentam claramente uma direção causal; apenas dão indícios de que, de forma geral, a alta confiança está mais relacionada com a tolerância política, especialmente partidária.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relação entre comunicação e política precisa ser mais aprofundada na Ciência Política, especialmente com as novas mídias digitais. Uma dicotomia nos estudos dos efeitos da mídia nas atitudes e comportamentos políticos de uma sociedade, entre efeitos negativos e efeitos de mobilização, ajudou no avanço dos debates, porém ainda é necessário compreender esses efeitos dentro de uma

GRÁFICO 3 Confiança na mídia x apoio à democracia (%)



Fonte: Lapop (2019).

n= 1463, r= 0,00

determinada cultura política, para que se possa ir além do positivo ou negativo e atingir uma compreensão das possibilidades dos meios de comunicação que ajudem a propor soluções favoráveis à constituição de uma cultura cívica.

Neste artigo buscou-se trabalhar um pouco mais dessa relação pela ótica da cultura política, com o objetivo de analisar a relação entre os níveis de confiança na mídia e os níveis de tolerância política dos brasileiros. Para atingir esse objetivo, inicialmente se debateu sobre a cultura política e a importância da tolerância política, enquanto valor democrático para a estabilidade democrática. Recordar-se que no Brasil temos uma cultura política caracterizada pela apatia, baixa participação política e baixos níveis de confiança e que, nos últimos anos, presencia-se uma onda de conservadorismo, com destaque para o aumento da intolerância política. E essa intolerância política pode diminuir o apoio às instituições e ao próprio sistema democrático (GIBSON; DUCH; TEDIN, 1992).

Dando sequência, apresentaram-se as teorias dos efeitos dos meios de comunicação: da mobilização e dos efeitos negativos, além de uma compreensão do processo de comunicação, em especial da etapa da recepção que exige a compreensão do ambiente em que o telespectador está inserido. E aqui se lançou o entendimento de que o tipo de cultura política está relacionado com esse processo, o que retira o determinismo entre o meio de comunicação e a constituição de atitudes e comportamentos políticos, mas se corrobora para o entendimento de que existe uma relação entre essas variáveis.

Para testar a hipótese de que, apesar da seletividade de conteúdos proporcionada pela mídia, esta não está aumentando os níveis de intolerância política, foram analisados dados do Lapop (2017 e 2019) a partir de inferências entre os níveis de confiança nos meios de comunicação e os níveis de tolerância política dos cidadãos brasileiros. Tal hipótese confirma-se em parte, pois os dados, apesar de significativos estatisticamente, não apresentam um padrão claro de relação causal, especialmente quanto à tolerância aos direitos políticos das pessoas que criticam o governo. Porém, quando analisada a intolerância partidária em relação ao PSDB e ao PT, percebe-se que os indivíduos com alta confiança nos meios são mais tolerantes em relação aos dois partidos políticos, assim como são mais tolerantes com pessoas que defendem o regime militar e também são mais democráticos.

Conclui-se que, apesar da seletividade de conteúdos proporcionada pelos meios de comunicação, além de, no caso brasileiro, estes serem controlados por um número reduzido de empresas e estarem, especialmente nos últimos anos, estigmatizando a política com uma narrativa de corrupção, não se pode traçar uma relação negativa com a tolerância política. Isso reforça a necessidade de um aprofundamento nestes estudos, pois, de alguma forma, a cultura política de apatia está se mantendo no país, e com valores conservadores e autoritários, que prejudicam a estabilidade democrática.

#### REFERÊNCIAS

- ALMOND, Gabriel; VERBA, Sydney. *The civic culture revisited*. Califórnia: Sage Publications, 1963.
- BAQUERO, Marcello. *Qual democracia para a América Latina?* Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013.
- BAQUERO, Marcello. *A vulnerabilidade dos partidos políticos e a crise da democracia na América Latina*. Porto Alegre: UFRGS. 2001.
- BOULIANNE, Shelley. Does Internet use affect engagement? A MetaAnalysis of Research, *Political Communication*, v. 26, n. 2, p. 193–211, 2009.
- BOURDIEU, Pierre. A opinião pública não existe. *Les Temps Modernes*, v. 318, 1973.
- CARDOSO, Enio; MORAIS, Jennifer. A narrativa sobre a corrupção e a criminalização da política: o impacto dos meios de comunicação no primeiro turno das eleições de 2018. *Revista de Ciências Humanas e Sociais*, v. 4, n. 3, p. 2–28, 2018.
- DALTON, Russell; WELZEL, Christian. Introduction. In: DALTON, Russell; WELZEL, Christian (org.). *The Civic Culture transformed*. Cambridge Universit Press, 2014.

- ENTMAN, Robert M. *Democracy without citizens: media and the decay of American politics*. Oxford: Oxford University Press, 1989.
- ESCOSTEGUY, Ana Carolina; JACKS, Nilda. *Comunicação e recepção*. São Paulo: Hacker Editores, 2005.
- FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- GIBSON, James. The political consequences of intolerance: cultural conformity and political freedom. *American Political Science Review*, v. 86, n. 2, p. 338–356, 1992.
- GIBSON, James. Political intolerance in the context of democratic theory. In: GOODIN, Robert E. (ed.). *The Oxford Handbook of Political Science*, Oxford: Oxford University Press, USA, 2011.
- GIBSON, James; ANDERSEN, Arthur. The political implications of elite and mass tolerance. *Political Behavior*, v. 7, p. 118–146, 1985.
- GIBSON, James; BINGHAM, Richard. On the conceptualization and measurement of political tolerance. *American Political Science Review*, v. 76, p. 603–620, 1982.
- GIBSON, James; DUCH, Raymond; TEDIN, Kent. Democratic values and the transformation of the Soviet Union. *The Journal of Politics*, v. 54, n. 2, p. 329–371, 1992.
- GOMEZ, Guillermo Orozco. *La investigación em comunicación desde la perspectiva cualitativa*. Universidade Nacional de La Plata-Buenos Aires, 2000.
- INGLEHART, Ronald. The Renaissance of Political Culture. *American Political Science Review*, Washington, D. C., v. 82, n. 4, p. 1203–1229, 1988.
- INGLEHART, Ronald; WELZEL, Cristian. *Modernization, cultural change, and democracy: the human development sequence*. Cambridge: Cambridge University, 2005.
- JENSEN, Klaus Bruhn; ROSENGREN, Karl Erik. Five Traditions in Search of the Audience. *European Journal Of Communication*, v. 5, p. 207–238, 1990.
- KENSKI, Kate; STROUD, Natalie. Connections between Internet use and political efficacy, knowledge, and participation. *Journal of Broadcasting and Electronic Media*, v. 50, n. 2, p. 173–192, 2006.

- KIM, Yonghwan. Does Disagreement Mitigate Polarization? How Selective Exposure and Disagreement Affect Political Polarization. *Journalism & Mass Communication Quarterly*, v. 2, n. 4, p. 915–937, 2015.
- LAPOP. Latin American Public Opinion Project. *Banco de Dados*. 2017.
- LAPOP. Latin American Public Opinion Project. *Banco de Dados*. 2019.
- LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. *Como as democracias morrem*. Rio de Janeiro, Zahar, 2018.
- MIGUEL, Luiz Felipe. Mídia e manipulação política no Brasil: a Rede Globo e as eleições presidenciais de 1989 a 1998. *Comunicação & Política*, n. s., v. XI, n. 2, p. 119–137, 1998.
- MIGUEL, Luiz Felipe Miguel. Os meios de comunicação e a prática política. *Revista Lua Nova*, n. 55–56, 2002.
- MOISÉS, José Álvaro. *Os brasileiros e a democracia: bases Sociopolíticas da legitimidade democrática*. São Paulo, Ática, 1995.
- NORRIS, Pippa. *A virtuous circle: political communications in post-industrial democracies*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.
- NORRIS, Pippa; INGLEHART, Ronald. *Cultural Backlash: Trump, Brexit, and authoritarian populism*. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.
- PATTERSON, Thomas. *The mass media election: how Americans choose their President*. New York: Praeger, 2000.
- PHARR, Susan; PUTNAM, Robert (org.). *Disaffected democracies: what's troubling the trilateral countries?* Princeton: Princeton University, 2000.
- POLAT, Rabia K. The internet and political participation: exploring the explanatory links. *European Journal of Communication*, Londres, v. 20, n. 4, p. 29–48, mar. 2005.
- PUTNAM, Robert. *Solo en la bolera. Colapso y surgimiento de la comunidad norte-americana*. Barcelona: Galáxia Gutemberg, 2002.
- PUTNAM, Robert. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- RECUERO, Raquel. *Redes Sociais na Internet*. 1. ed. Porto Alegre: Editora Sulina, 2009.

- RÜDIGER, Francisco. *Introdução à teoria da comunicação, problemas correntes e autores*. São Paulo: EDICON, 1998.
- SULLIVAN, John L.; PIERESON, James; MARCUS, George E. An alternative conceptualization of political tolerance: illusory increases 1950s-1970s. *The American Political Science Review*, v. 73, n. 3, p. 781–794, 1979.
- STROUD, Natalie. Polarization and partisan selective exposure. *Journal of Communication*, v. 60, n. 3, p. 556–576, 2010.

# FALEM BEM OU FALEM MAL

## CITAÇÕES A PARTIDOS POLÍTICOS NO TWITTER EM DATAS-CHAVE DA POLÍTICA BRASILEIRA (2013–2018)

---

5

**Resumo:** Este artigo tem o objetivo de compreender como a relação contemporânea entre partidos políticos e cidadãos se configura em um novo meio: a Internet. Por meio de uma análise exploratória, visou a compreender quais foram os partidos brasileiros mais citados pelos usuários do Twitter em datas que marcaram a política brasileira recente (2013–2018). Os dados foram coletados pela técnica de *web scraping*. Entre os principais achados, nota-se que o PT foi o partido mais citado e ocupa uma posição de centralidade no debate político virtual; que a relevância dos partidos no debate político virtual está consideravelmente descolada do tamanho de suas bancadas na Câmara dos Deputados; que os partidos políticos foram capazes de estruturar o debate político online de acordo com os seus discursos e posicionamentos em outras esferas; e que o debate político virtual é um espaço privilegiado para compreender a avaliação que os cidadãos fazem sobre a função dos partidos na democracia representativa, especialmente no contexto de transformação dos meios de comunicação.

**Palavras-chave:** política e internet; partidos políticos; política brasileira; Twitter.

### SPEAK HIGHLY OR SPEAK BADLY: POLITICAL PARTIES' MENTIONS ON TWITTER IN BRAZILIAN POLITICAL KEY EVENTS (2013–2018)

**Abstract:** This article aims to understand how the contemporary relationship between political parties and citizens works on the Internet. Through an exploratory analysis, it attempted to understand which Brazilian parties were most mentioned by Twitter users on events that marked recent Brazilian politics (2013–2018). The data was collected using the web scraping technique. Among the main findings, it is noted that PT (leftist Workers' Party) was the most mentioned party and that it holds a central position on the online political debate; that the relevance of parties on the online political debate is considerably detached from their benches in the parliament; that political parties were able to structure the online political debate according to their speeches and positions in other spheres and that the online political debate is a privileged space to understand the evaluation that citizens do about the role of parties in representative democracy, especially in the context of media transformation.

**Keywords:** internet and politics; political parties; brazilian politics; Twitter.

## 1 INTRODUÇÃO<sup>1</sup>

As relações que os cidadãos estabelecem com os partidos políticos são comumente operacionalizadas pelo conceito de identificação partidária. Este conceito costuma ser explorado sob a ótica de duas correntes teóricas, sendo citado

---

<sup>1</sup> Nota de agradecimentos (ocultada para assegurar a integridade da avaliação por pares cega).

como um vínculo afetivo entre o cidadão e o partido criado pelo sentimento de pertencimento a determinados grupos por parte do cidadão — Teoria Psicológica do comportamento eleitoral — ou como um atalho cognitivo que o cidadão utiliza para que seu voto seja capaz de maximizar seus ganhos — Teoria da Escolha Racional (BORGES; VIDIGAL, 2018). De qualquer forma, a identificação estrutura o comportamento eleitoral brasileiro, sendo uma variável fortemente preditora de voto entre as eleitoras e os eleitores do país (SAMUELS; ZUCCO, 2018). Isso pode fazer com que algumas dimensões das relações entre os cidadãos e os partidos sejam deixadas de lado.

Os partidos brasileiros contemporâneos foram criados a partir da Reforma Partidária de 1979, logo algumas das legendas mais importantes do país contam com décadas de existência. Ao longo desse tempo, alguns fatores que colaboraram para a construção de relações entre cidadãos e partidos foram fortemente alterados, como as formas de participação política e os indicadores socioeconômicos que as condicionam (ALMEIDA, 2017). Criados nesse contexto de mudanças, os partidos precisaram reconsiderar e reinventar estratégias de comunicação com o público em todas as suas frentes de atuação, não somente a eleitoral (GERBAUDO, 2019). Afinal, por mais que as relações entre cidadãos e partidos sejam traduzidas em votos a cada dois anos no Brasil, elas são construídas cotidianamente.

No entanto, os meios de comunicação sofreram verdadeiras revoluções no período recente. Os cidadãos deixaram de ser apenas receptores de informações, como eram enquanto apenas o rádio e a televisão estruturavam a comunicação. Por meio das redes sociais, eles se tornaram capazes de atuar no debate público com um esforço muito menor que anteriormente, quando era necessário sair às ruas sob bandeiras organizadas — institucionalmente ou não. Ou seja, a relação cotidiana entre cidadãos e partidos está estruturada de uma forma diferente, que precisa ser tratada como um objeto de pesquisa diferente da identificação partidária.

Por isso, propomo-nos a responder à seguinte pergunta: quais são os partidos brasileiros mais citados nas discussões públicas da arena virtual? Para isso, exploraremos a citação a partidos políticos na rede social Twitter em datas importantes para a compreensão da política brasileira recente. Dessa forma, podemos aprofundar o entendimento das relações que os cidadãos e partidos construíram em um contexto proporcionado pela Internet de rápida velocidade de informações e maior horizontalidade do debate público.

Para além desta seção de introdução, o artigo possui mais quatro. Na próxima, falaremos sobre a função estrutural que os meios de comunicação exerceram e exercem na política. Em seguida, está exposto um histórico recente da política brasileira. Posteriormente, estão apresentadas as seções referentes à metodologia do trabalho e à organização dos dados, à análise dos resultados e à apresentação das conclusões.

## 2 IMPORTÂNCIA DOS VEÍCULOS MIDIÁTICOS

Os frequentes enfrentamentos internacionais durante o século XX fizeram com que pesquisadoras e pesquisadores da Ciência Política voltassem seus olhos para a análise de semelhanças e diferenças entre as instituições desenvolvidas por distintos países. Uma instituição em comum que todos os países desenvolveram para organizar seus conflitos socioeconômicos é o partido político.

Na primeira metade do século XX, diversos autores investigaram a função dos partidos e a relação que eles tinham com a sociedade. Os partidos conseguiram organizar a entrada das massas para a vida política, que ocorreu pelas sucessivas ampliações do sufrágio eleitoral (MICHELS, 1982). Por meio do voto, os eleitores delegavam a representação política para os partidos e seus quadros (SCHUMPETER, 2017), construindo uma relação importante para a formação de valores democráticos e para a legitimação da política enquanto processo capaz de (e responsável por) interferir em questões sociais.

As transformações socioeconômicas que ocorreram a partir da segunda metade do século XX, ocasionadas principalmente pela globalização, o êxodo rural, o aumento do sufrágio e o desenvolvimento tecnológico resultaram em um aumento da complexidade social e da diferenciação societária. Nesse processo, tanto o espaço de influência dos cidadãos quanto os seus interesses aumentaram, fazendo com que os partidos políticos tivessem dificuldade de agregar todos os interesses dos cidadãos em suas campanhas eleitorais e seus governos. Assim, por mais que as relações entre representados e representantes parecesse estável, começa-se a perceber um enfraquecimento dessas (MANIN, 1995). Esse enfraquecimento é percebido, entre outros pontos, pela volatilidade eleitoral e pela diminuição gradual dos índices de identificação partidária.

A análise de Manin (1995) sobre esse período se baseia na hipótese do surgimento de um novo modelo de governo representativo, chamado por ele de “Democracia de Público”, que constituiria uma mudança estrutural da política. Essa mudança ocorreria porque antes os partidos apresentavam um programa a cumprir se chegassem ao poder, enquanto nessa Democracia de Público a estratégia para eleger um candidato é pela construção de imagens que projetam as personalidades dos líderes.

Essa estratégia seria preferida, pois a relação da representação começou a ser canalizada por meios de comunicação como o rádio e a televisão, nos quais os candidatos falam com seus eleitores sem a mediação das relações partidárias. Além disso, devido ao aumento da complexidade das condições políticas pós-Segunda Guerra Mundial e o conseqüente aumento da atividade do governo e dos programas políticos, os partidos e os próprios candidatos começaram a dar maior “ênfase à individualidade dos políticos em detrimento das plataformas políticas” (MANIN, 1995, p. 21) para “facilitar” a identificação e aproximação dos eleitores. Com isso, tais tecnologias ganham importância na mediação da

relação entre políticos e cidadãos, estruturando o processo de transmissão da mensagem política.

Nesse processo, segundo Manin (1995), foi possível que políticos sem o devido apoio de seus partidos se destacassem em campanhas a partir de habilidades e técnicas midiáticas construídas sob a imagem de “comunicadores”. Isso posto, os políticos que melhor comunicam suas ideias se sobressaem, e os eleitores se tornam receptivos a essa imagem posta, de forma que as eleições já não representam políticas que os eleitores desejam ver realizadas e “os políticos chegam ao poder por causa da sua aptidão e experiência no uso de comunicação de massa” (MANIN, 1995, p. 1). Por isso o termo “público” é aplicado: porque “[...] o eleitorado se apresenta, antes de tudo, como um público que reage aos termos propostos no palco da política” (MANIN, 1995, p. 14).

No início do século XXI, o acesso aos veículos de mídia tradicionais foi largamente amplificado, potencializando suas capacidades de mediação. No entanto o surgimento da Internet e o seu rápido progresso nos quesitos velocidade de informação e possibilidades de interações fomentaram, ainda que numa arena virtual, discussões públicas — um dos elementos considerados fundamentais para os governos representativos (MANIN, 2013).

A Internet começou a ser utilizada na política a partir do pleito estadunidense de 1992, com a divulgação das propostas de campanha e da aquisição de doações através de sites de partidos e candidatos. Esses sites, porém, assemelhavam-se a “panfletos eletrônicos”, já que não continham nenhuma informação além das que já existiam nos panfletos impressos e não estimulavam a interação entre os candidatos e os eleitores (AGGIO, 2010). Nesse período, a Internet foi celebrada como uma tecnologia que seria capaz de fomentar uma nova democracia, talvez até mesmo uma participação intensa em decisões governamentais — “*e-government*” —, o que poderia significar o fim do autoritarismo, uma vez que o público seria cada vez mais empoderado (CURRAN, 2016).

O desenvolvimento das redes sociais não concretizou essas expectativas. Nessas redes, os cidadãos contam com uma abundância de informações e interpretações diferentes. Se devidamente processadas — leitura, conferência, pesquisa por informações complementares etc. —, excedem a capacidade humana de consumo de informações (WENG *et al.*, 2012). Sendo assim, os debates na arena virtual geralmente partem de informações “rasas” e baseiam comportamentos caracterizados por um rápido deslocamento de atenção e por deliberações reduzidas (CARR, 2020; OTT, 2017; LOH; KANAI, 2016; WENG *et al.*, 2012).

Além disso, os *bots*, perfis falsos criados com a finalidade de potencializarem pautas na discussão virtual, são cada vez mais utilizados. Num âmbito de informações rasas e direcionamento rápido de uma atenção escassa, os perfis falsos de fato potencializam pautas, fomentando discussões que não necessariamente aconteceriam (KOLLANYI; HOWARD; WOOLLEY, 2016; LEWANDOWSKY; ECKER; COOK, 2017). Nesse sentido, os debates entre os cidadãos

sobre os temas de interesse público estão cada vez mais calcados na pós-verdade, conceito utilizado para sistematizar a desinformação advinda da arena virtual (LEWANDOWSKY; ECKER; COOK, 2017).

Ainda assim, as redes sociais expõem os políticos a interações estruturadas por ferramentas como citações, “curtidas”, compartilhamentos, respostas e comentários de publicações (ROSSINI *et al.*, 2016), com ou sem limite de caracteres. Essas ferramentas de interação potencializaram ainda mais o efeito das mídias sobre a formação de preferências dos cidadãos (AGGIO, 2015). O crescimento dessa participação mais diversificada fez com que as redes sociais contribuíssem para o desenvolvimento de debates de temas públicos fora do período eleitoral (LATTMAN-WELTMAN, 2015), que é o que nos propomos a investigar neste trabalho.

No Brasil, a Internet é objeto da Ciência Política pelo menos desde 2004, mas as redes sociais só entraram na agenda de estudos a partir de 2012, justamente por terem se tornado um espaço para o debate político (CERVI; MASSUCHIN; CARVALHO, 2016). Desde esse ano, a política brasileira passou por diversos eventos de naturezas institucionais e não institucionais que geraram crises políticas — ou que foram resultados delas — e pautaram discussões intensas nas redes sociais. Por isso, essas discussões constituem um material de pesquisa importante para investigar a relação entre cidadãos e partidos em períodos não necessariamente ligados a eleições (CERON *et al.*, 2013).

Na próxima seção, “Transformações e histórico da política brasileira”, fizemos uma revisão de acontecimentos da política brasileira que ocorreram pelo menos desde os protestos de junho de 2013, justificando a seleção de datas específicas que podem nos auxiliar a entender a relação cotidiana entre cidadãos e partidos.

### 3 TRANSFORMAÇÕES E HISTÓRICO DA POLÍTICA BRASILEIRA

A primeira eleição presidencial direta pós-redemocratização, em 1989, levou ao segundo turno Fernando Collor (PRN) e Lula da Silva (PT). Nas quatro eleições seguintes (1994, 1998, 2002 e 2006), foram duas as principais forças políticas: PSDB e PT, imprimindo um caráter bipartidário às disputas presidenciais brasileiras. Em 2010, entretanto, Marina Silva (PV) cumpriu um importante papel de terceira força política, angariando 19,3% dos votos no primeiro turno (BITTAR, 2010), indicando um desgaste da polarização entre os tucanos e os petistas.

Em junho de 2013, o aumento da tarifa do transporte público foi o estopim para o início de um ciclo de protestos no país. O *dia 13 de junho de 2013* foi especialmente importante, pois foi o dia no qual a polícia reprimiu de forma mais violenta os manifestantes (CHARLEAUX, 2017), angariando apoio da opinião pública às mobilizações. Esse ciclo se diferenciou dos ciclos de 1984

(pela realização de eleição presidencial direta em 1985) e de 1992 (pelo *impeachment* de Collor) porque nos anteriores havia organizações que unificavam as pautas, enquanto no de 2013 havia “um cartaz por pessoa”, ou seja, uma multiplicidade de demandas (TATAGIBA, 2014). Isso pode ser um efeito da horizontalidade da discussão pública possibilitada pelas redes sociais, diferentemente da direção mais vertical da relação entre mídias e eleitores que predominava anteriormente.

Mesmo assim, em 2014, testemunhou-se uma eleição muito parecida com a de 2010: PT, PSDB e Marina Silva (PSB) foram as três principais forças políticas. No *dia 28 de outubro de 2014*, a vitória de Dilma Rousseff (PT) pela segunda vez consecutiva foi confirmada. No entanto o seu segundo mandato não seria cumprido integralmente. No *dia 15 de março de 2015* viu-se o início do que seria uma série de protestos em favor do *impeachment* de Rousseff (PROTESTOS..., 2015). A proposta do *impeachment* foi encampada em dezembro de 2015 pelo então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, do PMDB (MARTELLO, 2015) — partido do então vice-presidente Michel Temer, que rompeu com o governo Rousseff.

Após extensos debates no parlamento e nas redes sociais, o país parou para assistir à votação que autorizou a abertura do processo de *impeachment* na Câmara dos Deputados no *dia 17 de abril de 2016* (MARTELLO, 2016) — transmitida pelas maiores redes de televisão abertas do país —, um dia marcado por declarações históricas e polêmicas. Aprovada a abertura e aberto o processo, Temer governou interinamente até o final de agosto de 2016, quando o Senado decidiu pelo *impeachment* (GARCIA, 2016).

Temer implantou uma agenda abertamente neoliberal, aprovando uma Emenda Constitucional que congelou os gastos sociais do Governo Federal por 20 anos (EC nº 95/2016) e propondo uma Reforma Trabalhista e uma Reforma da Previdência. Esses fatores ocasionaram uma reação das maiores centrais sindicais do país: a primeira greve geral em décadas aconteceu no *dia 28 de abril de 2017* (GASPARINI, 2017). Ainda assim, a Reforma Trabalhista foi aprovada.

Menos de um mês depois, no *dia 17 de maio de 2017*, áudios de Temer e Aécio Neves (candidato do PSDB à Presidência em 2014) falando abertamente sobre “comprar o silêncio” de Cunha e de receber cerca de R\$ 2 mi em propina, respectivamente (DEARO, 2017), foram vazados, o que comprometeu o governo Temer, o PMDB e o PSDB. Temer não renunciou e as investigações foram rejeitadas, mas o governo perdeu muita força na opinião pública — atingindo níveis recordes de rejeição (BRETAS, 2018) — e não conseguiu cumprir a promessa de realizar a Reforma da Previdência.

O ano de 2018, aguardado pela realização de eleições gerais, iniciou tão ou mais instável que os anos anteriores. Em março, a vereadora Marielle Franco, do PSOL do Rio de Janeiro-RJ, foi assassinada a tiros, assim como seu motorista

Anderson Gomes (GONÇALVES, 2018). A investigação do assassinato não foi encerrada até o momento da escrita deste artigo (em junho de 2021), mas naquele momento marcou profundamente a política do país, simbolizando a instabilidade da democracia.

No decorrer desses acontecimentos, desde setembro de 2016 Lula da Silva enfrentava denúncias judiciais feitas pelo Ministério Público Federal (BRASIL, 2016) e, ao mesmo tempo, era indicado como pré-candidato do PT à Presidência para as eleições de 2018, liderando as pesquisas (PESQUISA..., 2018). Foi condenado em primeira instância em julho de 2017. Recorreu à segunda instância mas, em janeiro de 2018, foi condenado também na mesma. Esgotados os recursos na segunda instância, entregou-se à Polícia Federal no *dia 7 de abril de 2018* (LULA..., 2018).

As pesquisas de intenção de voto mostraram que, em cenários sem Lula da Silva, Jair Bolsonaro (PSL) (BOLDRINI, 2018) estava em primeiro lugar (DATAFOLHA..., 2018). O então deputado havia ganhado popularidade por diversas declarações contrárias aos direitos de pessoas LGBTQs, as cotas raciais, a igualdade salarial para mulheres e favoráveis à ditadura militar brasileira — homenageou um reconhecido militar torturador ao declarar seu voto a favor da abertura do processo de *impeachment* de Rousseff, por exemplo (SARDINHA, 2017), que repercutiram intensamente nas redes sociais, fazendo com que Bolsonaro conquistasse muitos seguidores que construíram a imagem do “mito” que não tinha receio em falar o que julgava ser necessário falar.

No mês de maio do mesmo ano ocorreu uma greve de caminhoneiros, exigindo redução nos preços do diesel e fixação de uma tabela mínima para os valores de frete. A greve ganhou muita força a partir do *dia 24 de maio de 2018*, quando começou uma crise de abastecimento nos postos de combustível e supermercados do país devido ao bloqueio parcial das rodovias (GREVE..., 2018). Em meio a um debate sobre a legalidade da greve e sob acusação de locaute, os caminhoneiros mantiveram sua organização por tempo suficiente para adquirir vitórias. Ao mesmo tempo, ganhou corpo na categoria o discurso anticorrupção e apoio a uma intervenção militar.

Um Brasil marcado por esses discursos seguiu seu rumo às eleições gerais. No *dia 6 de setembro de 2018*, durante a campanha eleitoral, o então presidencial Bolsonaro sofreu um atentado, levando uma facada e suspendendo sua campanha (BOLSONARO..., 2018). Mas, mesmo com sua campanha suspensa — sem participar de debates —, com a ascensão de Fernando Haddad (PT, substituto de Lula) (GIELOW, 2018) nas pesquisas e com a organização de protestos massivos contra sua candidatura — com ênfase no *dia 29 de setembro de 2018*, data em que grupos de mulheres reuniram centenas de milhares de manifestantes contra Bolsonaro em 114 cidades do Brasil e do mundo sob o mote “Ele não” (ROSSI; CARNEIRO; GRAGNANI, 2018) —, o candidato cresceu consideravelmente em intenções de voto, quase vencendo no primeiro turno, atingindo 46,03% dos votos válidos (TSE, 2020).

Durante o segundo turno, nem mesmo as denúncias do jornal Folha de São Paulo de que a campanha de Bolsonaro havia cometido crime ao utilizar serviços de disparo de mensagens em massa abalaram o apoio ao candidato (MELLO, 2018), que confirmou sua vitória sobre Haddad no *dia 28 de outubro de 2018* por 55,13% a 44,87% (TSE, 2020).

Com isso, encerramos a revisão necessária para compreender a seleção realizada. Para facilitar a leitura, expusemos os eventos selecionados, que chamaremos de “datas-chave” da política brasileira recente, na Tabela 1:

TABELA 1 Datas-chave da política brasileira recente (2013–2018)

Data	Descrição do evento	Código do evento
13/06/2013	Maior repressão policial aos protestos de junho de 2013	Jun13Repres
28/10/2014	Reeleição de Dilma Rousseff	RousseffElei
15/03/2015	Primeiro protesto pelo <i>impeachment</i> de Dilma Rousseff	RousseffProtes
17/04/2016	Câmara autoriza abertura do <i>impeachment</i> de Dilma Rousseff	RousseffAbert
28/04/2017	Greve geral contra reformas propostas por Michel Temer	TemerGreve
17/05/2017	Vazamento dos áudios de Michel Temer e de Aécio Neves	TemerNevesAud
07/04/2018	Prisão de Lula da Silva	LulaPris
06/09/2018	Atentado contra Jair Bolsonaro	BolsonaroAtent
29/09/2018	Primeiro protesto #EleNão contra Jair Bolsonaro	BolsonaroProtes
28/10/2018	Eleição de Jair Bolsonaro	BolsonaroElei

Fonte: Elaborada pelos autores.

#### 4 METODOLOGIA E DADOS

Neste artigo, utilizamos estatísticas descritivas para identificar quais são os partidos mais citados pelos cidadãos brasileiros na Internet em momentos de afloramento do debate político, bem como as palavras que mais acompanharam as citações a esses partidos. Os partidos mais citados nesses debates são os

mais “lembrados” pelos cidadãos, sendo provavelmente os que mais pautaram a discussão nos momentos de crise, revelando que os cidadãos estabeleceram relações — sejam positivas, sejam negativas — com os mesmos.

Para isso, escolhemos investigar a rede social Twitter. No Brasil, o Twitter não possui tantos usuários quanto o WhatsApp ou o Facebook e, proporcionalmente, não é a rede social mais utilizada para leitura e compartilhamento de informações referentes a eleições e candidatos<sup>2</sup>. Entretanto foi escolhido por dois motivos. O primeiro é o seu formato de *microblogging* (GOMES *et al.*, 2009), que permite o compartilhamento de ideias como ocorre em *blogs* tradicionais, mas de maneira reduzida a 280 caracteres<sup>3</sup>, auxiliando na rapidez de produção e processamento de conteúdo (PRADO, 2010). O segundo é a presença expressiva de políticos com conta no Twitter, tornando-o uma rede social mais relevante politicamente em relação aos seus pares (GOMES *et al.*, 2009; PARMELEE; BICHARD, 2013; AGGIO, 2016), atraindo mais cidadãos para o debate político online.

Os tuítes foram obtidos pela técnica de *web scraping* em algoritmo desenhado por Marco Antonio Faganello<sup>4</sup>, a quem agradecemos pelo trabalho. Ainda que os tuítes coletados sejam publicados por perfis abertos, foi necessário pedir permissão ao Twitter para fazer a coleta e uso dos dados para fins acadêmicos. Os dados foram coletados a partir de uma pesquisa por nome completo do partido (por ex.: Partido Trabalhista Brasileiro), sigla (por ex.: PTB) e *user* da legenda no Twitter (por ex.: @ptb14). Nomes completos e siglas que podem ser utilizados em outros contextos diferentes de uma citação a partido político não foram incluídos nas *queries* das coletas de dados<sup>5</sup>.

Em nove das onze datas, definimos como horário inicial da coleta às 00:00:00 e como horário final às 23:59:59. As duas exceções são as datas referentes ao vazamento dos áudios de Temer e Neves e ao atentado contra Bolsonaro, por serem eventos inesperados em relação aos demais. Para eles, definimos como horários iniciais aqueles relatados como os horários aproximados dos

---

<sup>2</sup> Fonte: Pesquisas Datafolha disponíveis no catálogo do Cesop/Cocen-Unicamp. Números das pesquisas: 2014: CESOP-DATAFOLHA/BRASIL.BR2014.OUT-03887; 2017: CESOP-DATAFOLHA/BR17.NOV-04405; 2018: CESOP-DATAFOLHA/BR18.OUT-04619.

<sup>3</sup> Mudança implementada em 2017, pois anteriormente o limite era de 140 caracteres (CANO, 2017).

<sup>4</sup> Doutorando do PPGCP/IFCH—Unicamp.

<sup>5</sup> Só foram levados em consideração os partidos que possuíam registro regular no TSE no dia 1 de setembro de 2019, quando iniciamos a coleta. Nomes completos de partidos excluídos da coleta: Democratas; Avante; Podemos; Solidariedade; Patriota. Siglas excluídas da coleta: PP; DC; PODE; PR; SD; NOVO; REDE. Não têm perfil no Twitter: PTC; PPS; PP. Não encontramos o user do perfil que era utilizado antes da mudança de nome: MDB (quando era PMDB); AVANTE (quando era PTdoB).

acontecimentos: às 19:30:00 e às 15:40:00, respectivamente, coletando todos os tuítes publicados nas 24 horas posteriores<sup>6</sup>.

O banco de dados foi organizado e limpo a partir de alguns passos. Primeiro, analisamos os resultados que estavam identificados em outras línguas que não a língua portuguesa brasileira (pt-BR, segundo o código ISO 639-1). Nesta filtragem, corrigimos os tuítes escritos em pt-BR que foram reconhecidos como outra língua e excluímos todos os tuítes que não foram escritos em pt-BR. Segundo, analisamos os resultados das pesquisas que continham siglas partidárias que poderiam ser utilizadas como abreviações coloquiais: DEM, PP, PV, PROS, PT e PEN. A partir da análise, excluímos os resultados que não correspondiam ao conteúdo político que buscamos.

Escolhemos manter todos os tuítes na análise, não descartando os que foram feitos por perfis falsos. Ainda que esta seja uma tarefa difícil, mas não impossível, entendemos que os perfis falsos produzem um efeito real de potencialização do debate em torno de alguma pauta escolhida (LEWANDOWSKY; ECKER; COOK, 2017), tornando essencial que seus tuítes sejam contados como os demais.

## 5 ANÁLISE DE DADOS

Para iniciar nossa análise, apresentamos o Gráfico 1, abaixo, que mostra o número absoluto de citações a partidos políticos brasileiros no Twitter nas dez datas selecionadas. Este gráfico tem como finalidade expor o número de citações por data-chave no nosso banco de dados (Total = 29481). O número de citações é crescente, mas esse crescimento não é linear. O crescimento pode ter ocorrido por conta do aumento do número de usuários brasileiros no Twitter durante o período (ver nota de rodapé 25). Por enquanto, não foi possível identificar um padrão na variação do número de citações ao longo do tempo — como uma associação com os partidos protagonistas em cada evento, por exemplo.

Para analisarmos individualmente o número de citações que cada partido recebeu, elaboramos os Gráficos 2A e 2B, abaixo, que mostram o número relativo de citações que os partidos obtiveram em cada data-chave. A divisão dos dados em dois gráficos foi necessária para melhor visualização dos dados, logo é importante se ater à diferença de escalas dos Eixos Y. O Gráfico 2A coloca como “Outros” todos os partidos que não alcançaram 5% da somatória de citações

---

<sup>6</sup> Os tuítes publicados durante a data-chave “Impacto da greve dos caminhoneiros” (referentes ao dia 24 de maio de 2018) foram desconsiderados na análise, pois possuem ruídos que prejudicariam a interpretação.

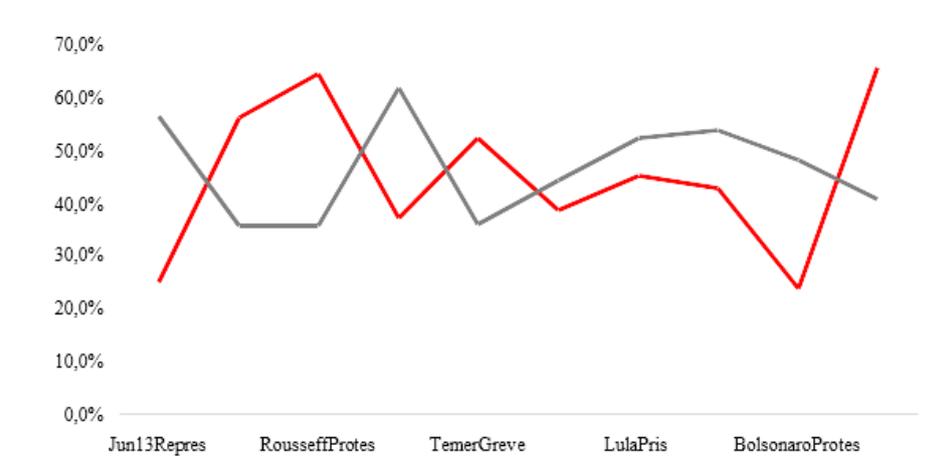
GRÁFICO 1 Citações a partidos políticos brasileiros no Twitter nas dez datas selecionadas (n)



**Fonte:** Elaborado pelos autores a partir de dados do Twitter coletados por Marco Antonio Faganello via *web scraping*.

Nota: Total = 29481.

GRÁFICO 2A Partidos políticos brasileiros mais citados no Twitter nas dez datas selecionadas (%): PT e Outros

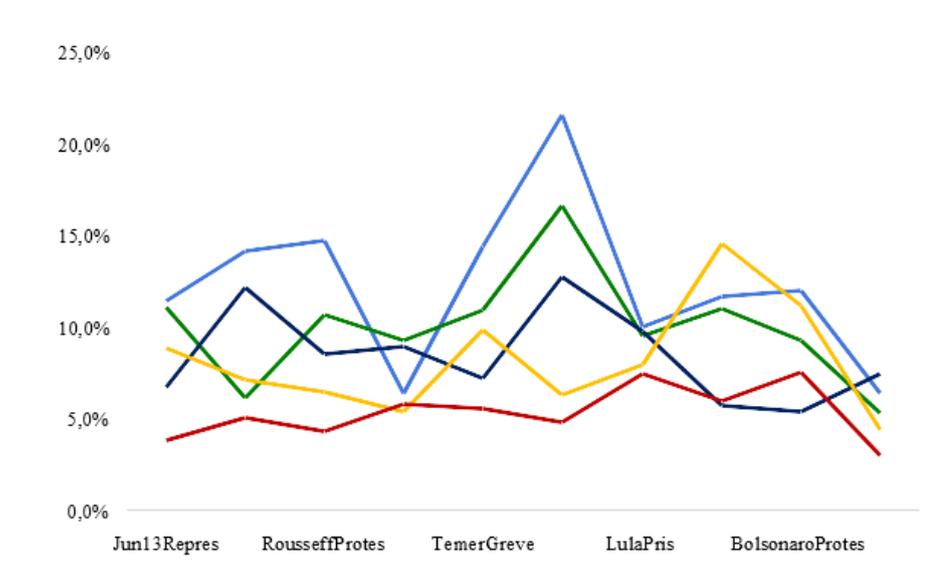


**Fonte:** Elaborado pelos autores a partir de dados do Twitter coletados por Marco Antonio Faganello via *web scraping*.

em todas as datas-chave<sup>7</sup>. Uma tabela com os dados de todas as legendas está

<sup>7</sup> Compõem os Outros: PP, PSB, PEN, PSL, PDT, PSTU, PTB, NOVO, PCO, PPS, PSC, PSD, PV, PCB, PHS, PMB, PROS, REDE, PRTB, PODE, PTC, AVAN, PMN, DC, PR e SD.

GRÁFICO 2B Partidos políticos brasileiros mais citados no Twitter nas dez datas selecionadas (%): PSDB, MDB, DEM, PSOL e PCdoB



**Fonte:** Elaborado pelos autores a partir de dados do Twitter coletados por Marco Antonio Faganello via *web scraping*.

disponível no Apêndice<sup>8</sup>.

O PT é o partido brasileiro mais citado no Twitter nas datas-chave analisadas, tendo seu ápice de citações no dia da eleição de Bolsonaro para a Presidência. Além disso, é a única sigla que apresenta uma dinâmica interligada com os Outros: quando o PT é mais citado, as legendas contidas em Outros são menos lembradas, e vice-versa. Isso pode indicar que quando o PT é menos citado há uma opção por citações aos partidos políticos no geral. Com isso, podemos dizer que o partido ocupa uma posição de centralidade na forma que os cidadãos compreendem o sistema partidário do país. Para interpretar esse dado, é necessário ressaltar que o PT é o partido que concentra as mais altas taxas de identificação (SPECK; BALBACHEVSKY, 2016) e anti-identificação partidária (SAMUELS; ZUCCO, 2018) no Brasil; e que o partido estrutura a competição eleitoral do sistema partidário brasileiro (MENEGUELLO, 2011; MENEGUELLO; ARQUER, 2018). Isso se reforça na medida em que o partido é o mais citado em todas as datas-chave — seja quando chefiava o Poder Executivo, seja depois da destituição de Rousseff (PT).

<sup>8</sup> Citações ao partido Solidariedade não foram captadas durante a série temporal de acordo com sua *query*, que levou em conta somente o seu user “@solidariedadeBR”, excluindo a palavra “solidariedade” e a sigla “SD” porque poderiam remeter a contextos não necessariamente ligados ao partido. Ver mais na nota 29.

O PSOL é uma legenda muito citada pelos usuários do Twitter. Mesmo sendo um partido relativamente pequeno em termos de tamanho da bancada na Câmara dos Deputados, esteve sempre em alta, com destaque no final da série temporal — especialmente na data do atentado contra Bolsonaro, que foi feito por um ex-filiado do partido (BRAGON, 2018). Uma outra legenda que recebeu muitas citações é o DEM. Inclusive, o seu maior número de citações ocorreu no dia do vazamento dos áudios de Temer e Neves, o que pode ser justificado pelas alianças sistemáticas que o DEM e o PSDB fizeram nas eleições presidenciais brasileiras ocorridas desde 1994, sempre com destaque para o PSDB.

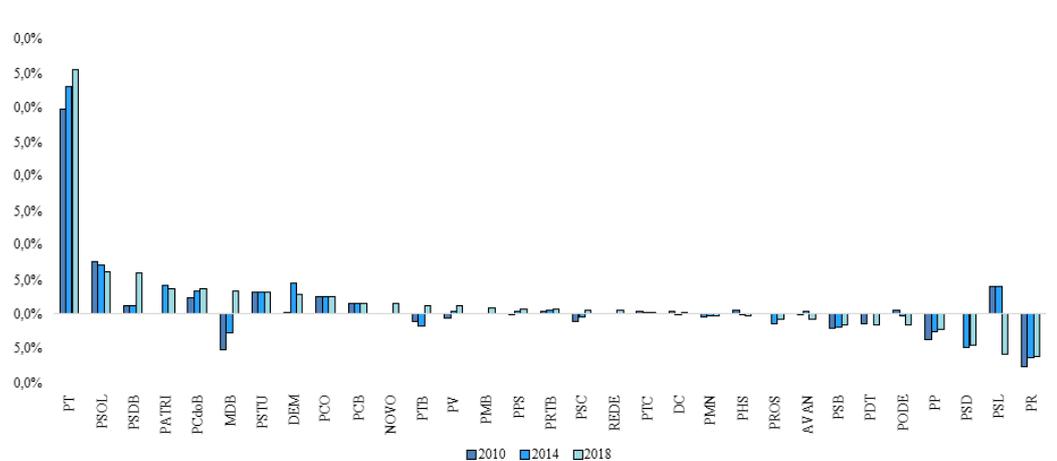
O MDB manteve um número relevante de citações ao longo da série, mas, mesmo sendo chefe do Poder Executivo em seis das dez datas-chave, só obteve destaque em uma: a data do vazamento dos áudios de Temer e Neves. Nessa data, o MDB e o PSDB, respectivamente os partidos dos dois protagonistas do escândalo, cresceram em número de citações em conjunto com o DEM e os Outros, enquanto se pode observar uma queda das citações de PT, PSOL e PCdoB. Isso demonstra que o debate político no Twitter foi protagonizado pelos partidos mais envolvidos com o acontecimento, ou seja, houve um alinhamento entre o debate e o fato político.

Cabe, ainda, ressaltar que o PCdoB não teve destaque durante a série temporal, nem mesmo durante a realização da Greve Geral, o que chama atenção pois o partido tem relação íntima com sindicatos — especialmente com os filiados à Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB) (CPDOC, c2009). Além disso, que os Outros têm como ápices a data de maior repressão aos protestos de Junho de 2013 e a data da votação do processo de *impeachment* de Rousseff na Câmara dos Deputados, o que sugerimos ser motivado pelo fato de os cidadãos desejarem expressar descontentamento com o maior número de partidos possível.

O número de citações pode ser explorado a partir da relevância dos partidos no âmbito nacional. A Câmara dos Deputados seria o melhor caso para efeitos de comparação, pois sua composição é regulada por um sistema eleitoral proporcional, cujo objetivo é “representar tanto as maiorias quanto as minorias traduzindo votos em assentos, proporcionalmente, em vez de super-representar ou sub-representar quaisquer partidos” (LIJPHART, 2019, p. 161). Ou seja, o número de cadeiras que um partido possui na câmara baixa do Poder Legislativo federal teoricamente representa a sua força em número de votos, mesmo que existam as deformações que os mecanismos do sistema eleitoral causam (NICOLAU, 2017). Também representa o seu poder de barganha na formulação, aprovação e reprovação de políticas públicas (RIKER, 1984). Dessa maneira, espera-se que um partido com um alto número de cadeiras, por ter um alto número de eleitores e exercer grande influência nas políticas do país, seja mais citado que um partido com baixo número de cadeiras.

Para investigarmos se essa proporcionalidade existe, organizamos o Gráfico 3, que mostra a diferença entre o número relativo que cada partido obteve no total de citações e o número de cadeiras conquistadas por cada partido na Câmara dos Deputados nas eleições de 2010, 2014 e 2018, por serem pleitos próximos das datas-chave analisadas. Neste gráfico, quanto mais próximo do Eixo X estiver o *score*, mais proporcional é o número de citações ao partido em relação ao tamanho de sua bancada na Câmara dos Deputados. Os dados estão organizados em ordem decrescente de diferença entre Total e Dep. Fed. 2018<sup>9</sup>.

GRÁFICO 3 Diferença entre o total de citações ao partido no Twitter nas dez datas selecionadas (%) e cadeiras conquistadas pelo partido para a Câmara dos Deputados em 2010, 2014 e 2018 (%)



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados do Twitter coletados por Marco Antonio Faganello via *web scraping*.

A quantidade de partidos que são super ou subcitados mostra como o debate político no Twitter está consideravelmente descolado da relevância dos partidos em termos de números de cadeiras na câmara baixa do Poder Legislativo federal<sup>10</sup>. Esta é uma questão interessante para ser examinada, pois tem potencial para fornecer explicações sobre a representação política no Brasil e os efeitos da Internet sobre a mesma.

O partido que se destaca como o mais supercitado é o PT, o que remete ao fato de ele pautar o debate político devido a sua relevância no sistema partidário brasileiro, como já explicado anteriormente. Por outro lado, entre os partidos mais subcitados, chamam atenção os *scores* do PSL, que é um caso peculiar.

<sup>9</sup> Eles podem ser encontrados em formato de tabela no Apêndice.

<sup>10</sup> Inclusive, o fato do PSTU, do PCO e do PCB estarem em destaque simboliza isso, pois nenhuma das três siglas conquistou cadeiras nos três pleitos analisados.

Seu número de cadeiras era muito pequeno até a eleição de 2018, quando elegeu a segunda maior bancada da Câmara. Além disso, a sigla somente apresentou um alto número de citações nos eventos ocorridos após a filiação do então presidente Bolsonaro, com destaque para a data do protesto “Ele Não”, quando foi citada em 15,1% dos tuítes coletados. Anteriormente, era uma legenda pouco lembrada. Se contarmos somente as porcentagens de citações ao partido nas datas-chave que ocorreram depois da filiação de Bolsonaro, a média seria de 8%, mais próximo à porcentagem de deputados eleitos pelo partido em 2018 (10,1%). Essa flutuação acompanha a variação de outros dados, como o crescimento das taxas de identificação com o PSL durante a corrida presidencial (PT..., 2018).

Outra abordagem sobre os dados se faz necessária: a análise das palavras que mais foram citadas em conjunto com cada um dos partidos, a fim de avaliar de que forma se elabora a relação entre indivíduos e partidos. Por isso, organizamos a Tabela 2, abaixo, que apresenta as 30 palavras mais citadas (e o número de menções de cada uma delas) em conjunto com os partidos que ultrapassaram a marca de 5% das citações totais<sup>11</sup>.

---

<sup>11</sup> Foram excluídas as palavras das seguintes classes: artigos, conjunções, interjeições, numerais, preposições e pronomes. As outras palavras foram analisadas caso a caso, excluindo-se as que não possuíam significados políticos. Por exemplo, a palavra “todos” foi excluída, enquanto a palavra “nunca” foi mantida. Também foram excluídas palavras que compunham a *query*, como a palavra “Brasil” no caso do “Partido Comunista do Brasil”.

TABELA 2 Palavras mais citadas em conjunto com os partidos (n)

PT		PSDB		MDB		DEM		PSOL		PCdoB	
Palavra	Citações	Palavra	Citações	Palavra	Citações	Palavra	Citações	Palavra	Citações	Palavra	Citações
lula	1629	pt	1426	pt	1215	psdb	789	pt	1079	pt	827
psdb	1517	pmdb	941	psdb	1204	pt	625	pcdob	640	psol	650
brasil	1416	dem	769	dem	566	pmdb	600	pstu	283	lula	164
bolsonaro	1304	pp	370	pp	421	partido	414	bolsonaro	246	esquerda	153
contra	1155	temer	333	temer	338	pp	269	esquerda	246	psdb	145
dilma	1059	governo	321	brasil	239	governo	214	psdb	243	pdt	135
pmdb	1012	mdb	269	contra	228	temer	207	pdt	191	pstu	134
psol	966	contra	267	dilma	223	contra	168	contra	185	contra	118
haddad	816	aecio	266	governo	218	brasil	167	lula	178	psb	113
fora	669	brasil	251	corrupcao	206	psol	142	filiado	173	partidos	112
pcdob	657	psol	241	partidos	191	presidente	138	rede	155	pco	101
pais	654	lula	222	psol	186	bolsonaro	135	brasil	152	pcb	96
ptb	644	psb	220	lula	181	lula	135	partidos	150	rede	95
povo	641	partidos	213	psb	152	pps	128	pco	128	pmdb	94
governo	618	bolsonaro	212	politica	143	psb	120	pmdb	126	bolsonaro	84
anos	586	dilma	209	pcdob	139	ptb	114	psb	111	pp	79
presidente	585	pdt	173	pdt	139	impeachment	113	pcb	103	pais	75
dem	539	pps	172	bolsonaro	132	candidato	110	dem	100	povo	71
pp	516	alckmin	168	fora	126	paes	107	povo	84	une	67
temer	510	presidente	158	presidente	126	psc	107	fora	81	presidente	63
esquerda	508	doria	153	impeachment	118	politica	102	pp	80	dem	61
votar	495	corrupcao	143	povo	112	povo	96	democracia	79	cut	60
nunca	477	fora	142	ptb	110	psl	93	dilma	74	democracia	59
politica	461	pcdob	142	psd	108	dilma	90	candidato	71	dilma	52
candidato	460	politica	138	candidato	107	maia	87	atentado	70	impeachment	50
voto	459	impeachment	133	pais	101	psd	85	mst	70	manuela	49
corrupcao	448	ptb	125	aecio	99	votos	83	cut	69	mst	48
poder	447	povo	123	poder	92	deputado	81	politica	68	politica	47
impeachment	438	pais	114	governador	86	pcdob	79	pais	63	mdb	46
democracia	420	esquerda	113	politicos	85	neto	70	mdb	62	vice	46

**Fonte:** Elaborada pelos autores a partir de dados do Twitter coletados por Marco Antonio Faganello via *web scraping*.

Como esperado, fazem-se presentes palavras tradicionalmente ligadas à política institucional, por exemplo: voto (s), partido (s), governo, presidente, governador e deputado. No geral, é possível observar que há citações a outros partidos, mostrando que no debate político os indivíduos se propõem a fazer ligações entre as legendas. A exceção é o PT, que possui uma variedade maior de termos entre as palavras mais citadas, comprovando sua centralidade no debate político conforme argumentado anteriormente. Ainda assim, o PSDB é a segunda palavra mais citada em conjunto com o PT, perdendo apenas para “Lula”, enquanto o PT é a palavra mais citada em conjunto com o PSDB. Esse fato demonstra que a polarização entre os dois partidos, dupla protagonista de todas as eleições presidenciais entre 1994 e 2014, também se traduziu no debate político online.

Além disso, verifica-se uma tendência de citar figuras políticas que compõem as fileiras do partido que está sendo citado — como nas menções a Fernando Haddad (PT), Geraldo Alckmin (PSDB), João Doria (PSDB), Eduardo Paes (DEM), Rodrigo Maia (DEM), Antônio Carlos Magalhães Neto (DEM) e Manuela D’Ávila (PCdoB) —, com exceção do caso do PSOL. Já os nomes de Lula da Silva, Dilma Rousseff e Jair Bolsonaro, os únicos vencedores de eleições presidenciais realizadas desde 2002, aparecem nas buscas das citações de todos os partidos, mostrando a centralidade dessas figuras no debate político.

Outras palavras também aparecem em destaque. “Povo” está em todas as listas, assim como “contra”. Isso pode indicar que no debate político está expressa uma consciência sobre os partidos serem instituições de representação política e uma certa insatisfação com o desempenho dessa função. Na mesma linha de raciocínio, a palavra “corrupção” aparece nos casos do PT, do PSDB e do MDB; enquanto a palavra “fora” é sistematicamente citada nos casos do PT e do PSOL.

Por outro lado, a palavra “democracia” é citada somente em conjunto com o PT, o PSOL e o PCdoB. Provavelmente isso se deve à avaliação que esses partidos fazem sobre o *impeachment* de Rousseff como um golpe nas instituições democráticas do país e sobre a eleição de Bolsonaro como um risco à democracia brasileira (CHAGAS, 2018). Ao mesmo passo, nos conjuntos do PSOL e do PCdoB constam citações sistemáticas a movimentos sociais e centrais sindicais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a União Nacional dos Estudantes (UNE) e a Central Única de Trabalhadores (CUT), simbolizando a aproximação entre esses partidos e o campo popular. Vale, ainda, ressaltar que o PSOL possui duas palavras atípicas: “filiado” e “atentado”. Essas palavras foram massivamente citadas após o atentado contra Jair Bolsonaro em 6 de setembro de 2018, pois o autor do ataque, Adélio Bispo, foi filiado ao PSOL entre 2007 e 2014, conforme mencionado anteriormente. Este fato foi massivamente lembrado pelos eleitores do então presidente Jair Bolsonaro, numa tentativa de associar o partido ao ato de violência.

No contexto da crise política que está instaurada em todo o período analisado, é importante notar que, em linhas gerais, as pessoas constroem relações cotidianas com os partidos políticos e as expressam no debate político online. Observando os dados, é possível afirmar que os cidadãos são capazes de compreender e reproduzir os discursos sustentados pelos partidos nas arenas de decisão política — como, por exemplo, a menção à palavra “democracia” em conjunto com o PT, o PSOL e o PCdoB, que levantaram essa bandeira para se contraporem à deposição de Rousseff e à eleição de Bolsonaro. Ou seja, as redes sociais aumentaram as possibilidades de posicionamentos políticos individuais, mas aparentemente os partidos permanecem capazes de estruturar o debate.

## 6 CONCLUSÕES

É impossível coletar todas as citações a partidos políticos no Twitter, dado o formato de *microblogging* desta rede social, permitindo que os usuários façam referências às siglas de forma individual e personalizada utilizando figuras de linguagem variadas. No entanto o que mais nos interessa é a flutuação do número de citações aos partidos, que escolhemos observar a partir de *proxies* das citações — para além das menções aos perfis, coletamos também as citações aos nomes completos e às siglas das legendas.

Entre as análises, destacamos algumas conclusões. Primeiro, o PT é, de longe, o partido mais lembrado pelos usuários do Twitter. As hipóteses que levantamos para tanto são a longa permanência da legenda na Presidência da República, o seu protagonismo em todas as eleições presidenciais do período democrático atual e as altas taxas de identificação e anti-identificação partidária — números que representam as ligações estáveis entre os cidadãos e o partido e que são expressos no debate cotidiano da política. A tese de que o PT estrutura o sistema partidário brasileiro é reforçada pelo Gráfico 2A e pela Tabela 2, em que o partido ocupa uma posição de centralidade em relação às siglas brasileiras em geral.

Segundo, há uma disparidade considerável entre o tamanho das bancadas dos partidos na Câmara dos Deputados e o número de citações a eles, conforme evidenciado pelo Gráfico 3. A relevância dos partidos em termos de número de cadeiras na Câmara não se traduz em número de citações a eles entre os cidadãos no Twitter, o que nos leva a indagações sobre a representação política no Brasil. Entretanto é necessário observar o caso do PSL, um partido que só recebeu mais citações após receber como filiado um presidenciável popular nas redes sociais que tinha destaque nas pesquisas de intenção de voto, como vimos anteriormente. Aparentemente, os cidadãos voltaram sua atenção para o partido escolhido por Bolsonaro. Isso demonstra uma capacidade geral de compreensão de importantes movimentações do sistema partidário brasileiro.

Terceiro, a análise das palavras que mais são citadas em conjunto com os partidos nos indica que as legendas foram capazes de estruturar o debate político online de acordo com os seus discursos e posicionamentos em outras esferas. O fato de isso ter ocorrido mesmo em uma plataforma em formato de *microblogging* diz que os partidos políticos brasileiros demonstraram força suficiente para canalizar as demandas políticas, ou pelo menos de o fazer em alguma medida. Ainda assim, é necessário destacar que as palavras “contra” e “fora” são presenças comuns nos tuítes coletados, ou seja, o debate político virtual é um espaço privilegiado para compreender a avaliação dos cidadãos sobre a função dos partidos na democracia representativa, especialmente no contexto de transformação dos meios de comunicação.

A argumentação que baseia nosso artigo nos leva a crer que essas indagações sobre a representação política são frutos da análise do comportamento dos cidadãos na Internet e que elas só podem ser exploradas a partir da análise de dados provenientes deste espaço virtual. A Internet é, além de um importante âmbito de debates políticos, uma ótima fonte para investigar a relação *cotidiana* que os cidadãos têm com os partidos, isto é, quais são os recursos que eles utilizam para avaliar os partidos e se o fazem de maneira positiva ou negativa. Partindo dessa concepção, poderemos avançar no debate sobre a função da Internet como um elemento estruturante da representação política — seja como espaço, seja como ferramenta, seja como ambos.

## REFERÊNCIAS

- “LULA é preso”. *Folha de S.Paulo*, 7 abr. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/04/lula-e-presos.shtml>. Acesso em: 09 set. 2019.
- AGGIO, Camilo. Campanhas online e Twitter: a interação entre campanhas e eleitores nas eleições presidenciais brasileiras de 2010. *Revista Famecos: Mídia, Cultura e Tecnologia*, Porto Alegre, n. 23, v. 1, 2016. DOI: <https://doi.org/10.15448/1980-3729.2016.1.22088>.
- AGGIO, Camilo. 2015. Os candidatos ainda evitam a interação? Twitter, Comunicação Horizontal e Eleições Brasileiras. *E-compós*, [s.l.], v. 18, n. 1, p. 1–22, 26 mai. 2015.
- AGGIO, Camilo. *Campanhas políticas online: a discussão do estado da arte seguido de estudo de caso sobre os websites dos candidatos à prefeitura de Salvador em 2008*. Dissertação (Mestrado Comunicação e Cultura Contemporâneas) — Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, BA, 2010.

- ALMEIDA, Maria. Vitória. DE. *Os efeitos das condições socioeconômicas na participação política dos brasileiros*. Dissertação; Tese; TCC (Mestrado). Mestre. Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, SP, 2017.
- BITTAR, Rodrigo. Votos de Marina Silva não tiveram impacto equivalente na Câmara. *In: AGÊNCIA Câmara de Notícias*. 27 out. 2010. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/143538-votos-de-marina-silva-nao-tiveram-impacto-equivalente-na-camara/>. Acesso em: 12 fev. 2022.
- BOLDRINI, Angela. Jair Bolsonaro se filia ao PSL para disputar o Planalto. *Folha de S.Paulo*, Brasília, 7 mar. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/03/jair-bolsonaro-se-filia-ao-psl-para-disputar-o-planalto.shtml>. Acesso em: 17 out. 2019.
- BOLSONARO leva facada durante ato de campanha em Juiz de Fora. *Folha de S.Paulo*, 6 set. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/09/bolsonaro-leva-facada-durante-ato-de-campanha-em-juiz-de-fora.shtml>. Acesso em: 09 set. 2019.
- BORGES, André; VIDIGAL, Robert. Do lulismo ao antipetismo? Polarização, partidarismo e voto nas eleições presidenciais brasileiras. *Opinião Pública*, Campinas, v. 24, n. 1, p. 53–89, jan./abr. 2018.
- BRAGON, Ranier. Autor de atentado a Bolsonaro foi filiado ao PSOL e divulgou ida a escola de tiro. *Folha de S.Paulo*, Brasília, set. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/09/suspeito-de-esfaquear-bolsonaro-foi-filiado-ao-psol.shtml>. Acesso em: 26 jun. 2021.
- BRASIL. Ministério Público Federal. *Denúncia*. Curitiba, 14 set. 2016. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/pr/sala-de-imprensa/docs/DENUNCIALULA.pdf>. Acesso em: 09 set. 2019.
- BRETAS, Valéria. Com 82% de rejeição, Temer se torna presidente mais impopular da história. *Exame*, São Paulo, 10 jun. 2018. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/com-82-de-rejeicao-temer-se-torna-presidente-mais-impopular-da-historia/>. Acesso em: 09 set. 2019.
- CANO, Rosa Jiménez. Twitter amplia o limite para 280 caracteres por mensagem. *El País*, San Francisco, 26 sept. 2017. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/26/tecnologia/1506399545\\_718901.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/26/tecnologia/1506399545_718901.html). Acesso em: 14.out.2019.

- CARR, Nicholas. *The shallows: what the Internet is doing to our brains*. Nova York: W. W. Norton & Company, 2020.
- CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). *Central dos Trabalhadores e das Trabalhadoras do Brasil (CTB)*. Rio de Janeiro; São Paulo, c2009. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/central-dos-trabalhadores-e-das-trabalhadoras-do-brasil-ctb>. Acesso em: 26 jun. 2021.
- CERON, Andrea *et al.* Every tweet counts? How sentiment analysis of social media can improve our knowledge of citizens' political preferences with an application to Italy and France. *New Media & Society*, [S. l.], v. 16, n. 2, p. 340–358, 4 abr. 2013.
- CERVI, Emerson U.; MASSUCHIN, Michele G.; CARVALHO, Fernanda C. de (org.). *Internet e eleições no Brasil*. 1. ed. Curitiba: CPOP, 2016.
- CHAGAS, Paulo Victor. Partidos lançam frente de apoio à candidatura de Haddad. In: AGÊNCIA Brasil. Brasília, 15 out. 2018. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2018-10/partidos-lancam-frente-de-apoio-candidatura-de-haddad>. Acesso em: 27 jun. 2021.
- CHARLEAUX, João Paulo. O que foram, afinal, as Jornadas de Junho de 2013: e no que elas deram. *Nexo Jornal*. São Paulo, 17 jun. 2017. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/06/17/O-que-foram-afinal-as-Jornadas-de-Junho-de-2013.-E-no-que-elas-deram>. Acesso em: 09 set. 2019.
- CURRAN, James. Reinterpreting the internet. In: CURRAN, James; FENTON, Natalie; FREEDMAN, Des. (org.). *Misunderstanding the internet*. Nova York: Routledge, 2016.
- DATAFOLHA: Lula Lidera com 39%; sem petista, Bolsonaro é líder com 22%. Datafolha: Lula lidera com 39%; sem petista, Bolsonaro é líder com 22%. *Valor Econômico*, São Paulo, 22 ago. 2018. Disponível em: <https://www.valor.com.br/politica/5758639/datafolha-lula-lidera-com-39-sem-petista-bolsonaro-e-lider-com-22>. Acesso em: 09 set. 2019.
- DEARO, Guilherme. Temer, Aécio, Joesley e as 24 horas que abalaram o país. *Exame*, São Paulo, 19 maio 2017. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/24-horas-abalaram-pais/>. Acesso em: 09 set. 2019.

- GARCIA, Gustavo *et al.* Senado aprova impeachment, Dilma perde mandato e Temer assume. *In*: G1. Brasília, 31 ago. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/08/senado-aprova-impeachment-dilma-perde-mandato-e-temer-assume.html>. Acesso em: 09 set. 2019.
- GASPARINI, Claudia. Como foi a greve geral contra reformas de Temer em 28/04. *Exame*, São Paulo, 28 abr. 2017. Disponível em: <https://exame.com/brasil/ao-vivo-a-greve-geral-e-os-protestos-pelo-brasil-nesta-sexta/amp/>. Acesso em: 09 set. 2019.
- GERBAUDO, Paolo. *The digital party*: political organisation and online democracy. Londres: Pluto Press, 15 abr. 2019.
- GIELOW, Igor. Haddad sobe a 22%; Bolsonaro tem 28%, mas se enfraquece no 2º turno, diz Datafolha. *Folha de S.Paulo*, set. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/09/haddad-sobe-a-22-bolsonaro-tem-28-mas-se-enfraquece-no-2o-turno-diz-datafolha.shtml>. Acesso em: 09 set. 2019.
- GOMES, Wilson *et al.* “Politics 2.0”: a campanha online de Barack Obama em 2008. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 17, n. 34, p. 29–43, out. 2009.
- GONÇALVES, João Ricardo *et al.* Vereadora do PSOL, Marielle Franco é morta a tiros na Região Central do Rio. *In*: G1. Rio de Janeiro, 14 mar. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/vereadora-do-psol-marielle-franco-e-morta-a-tiros-no-centro-do-rio.ghtml>. Acesso em: 12 jun. 2021.
- GREVE dos caminhoneiros: a cronologia dos 10 dias que pararam o Brasil. *In*: BBC News Brasil. [S. l.], 30 maio 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44302137>. Acesso em: 19 maio 2020.
- KOLLANYI, Bence; HOWARD, Philip N.; WOOLLEY, Samuel C. Bots and automation over twitter during the U.S. election. *The Computational Propaganda Project Data Memos*, Oxford, v. 4, p. 1–5, 17 nov. 2016.
- LATTMAN-WELTMAN, Fernando. Democracia e revolução tecnológica em tempos de cólera: Influência política midiática e radicalização militante. *Compólitica*, Rio de Janeiro, p. 1–22, abr. 2015.
- LEWANDOWSKY, Stephan; ECKER, Ulrich K. H.; COOK, John. Beyond Misinformation: Understanding and Coping with the “Post-Truth” Era. *Journal of Applied Research in Memory and Cognition*, Bristol, v. 6, n. 4, p. 353–369, 1 dez. 2017.

- LIJPHART, Arend. 2019. *Modelos de democracia: desempenho e padrões de governo em 36 países*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.
- LOH, Kep. K.; KANAI, Ryota. How Has the Internet Reshaped Human Cognition? *The Neuroscientist*, v. 22, n. 5, p. 506–520, out. 2016.
- MANIN, Bernard. A democracia do público reconsiderada. *Novos estudos CE-BRAP*, São Paulo, n. 97, p. 115–127, nov. 2013.
- MANIN, Bernard. As metamorfoses do governo representativo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 10, n. 29, p. 5–34, 1995.
- MARTELLO, Alexandro *et al.* Câmara aprova prosseguimento do processo de impeachment no Senado. *In: G1*. Brasília, 17 abr. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/04/camara-aprova-prosseguimento-do-processo-de-impeachment-no-senado.html>. Acesso em: 09 set. 2019.
- MARTELLO, Alexandro *et al.* Eduardo Cunha acata pedido de impeachment contra Dilma Rousseff. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 2 dez. 2015. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/12/1714133-cunha-deflora-processo-de-impeachment-contradilma.shtml>. Acesso em: 09 set. 2019.
- MELLO, Patrícia Campos. Empresários bancam campanha contra o PT pelo WhatsApp. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, out. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/empresarios-bancam-campanha-contrao-pt-pelo-whatsapp.shtml>. Acesso em: 9 set. 2019.
- MENEGUELLO, Rachel. Las elecciones de 2010 y los rumbos del sistema de partidos brasileño: política nacional, fragmentación y lógica de coaliciones. *In: SÁEZ, Manuel. A.; TAGINA, María. L. (ed.). América Latina: política y elecciones del bicentenario (2009–2010)*. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2011.
- MENEGUELLO, Rachel; ARQUER, Monize. Las elecciones brasileñas de 2014: un país partido por la mitad. *In: ALCÁNTARA, Manuel.; BUQUET, Daniel; TAGINA, María L. (ed.). Elecciones y partidos en América Latina en el cambio de ciclo*. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas, 2018.
- MICHELS, Robert. *Sociologia dos partidos políticos*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

- NICOLAU, Jairo. *Representantes de quem?: os (des)caminhos do seu voto da urna à Câmara dos Deputados*. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.
- OTT, Brian L. The age of Twitter: Donald J. Trump and the politics of debasement. *Critical Studies in Media Communication*, [S. l.], v. 34, n. 1, p. 59–68, 1 jan. 2017.
- PARMELEE, John H.; BICHARD, Shannon L. *Politics and the Twitter revolution: how tweets influence the relationship between political leaders and the public*. Lanham: Lexington Books, 18 jan. 2013.
- PESQUISA Datafolha para presidente: abril 2018. *Gazeta do Povo*, Curitiba--PR, 15 abr. 2018. Disponível em: <https://especiais.gazetadopovo.com.br/eleicoes/2018/pesquisas-eleitorais/datafolha/pesquisa-datafolha-para-presidente-abril-2018/>. Acesso em: 09 set. 2019.
- PRADO, Ana Carolina. *Super Interessante*, São Paulo, 14 out 2010. Disponível em: <https://super.abril.com.br/blog/superlistas/6-fatos-sobre-o-twitter-revelados-em-pesquisas-recentes/>. Acesso em: 02 ago. 2019.
- PROTESTOS contra o governo reúnem quase 1 milhão pelo país. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 15 mar. 2015. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/03/1603286-protestos-contr-o-governo-reune-quase-1-milhao-pelo-pais.shtml>. Acesso em: 09 set. 2019.
- PT tem 22% e PSL, 12% da preferência dos eleitores, diz Ibope. *In: G1*. Rio de Janeiro, 16 out. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/10/16/pt-tem-22-e-psl-12-da-preferencia-dos-eleitores-diz-ibope.ghtml>. Acesso em: 18 out. 2018.
- RIKER, William H. *The theory of political coalitions*. Westport: Greenwood Press, 1984.
- ROSSI, Amanda; CARNEIRO, Julia Dias; GRAGNANI, Juliana. #EleNão: A manifestação histórica liderada por mulheres no Brasil vista por quatro ângulos. BBC News Brasil. *In: BBC News Brasil*. São Paulo/Rio de Janeiro/Londres, 30 set. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45700013>. Acesso em: 9 set. 2019.
- ROSSINI, Patrícia. G. C. *et al.* O uso do Facebook nas eleições presidenciais brasileiras de 2014: a influência das pesquisas eleitorais nas estratégias das campanhas digitais. *In: CERVI, Emerson U.; MASSUCHIN, Michele G.; CARVALHO, Fernanda C. DE (org.). Internet e eleições no Brasil*. 1. ed. Curitiba: CPOP, 2016.

- SAMUELS, David J.; ZUCCO, Cesar. *Partisans, anti-partisans and non-partisans: voting behavior in Brazil*. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.
- SARDINHA, Edson. As frases polêmicas de Jair Bolsonaro. *In: CONGRESSO em Foco*. Brasília-DF, 5 ago. 2017. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/as-frases-polemicas-de-jair-bolsonaro/>. Acesso em: 09 set. 2019.
- SCHUMPETER, Joseph. A. *Capitalismo, socialismo e democracia*. São Paulo: Editora Unesp, 2017.
- SPECK, Bruno W.; BALBACHEVSKY, Elizabeth. Identificação partidária e voto: as diferenças entre petistas e peessedebistas. *Opinião Pública*, Campinas, v. 22, n. 3, p. 569–602, dez. 2016.
- TATAGIBA, Luciana. 1984, 1992 e 2013: sobre ciclos de protestos e democracia no Brasil. *Política & Sociedade*, Florianópolis, n. 13, v. 28, 2014. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-7984.2014v13n28p35>.
- TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). Votação. *In: PORTAL do TSE*. Brasília/DF, 2020. Disponível em: <https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/seai/r/sig-eleicao-resultados/home?session=3569886548923/>. Acesso em: 09 jan. 2022.
- WENG, Lilian *et al.* 2012. Competition among memes in a world with limited attention. *Scientific Reports*, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 335, 29 mar. 2012.

A TRINCHEIRA MARXISTA  
MIDIATIVISMO E OS SENTIDOS MOBILIZADOS POR  
SUJEITOS DISCURSIVOS NO YOUTUBE

---

6

**Resumo:** O presente artigo tem por objetivo analisar a constituição de uma *trincheira* marxista no YouTube a partir dos sentidos mobilizados pelo discurso de três produtores de conteúdo/divulgadores do marxismo na plataforma: Jones Manoel, do canal que leva seu nome, Rita von Hunty, do *Tempero Drag*, e Sabrina Fernandes, do *Tese Onze*. A investigação empírica apoiou-se no ferramental teórico da Análise de Discurso e da Teoria Semiociológica para mapear sujeitos discursivos (*éthos* e *páthos*), campo adversarial, formações discursivas e predileções temáticas de cada um dos canais, tomando como *corpus* empírico 254 vídeos publicados entre janeiro de 2019 e fevereiro de 2021, período em que a extrema direita neoliberal ocupa a Presidência do país. Os resultados indicaram a construção de três diferentes sujeitos discursivos em contexto midiativista: o “combatente revolucionário e o discurso de guerrilha”; a “professora artista e o discurso debochado”; e a “militante estrategista e o discurso acadêmico”. Embora não se apresentem como um corpo discursivo homogêneo, identificamos dois principais pontos de convergência no decorrer da análise: formação política da audiência, no sentido de criação de uma “comunidade imaginada de iguais”; disputa hegemônica por uma visão de mundo que coloca o marxismo como alternativa para a superação do sistema neoliberal.

**Palavras-chave:** YouTube; marxismo; midiativismo; análise de discurso

THE MARXIST TRENCH: MEDIACTIVISM AND THE SENSES  
MOBILIZED BY DISCURSIVE SUBJECTS ON YOUTUBE

**Abstract:** This article analyzes the constitution of a Marxist *trench* on YouTube through the meanings mobilized by the speech of three content producers/disseminators of the Marxism on the platform: Jones Manoel, from the channel named after himself, Rita von Hunty, from *Tempero Drag*, and Sabrina Fernandes, from *Tese Onze*. The empirical investigation was supported by the theoretical tools of Discourse Analysis and Semiotic Theory to map discursive subjects (*éthos* and *páthos*), adversarial field, discursive formations and thematic choices of each of the channels, taking as an empirical *corpus* 254 videos published from January 2019 to February 2021, a time in which the neoliberal far-right takes over the presidency in Brazil. The results indicated the construction of three different discursive subjects in a mediactivist context: the “revolutionary fighter and the guerrilla discourse”; the “artist teacher and the mocking discourse”; and the “strategist militant and the academic discourse”. Although they do not present themselves as a homogeneous discursive body, we identified two main points of convergence during the analysis: political formation of the audience, in the sense of creating an “imagined community of equals”; hegemonic dispute for a worldview that places Marxism as an alternative to overcoming the Neoliberal system.

**Keywords:** YouTube; marxism; mediactivism; discourse analysis.

## 1 INTRODUÇÃO

As Jornadas de Junho de 2013 aceleraram transformações no campo da comunicação no Brasil, na medida em que impulsionaram uma explosão de coletivos, redes, agentes e iniciativas de mobilização social que, com dispositivos alternativos de produção de informação, lançam novas vozes ao debate público (GOHN, 2014). Parte delas trava embate com o discurso hegemônico, em boa medida encampado pela mídia empresarial de massas, ao oferecer pontos de vista diferenciados sobre os acontecimentos.

Trata-se, como indica Bentes (2018), de uma experiência que altera a correlação de forças na mídia, na qual o jornalismo era pensado como prática de poder escondida sob o manto da função social de informar e reproduzir fatos.

Estamos vendo um deslocamento da comunicação para sua função expressiva e de invenção, nessa conversação de muitos com muitos. Não que essas funções clássicas desapareçam. Mas do que nos serve estar “informados” se não temos autonomia ou meios para criar conhecimentos. (BENTES, 2018, p. 167).

A internet e as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) são suporte material para essas novas vozes, principalmente por facilitar a simultaneidade de transmissão de informações e a produção dos conteúdos, o que garante maior horizontalidade da comunicação. Dessa forma, as TICs não só possibilitam o fortalecimento de uma histórica articulação entre ação política e mídia, como ampliam e potencializam seu alcance de forma viral. “A internet torna-se o corpo dos movimentos políticos nas redes, não apenas um meio”, sintetiza Foletto (2018, p. 99).

O protagonismo da multidão de midiativistas (TEIXEIRA, 2014) que emergiu em 2013 é logo disputado por outras forças políticas, e no YouTube não será diferente. O site é acessado por dois bilhões de pessoas, quase um terço dos usuários de internet em todo o mundo (YOUTUBE, 2021). No Brasil, mais de 105 milhões de adultos acessam a plataforma todos os meses e 1.800 canais já ultrapassam o primeiro milhão de seguidores<sup>1</sup>. Em 2020, a população brasileira passou a consumir mais notícias pelas mídias sociais do que pela TV, como indica o Digital News Report (CARRO, 2020), e o YouTube a 3<sup>a</sup> mídia mais procurada para essa finalidade.

Vale lembrar que, embora ofereça espaço para a diversidade de sujeitos, o YouTube opera sob lógica empresarial, com fins lucrativos e critérios pouco transparentes que garantem monetização e relevância a certos conteúdos em detrimento de outros, em uma hierarquização na qual “[...] a gestão algorítmica da atenção torna-se uma estratégia fundamental para os modos de capitalização de serviços digitais” (BENTES, 2019, p. 222).

---

<sup>1</sup> Os números foram apresentados na conferência anual YouTube Brandcast, voltada para marcas e anunciantes. A edição de 2020 foi realizada em 5 de novembro (ALVES, 2020).

Quando o assunto é política, o YouTube é dominado pela extrema direita. O *The Intercept\_Br* (GHEDIN, 2019) indicou que dos dez canais que mais cresceram no segundo semestre de 2018 (período eleitoral) metade era dedicada a promover Jair Bolsonaro e disseminar conteúdos de extrema direita. A reportagem indica que a plataforma foi fundamental para formar um público que repetiu esse ideário, mas agora nas urnas.

Nesse sentido, Reis, Zanetti e Frizzera (2020, p. 49) identificaram maior presença de conteúdo conservador entre os vídeos que compuseram a lista de recomendações de vídeos da plataforma durante o 2º turno das eleições presidenciais de 2018.

Vê-se que em sua quase totalidade esses vídeos se inscrevem numa mesma narrativa de enaltecimento a Jair Bolsonaro, mostrando sua supremacia frente a minorias sociais, como feministas e LGBTs, e frente aos veículos tradicionais de mídia [...] Nem o critério de popularidade dos vídeos (número de visualizações) nem o de novidade (data de publicação) demonstram ser fatores importantes no sistema de recomendação do YouTube.

Esses mesmos autores trabalham o termo *conservador* como um conjunto de ideias e atitudes que visam à manutenção do sistema político existente e de seus modos de funcionamento, apresentando-se como contraparte das forças inovadoras (REIS; ZANETTI; FRIZZERA, 2020, p. 39). Contudo, apesar de Bolsonaro ter emergido como um candidato viável a disputar a presidência da República na esteira de uma onda conservadora observada nos estertores das Jornadas de Junho (ALMEIDA, 2019; BURITY, 2018), há diferenças conceituais e empíricas entre os termos conservador e direita (e seu extremismo).

O primeiro deve ser observado em relação à díade *progressista*, compreendendo ambos como antitéticos, reciprocamente excludentes e conjuntamente exaustivos (BOBBIO, 1994). Esses opostos relacionais podem apresentar conteúdos descritivos, normativos e históricos que se articulam, em determinadas conjunturas, com representações ideológicas contidas no espectro esquerda/direita, uma linguagem política, segundo Bobbio (1994), que se diferencia, na esquerda, pelo maior apreço à igualdade e, na direita, pela liberdade. Ou seja, são distintos, mas podem se articular.

No caso específico de Bolsonaro, podemos observar o agenciamento dos dois termos. É preciso compreendê-lo no contexto do *cultural backlash* (NORRIS; INGLEHART, 2016) ou da reação às pautas consideradas progressistas e que possuem um caráter minoritário (BURITY, 2018). Trata-se de um político conservador, mas também de extrema direita por se afastar do contínuo esquerda/direita ao recusar os fundamentos democráticos, tais como: rejeição das regras democráticas do jogo (ou compromisso débil com elas); negação da legitimidade dos oponentes políticos; tolerância ou engajamento à violência; restrição das liberdades civis (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018).

É nesse contexto, de ascensão da extrema direita e de um discurso conservador que busca se impor como valor e conduta públicas, que propomos analisar o que nomeamos de *trincheira* marxista no YouTube, a partir dos sujeitos e sentidos mobilizados no discurso de três dos principais produtores de conteúdo/divulgadores do marxismo na plataforma: Jones Manoel (canal Jones Manoel), Rita von Hunty (Tempero Drag) e Sabrina Fernandes (Tese Onze).

A investigação empírica foi conduzida a partir da sistematização e análise dos vídeos publicados nos respectivos canais entre janeiro de 2019 e fevereiro de 2021, intervalo temporal em que a extrema direita passou a ocupar o mais alto cargo de representação política no Brasil. Assim, objetivamos expor como uma parte do campo marxista se pensa e se comunica no YouTube e quais estratégias utilizam para “armar essas trincheiras”, demarcar terreno de luta e disputar visões de mundo.

A reflexão crítica sobre o *corpus* de análise foi feita à luz de conceitos e proposições da Análise de Discurso de Orlandi (2020) e da Teoria Semiolinguística de Charaudeau (2010) e Fiorin (2019), no ponto em que esta busca compreender a construção de sentido que se dá na relação entre atores (ou sujeitos) da enunciação.

Os atores da enunciação, imagens do comunicador e do enunciatário, constituem simulacros do autor e do leitor criados pelo texto. São esses simulacros que determinam todas as escolhas enunciativas, sejam elas conscientes ou inconscientes, que produzem os discursos. Para entender bem o conjunto de opções enunciativas produtoras de um discurso e para compreender sua eficácia, é preciso apreender as imagens do enunciatário e do enunciatário, com suas paixões e qualidades, criadas discursivamente. (FIORIN, 2019, p. 161).

Então se percebe, conforme enunciado pelo linguista, que as escolhas enunciativas dizem muito sobre o enunciatário. Em termos, essas escolhas dizem até mais do que está textualmente grafado.

## 2 DIFUSÃO DO MARXISMO NO BRASIL

No capítulo 4 de *O que Fazer*, Vladímir Lênin aponta para a comunicação, em sua forma de agitação e propaganda, como fundamental para aglutinar descontentes com um regime de governo que vai contra os interesses da classe trabalhadora — na Rússia de Lênin, era o Czarismo. Em uma estratégia de superação desse regime, ele coloca como indispensável a aprendizagem revolucionária profissional, conduzida não só por líderes e dirigentes políticos, mas também por “talentos organizadores capazes de organizar um trabalho simultaneamente amplo e unificado, coordenado, que permita utilizar todas as forças, mesmo as mais insignificantes” (LÊNIN, 2020, p. 143).

Apesar dessa obra ter sido originalmente publicada em 1902, seu lançamento inédito no Brasil de 2020 chega para contribuir com a reflexão sobre a divulgação do marxismo como estratégia política para disputar visão de mundo. É importante mencionar que não há consenso sobre a definição de marxismo. Este artigo apoia-se na definição de José Paulo Netto (2017, posição 121) para quem o mais correto seria falar em “marxismos”, como uma série de interpretações, acréscimos variados da obra de Karl Marx, condicionados, cada um deles, por injúrias históricas, culturais, políticas:

Penso que uma abordagem válida (mas igualmente polêmica) é aquela que toma a obra marxiana como sendo, essencialmente, uma *teoria da sociedade burguesa*: um complexo sistemático de hipóteses verificáveis, extraídas da análise histórica concreta, sobre a gênese, a constituição e o desenvolvimento da organização social que se estrutura quando o modo de produção capitalista se torna dominante.

Como apontam Pereira (2016) e Vianna (2016), o marxismo chegou em terras brasileiras num contexto de turbulência política, derivada da acelerada industrialização que modernizou o país e da deterioração das condições de vida e trabalho associadas a isso. O Partido Comunista do Brasil, fundado em 1922, foi por muitos anos a principal, se não a única, porta de entrada da corrente por aqui. Contudo a precariedade de acesso aos escritos originais de Marx e Engels limitava a produção intelectual à cartilha ortodoxa soviética propagada pela Internacional Comunista (IC), que, segundo Pereira (2016, p. 24), a partir de Michel Löwy, era repleta de “formulações abstratas, esquemáticas e equivocadas sobre o sentido da história, muitas delas legitimadas por citações descontextualizadas de Marx, Engels e Lênin”.

Nos anos 30 e 40, o marxismo ganhou fôlego e frescor com Caio Prado Júnior. Também filiado ao PCB, ele se valeu de rigor científico e maior acesso ao acervo teórico para demonstrar a vivacidade de uma interpretação da sociedade brasileira amparada na abordagem metodológica elaborada por Marx, o materialismo histórico. É Antonio Candido quem descreve, no prefácio de *Raízes do Brasil*, escrito em 1967, o impacto e a originalidade da produção do autor.

[...] Formação do Brasil Contemporâneo surgiu em pleno Estado Novo repressivo e renovador. [...] Trazendo para a linha de frente os informantes coloniais de mentalidade econômica mais sólida e prática, dava o primeiro grande exemplo de interpretação do passado em função das realidades básicas da produção, da distribuição e do consumo. [...] Como linha interpretativa, o materialismo histórico, que vinha sendo em nosso meio uma extraordinária alavanca de renovação intelectual e política; e que, nessa obra, aparecia pela primeira vez como forma de captação e ordenação do real, desligado de compromisso partidário ou desígnio prático imediatista. (CANDIDO *apud* HOLANDA, 2014, p. 10).

Entre os anos 50 e 60, livros e conceitos de Karl Marx e de autores marxistas foram incorporados às instituições científicas e culturais de todo o mundo,

abrindo espaço ao “marxismo acadêmico”. Ao estudar esse movimento a partir da Universidade de São Paulo, Rodrigues (2011) aponta para uma “rotação de sentido” do marxismo. Ao passo em que a universidade conferiu importância à corrente político-filosófica ao incorporá-la em leituras obrigatórias nos cursos de ciências humanas, contribuiu para cristalizar o método na intelectualidade brasileira despido de seu conteúdo revolucionário — a *práxis*, ou seja, a vinculação indissociável entre conhecimento e transformação social estrutural.

Essa desvinculação permanecerá como uma reminiscência até o momento em que a difusão do marxismo encontra o *locus* de uma comunicação mais ampla propiciada pela internet. Entende-se a comunicação, a partir de Castells (2015, p. 32), como:

[...] a esfera social onde valores e interesses de atores conflitantes estão comprometidos em disputa e debate para reproduzir a ordem social, para subvertê-la, ou para acomodar novas formas resultantes de interação entre o velho e o novo, o passado de dominação cristalizado e o futuro de projetos alternativos para a existência humana promovidos por aqueles que aspiram a mudar o mundo e estão prontos para lutar por isso.

É nesse sentido de disputa hegemônica por concepções de mundo (COSPITO, 2017) que produtores/divulgadores de conteúdo marxista se situam, ou melhor dizendo, se posicionam, na medida em que retomam a *práxis* articulatória teoria e ação, mas agora no contexto do midiativismo que, tal qual como dito por Braighi (2016b, p. 6), trata-se de uma ação conduzida por pessoa que, movida pela vontade solidária, trabalha por intervenção social “[...] por meio de um registro midiático que visa amplificar conhecimento, espriar informação, marcar presença, empreender resistência e estabelecer estruturas de defesa”.

A partir de Cardon e Granjon (2010), Ramalho (2020) aponta os caracteres oligopolista, concentrado e mercadológico da mídia dominante, sendo o teor crítico a ela e a implementação de dispositivos alternativos de produção de informação os pilares fundamentais do midiativismo contra-hegemônico.

Essa abordagem denuncia flagrantemente a distribuição desigual dos fluxos de informação em escala global, a hegemonia cultural da mídia ocidental, a busca do lucro, o sensacionalismo, e assim por diante. A mídia é culpada pelo desalinhamento das prioridades da agenda pública, por ceder às pressões dos lobbies industriais, por reduzir sem ressonância os discursos dos governantes, por participar da produção de um pensamento único e por marginalizar propostas alternativas. [...] os jornalistas reproduzem o pensamento dominante pela ideologia, conivência ou sob as restrições impostas pelos aspectos econômicos da produção de informação (CARDON; GRANJON *apud* RAMALHO, 2020, p. 104).

Enquanto tecnologia discursiva, o midiativismo estabelece padrões que passam pelo confronto de informações e pontos de vistas diferenciados sobre os acontecimentos. Se isso aumenta a pluralidade do debate público, também traz como consequência o que Santana e Mari (2018, p. 215) chamaram de “fatiamento heterogêneo” desses grupos midiativistas, “tornando o espaço de concepção da informação uma conjugação entre o subjetivo e o intersubjetivo, entre o singular e o coletivo”. Bentes (2018, p. 158) também se debruçou sobre esse fenômeno e o categorizou como “comunidade imaginada de iguais”, na qual o consenso é produzido por cliques, *likes* e compartilhamentos.

Nesse contexto, as ações e o campo midiativista, para além do número de seguidores em páginas e canais, passam a ser medidos pelo “engajamento” — o total de interações que uma página/canal possui: a soma de seguidores, curtidas, comentários e compartilhamentos de todos os usuários que constroem um campo de influência, disputa e ação. (BENTES, 2018, p. 158).

Parte do midiativismo, com seu fatiamento heterogêneo e suas comunidades imaginadas de iguais, se encontra no YouTube, considerado por Burgess e Green (2009) o maior aglutinador de mídia de massa da internet do início do século XXI, e parte de uma longa história de cultura, mídia e sociedade.

O YouTube tem seu lugar dentro da longa história e do futuro incerto das mudanças da mídia, das políticas de participação cultural e no crescimento do conhecimento. Claramente, é tanto um sintoma como um agente das transições culturais e econômicas que estão de alguma maneira atreladas às tecnologias digitais, à internet e à participação mais direta dos consumidores; [...] Não há dúvidas de que se trata de um site de ruptura cultural e econômica. Entretanto esses momentos de transição de mídia não deveriam ser classificados como rompimentos históricos radicais, mas sim como períodos de turbulência crescente, que se tornam visíveis conforme as várias práticas, influências, e ideias preestabelecidas competem com as emergentes como parte da longa história da cultura, mídia e sociedade. O YouTube não representa uma colisão e sim uma coevolução aliada a uma coexistência desconfortável entre “antigas” e “novas” aplicações, formas e práticas de mídia (BURGESS; GREEN, 2009, p. 32 e 33).

Assim, é possível tratar os produtores/divulgadores de conteúdo do marxismo no YouTube dentro de uma continuidade de mídia alternativa, mas também como midiativistas que, pelo discurso contra-hegemônico, empreendem resistência, disputam visões de mundo e instrumentalizam suas comunidades imaginadas para promover transformação social. É o caso da comunicação empreendida pelos autodeclarados marxistas Jones Manoel, Rita von Hunty e Sabrina Fernandes.

### 3 OS SUJEITOS DISCURSIVOS NA *TRINCHEIRA* MARXISTA

Para analisar a comunicação desses produtores de conteúdo/divulgadores do marxismo no YouTube, nos amparamos na Análise de Discurso (AD) a partir das definições de Orlandi (2020). Herdeira de três áreas de conhecimento (Linguística, Psicanálise e Marxismo), a AD considera o discurso como efeito de sentidos entre locutores, sentidos esses que são pensados a partir das dimensões de tempo e espaço das práticas sociais, descentrando a noção de sujeito e relativizando a autonomia da linguagem. A questão-chave que a AD busca responder é **como** um texto significa (e não **o que**).

Ao falarmos nos filiamos a redes de sentidos, mas não aprendemos como fazê-lo, ficando ao sabor da ideologia e do inconsciente. Por que somos afetados por certos sentidos e não outros? Fica por conta da história e do acaso, do jogo da língua e do equívoco que constitui nossa relação com eles. Mas certamente o fazemos determinados por nossa relação com a língua e a história, por nossa experiência simbólica e de mundo, através da ideologia. Por isso a Análise de Discurso se propõe a construir escutas que permitam levar em conta esses efeitos e explicitar a relação com esse “saber” que não se compreende, não se ensina, mas que produz seus efeitos. (ORLANDI, 2020, p. 32).

Para compreender como objetos simbólicos produzem sentidos, cabe ao analista vasculhar vestígios deixados pelo dizer e pelos gestos de interpretação, relacionando-os com a exterioridade refletida pelas condições de produção do discurso, tais como *contexto imediato*, *contexto socio-histórico*, *memória discursiva* e *ideologia*, esta entendida a partir da consideração da linguagem. “Enquanto prática significante, a ideologia aparece como efeito da relação necessária do sujeito com a língua e com a história para que haja sentido” (ORLANDI, 2020, p. 46).

Assim, quem se propõe a analisar um discurso, ensina Orlandi, tem a difícil tarefa de trabalhar nos limites da interpretação, uma vez que lhe é impossível não ser atravessada pela história, pelo simbólico e pela ideologia. Por isso, deve-se encontrar uma posição deslocada que lhe permita contemplar o processo de produção de sentidos para, então, compreendê-lo.

Compreender é saber como um objeto simbólico (enunciado, texto, pintura, música etc.) produz sentidos. É saber como as interpretações funcionam. Quando se interpreta já se está preso em um sentido. A compreensão procura a explicitação dos processos de significação presentes no texto e permite que se possam “escutar” outros sentidos que ali estão, compreendendo como eles se constituem. (ORLANDI, 2020, p. 24).

Esse posicionamento deslocado é adotado na condução deste estudo com o apoio teórico da Semiologia, tal qual abordada por Charaudeau (2010)

e Fiorin (2019). Para esses autores, o ato comunicativo relaciona três instâncias: *enunciador*, *enunciatário* e *discurso*, ou, tomando por base conceitos da retórica aristotélica, *éthos*, *páthos* e *lógos*.

O *éthos* discursivo está relacionado ao tom presente em um texto, seja ele escrito ou oral, e está ligado à ideia de que quando falamos projetamos em nossos destinatários certa representação de nós mesmos. Abrange também corporalidade, na medida em que características físicas e os modos de se vestir e de se portar do autor do discurso também produzem sentidos.

Na materialidade discursiva da totalidade, as marcas do *éthos* do enunciador aparecem em qualquer elemento composicional do discurso ou do texto: escolha do assunto, construção das personagens, nos gêneros escolhidos, no nível da linguagem usada, no ritmo, na figurativização, na escolha dos temas, nas isotopias etc. (FIORIN, 2019, p. 143).

Assim como o *éthos* não é o autor real, *páthos* não é um interlocutor real, mas a imagem que o autor discursivo tem de sua plateia. É também, portanto, uma construção do discurso. Juntos, *éthos* e *páthos* são considerados sujeitos do discurso (ou coenunciadores) e a troca comunicativa ocorre a partir de um “jogo de expectativas” (CHARAUDEAU, 2010b), ou “jogo imaginário” (ORLANDI, 2020), uma vez que aquele que recebe o discurso não é ser passivo, mas também produtor de discurso na medida em que constrói, interpreta, avalia, compartilha ou rejeita significações.

Na materialidade discursiva da totalidade, as marcas do *páthos* do enunciatário se encontram em recorrências de qualquer elemento composicional do discurso ou do texto: modalização, seleção de temas, norma linguística escolhida, reiteração de traços semânticos, nas projeções da enunciação no enunciado, fontes usadas etc. (FIORIN, 2019, p. 158).

Para compreender a comunicação e os sentidos mobilizados pelos discursos dos produtores/divulgadores de conteúdo *marxista*, buscamos identificar *éthos* e *páthos*, além de *predileções temáticas*, *formações discursivas* e *campo adversarial*, sendo que esta última categoria foi estabelecida a partir do referencial de Mouffe (2015), que compreende a política como sendo sempre contingencial, e, na concretude da ação política (o discurso é entendido como uma ação), é possível observarmos a existência de uma lógica adversarial, ou seja, quando são estabelecidas posições contrárias e em disputa hegemônica.

As categorias foram mapeadas a partir da totalidade de vídeos divulgados nas páginas oficiais dos canais do YouTube Jones Manoel, Tempero Drag e Tese Onze, publicados entre janeiro de 2019 e fevereiro de 2021. Ao todo foram levantados 254 vídeos, devidamente catalogados e com dados verificados pela última vez em 31 de março de 2021. Vale mencionar que *lives* e vídeos repostados de outros canais foram desconsiderados nesta análise, bem como palestras gravadas ministradas presencialmente para audiências fora do YouTube.

QUADRO 1 Corpus de análise

		
 <b>Jones Manoel</b> 146 mil inscritos	 <b>Tempero Drag</b> 752 mil inscritos	 <b>Tese Onze</b> 363 mil inscritos
77 vídeos	82 vídeos	95 vídeos
2.376.071 visualizações	27.007.887 visualizações	6.811.547 visualizações
400.600 likes	4.073.000 likes	1.082.400 likes
7.255 dislikes	34.547 dislikes	21.006 dislikes
30.318 comentários	168.537 comentários	63.953 comentários

**Fonte:** Elaborado pelas autoras, com dados dos canais Jones Manoel, Tempero Drag e Tese Onze, de 31 de março de 2021.

O estudo empírico acabou por revelar três tipos de perfis de comunicação, com sentidos que, embora convergentes, são protagonizados por diferentes sujeitos de enunciação com estratégias de funcionamento distintas: “combatente revolucionário e o discurso de guerrilha”; “professora ativista e o discurso debochado”; e “militante estrategista e o discurso acadêmico”.

#### 4 COMBATENTE REVOLUCIONÁRIO E O DISCURSO DE GUERRILHA

Jones Manoel é formado em História, mestre em Serviço Social e educador popular. Nascido em 1990, passou boa parte da vida na favela do Borborema, no Recife (PE). Segundo o que diz, foi um dos primeiros da comunidade a ingressar no ensino superior, cursado na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Militante do PCB (Partido Comunista Brasileiro), Jones relata ter conhecido Marx a partir da leitura de *Salário, Preço e Lucro*, obra de 1865.

O canal do YouTube que leva seu nome foi criado em 2013, mas o primeiro vídeo é de junho de 2017, intitulado *Marxismo e questão racial — Parte I*. Em março de 2021, tinha 146 mil inscritos e acumulava mais de três milhões e meio de visualizações, considerando a soma de todos os vídeos publicados até a data (MANOEL, 2017). O vídeo mais assistido é de 31 de julho de 2018: *Che Guevara: monstro ou herói revolucionário*, com mais de 175 mil visualizações, 22 mil curtidas e 2.401 comentários (MANOEL, 2018). A temática dos dois vídeos citados acima — teoria marxista, questão racial e América Latina

— coincide com os eixos mais trabalhados no canal durante o período aqui analisado, com o acréscimo de imperialismo e questão militar.

Em geral, o conteúdo é abordado de forma expositiva e embasado na historiografia marxista. As poucas intervenções externas são vinhetas, ilustrações para capa dos vídeos (*thumbnails*), algumas imagens para ilustrar as exposições e cortes secos que, pela recorrência, indicam rigor com o controle do conteúdo. Há também a exibição de algumas cenas de *making off* com filtro P&B (preto e branco) que apresentam “erros” de gravação ou comentários descontraídos. O canal não segue cronograma fixo para publicações de conteúdo proprietário, o que, somado ao trabalho básico de pós-produção, permite inferir que ele é, dentre os analisados, o de menor grau de profissionalização. É também o com menos inscritos, como mostra o Quadro 1.

Todos os vídeos publicados começam com o agradecimento aos colaboradores do financiamento coletivo e finalizam com pedido de compartilhamento, *like* e inscrições no canal, com ênfase na importância de um trabalho coletivo de incentivo e divulgação marxista. Essa dinâmica é própria do YouTube e, uma vez assimilada, torna-se marcador de disputa narrativa dentro da plataforma. Os assuntos tratados partem, com frequência, de fatos políticos cotidianos ou discussões mobilizadas em outras redes sociais, principalmente Twitter. A estratégia pode visar ao aumento de engajamento dos vídeos e/ou fortalecimento da narrativa marxista no debate público.

Em relação aos sujeitos discursivos, é pelas transformações dos cenários e da corporalidade do locutor ao longo do tempo que percebemos um *éthos* militante que foi se revelando aos poucos. Objetos decorativos, como vaso e vitrola, deram lugar a quadros com referências a revoluções socialistas, além de autores e lideranças comunistas. Os livros também passaram a ter mais destaque. Dispostos na estante, servem como indicações de referência aos usuários. Até as camisetas lisas usadas por Jones Manoel nos primeiros vídeos analisados foram substituídas pelas de estampa militante, com figuras como Marighella<sup>2</sup> e Thomas Sankara<sup>3</sup> ou frases como “Fascismo não se debate”.

---

<sup>2</sup> Nascido em Salvador (BA) em 1911, Carlos Marighella foi militante e político do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e fundador da Ação Libertadora Nacional (ALN), o maior grupo armado de oposição à Ditadura Civil-Militar (1964–85). Considerado inimigo número um do regime, foi morto em emboscada policial na capital paulista, em 4 de novembro de 1969.

<sup>3</sup> Nascido em 1949, Thomas Sankara foi presidente de Burkina Faso, um dos países mais pobres da África. Assumiu o poder com a revolução de 4 de agosto de 1983. Marxista confesso, ficou conhecido por sua postura anti-imperialista e pela busca da construção de uma unidade pan-africana. Foi assassinado em 1987, por conspiração militar liderada por Blaise Compaoré, que governaria o país até 2016.

FOTOGRAFIA 1 Jones Manoel em cenário decorativo



**Fonte:** Elaborada pelas autoras, a partir do vídeo *As ilusões da representatividade: o antirracismo de mercado* (MANOEL, 2019).

FOTOGRAFIA 2 Jones Manoel em cenário militante



**Fonte:** Elaborada pelas autoras, a partir do vídeo *Imperialismo, dependência e fuga de cérebros* (MANOEL, 2020).

Além de explicitar suas causas, o *éthos* também valoriza suas marcas de regionalidade. Para além do sotaque pernambucano, são recorrentes bordões, como “um cabra”, e gírias na linha de “isso é mais que conhecido, é pão comido”. O

conjunto tom e voz, a mobilização de léxico marxista, como os termos “burguesia”, “luta de classes”, “capital e lucro”, somado às já referidas recorrências temáticas, denotam marcante traço combativo do *éthos*, na medida em que acionam argumentos embasados em conceitos, dados e informações citados à exaustão, buscam exemplos atuais para pontuar a opressão da classe trabalhadora e invocam embate com dois principais adversários: *liberais*, especialmente de espectro progressista, e *burguesia*. Contra a última, aliás, são comuns palavras de ordem relacionadas a um imaginário de violência revolucionária, como “guilhotina” e “paredão”.

Recorrendo à metáfora da *trincheira* no YouTube, a totalidade da materialidade discursiva de Jones Manoel permite posicioná-lo no fronte, como um guerrilheiro na linha de frente da disputa simbólica travada pelo marxismo e pela hegemonia na plataforma. Nesse combate, uma das principais estratégias é a instrumentalização teórica de militantes, explicitada pela quantidade de referências ao longo do conteúdo, todas bem descritas nas legendas dos vídeos, com links para conteúdos extras e de aprofundamento dos assuntos discutidos.

O *éthos* de combatente proposto é reforçado pelos vários momentos de desabafo de um sujeito discursivo que disputa visões de mundo, inclusive com setores da esquerda e dentro do próprio marxismo. Nesse tipo de recorrência, é possível perceber também um *éthos* relacionado ao intelectual da classe trabalhadora, que se pensa em oposição ao intelectual acadêmico e cuja práxis se dá no sentido de fortalecimento do poder popular e superação da sociedade burguesa.

Em relação à imagem do interlocutor (enunciatário), é possível identificar o *páthos* mobilizado em dois sentidos: por afinidade, com aqueles que desejam somar na luta pelo “poder popular”; e, por oposição, com aqueles que assistem aos vídeos para refutar argumentação, teses e ideias. Sendo assim, pode-se dizer que o primeiro e principal *páthos* é o militante já iniciado na teoria marxista, uma vez que o conteúdo dos vídeos, em sua maioria, exige compreensão prévia de categorias marxistas. Já o segundo se posiciona à esquerda no espectro político, mas defende moderação e limita a experiência socialista russa ao governo de Josef Stalin.

O trecho a seguir integra o vídeo **Jones, qual é o seu marxismo? O marxismo no século XXI**, publicado em 26 de novembro de 2019 (MANOEL, 2019). Partindo de um desabafo, ilustra o caráter combativo de *éthos* que mobiliza um *páthos* da esquerda moderada, bem como a afirmação de um *intelectual de fora da academia* que disputa reconhecimento pela sua produção autoral.

Nos últimos dias tem rolado na internet um debate bem pouco produtivo e que tem um dos seus fundamentos a acusação de que eu seria um seguidor da tradição marxista supostamente criada pelo líder Stalin [...] Eu seria alguém que defende assassinato, perseguição, eu seria um fã de gulag. [...] A melhor forma de garantir a desumanização total do

inimigo é você estigmatizar ele. É isso que é feito com determinadas correntes políticas, determinados autores, determinados grupos e veículos de comunicação que não seguem uma corrente política mais ou menos hegemônica na universidade brasileira. Então você estigmatiza como stalinista, cria uma caricatura. [...] não se precisa fazer nenhuma crítica à minha produção, produção que tem mais de 10 mil páginas escritas, horas e horas de vídeos gravados, palestras gravadas, livros, artigos, etc etc etc. Não se precisa debater, não se precisa refutar porque supostamente eu seria stalinista (MANOEL, 2019).

QUADRO 2 Categorias de análise do discurso de Jones Manoel

Análise do discurso	Definição
<i>Éthos</i>	Combatente revolucionário, intelectual da classe trabalhadora
<i>Páthos</i>	Militante marxista e esquerda liberal
Campo adversarial	Liberalismo/neoliberalismo, burguesia, fascismo e racismo
Formação discursiva	Disputa de visão de mundo, defesa do “poder popular” e da superação da realidade neoliberal
Predileções temáticas	Imperialismo, teoria marxista, questão racial, questão militar e América Latina

Fonte: Elaborado pelas autoras com base em Orlandi (2020) e Fiorin (2019).

## 5 PROFESSORA ARTIVISTA E O DISCURSO DEBOCHADO

Rita von Hunty é a maior produtora/divulgadora de conteúdo marxista analisada neste artigo. O canal *Tempero Drag* tem 752 mil inscritos e mais de 30 mil visualizações acumuladas (considerando a soma de todos os vídeos publicados). Quem dá vida à Rita é o professor e ator Guilherme Terreri, nascido em 1990 em Ribeirão Preto (SP), formado em Artes Cênicas pela UniRio e em Literatura Inglesa pela Universidade de São Paulo.

Foi justamente no YouTube que a drag queen ganhou notoriedade em 2014, ao integrar o reality show *Academia de Drags*, veiculado na plataforma. O canal de Rita von Hunty veio um ano depois, com o mote de ensinar receitas veganas. Em 2018, resolveu “tirar a mulher da cozinha e levá-la para a sala para falar de política” (LISBOA, 2019). Rita incorporou a persona de professora e passou a se posicionar como “ativista” e “marxista mística, porque gosta de signos”, como costuma dizer em seus vídeos. É dessa nova leva o vídeo mais popular

do canal: **Rita em 5 minutos: Consciência de classe**, publicado em 6 de novembro de 2018 e que acumula mais de 878 mil visualizações, 113 mil curtidas e 2.806 comentários.

A trajetória do canal ajuda a explicar um dos pontos que logo chama a atenção, o alto grau de profissionalização. O trabalho de pós-produção é intenso, como demonstram vinhetas, logo, intervenções gráficas e sonoras diversas e constantes ao longo de todo o conteúdo. Os vídeos se encerram com longa lista de créditos citando toda uma equipe por trás das câmeras. O cenário minimalista contrasta e, por isso, dá protagonismo à estrela que conduz o show e cuja altivez se manifesta já no nome.

Pensar Rita von Hunty a partir da associação entre forma e conteúdo é fundamental para entender seu *éthos* discursivo, que tem o humor debochado como principal estratégia. O deboche, aliás, começa logo pela corporalidade: roupas, peruca e postura mobilizam o estereótipo de uma mulher conservadora aos moldes de Margaret Thatcher. Durante suas exposições, técnicas teatrais, com olhares, pausas dramáticas e diferentes modulações da voz, facilitam a compreensão das densas informações passadas em cada um dos vídeos.

O humor e a ironia servem ao propósito de despertar reflexão crítica em seus interlocutores. Nesse sentido, as intervenções gráficas recorrentes podem ser assumidas como recursos didáticos escolhidos também para provocar o riso. Vale dizer que o tom discursivo de escárnio e deboche é explicitado até mesmo nas legendas dos conteúdos publicados, como ilustra o vídeo **BÍBLIA: A ESCRITURA SAGRADA?????????** e a imagem abaixo retirada dele:

FOTOGRAFIA 3 Rita von Hunty lista mitos contidos na Bíblia



**Fonte:** Elaborada pelas autoras com base no vídeo **BÍBLIA: A ESCRITURA SAGRADA?????????**, publicado em 21 de maio de 2019 no canal **Tempero Drag** (HUNTY, 2019).

Embora as descrições feitas até aqui aproximem o *éthos* ao universo do entretenimento, a forma como o conteúdo é trabalhado pelo sujeito discursivo não esconde um lugar social familiarizado com o *lócus* acadêmico. As exposições são feitas com admirável capacidade didática e sintética de apresentar temas complexos da experiência social, como **religião, trabalho, gênero e relacionamento**, sempre amparadas pelos estudos culturais e embasadas em argumentação marcada pela excessiva citação de estudos, livros e autores. Desse modo, esse *éthos* carrega traços de professora formada numa lógica própria à academia científica, o que pode ser demonstrado no trecho abaixo, retirado do vídeo **DELIVERY DE CONHECIMENTO**, publicado em 3 de março de 2020:

O processo de compreender o conhecimento é algo que nos extrapola, ele não tá dentro da gente, mas o conhecimento está no encontro da nossa percepção com a realidade. Para que a gente produza então uma crença verdadeira e justificada, é necessário que a gente faça pesquisa, que a gente tenha acúmulo teórico, que a gente tenha empirismo na realidade, que a gente ponha as nossas crenças à prova [...] Nunca foi o meu intuito vir pra cá tecer um comentário político, nunca foi a minha intenção vir pra cá dar a minha opinião sobre alguma coisa. Chegar aqui e falar "eu acho", "eu penso", "eu imagino". Eu sempre procurei, aqui no canal, falar sobre coisas que eu estudo, ou estudei, ou sei um pouquinho sobre. Pra base teórica marxista, por exemplo, não existe conhecimento à priori. Como Platão defendia, não existe 'mundo das ideias'. A gente não conhece nada antes de experienciar. Todo conhecimento também é um modelo provisório. (HUNTY, 2020).

A já citada dimensão coletiva do conteúdo pode ser identificada nos vídeos em recorrentes diálogos e trocas com as pessoas de sua equipe e nas playlists "Mulheres F\_D4", feita em parceria com sua produtora, e "Fala Camarada", na qual Rita cede espaço para que outros produtores de conteúdo do YouTube se apresentem. Isso não é pouca coisa, considerando que é, dentre os canais analisados, o mais expressivo em números. Vale mencionar que tal prática, na qual canais maiores ajudam a promover outros menores, é comum no YouTube e conhecida pelo termo em inglês *collab*, de colaboração. Uma vez assimilada, pode ser vista como marcador de disputa narrativa.

Já o *páthos* mobilizado pertence à comunidade LGBTQIA+ e simpatizantes, que, por sua diversidade intrínseca, não necessariamente partilham das mesmas convicções políticas do *éthos*. Algumas recorrências que explicitam isso é o uso de vocativos como "angeles", "arrombadinhos e perversidinhos", do bordão "eu preciso que você entenda" e apelidos bem-humorados para autores, como *Tio Karlinhos* (referente à Karl Marx) e *Seu Raimundinho* (referente à Raymond Williams). É possível inferir que o humor é estratégia de ampliação da divulgação do marxismo, assim como a inclusão recente no canal de tradução simultânea em Libras (outro traço da profissionalização do canal).

FOTOGRAFIA 4 Rita von Hunty e sua produtora Mariana Gilber



**Fonte:** Elaborada pelas autoras com base no vídeo *Mulheres Foda #06: Nise da Silveira*, publicado em 19 de novembro de 2019 (HUNTY, 2019).

QUADRO 3 Categorias de análise do discurso de Rita von Hunty

Análise do discurso	Definição
<i>Éthos</i>	Professora artista
<i>Páthos</i>	Comunidade LGBTQIA+
Campo adversarial	Neoliberalismo, elite brasileira, religião, machismo
Formação discursiva	Humor debochado e irônico para expor fenômenos sociais sob ótica do materialismo histórico e de estudos culturais
Predileções temáticas	Questões de gênero, religião, relacionamentos e trabalho

**Fonte:** Elaborado pelas autoras com base em Orlandi (2020) e Fiorin (2019).

## 6 MILITANTE ESTRATEGISTA E O DISCURSO ACADÊMICO

O canal Tese Onze é comandado pela professora e pesquisadora Sabrina Fernandes, nascida em Goiânia (GO) em 1988 e formada em economia, com doutorado em sociologia política pela Carleton University, no Canadá. Foi na universidade canadense que Sabrina começou a se aprofundar em Marx, num estudo guiado sobre *O Capital* (1867). A sua tese de doutoramento, sobre

fragmentação e despolitização da esquerda brasileira, foi premiada pela Associação Canadense de Estudos Latino-Americanos e do Caribe e publicada no Brasil como livro — *Sintomas Mórbidos: a encruzilhada da esquerda brasileira* (FERNANDES, 2019b).

Dois pontos na biografia de Sabrina são fundamentais para entender o sujeito discursivo que se apresenta em seu canal no YouTube: ela integra o coletivo Subverta, vertente ecossocialista do PSOL, e, após estreitar seu canal em junho de 2017 com o nome *À Esquerda*, rebatizou-o com a 11ª tese crítica de Karl Marx à filosofia de Ludwig Feuerbach, que diz que “os filósofos apenas interpretam o mundo de diferentes maneiras; porém o que importa é transformá-lo” (MARX, 2003).

A partir da totalidade dos vídeos publicados durante o período analisado, é possível observar que “agroecologia”, “ecossocialismo” e “importância da práxis” são eixos temáticos que permeiam a maioria dos conteúdos trabalhados. Outras recorrências temáticas são “identidade das esquerdas no Brasil” e “feminismo”, além de “teoria marxista”.

Dos três canais analisados neste estudo, o Tese Onze foi o que cresceu mais rápido, como mostra a ferramenta Google Trends Brasil (SABRINA..., 2018), na qual é possível identificar que o nome Sabrina Fernandes passou de dez para 110 buscas mensais no YouTube apenas um ano e meio após sua estreia. O vídeo mais popular, **Socialista de iPhone?**, é de fevereiro de 2018 e soma mais de 479 mil visualizações, 50 mil *likes* e 2.079 comentários (FERNANDES, 2018). Em 31 de março de 2021, o canal contava com 363 mil inscritos e quase 12 milhões de visualizações acumuladas (somando todos os vídeos publicados), como mostra o Quadro 1.

Parte desse crescimento pode estar associado aos investimentos e à dedicação ao canal, que, assim como o *Tempero Drag*, demonstra alto grau de profissionalização. Há rígido cronograma de publicação dos vídeos, vinhetas elaboradas e logo, com identidade visual que muda de tempos em tempos, além de intervenções gráficas, acusando todo o trabalho de pós-produção e o olhar para constantes aperfeiçoamentos.

Os vídeos são numerados e organizados em playlists. Uma delas, sobre a Palestina, fez tanto sucesso entre seus seguidores que a produtora de conteúdo lançou uma campanha de financiamento coletivo para ampliar a discussão em um documentário — **Sumud: vozes da terra palestina** (FERNANDES, 2019c), que conta histórias de resistência cotidiana da população da região. Vale dizer que a divulgação constante da ferramenta de financiamento coletivo do canal é recorrente, assim como *collabs* e indicações de outros produtores marxistas e ecossocialistas, além de vídeos com entrevistas de pesquisadores e ativistas.

O conjunto dessas características e práticas até aqui descritas embasa a classificação deste *éthos* como militante estrategista, com o conteúdo trabalhado de

forma a atender duas frentes: o fortalecimento da comunidade à qual pertence e o aprofundamento teórico de seu interlocutor. Dos três analisados, Sabrina é a que mais articula novos conteúdos com o acervo já construído no canal, o que explicita também uma intenção de formação continuada de seus seguidores.

Em relação à corporalidade, a autora do discurso demonstra certa preocupação estética, com movimentos bem controlados na frente da câmera, maquiagem no rosto e cabelos que variam de cor e corte de tempos em tempos. Tal corporalidade se vincula a um *éthos* que combate a oposição entre *intelecto* e *beleza*, da qual as mulheres são as maiores vítimas, e se afasta também de qualquer visão estereotipada sobre militantes marxistas. Uma de suas playlists, *Maquia e fala*, traz um sujeito discursivo que destrincha conceitos teóricos e provoca reflexões políticas aprofundadas enquanto faz maquiagem em frente ao espelho (FERNANDES, 2020).

FOTOGRAFIA 5 Sabrina Fernandes mostra que militante também cuida da beleza



**Fonte:** Elaborada pelas autoras com base no vídeo “Fogo nos fascistas”, *academicismo e outros termos complicados* / *Maquia e fala 02*, publicado no canal Tese Onze, em 9 de julho de 2020 (FERNANDES, 2020).

Durante suas exposições, o sujeito discursivo mobiliza com frequência léxico próprio do marxismo, como *burguesia*, *luta de classes*, *capital*, *realidade concreta*, *classe trabalhadora* e *práxis*. Também evidencia a defesa de causas *sustentabilidade ambiental*, *veganismo* e *soberania alimentar*. Praticamente todos os vídeos trazem assuntos da política brasileira debatidos pelos conglomerados de mídia ou nas redes sociais, o que pode gerar maior engajamento, e é marca da disputa narrativa. As análises de conjuntura são outra constante e sempre obedecem ao critério dialético da relação entre estrutura e agência, próprio do materialismo histórico.

Outra recorrência importante é a oposição a Jair Bolsonaro, com críticas em praticamente todos os vídeos publicados no período restrito à análise. Em três deles, o sujeito discursivo fala em inglês, com legendas em português, o que denota interesse de que a narrativa contra-hegemônica chegue a públicos fora do Brasil. Nesse sentido, há também vídeos no canal com legendas em francês e italiano. É, portanto, uma comunicação que se pensa estrategicamente para demarcar posição política e visão de mundo.

FOTOGRAFIA 6 Em inglês, Sabrina lista impactos ambientais da gestão de Bolsonaro



Fonte: Elaborada pelas autoras com base no vídeo *Bolsonaro's terrible environmental record in Brazil* / *Thesis Eleven 002 [EN/PT]*, publicado em 22 de agosto de 2019 (FERNANDES, 2019a).

Vale mencionar ainda que o sujeito discursivo evidencia um lugar social de pesquisadora acadêmica pela própria construção narrativa dos conteúdos, com introdução do tema, desenvolvimento e conclusão, e também na indicação de referências teóricas ou leitura de trechos de livros para ilustrar conceitos ou fortalecer a argumentação. O trecho abaixo, extraído do vídeo **Paulo Freire e um desabafo | vlog 008**, publicado em 24 de maio de 2019, exemplifica um *éthos* preocupado com o caráter pedagógico e com a instrumentalização estratégica do *páthos*.

O Tese Onze não é aquele canal que você gostaria às vezes de mandar no grupo de WhatsApp pra “pronto, palavra final” em cima da discussão que estava tendo naquele grupo da família. Ao contrário, eu vejo o Tese Onze muito mais como um canal em que você vai ter que parar para pensar em todos os argumentos que você tem trazido até o momento, quais são os próximos argumentos que você vai trazer e, aí sim, você mesmo vai entrar nessa didática, você mesmo vai comunicar com as pessoas. Até porque é muito menos alienante, num debate em que as

peças se conhecem, elas debaterem entre si, do que você jogar ali o vídeo, a imagem de uma pessoa que elas não fazem ideia de quem é, que elas vão odiar de cara só porque tá relacionado com uma visão que elas não concordam. (FERNANDES, 2019).

Assim, o *páthos* mobilizado é, essencialmente, alguém que busca aprofundamento teórico contra-hegemônico. Ao enfatizar com recorrência a importância de estudo, pesquisa e reflexão sobre a prática, o *éthos* parece mobilizar um *páthos* parecido, que mantém um “caderninho de anotações” e vai atrás de referências e autores indicados. Há, inclusive, uma playlist no canal chamada *Dicas*, na qual o sujeito discursivo dá conselhos sobre como estudar, pesquisar e escrever.

Assim, na trincheira marxista do YouTube, esse *éthos* pode ser pensado como estrategista, que convoca a militância a estudar minuciosamente cada um de seus passos para se defender e contra-atacar o grande inimigo, resumido na figura de Jair Bolsonaro e integrantes de seu governo, além de forças políticas, como Agronegócio e o Neoliberalismo.

QUADRO 4 Categorias de análise do discurso de Sabrina Fernandes

Análise do discurso	Definição
<i>Éthos</i>	Militante estrategista e pesquisadora acadêmica
<i>Páthos</i>	Pessoa que se identifica com o marxismo e que busca construir conhecimento a partir de estudo e pesquisa
Campo adversarial	Jair Bolsonaro e seu governo, machismo, neoliberalismo, burguesia brasileira, agronegócio
Formação discursiva	Análises de conjuntura política com argumentação baseada em rigor metodológico e referências
Predileções temáticas	Ecosocialismo/veganismo/agroecologia/questão ambiental, impasses da esquerda brasileira, feminismo e marxismo

Fonte: Elaborado pelas autoras com base em Orlandi (2020) e Fiorin (2019).

O fortalecimento da comunidade de produtores de conteúdo marxistas no YouTube é também outra estratégia recorrente, com a constante indicação de outros canais, além de entrevistas e parcerias para a produção de conteúdo colaborativo.

## 7 CONSIDERAÇÕES ACERCA DOS TRÊS SUJEITOS DISCURSIVOS EM ENTRINCHEIRAMENTO

O YouTube se apresenta como um campo fundamental de disputa hegemônica. Nesse sentido, buscamos demonstrar a existência de uma *trincheira* marxista através dos sentidos mobilizados por Jones Manoel, Rita von Hunty e Sabrina Fernandes. Através da AD, sistematizamos três diferentes sujeitos discursivos na produção midiática: combatente revolucionário, professora ativista e militante estrategista, cada um deles com estratégias discursivas e interlocutores distintos.

No fronte da batalha de narrativas, o sujeito discursivo de Jones Manoel usa estratégia de guerrilha para instrumentar e mobilizar outros militantes marxistas em direção à construção do poder popular e superação da sociedade neoliberal. Além da burguesia, seu campo adversarial inclui também a esquerda liberal, frequentemente mobilizada nos vídeos. Por meio desse sujeito discursivo, o marxismo disputa visão de mundo principalmente pelos eixos temáticos *imperialismo*, *questão racial* e *questão militar*, com conteúdos que combinam sólida argumentação e exemplos práticos vivenciados pela classe trabalhadora brasileira.

Na díade forma-conteúdo (ou arte-ativismo), o sujeito discursivo de Rita von Hunty recorre ao humor e ao deboche para capturar a atenção de uma comunidade tão ampla e diversa quanto a LGBTQIA+. O escárnio e a ironia são trabalhados de forma a despertar riso, mas também reflexão. O marxismo é apresentado como marcador de disputa de mundo por meio das dimensões cultural e social de fenômenos complexos, como *religião*, *gênero* e *relacionamento*. Citações, estudos, livros e autores são agregados ao conteúdo para instrumentalizar interlocutores no sentido de problematizar crenças limitantes e individualismo.

Com rigor metodológico, o sujeito discursivo de Sabrina Fernandes é estratégico na forma de trabalhar conteúdos para instrumentalizar a audiência, disseminar informações contra-hegemônicas sobre a conjuntura do país, inclusive para não brasileiros, e fortalecer sua comunidade política. Convoca o interlocutor a tomar nota e estudar conceitos, mas também a transformar conhecimento em ação, especialmente no sentido de superar males causados pelo agronegócio e pelo neoliberalismo, potencializados pelo governo de Jair Bolsonaro. O marxismo é combinado a temas como *feminismo*, *ecossocialismo*, *veganismo* e *agroecologia* e se apresenta como essencial para pautar uma sociedade que respeita todas as formas de vida e existência.

Apesar de minoritários dentro do universo de canais de YouTube e de enfrentarem a lógica comercial segundo a qual a plataforma amplia o alcance de certos conteúdos em detrimento de outros, esses produtores de conteúdo/divulgadores do marxismo se filiam a uma comunidade que cresce, se profissionaliza, se diversifica em audiência e ganha espaço dentro da plataforma.

Isso acontece com a ajuda de financiamento coletivo, mas também pela produção colaborativa e indicação de conteúdos uns dos outros. O comprometimento com a formação política da audiência, com vídeos com densidade de conteúdo e referências teóricas, pode ser o indicador de um novo tipo de engajamento que se antepõe ao efêmero, superficial e fragmentário.

Sem formar um corpo discursivo homogêneo, mantendo suas idiossincrasias, os três integram uma “comunidade imaginada de iguais” (BENTES, 2018), na medida em que, na interação entre poder e contrapoder (CASTELLS, 2015), passam a disputar visão de mundo, mais especificamente uma visão de mundo que coloca o marxismo como alternativa para a superação do neoliberalismo.

O intervalo temporal de análise empírica se situa no período em que a extrema direita neoliberal ascende ao poder através da figura de Jair Bolsonaro, um sujeito discursivo que coloca o marxismo, ou o comunismo de forma mais geral e com maior presença socio-histórica em nosso imaginário coletivo, como um inimigo a ser combatido; um inimigo construído a partir de significantes vazios (LACLAU, 2015), um termo indeterminado que se torna objeto de disputa política por fechamentos semânticos contingentes.

Esse significativo vazio pode discursivamente se concretizar na circunscrição do bode expiatório “comunismo” por ser capaz de mobilizar todo um aparato ideológico a fim de desqualificar eventuais opositores do governo, demarcar terreno de luta e transferir culpas e responsabilidades, conforme definiu Nogueira (2019). Um exemplo dessa mobilização é a proposta do deputado federal e filho do presidente, Eduardo Bolsonaro, em projeto de lei apresentado em setembro de 2020 que objetiva criminalizar o comunismo. Apelando para uma falsa simetria da corrente político-ideológica com o nazismo — que já tem sua apologia proibida por lei desde 1989 —, o novo texto prevê a aplicação de 9 a 15 anos de prisão para quem:

Fabricar, comercializar, distribuir ou veicular símbolos, emblemas, ornamentos, distintivos ou propaganda que utilizem as bandeiras, símbolos, imagens ou outros atributos nos quais seja reproduzida a combinação de foice e martelo, foice, martelo e estrela pentagonal, a cruz suástica ou gamada, arado (vanga), martelo e estrela pentagonal para fins de divulgação do nazismo ou do comunismo (BRASIL, 2020).

Ainda vale mencionar que a pena proposta é aumentada em um terço “quando a propaganda do comunismo for feita em escolas, universidades, local de trabalho ou por meio de rádio ou televisão”, ponto que explicita a estratégia amigo-inimigo do bolsonarismo que se diferencia da lógica adversarial exatamente pela eliminação do outro (MOUFFE, 2015), mas aqui voltada especificamente para o campo da chamada guerra cultural.

Rocha (2021) vincula a guerra cultural promovida pelo movimento bolsonarista à matriz narrativa do documento produzido pelo Exército brasileiro *Orvil*

— *Tentativas de Tomada do Poder*<sup>4</sup>, no ponto em que defende a existência de uma vasta conspiração internacional para solapar as bases da civilização ocidental judaico-cristã, abolir a família e permitir que o “comunismo”, às vezes chamado de “globalismo”, chegue ao poder. O movimento bolsonarista, segundo Rocha (2021, p. 344), possui uma lógica interna que se ancora em um sistema de crenças que apresenta:

[...] uma visão de mundo bélica, expressa numa linguagem específica, a *retórica do ódio*, e codificada numa visão de mundo coesa, composta por labirínticas teorias conspiratórias, e que advoga a eliminação de tudo que não seja espelho.

Reforçando que a comunicação é ferramenta importante na construção de memória coletiva, pode-se dizer que os três sujeitos discursivos, ao antagonizarem com o discurso oficializado por Bolsonaro, disputam também a memória social coletiva do marxismo. Os autores Silva e Angrisano (2018), recuperando Charaudeau, descrevem que é a troca simbólica entre os sujeitos que constrói essa memória, constantemente modificada por novas sínteses culturais que se dão no processo infinito e dinâmico de semiose (significação) social.

As significações dadas aos objetos e seres do mundo real são de uma dupla ordem, afetiva e racional. Desse modo, da mesma maneira que a significação contribui para tornar a realidade compartilhável por meio de universos simbólicos, cria e atualiza valores sedimentados, os quais vão permitir as linguagens e a comunicação. Esse processo de construção de imaginários sociodiscursivos, para o autor, se dá por meio dos saberes de conhecimento e de crença. (SILVA; ANGRISANO, 2018, p. 637–638).

Nesse contexto de crise sanitária e humanitária — a primeira imposta pela pandemia do Coronavírus (COVID-19), a segunda pela gestão bolsonarista da mesma —, a *trincheira* marxista no YouTube constrói um posicionamento contra-hegemônico, especialmente por evidenciar as contradições do neoliberalismo entendido não apenas como uma política econômica, mas, fundamentalmente, conforme enunciam Dardot e Laval (2016, p. 17), como uma *racionalidade* que “[...] tende a estruturar e organizar não apenas a ação dos governantes, mas até a própria conduta dos governados”, em nossa existência subjetiva e material.

Certas crises podem afetar a capacidade de reprodução da hegemonia por evidenciar as contradições estruturais de mudança e conservação (GRAMSCI, 1968, p. 46) — como a excepcionalidade de uma pandemia global vivenciada no presente expõe as mazelas sociais de regimes neoliberais —, sendo, pois,

<sup>4</sup> Escrito em segredo pelo Exército em 1989, o documento reconta a história do Brasil através de quatro tentativas de tomada do poder dos comunistas. Na última delas, a estratégia da luta armada teria sido substituída pelo aparelhamento ideológico das instituições da cultura, entretenimento, imprensa e educação pública (PYL, 2020).

uma brecha para a constituição de novas visões de mundo e para que talentos organizados promovam a aprendizagem revolucionária profissional entre os descontentes, tal qual proposta por Vladímir Lênin (2020).

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Ronaldo de. *Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira*. *Novos estudos CEBRAP [online]*, 2019, v. 38, n. 1, p. 185–213.
- BENTES, Anna. A gestão algorítmica da atenção. *In: MEDIALAB*, 2019. Disponível em: <https://medialabufrj.net/wp-content/uploads/2019/08/BENTES-GESTAO-ALGORITMICA-politicas-internet-e-sociedade.pdf>. Acesso em: jun. 2021.
- BENTES, Ivana. Economia narrativa: do midiativismo aos influenciadores digitais. *In: BRAIGHI, Antônio Augusto; LESSA, Cláudio; CÂMARA, Marco Túlio (org.)*. *Interfaces do Midiativismo: do conceito à prática*. Belo Horizonte: CEFET-MG, 2018. p. 151–169.
- BOBBIO, N. *Direita e Esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: Editora Unesp, 1994.
- BRAIGHI, Antonio. O discurso do mídia ninja: a (des)igualdade social nas representações e ações midiativistas. *In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE ANÁLISE DO DISCURSO*, 4., 2016, Belo Horizonte. *Anais [...]*. Belo Horizonte, UFMG, 2016b.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei n° 4425 de 2020*. Altera a redação da Lei n° 7.170, de 14 de Dezembro de 1983 e da Lei n° N° 9.394, de 20 de Dezembro de 1996, criminalizando a apologia ao nazismo e comunismo, e dá outras providências. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, [2020]. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2261904>. Acesso em: 13 fev. 2022.
- BURGESS, Jean; GREEN, Joshua. *YouTube e a Revolução Digital: como o maior fenômeno da cultura participativa transformou a mídia e a sociedade*. Tradução Ricardo Giassetti. São Paulo: Aleph, 2009.
- BURITY, Joanildo. A onda conservadora na política brasileira traz o fundamentalismo ao poder? *In: ALMEIDA, Ronaldo de; TONIOL, Rodrigo (org.)*. *Conservadorismos, fascismos e fundamentalismos*. Campinas: Editora Unicamp, 2018.

- CANDIDO, Antonio. O significado de Raízes do Brasil. *In*: HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. 27. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- CARRO, Rodrigo. Brazil. *In*: REUTERS Institute Journalist. [S. l.], 2020. <<https://www.digitalnewsreport.org/survey/2020/brazil-2020/>>. Acesso em: 13 mar. 2021.
- CASTELLS, Manuel. *O poder da comunicação*. São Paulo: Paz e Terra, 2015.
- CHARAUDEAU, Patrick. Um modelo socio-comunicacional do discurso: entre situação de comunicação e estratégias de individualização. *In*: STAFUZZA, Grenissa; PAULA, Luciane de (org.). *Da análise do discurso no Brasil à análise do discurso do Brasil*. Uberlândia (MG): Edufu, 2010.
- COSPITO, Giuseppe. Verbete Hegemonia. *In*: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (org.). *Dicionário Gramsciano*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.
- FIORIN, José Luiz. *Em busca do sentido: estudos discursivos*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2019.
- FOLETTTO, Leonardo Feltrin. Midiativismo, mídia alternativa, radical, livre, tática: um inventário de conceitos semelhantes. *In*: BRAIGHI, Antônio Augusto; LESSA, Cláudio; CÂMARA, Marco Túlio (org.). *Interfaces do midiativismo: do conceito à prática*. Belo Horizonte, MG: CEFET, 2018. p. 95–110.
- GHEDIN, Rodrigo. Cinco dos dez canais que explodiram no ranking do YouTube durante as eleições são de extrema direita. *In*: THE INTERCEPT Br. [S. l.], 2019. Disponível em: <<https://theintercept.com/2019/08/28/ranking-youtube-extrema-direita/>>. Acesso em: 2 maio 2021.
- GOHN, Maria da Glória. *Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo*. Petrópolis: Vozes, 2014.
- GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel: a política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- LACLAU, Ernesto. *A razão populista*. São Paulo: Três Estrelas, 2015.
- LÊNIN, Vladímir. *O que fazer?: questões cadentes de nosso movimento*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2020.

- LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. *Como as democracias morrem*. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 2018.
- LISBOA, Daniel. *Foice, martelo e peruca: uma drag queen comunista*. *Folha de S. Paulo*, n. 151, abr. 2020. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/foice-martelo-e-peruca/>. Acesso em: 11 nov. 2020.
- MANOEL, Jones. *As ilusões da representatividade: o antirracismo de mercado*. [S. l.: s. n.], 28 abr. 2019. 1 vídeo (11 min 12 s). Publicado pelo canal #Jones Manoel. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qpUHnS4KMzY>. Acesso em: 10 dez. 2021.
- MANOEL, Jones. *Che Guevara: monstro ou herói revolucionário*. [S. l.: s. n.], 31 jul. 2018. 1 vídeo (11 min 12 s). Publicado pelo canal #Jones Manoel. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2cFscxhhwxE>. Acesso em: 10 dez. 2021.
- MOUFFE, Chantal. *Sobre o político*. São Paulo: Editora Unesp, 2015.
- MANOEL, Jones. *Imperialismo, dependência e fuga de cérebros*. [S. l.: s. n.], 15 set. 2020. 1 vídeo (14 min 16 s). Publicado pelo canal #Jones Manoel. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=5feg-79\\_q5M](https://www.youtube.com/watch?v=5feg-79_q5M). Acesso em: 10 dez. 2021.
- MANOEL, Jones. *Jones, qual é o seu marxismo? O marxismo no século XXI*. [S. l.: s. n.], 26 nov. 2019. 1 vídeo (12 min 24 s). Publicado pelo canal #Jones Manoel. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=j0bcZ0kQeJw>. Acesso em: 10 dez. 2021.
- MANOEL, Jones. *Marxismo e questão racial — Parte I*. [S. l.: s. n.], 3 jan. 2017. 1 vídeo (12 min 46 s). Publicado pelo canal #Jones Manoel. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=oesjm-ABsR8>. Acesso em: 10 dez. 2021.
- NETTO, José Paulo. *O que é marxismo (Primeiros Passos)*. São Paulo: Brasiliense, 2017. [eBook].
- NOGUEIRA, Marco Aurélio. O que motiva os ataques dos bolsonaristas ao chamado “Marxismo Cultural”. In: O GLOBO. 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/epoca/o-que-motiva-os-ataques-dos-bolsonaristas-ao-chamado-marxismo-cultural-23376168>. Acesso em: 5 mar. 2021.
- NORRIS, Pippa; INGLEHART, Ronald. *Trump, Brexit, and the rise of populism: economic have-nots and cultural backlash*. Faculty Research Working Paper Series, Harvard Kennedy School, 2016.

- ORLANDI, Eni P. *Análise do Discurso: princípios e procedimentos*. 13. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2020.
- PEREIRA, Ailton Teodoro de Souza. *As metamorfoses do marxismo no Brasil*. 2016. Dissertação (Mestrado em Sociologia) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.
- PYL, Bianca. Guilhotina #77 — João Cezar de Castro Rocha. *Le Monde Diplomatique Brasil*, São Paulo-SP, 31 de julho de 2020. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/guilhotina-77-joao-cezar-de-castro-rocha/>. Acesso em: 15 jan. 2022.
- RAMALHO, Raul Augusto. *Midiativismo e participação política em redes sociotécnicas: estratégias discursivas de coletivos brasileiros no processo eleitoral de 2018*. 2020. Tese (Doutorado em Estudos da Mídia) — Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2020. Disponível em: [https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/29702/1/Midiativismoparticipacaopolitica\\_Ramalho\\_2020.pdf](https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/29702/1/Midiativismoparticipacaopolitica_Ramalho_2020.pdf). Acesso em: 5 maio 2021.
- REIS, Ruth; ZANETTI, Daniela; FRIZZERA, Luciano. A conveniência dos algoritmos: o papel do YouTube nas eleições brasileiras de 2018. *Revista Compólitica*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 35–58, 2020. DOI:10.21878/compolitica.2020.10.1.333.
- ROCHA, João Cezar de Castro. *Guerra Cultural e Retórica do ódio: crônicas de um Brasil Pós-político*. Rio de Janeiro: Caminhos, 2021.
- ROCHA, João Cezar de Castro. Guilhotina #77 — João Cezar de Castro Rocha. *In*:
- LE MOND Diplomatique Brasil. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/guilhotina-77-joao-cezar-de-castro-rocha/>. Acesso em: 2 maio 2021.
- RODRIGUES, Lidiane Soares. Leitores e leituras acadêmicas de Karl Marx (São Paulo, 1958- 1964). *Intelligere, Revista de História Intelectual*, São Paulo, v. 2, n. 1 [2], p. 1–19. 2016. Disponível em: <http://revistas.usp.br/revistaintelligere>. Acesso em: 2 mar. 2021.
- SANTANA, Eliara; MARI, Hugo. *Midiativismo, imprensa e a questão da ideologia*. *In*: BRAIGHI, Antônio Augusto; LESSA, Cláudio; CÂMARA, Marco Túlio (org.). *Interfaces do Midiativismo: do conceito à prática*. Belo Horizonte: CEFET-MG, 2018. p. 212–225.

- SILVA, André Luiz; ANGRISANO, Rafael. Uma interface discursiva do midiativismo: ethos e imaginários mobilizados em posts dos Jornalistas Livres. *In*: BRAIGHI, Antônio Augusto; LESSA, Cláudio; CÂMARA, Marco Túlio (org.). *Interfaces do Midiativismo: do conceito à prática*. Belo Horizonte: CEFET-MG, 2018. p. 629–650.
- TEIXEIRA, Antonio Claudio Engelke Menezes. Sobre mídia e ninjas: as Jornadas de Junho e a (des)construção de um novo sujeito político. *In*: 38º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. Caxambu — MG, 2014. *Anais dos Encontros*. São Paulo, SP: ANPOCS, 2014. *In*: <https://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/38-encontro-anual-da-anpocs/gt-1/gt04-1>. Acesso em: 3 jun. 2021.
- VIANNA, Marly de Almeida Gomes. Observações sobre ideias socialistas, anarquistas e comunistas na imprensa (1902–1924). *In*: SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias (org.). *Capítulos de história dos comunistas no Brasil [online]*. Salvador: EDUFBA, 2016.

## SOBRE O GOLPE

### ANALISANDO O MOVIMENTO BRASIL LIVRE NO YOUTUBE

---

7

**Resumo:** O propósito deste trabalho é analisar como o Movimento Brasil Livre, em defesa do liberalismo político e econômico, através do discurso antiesquerda, contribuiu para fortalecer o discurso pró-*impeachment* de Dilma Rousseff. Utilizando como metodologia a *Grounded Theory* e a partir de abordagem qualitativa, foi analisado o conteúdo dos vídeos com mais de 10 mil visualizações cada, publicados pelo Movimento Brasil Livre em seu canal no *Youtube* no período que segue entre 2014 a 2015. Esta proposta foi desenvolvida com o intuito de contribuir com análises sobre a onda liberal que vem ganhando força na política nacional, em que novos sujeitos protagonizam grandes mobilizações de rua utilizando como ferramenta as novas tecnologias da informação e comunicação a partir do domínio das redes sociais digitais, possibilitando outras perspectivas sobre os novos movimentos sociais.

**Palavras-chave:** MBL; análise de conteúdo; redes sociais digitais; novos movimentos sociais.

#### ABOUT THE COUP: ANALYZING THE FREE BRAZIL MOVEMENT ON YOUTUBE

**Abstract:** The purpose of this paper is to analyze how the *Movimento Brasil Livre*, in defense of political and economic liberalism, through an anti-leftwing discourse, contributed to strengthen the former president Dilma Rousseff's pro-impeachment discourse. Using Grounded Theory as a methodology and using a qualitative approach, the content of the videos with more than 10,000 views each, published by *Movimento Brasil Livre* on its YouTube channel in the period between 2014 and 2015, was analyzed. This work was developed in order to contribute to the analysis of the liberal waves that have been gaining strength in national politics, in which new subjects lead large street mobilizations using as tool the new information and communication technologies from the domain of digital social networks, enabling other analyses and perspectives on such new social movements.

**Keywords:** MBL. content analysis; digital social networks; new social movements.

## 1 INTRODUÇÃO

No início, as mobilizações capitaneadas pelo Movimento Passe Livre, em junho de 2013, pautavam contra o aumento da tarifa de ônibus na cidade de São Paulo, defendendo o “passe livre” para todos os estudantes. Depois as mobilizações passaram também a criticar os megaeventos, como: a copa das confederações, a copa do mundo e as olimpíadas. A partir disso, outras pautas foram surgindo até que as insatisfações contra o governo federal e os escândalos de corrupção desembocaram na solicitação do *impeachment* da então Presidente da República Dilma Rousseff, que ocorreu anos depois, tendo sido ela alvo de denúncias e acusada de improbidade administrativa.

Algumas autoras vêm defendendo a relevância de estudar esses fatos recentes na política brasileira. Em nível de exemplificação, Maria da Glória Gohn (2013, p. 141), em seu trabalho intitulado “Manifestações de protesto nas ruas no Brasil a partir de junho de 2013: novíssimos sujeitos em cena”, defende a necessidade de mais pesquisas a respeito:

Por tudo isso, a partir de 2013 é preciso repensar as análises sobre a lógica da ação coletiva organizada diferenciando-a quando ocorre a partir de grupos, estruturas políticas e organizacionais dos movimentos, já tidos como tradicionais na cena brasileira. Nas últimas décadas, as lógicas advindas do engajamento individual dos participantes nas manifestações a partir de 2013, convocadas por uma pluralidade de grupos sociais e políticos, para uma melhor compreensão das condições de emergência e de transformação do ativismo nas ruas, na atualidade.

A crise dos partidos políticos possibilitou o surgimento de novos atores sociais, que fazem uso de formas diferenciadas de abordagens e contestações, potencializadas a partir das ferramentas surgidas com as Novas Tecnologias da Informação e Comunicação — NTICs. Dos atores que emergiram nesse cenário de crise de representatividade, decidi pesquisar o movimento que se apresentou com mais expressividade no pró-*impeachment*: Movimento Brasil Livre (MBL). Grupo político recém-criado, que conseguiu fortalecer a pauta do *impeachment* e defender o liberalismo político e econômico em seus atos. Atacou os partidos compreendidos como de esquerda, mais detidamente o Partido dos Trabalhadores (PT), instituindo como solução para o fim da corrupção brasileira o extermínio deste partido e a privatização de todas as instituições públicas.

Cabe sinalizar que a onda neoliberal, que vem ganhando força na geopolítica mundial, traz, enquanto necessidade, mais atenção e análises que possam contribuir para explicar esse fenômeno e entender as forças que atuam e influenciam essas mudanças sociais, políticas e econômicas. Por isso, falar sobre o MBL sem falar das forças que contribuíram para sua existência e poderio no cenário político brasileiro é deixar de fora uma parte importante para compreender as motivações que conduziram as mobilizações contemporâneas no Brasil. Por esse motivo, introduzo ao longo deste artigo algumas informações importantes que mostram a relação do MBL com a *Atlas Network*<sup>1</sup>, *Think Tank*<sup>2</sup> norte americana que vem formando e influenciando indivíduos, grupos e organizações em defesa da bandeira liberal em diversos países do globo.

Atuando a favor do *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, o MBL utilizou como ferramenta para suas mobilizações as redes sociais digitais, mais

---

<sup>1</sup> Esta *Think Tank* financia em torno de 13 instituições no Brasil, e entre elas está o MBL.

<sup>2</sup> *Think Tank* são organizações e instituições que funcionam como grupos de interesse. Atuam em rede influenciando transformações sociais, econômicas, políticas e científicas.

expressivamente *Twitter*, *Youtube* e *Facebook*. Por esse motivo, insiro as discussões sobre as NTICs, selecionando a rede social digital *Youtube*, uma das mais antigas<sup>3</sup> utilizadas pelo grupo.

Através da abordagem qualitativa, faço uso da *Grounded Theory* ou Teoria Fundamentada (TF), por considerar que é a metodologia mais adequada ao meu objeto de investigação. Essa metodologia prevê uma mudança na forma de fazer pesquisa. De acordo com Fragoso, Recuero e Amaral (2012, p. 83),

A ideia central da TF é, justamente, aquela em que a teoria deve emergir dos dados, a partir de sua sistemática observação, comparação, classificação e análise de similaridades e dissimilaridades. Ela prevê uma inversão no método tradicional de pesquisa, no qual o pesquisador deve ir a campo, livre de suas pré-noções e, portanto, livre de hipóteses e conceitos, e apenas a partir de sua vivência empírica e do processo do método é que deve elaborar as hipóteses e os preceitos teóricos.

O teórico Miskolci (2016) apresenta a importância na utilização simultânea das abordagens qualitativa e quantitativa. Conforme se pode verificar na citação abaixo, além de contribuir na análise de dados,

Com o objetivo de compreender o sentido que rege os usos das tecnologias comunicacionais em rede, o aspecto qualitativo é reforçado dentro da própria vertente quantitativa, devido à necessidade de formas inovadoras de criação de variáveis de pesquisa assim como na análise dos dados (MISKOLCI, 2016, p. 190).

Nesse sentido, no primeiro momento, acessei o canal do MBL no *YouTube* e verifiquei o fluxo de vídeos lançados nessa plataforma, extraíndo o que publicizavam sobre eles e suas pautas de reivindicações. Feito isso, iniciei outro processo de busca: comecei a investigar as opiniões sobre o grupo coletando artigos, reportagens, e, através de *hiperlinks*, pude acessar uma variedade de textos que expressavam positiva e/ou negativamente opiniões sobre si e seus representantes.

Passado esse período de levantamento bibliográfico e das mais diversas referências (hipertextos, notícias de jornais *online*, artigos etc.), decidi recortar o período a ser trabalhado, definindo os anos de 2014 e 2015. No ano de 2014, o MBL era recém-fundado<sup>4</sup>, mas já se destacava entre os novos grupos políticos que tomaram evidência a partir da jornada de junho em 2013, como, por exemplo, o “Movimento Vem pra Rua”, “Cansei” e “Revoltados Online”.

<sup>3</sup> Canal no *Youtube* criado em 17 outubro de 2014 e em 1 novembro de 2014, foi fundado oficialmente o movimento.

<sup>4</sup> Conforme informado por Kim Kataguiri em entrevista concedida à TV Cultura, em 14 de agosto de 2015, o grupo foi fundado em 1º de novembro de 2014. Mas, até o momento, a logomarca “MBL” está em disputa judicial, já que o mesmo não possui registro no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI). A utilização da data de fundação do movimento não interfere na análise que faço aqui e, por esse motivo, o MBL é inserido no texto.

Levando em consideração o surgimento do MBL até o período que antecedeu a abertura do processo de *impeachment* da então presidente da república, Dilma Rousseff, utilizei três critérios para a elaboração do objeto de investigação:

- I) temporal, que se dá nos anos de 2014 a 2015;
- II) tomei como fonte para extração de dados o canal do *YouTube* por ser um dos canais de comunicação mais antigos utilizados pelo MBL (desde 17 de outubro de 2014);
- III) último critério escolhido foram os vídeos que dispõem de maior número de visualizações, estabelecendo o número de 10 mil visualizações cada, por compreender que eles tiveram mais repercussão na propagação das ideias do grupo, resultando no total de 17 vídeos.

Convém não esquecer de pontuar aqui que todo material utilizado foi coletado através do *YouTube*, disponível publicamente, e não houve nenhuma violação para acessar o conteúdo trabalhado nesta pesquisa, respeitando assim os princípios éticos e a segurança das informações. Ademais, considerando o dinamismo das redes sociais, todo o material que poderia sofrer edição ou exclusão foi armazenado devidamente através de capturas de telas (*prints*), salvas em *Portable Document Format* (PDF). No caso dos vídeos, foram transcritos e feitos *download* para arquivamento.

Antecipando-me, no sentido de evitar, assim, possíveis perdas de dados através do processo de edição ou exclusão do conteúdo, conforme apresentado por Fragoso, Recuero e Amaral (2012, p. 57), “[...] o dinamismo da *internet* — e de suas parcelas — colocam em cheque estratégias de recorte e seleção de amostras solidamente estabelecidas tanto na pesquisa qualitativa quanto na qualitativa [...]”.

Esta análise foi embasada na relação de como os Novos Movimentos Sociais passaram a utilizar novas tecnologias digitais de comunicação como ferramenta para atuação política e o entrelace entre esses novos grupos organizados, que é o caso do Movimento Brasil Livre. Por um lado, consideram-se as potencialidades que as redes sociais digitais possibilitam para a atuação política; por outro, parte-se da hipótese de que as práticas discursivas desenvolvidas pelo MBL contribuem para formação de opinião e atuação política nas redes e nas ruas, a partir da adesão das pessoas que foram convencidas pelo discurso do grupo, tendo em vista que o MBL obteve uma ampla visibilidade midiática e repercussão transnacional<sup>5</sup>.

É importante destacar que o MBL não se concentra na produção de textos para transmitir seus conteúdos. Focam na produção de vídeos, relativamente

---

<sup>5</sup> Conforme notícia divulgada em 16 de maio de 2015 (VITOR, 2015).

curtos, e postam em suas páginas nas redes sociais: *Facebook*<sup>6</sup>, *Twitter*<sup>7</sup> e *Youtube*. Através desses vídeos, os coordenadores nacionais, Renan Santos, Kim Kataguiri e Fernando Holiday, argumentam em defesa de um Estado mínimo, do fim da corrupção, da destruição do PT, do *impeachment* da presidente Dilma Rousseff e em oposição a alguns programas sociais, como é o caso da política de cotas raciais para inserção nas universidades e emprego.

No canal do *Youtube* consta uma *playlist* e, dentro dessa, existem 15 pastas<sup>8</sup>. As que utilizei são nomeadas como Fernando Holiday, Kim Kataguiri, Manifestações e MBL Humor. Vale salientar que o maior número de vídeos que localizei dentro dos critérios da pesquisa não estava disponível em nenhuma das pastas da *playlist* do canal. Então criei a categoria OUTRO para identificar esses vídeos e facilitar o tratamento, conforme pode ser observado abaixo no gráfico que mostra o número de vídeos por pasta.

Assim serão apresentadas as discussões sobre os novos movimentos sociais e as Tecnologias da Informação e Comunicação para, na sequência, apresentar o grupo Movimento Brasil Livre com a análise dos dados e, por fim, as considerações finais.

## 2 ANALISANDO OS DADOS

Seguindo os passos para análise do conteúdo, conforme estabelecido por Bardin (2009), e já definido no percurso metodológico, darei seguimento às etapas 1 e 3, expondo o material já explorado e o tratamento dos dados, para, no final, interpretá-lo.

Os vídeos que serão apresentados foram extraídos do canal do MBL no YouTube. Todos os que foram publicados nos anos de 2014 e 2015 foram selecionados no primeiro momento, depois de baixados e visualizados. Daí percebi a inviabilidade de trabalhar com todos os 48 vídeos encontrados e, compreendendo que o principal objetivo era analisar como o conteúdo do discurso do MBL contribuiu para a defesa do *impeachment*, optei pelo critério de utilizar só os vídeos que possuíam maior número de visualizações, exatamente a partir de 10 mil, acreditando que o maior número de visualizações era resultado de mais pessoas alcançadas pelo MBL. Esse procedimento resultou no total de 17 vídeos. 11 deles estavam em pastas na *playlist* nomeadas como Fernando Holiday, Kim Kataguiri, Manifestações, MBL Humor, e os demais estavam disponíveis no canal, mas não estavam previamente categorizados. Nesse sentido, foram definidos como “outro”, para ajudar na exposição e tratamento dos dados.

Segue tabela com a descrição dos vídeos selecionados, constando a data de publicação, título e o número de visualizações de cada um dos vídeos. O vídeo

<sup>6</sup> Página do *Facebook* (MBL, 2016a).

<sup>7</sup> Página do *Twitter* (MBL, 2016b).

<sup>8</sup> Este dado foi retirado do canal do MBL no Youtube (MBL, 2017).

mais antigo que localizei no canal é do dia 17 de outubro de 2014. Desse ano, só existiam 4 vídeos, mas só utilizo 3, porque são os que possuem mais de 10 mil visualizações.

QUADRO 1 Corpus de análise

		
 <b>Jones Manoel</b> 146 mil inscritos	 <b>Tempero Drag</b> 752 mil inscritos	 <b>Tese Onze</b> 363 mil inscritos
77 vídeos	82 vídeos	95 vídeos
2.376.071 visualizações	27.007.887 visualizações	6.811.547 visualizações
400.600 likes	4.073.000 likes	1.082.400 likes
7.255 dislikes	34.547 dislikes	21.006 dislikes
30.318 comentários	168.537 comentários	63.953 comentários

**Fonte:** Elaborado pelas autoras, com dados dos canais Jones Manoel, Tempero Drag e Tese Onze, de 31 de março de 2021.

De acordo com a variação do número de postagens no canal, captei os meses que tiveram maior fluxo de vídeos. No mês de outubro de 2014, obtive dois vídeos; nos meses de novembro de 2014, março, julho e agosto de 2015 foi um vídeo a cada mês. Em seguida, nos meses de setembro e outubro de 2015, o fluxo atingiu o máximo de quatro vídeos para cada mês, caindo em seguida para dois em novembro e um em dezembro de 2015. Durante esses meses de setembro e outubro de 2015, alguns acontecimentos não paravam de ser noticiados, tais como as ocupações das escolas públicas em São Paulo, as investigações da Lava-Jato, que estavam em sua 19ª fase e tinham condenado o primeiro político, André Vargas (PT-PR), além da confirmação de que Eduardo Cunha tinha contas na Suíça. Foi um período de conflitos e ataques do MBL ao deputado do PSOL, Jean Wyllys, ao MTST, a Lula, à imprensa e à entrega do pedido de impeachment de Dilma Rousseff. Justificando, assim, a intensidade na atuação do movimento.

Outra questão pertinente para ser observada é com relação à interação das pessoas com os vídeos. O simples ato de “curtir” um vídeo já denota uma concordância ao que foi dito e isso contribui para que o MBL perceba que

atinge seu público, além de poder ser usado como termômetro para ampliar o número de pessoas.

Para contribuir na análise de conteúdo dos 17 vídeos trabalhados aqui, será preciso colocar um ponto importante, nas palavras de Bardin (1977, p. 34):

A descrição analítica funciona segundo procedimentos sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens. Tratar-se-ia, portanto, de um tratamento da informação contida nas mensagens. É conveniente, no entanto, precisar de imediato que em muitos casos a análise, como já foi referido, não se limita ao conteúdo, embora tome em consideração o «Continente».

Dando seguimento a isso, segue análise do vídeo 1. A partir do vídeo criado para a campanha de Dilma Rousseff, publicado no dia 16 de outubro de 2014, no canal “Muda Mais”, no Youtube, Chico Buarque entra em defesa de Dilma Rousseff, afirmando que votou nela no primeiro mandato por causa do Lula e que votará novamente, mas por ela, por acreditar na sua gestão. A partir disso, o MBL apropria-se desse vídeo e insere um discurso que vincula os supostos interesses particulares de Chico Buarque como combustível para apoiar a chapa Dilma e Temer, acusando-o de ser favorecido através da Lei Rouanet. É um vídeo agressivo, com uso de palavras de baixo calão e que desqualifica a figura do artista e da então candidata à reeleição, conforme transcrição abaixo:

*“Eu voto na Dilma porque dá dinheiro pros amigos, confio nela! Um robô, sobretudo, que não sabe completar uma frase e que desmaia quando apanha no debate. Eu voto nela, porque com ela eu tenho a certeza de que as minhas verbas da Lei Rouanet serão mantidas, aprimoradas, aprofundados. Dilma, você cumpre o que a gente pensa, você rouba e a gente defende, em 2010 eu votei na Dilma porque eu sou uma putinha do Lula, este ano voto na Dilma porque ela fode com a roda viva. Dilma, presidenta 45” (CHICO..., 2014).*

No dia 23 de outubro, após o resultado das eleições de 2014, o MBL lança um vídeo intitulado “Mensagem do futuro 2018 de Danilo Gentilli”. No referido vídeo, é apresentada uma espécie de telejornal com notícias do futuro por um Brasil Socialista. São feitas críticas ao programa “Mais Médicos Cubanos”, cita-se Chico Buarque afirmando que o mesmo aprova incondicionalmente as decisões da presidente Dilma Rousseff, além de satirizá-la, conforme o trecho:

*“[...] E após o sucesso do programa Mais Médicos Cubanos, o governo do Brasil anunciou o Programa Mais Policiais Cubanos. O programa vai importar policiais de Cuba e promete de uma vez por todas erradicar crimes hediondos no Brasil, como por exemplo, o crime de opinião e o crime de criticar o governo. Chico Buarque está na França, mas mandou avisar que apoia seu programa [...]”. (GENTILLI, 2014).*

Além de utilizarem alguns símbolos e imagens de representação do comunismo, como a foice e o martelo, usam palavras em cirílico. Em outros momentos do

vídeo, chegam a utilizar a bandeira de Cuba, além da chacota com relação à morte do Celso Daniel (PT), representada na parte final do vídeo.

Somado ao primeiro, este vídeo nos remete à reflexão sobre os limites relacionados à rivalidade ou à disputa política. Não existem barreiras que restrinjam os xingamentos e acusações que os representantes do MBL fazem sobre seus oponentes.

No terceiro vídeo, gravado durante uma manifestação, são respondidas algumas críticas que o movimento recebeu. Falam que estão tentando deslegitimar as ações do MBL. Então, quanto à acusação de profanarem um discurso de ódio contra os negros e pobres, eles respondem a isso colocando um homem idoso e negro para falar em defesa do movimento: “*Estão tentando dividir pobres e ricos, negros e brancos a fim de dividir para poder reinar o PT e sua corja liderados pelo Lula*”. Quanto à acusação de que o movimento é composto por pessoas de classe média alta, eles mostram em resposta a isso um depoimento de um jovem informando que anda de ônibus. Tudo isso serve como uma forma de legitimar o movimento e as pautas que defendem, desvinculando a imagem deles de uma imagem que os separa de um perfil popular, seja dos membros ou das pautas. Acusam o PT de roubar e de tentar instalar o regime socialista, chegando a citar o Brasil como uma “República Bolivariana”. O tom sensacionalista e agressivo é facilmente percebido nos discursos dos coordenadores do movimento, quando convocam as pessoas e gritam o “*fora PT!*” (01 DE NOVEMBRO..., 2014).

No quarto vídeo, com a trilha sonora composta pelo refrão “Cave mais fundo”, os coordenadores do MBL discursam e atacam o PT. É um vídeo editado que apresenta imagens de várias manifestações, em que os representantes do movimento discursam em cima de um trio elétrico para uma multidão majoritariamente vestida de verde e amarelo ou com a camisa da Seleção Brasileira de Futebol (CBF). Em vários momentos, as pessoas são convocadas pelos representantes do MBL a repetirem algumas palavras de ordem como: “*O PT roubou!*” e “*Impeachment já!*”, dizendo que a Dilma “*sangrou*” e o povo sangrou junto. Falam para os “*congressistas*”, através de uma “*carta*”, acusando-os de agirem por interesses próprios. E mais uma vez se defendem da afirmação de que o MBL é um movimento de pessoas brancas e ricas, rebatendo essa “*acusação*”. Além disso, definem-se como verdadeira oposição ao governo e ao PT, de acordo com o discurso de Renan Santos, a seguir:

*“Nós, os brasileiros, exigimos nessa tarde, que abandone seu discurso fácil e sigam as vozes das ruas, não aceitamos o governo golpista, que rouba o nosso dinheiro, que rouba (sic) a nossa esperança e, acima de tudo, que rouba (sic) nossa liberdade. Não faremos sacrifícios e nem pagaremos a conta daqueles que insistem em nos oprimir. Caros congressistas, o povo brasileiro exige apenas uma coisa: deixem os seus interesses de lado e sejam oposição, impeachment já!”*

No vídeo seguinte, ao som de “Duelo dos destinos”, do filme Star Wars, algumas imagens de manifestações passadas, em que os membros e coordenadores do movimento aparecem carregando bandeiras ou vestindo camisetas com palavras de ordem, pelas ruas e estradas, servem como pano de fundo para a convocação da manifestação que iria ocorrer no dia 16 de agosto de 2015. Toda construção do vídeo é arranjada de maneira a convencer da grandiosidade do ato, evocando o espírito nacionalista. É um vídeo curto, de 36 segundos, porém muito contundente, atraente ao público jovem. É finalizado com a mensagem: “*O dia que entrará na história do país*” (FAÇA..., 2015).

O sexto vídeo, publicado no dia 06 de agosto de 2015, é uma espécie de tutorial apresentado por Fernando Holiday, que mostra uma ferramenta que visa a unificar o formato das comunicações, para que outras pessoas e representações do MBL em outras cidades possam confeccionar os memes e lambe-lambes para divulgação e convocação das mobilizações, como a manifestação do dia 16 de agosto. Os investimentos que o MBL faz para ampliar suas mobilizações através da atuação em rede em favor do Impeachment são perceptíveis através da preparação<sup>9</sup> que fazem antes de cada ato, atribuindo unidade ao movimento (HOLIDAY, 2015a). A partir da fala do Alexandre Santos<sup>10</sup> é percebida essa preocupação com o ato do dia 16 de agosto:

*“É! É assim pessoal, é muito importante vocês imprimirem esse lambe-lambe colarem pela cidade inteira. Gerarem os memes, compartilharem muito pela internet. Porque oposição feita diariamente com cada uma das pessoas, eu que faço, o Fred faz, o Renan o Fernando Holiday, o ministro, que tá aqui me gravando. Então, assim, é muito importante que vocês ajudem. Dia 16 tá chegando e vamos imptmar a presidente!”* (SANTOS, 2015).

Percebi como esses conteúdos dialogavam com as pautas defendidas pelo movimento e como tecem sua argumentação em ataque ao PT, através de suas representações, como a Dilma e Lula, assim como os políticos e os artistas que se colocavam contrários ao MBL, como é o caso do Deputado Federal pelo Rio de Janeiro Jean Wyllys (PSOL - RJ) e o cantor e compositor Chico Buarque, por demonstrar apoio ao PT. Há uma personalização nos ataques do MBL aos que entraram publicamente em defesa de Dilma ou do PT, que passam a ser alvo do grupo. Um exemplo disso é o vídeo 7, uma resposta a Jean Wyllys em relação à solicitação de abertura de uma CPI para investigar o MBL, sob a acusação de cometerem crime cibernético (KATAGUIRI, 2015). No vídeo, Kim Kataguiriri afirma que não são bandidos e, por isso, não precisam prestar depoimento, que os criminosos são os que o referido deputado defende, no caso,

<sup>9</sup> No vídeo, ficam evidenciadas a estrutura e organização dos membros do MBL, que não são apenas “jovens organizados”; possuem uma estrutura por trás.

<sup>10</sup> Alexandre Santos é irmão de Renan Santos. Ele atua no marketing do MBL.

o PT. O coordenador afirma que não queria mais falar o nome do deputado, mas o mesmo insiste ao acusá-los de crime cibernético.

*“Você não defende o impeachment da presidente Dilma Rousseff porque você compartilha dos ideais criminosos dela. Não venha querer utilizar da máquina pública para perseguir cidadãos pacíficos. Cidadãos que querem o império da lei. Só estão exigindo que a constituição seja cumprida. Não abuse do seu poder, Jean Wyllys. Você não pode fazer isso! Nós não somos criminosos, aqueles que você defende, são!”* (KATAGUIRI, 2015).

No oitavo vídeo, Kim Kataguiri, acompanhado de outros membros do MBL, vai à procura do deputado Jean Wyllys na câmara, para criticá-lo pela solicitação de abertura da CPI que acusa o MBL de cometer crimes cibernéticos, através da propagação do discurso de ódio nas redes sociais digitais. No vídeo, não há tentativa de estabelecer algum diálogo ou debate sobre a questão por parte do MBL. Aparecem Kim Kataguiri e outros membros do MBL gritando atrás do deputado, questionando-o sobre a CPI. Logo no início do vídeo Kataguiri (KIM..., 2015) fala: *“Engraçado você não chamar o debate fora da CPI, você chamar uma CPI para querer conversar comigo, não é, deputado? Que covardia! Que covardia!”*, e na sequência, o deputado Jean Wyllys sai andando, visivelmente tentando ignorar a situação, sem dar uma palavra, e os outros membros do MBL fazem algumas perguntas e uma mulher, que é a pessoa que estava filmando e carregando um “pixuleco”<sup>11</sup>, fala: *“Responda a população, deputado, fomos nós que colocamos você aqui! Que é isso, deputado? Corra não, deputado!”* (KIM..., 2015). Com apenas 36 segundos, o vídeo não permite uma análise mais profunda sobre o fato.

Quando Fernando Holiday (2015b) foi entregar o pedido de impeachment, em seu discurso à coletiva de imprensa, ele fala em nome do MBL e fala um pouco sobre sua história de vida, para, em sequência, dizer:

*“[...] durante os últimos mais de doze anos, fomos obrigados a ouvir que o senhor Luís Inácio Lula da Silva e que a senhora Dilma Rousseff tirou (sic) a nossa fome. Fomos obrigados a ouvir que foram graça a eles que subimos na vida, hoje, eu venho aqui em nome da minha família e em nome de tantas outras dizer que isso não é verdade! Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff o que mais fizeram para os pobres na verdade, foram enganá-los! Foram roubá-los! E hoje o impeachment de Dilma Rousseff que foi protocolado fará justiça a isso!”*.

<sup>11</sup> De acordo com o site Dicio, Dicionário Online de Português, Pixuleco é uma gíria na língua portuguesa, utilizada como sinônimo de “propina; dinheiro que se oferece a alguém, buscando fazer com que essa pessoa pratique ou realize procedimentos ilegais” (PIXULECO..., 2017).

Fernando Holiday e os deputados que estão apoiando o *impeachment* atacam os que não estão apoiando, chamando-os de covardes. Ainda nas palavras do Holiday (2015b):

*“Mas eu tenho fé e acredito que o povo não desistirá, e também tenho fé que muitos outros deputados e senadores perceberão que o povo quer o fim do governo Dilma e assumiram de vez, o lado do povo, o lado do Brasil e não o lado do PT. Muito obrigado!”*

O vídeo 10 já chama a atenção pelo título: “Veja o programa do PT na TV”. O MBL utiliza a propaganda de Lula em que a mesma fala positivamente sobre a política desenvolvida pelo PT ao longo do seu governo e do governo de Dilma Rousseff. O MBL insere a cada afirmação do Lula uma espécie de recorte de jornal onde desqualifica cada ponto defendido pelo mesmo, deslegitimando-o (VEJA..., 2015).

Renan Santos (2015), no vídeo 11, acusa a imprensa de estar ao lado do governo, afirmando que a imprensa tem lado. Mostra a coletiva de imprensa realizada com o jurista Hélio Bicudo no dia que protocolou o pedido de *Impeachment* contra Dilma Rousseff. Responde alguns questionamentos sobre Eduardo Cunha (PMDB-RJ), e em outros momentos se nega a respondê-los. Quando indagado sobre o fato de Eduardo Cunha ter que decidir sobre um processo em que ele mesmo está sendo investigado, as respostas de Hélio Bicudo foram as seguintes:

*“Jornalista Mulher: — O senhor acha que ele tem um interesse hoje?”*

*Dr. Hélio Bicudo: — Bom, isso aí é problema dele! Se ele tem interesse ou não, é problema dele.*

*Jornalista Mulher: — O encaminhamento depende um pouco disso, não, Dr. Hélio?”*

*Dr. Hélio Bicudo: — O problema pessoal dele é um, o problema do presidente da Câmara é outro.*

*Jornalista: — O problema é pessoal, mas ele é o presidente!”*

*Dr. Hélio Bicudo: — Não adianta se querer misturar as duas coisas.*

*Jornalista Mulher: — Mas, estão misturadas, não?”*

*Jornalista: — Não é questão de misturada, ele é o presidente da Câmara” (SANTOS, 2015).*

Em seguida, Renan Santos afirma que o *impeachment* é legítimo e que, mesmo que Eduardo Cunha esteja respondendo a um processo de corrupção, a solicitação é legítima e deve ser votada. No debate entre Jean Wyllys e Rubens Nunes, no vídeo 12, Jean Wyllys acusa o MBL de cibercrime por proferir um discurso de ódio nas redes sociais. Rubens Nunes, representante do MBL, leva prints de postagens de Jean Wyllys em suas redes sociais, para usar contra suas acusações. Fazem piada e criam um meme com a imagem de Jean Wyllys, através

de uma expressão usada nas redes sociais: “mimimi”. Cabe aqui uma breve explicação dessa expressão, que é uma espécie de termo pejorativo que tem a função de desqualificar toda e qualquer objeção e vem sendo usado contra as reclamações e denúncias realizadas por pessoas que compõem as chamadas minorias sociais, como negros, gays, entre outras.

Então, quando o negro fala de racismo ou o gay fala de homofobia, essa expressão “mimimi” é usada e, às vezes, segue acompanhada da acusação de estarem com discurso de “vitimismo”. E um ponto deve ser observado: diante da percepção de o Rubens Nunes ser negro e gordo, é classificado como uma coisa ruim. Em suas palavras: “*Está denominando um indivíduo como negro, como gordo, isso, na minha opinião é difamação na rede social*” (RUBENS, 2015). O problema é referente às conotações que são dadas a essas características.

Nos 13<sup>o</sup> e 14<sup>o</sup> vídeos, o que se apresenta é uma confusão entre representantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) e do MBL. Renan Santos afirma que está sendo furado por uma mulher do MTST, com um palito de dente. Representantes do MBL gritam: “*Bandida!*”, “*Vagabunda!*”. Como continuação, em outro vídeo, mostram mais conflito do MBL, mas agora com os representantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Afirmam que é a resistência, e, com imagens editadas e muito confusas, mostram momentos de conflito. O que é mostrado no vídeo causa revolta a quem o assiste de forma menos crítica, porque o que se apresenta é uma arena de conflitos em que o MBL é alvo da violência dos movimentos MST e do MTST. Mas a pergunta sem resposta é: o que motivou as agressões? (AGRESSÕES..., 2015; A BATALHA..., 2015).

No 15<sup>o</sup> vídeo analisado, Fernando Holiday está na Câmara dos deputados e, em discurso oficial, defende o fim das escolas públicas e a doação de *vouchers* pelo governo para que os jovens possam estudar em escolas privadas.

*“Eu venho aqui é... trazer a proposta, uma proposta já conhecida de alguns países e já está sendo colocado em prática, que é a proposta de vales educação, de vouchers, onde o governo ao invés de administrar a educação pública, ele oferece vales para as famílias para que elas possam escolher a escola, escola privada essa, onde seu filho possa estudar”* (HOLIDAY, 2015c).

Afirma que o socialismo é um problema e, ao final, acusa a TV Câmara de ter cortado seu discurso, mas que eles vão continuar falando porque sempre terão alguém ouvindo. Defendem a privatização de todos os serviços públicos e a educação é constantemente atacada por eles. O projeto “Escola sem partido” é uma bandeira que levantam, e o próprio Fernando Holiday já chegou a invadir<sup>12</sup>

<sup>12</sup> A notícia sobre o ocorrido pode ser verificada através do site do jornal O Estado de S. Paulo (2017).

uma escola para verificar o conteúdo que era ministrado pelos professores, para conferir se os mesmos estavam doutrinando os estudantes.

No penúltimo vídeo, gravado durante a Marcha das Mulheres Negras, que aconteceu em Brasília, em 2015, alguns membros do MBL entram em conflito com algumas das mulheres que fazem parte da marcha. O título do vídeo que utilizam para acusar essas mulheres de agressão é emblemático: “‘Mulheres negras’ e CUT agridem manifestantes” (MULHERES..., 2015).

No vídeo, as mulheres da marcha gritam pedindo calma e pedem para as manifestantes não cederem às provocações. Caminhando para o final do vídeo, aparece uma mulher branca acusando as mulheres negras e a CUT de terem agredido mulheres, crianças e idosos do acampamento montado pelo MBL. Chega a pedir: “*Não façam nada com a gente, não*”. Nos últimos segundos, uma adolescente aparece chorando e afirmando ter sido agredida. Ele é uma montagem de vários momentos da manifestação, porque não é apresentada de forma contínua, ordenadamente. O que aparece é uma sequência de momentos que, ao final dos seus 2 min 11 s (dois minutos e onze segundos), pode provocar no espectador um sentimento de raiva e indignação, além de várias perguntas sobre o ocorrido, já que o que é apresentado, e a forma como é apresentado, embute no indivíduo que assiste o ódio às “mulheres negras”, à CUT e, conseqüentemente, ao PT, à Dilma e ao Lula (MULHERES..., 2015).

No vídeo 17, após apresentarem parte do videoclip da música “Trono do Estudante”, de autoria de Dani Black, 49, Fernando Holiday aparece criticando os cantores Chico Buarque e Paulo Miklos<sup>13</sup> por estarem cantando uma música em defesa da escola pública, sem que eles nunca tivessem estudado numa, chamando-os de hipócritas. Fernando Holiday utiliza como argumento para desqualificar especificamente Chico Buarque e Paulo Miklos o fato de eles serem de classe social mais abastada, além de trazer à tona informações da vida particular de ambos. Através de um discurso inflamado contra Chico Buarque, transparece o incômodo do coordenador do MBL contra o cantor, já que este vem apoiando ativamente Dilma Rousseff e, como motor principal do ataque, usa a Lei Rouanet para ligá-la à corrupção “criada pelo PT” (HOLIDAY, 2015d).

Finalizo esta parte da descrição e análise dos dados, referente a cada vídeo explorado neste trabalho, para logo em seguida fazer uma análise geral do conteúdo utilizado pelo Movimento Brasil Livre. Para isso, todos os 17 vídeos foram categorizados e, no primeiro momento, foram encontradas diversas categorias, conforme é apresentado através do gráfico digital, no formato de nuvem de palavras<sup>14</sup>, a seguir:

<sup>13</sup> No vídeo aparecem diversos artistas cantando em defesa da escola pública. Mas, as críticas recaem em apenas sobre os dois supracitados.

<sup>14</sup> Nuvem de palavras é um gráfico digital que mostra a frequência das palavras de um texto. No caso deste trabalho, apresentam os *codes* que mais aparecem nas transcrições.



fornecer, por condensação, uma representação simplificada dos dados brutos. Na análise quantitativa, as inferências finais são, no entanto, efectuadas a partir do material reconstruído.

Nesse sentido, vídeo a vídeo, é percebido um discurso de ódio que incita os espectadores a um espírito de revolta “contra as pessoas de esquerda” e suas políticas, isso porque sobre eles recai a culpa relativa a todos os atos de corrupção que surgiram a partir do escândalo do mensalão até as investigações da Lava-Jato. O que estava em jogo era a disputa pelo poder, e, para isso, as mídias digitais contribuem muito, já que a utilização da internet facilita no processo de multiplicação das notícias, sejam elas falsas ou verdadeiras. O sensacionalismo envolvido nas agressões verbais e o descontrole nos enfrentamentos públicos são utilizados como “forma de luta”. Buscam legitimar suas ações através de acusações que possuem fragilidades, se relacionadas à verdade dos fatos. Mesmo com isso, o MBL ganhou tentáculos na política porque soube usar bem as ferramentas que estavam disponíveis. E o momento estava, e ainda está, aberto ao discurso contrário aos “beneficiários”, às minorias sociais, pelo governo petista.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A grande popularidade do MBL vem do fato de que o grupo soube se inserir nos espaços de reivindicações em 2013 e, desde então, segue ampliando sua atuação. O fato de o grupo ser formado majoritariamente por jovens e de atuarem nas redes sociais digitais colocam-no em evidência justamente por possuir grande conhecimento sobre as potencialidades que essas redes proporcionam. A comunicação sempre é feita através de frases pequenas e bem expressivas, da substituição de textos grandes e de escrita mais rebuscada por vídeos de curta duração, ampliando assim o seu alcance na internet. O domínio das novas tecnologias da informação e da comunicação, aparato financeiro e as formações políticas oferecidas por *Think Tanks*, como a Atlas Network, possibilitaram que jovens sem muita base política e histórico de atuação conseguissem se estabelecer no cenário de disputa política no Brasil, além do apoio de partidos políticos como PSDB, DEM e artistas ligados à rede Globo de televisão.

Os líderes do grupo, cada um com perfil diferenciado, representam uma fatia da população a ser cooptada, ora por serem jovens de classe média, como o Kim Kataguiri, ora adultos empresários, ou ainda jovens, negros, gays e pobres, como representados pelo Fernando Holiday. Esse último apodera-se de um lugar de fala, enquanto negro, gay e pobre, com postura de discordância das conquistas dos grupos de movimentos sociais ligados às questões raciais e LGBT.

Quando Fernando Holiday coloca que conquistou “um pouco de conforto” sem precisar de nenhuma das políticas sociais do PT, desconsidera a realidade brasileira, em que o negro não compunha o quadro de estudante universitário, em

que a fome ceifava a vida dos mais pobres e a homofobia era camuflada nos espaços sociais e nas relações interpessoais. Para esses indivíduos, subalternizados historicamente na sociedade brasileira, só foi possível galgar espaços, mesmo que ainda timidamente, após a criação de políticas públicas que hoje o MBL combate, como é o caso das cotas raciais. Fernando Holiday cumpre o papel de deslegitimar as pautas referentes às minorias sociais defendendo uma ideia de igualdade, desconsiderando as desigualdades que compõem todas as estruturas estabelecidas na sociedade brasileira, apropriando-se do mesmo discurso utilizado pela esquerda com relação ao seu lugar de fala.

O MBL é um grupo que vem se estabelecendo no cenário e, como uma promessa de renovação política, propaga conteúdos que minam a credibilidade das instituições públicas e conquista o apoio de uma parcela significativa dos jovens e adultos brasileiros. Um fator de grande relevância nesse sentido está associado aos usos dessas novas tecnologias digitais como a ferramenta principal para propagação de suas pautas e, principalmente, em defesa do *impeachment* de Dilma Rousseff. Não havia um espaço temporal entre as ações ou fala apresentada pela presidente que não virasse “meme” compartilhado nas suas páginas no YouTube e Facebook nos instantes seguintes. As ações do grupo eram norteadas no sentido do principal alvo: o PT e seus apoiadores. As potencialidades dessas redes sociais digitais foram muito bem exploradas, e isso demonstra a formação e a estrutura que o grupo possuía para dar conta da sua missão. Esse domínio não foi alcançado pelos seus opositores, o que só permitia a conquista de mais espaço de atuação para o grupo. Assim o MBL contribuiu para o *impeachment* de Dilma Rousseff, porque soube conduzir a opinião de parte significativa da população em defesa dessa pauta, seja através das mídias digitais e/ou nas grandes mobilizações de rua.

Cabe destacar, mesmo alegando serem apartidários e contrários a esse tipo de filiação, que tiveram representantes do grupo eleitos a cargos públicos, o que torna o futuro desse grupo um objeto interessante de estudo. Em verdade, a tendência de correntes liberais parece ganhar espaço, sobretudo quando se observa a adesão de segmentos da sociedade ao MBL e, de certa forma, ao seu discurso. Isso exige atenção ao que estão produzindo e ao desenvolvimento de mais estudos que permitam construir, se possível, um diagnóstico.

## REFERÊNCIAS

- 01 DE NOVEMBRO: O vídeo que a mídia não quer mostrar. [*S. l.: s. n.*], 03 nov. 2014. 1 vídeo (3 min 9 s). Publicado pelo canal MBL — Movimento Brasil Livre. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=KbsJTGJC-Kw>>. Acesso em: 22 dez. 2021.
- 15 DE MARÇO — A Maior Manifestação da História do Brasil. [*S. l.: s. n.*], 18 mar. 2015. 1 vídeo (2 min 48 s). Publicado pelo canal MBL —

Movimento Brasil Livre. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3ysUhEbqwn4>. Acesso em: 22 dez. 2021.

A BATALHA do Gramado. [S. l.: s. n.], 29 out. 2015. 1 vídeo (3 min 14 s). Publicado pelo canal MBL — Movimento Brasil Livre. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=tXFB-P4evWc>. Acesso em: 22 dez. 2021.

AGRESSÕES do MTST ao MBL. [S. l.: s. n.], 28 out. 2015. 1 vídeo (0 min 33 s). Publicado pelo canal MBL — Movimento Brasil Livre. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4Sk8QwtEx6w>. Acesso em: 22 dez. 2021.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2009.

CHICO Buarque Apoia Dilma 45. [S. l.: s. n.], 17 out. 2014. 1 vídeo (0 min 37 s). Publicado pelo canal MBL — Movimento Brasil Livre. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mVsYDQmDDyg>. Acesso em: 20 dez. 2021.

FAÇA Parte da Mudança! — 16 de Agosto. [S. l.: s. n.], 22 jul. 2015. 1 vídeo (0 min 36 s). Publicado pelo canal MBL — Movimento Brasil Livre. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=x28vvlKBg58>. Acesso em: 22 dez. 2021.

FRAGOSO, Suely; RECUERO, Raquel; AMARAL, Adriana. *Métodos de pesquisa para internet*. Porto Alegre: Sulina, 2012.

GENTILLI, Danilo. *Mensagem do futuro 2018 de Danilo Gentilli*. [S. l.: s. n.], 23 de out. de 2014. 1 vídeo (2 min 48 s). Publicado pelo canal MBL — Movimento Brasil Livre. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3ysUhEbqwn4>. Acesso em: 22 dez. 2021.

GENTILLI, Danilo. *Mensagem do futuro 2018 de Danilo Gentilli*. [S. l.: s. n.], 23 de out. de 2014. 1 vídeo (2 min 48 s). Publicado pelo canal MBL — Movimento Brasil Livre. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3ysUhEbqwn4>. Acesso em: 22 dez. 2021.

GOHN, Maria Glória. *Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo*. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

HOLIDAY, Fernando. “Trono do estudar” versão sem lei Rouanet. [S. l.: s. n.], 23 dez. 2015d. 1 vídeo (5 min 17 s). Publicado pelo canal MBL — Movimento Brasil Livre. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=558\\_1uvFaqU](https://www.youtube.com/watch?v=558_1uvFaqU). Acesso em: 22 dez. 2021.

HOLIDAY, Fernando. *Fernando Holiday discursa na Câmara dos Deputados*. [S. l.: s. n.], 3 nov. 2015c. 1 vídeo (5 min 52 s). Publicado pelo canal

- MBL — Movimento Brasil Livre. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=f3qCFFTgRG0>. Acesso em: 22 dez. 2021.
- HOLIDAY, Fernando. *Fernando Holiday discursando no protocolo do pedido unificado de Impeachment*. [S. l.: s. n.], 17 set. 2015b. 1 vídeo (2 min 18 s). Publicado pelo canal MBL — Movimento Brasil Livre. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xsZTYJGVN0>. Acesso em: 22 dez. 2021.
- HOLIDAY, Fernando. *Veja a nova ferramenta do MBL para o dia 16 de Agosto!* [S. l.: s. n.], 6 ago. 2015a. 1 vídeo (2 min 53 s). Publicado pelo canal MBL — Movimento Brasil Livre. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=weVqT3vBv5s>. Acesso em: 22 dez. 2021.
- KATAGUIRI, Kim. *Jean Wyllys persegue Movimento Brasil Livre*. [S. l.: s. n.], 01 set. 2015. 1 vídeo (1 min 23 s). Publicado pelo canal MBL — Movimento Brasil Livre. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1vu-gJhdmMQ>. Acesso em: 22 dez. 2021.
- KIM Kataguiuri encontra Jean Wyllys. [S. l.: s. n.], 10 set. 2015b. 1 vídeo (0 min 39 s). Publicado pelo canal MBL — Movimento Brasil Livre. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=doId5y\\_5iE4](https://www.youtube.com/watch?v=doId5y_5iE4). Acesso em: 22 dez. 2021.
- MISKOLCI, Richard. Sociologia digital: notas sobre pesquisa na era da conectividade. *Contemporânea: Revista de Sociologia da UFSCar*, Santa Catarina, v. 6, n. 2, jul./dez. 2016, p. 275–297.
- MOVIMENTO BRASIL LIVRE (MBL). *Apresentação*. [S. l.], 15 jan. 2016a. Facebook: @mblivre. Disponível em: <https://www.facebook.com/mblivre/>. Acesso em: 15 jan. 2016.
- MOVIMENTO BRASIL LIVRE (MBL). *[Apresentação]*. [S. l.], 15 jan. 2016b. Twitter: @MBLivre. Disponível em: [twitter.com/mblivre](https://twitter.com/mblivre). Acesso em: 11 jan. 2016.
- MOVIMENTO BRASIL LIVRE (MBL). *Playlists*. [S. l.], 15 jan. 2017. Publicado pelo canal MBL — Movimento Brasil Livre. Disponível em: <https://www.youtube.com/c/MBLIVRE/playlists>. Acesso em: 6 jan. 2017.
- “MULHERES negras” e CUT agridem manifestantes. [S. l.: s. n.], 18 nov. 2015. 1 vídeo (2 min 11 s). Publicado pelo canal MBL — Movimento Brasil Livre. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=k5j8r6GxZd4>. Acesso em: 22 dez. 2021.

- PIXULECO. *In*: DICIO: Dicionário Online de Português. [S. l.], 21 jan. 2017. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/pixuleco/>. Acesso em: 17 out. 2021.
- RUBENS Nunes Filho expõe hipocrisia de Jean Wyllys. [S. l.: s. n.], 22 out. 2015. 1 vídeo (2 min 03 s). Publicado pelo canal MBL — Movimento Brasil Livre. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4c4HPL6uhq4>. Acesso em: 22 dez. 2021.
- SANTOS, Renan. *Veja como funciona a mídia governista*. [S. l.: s. n.], 15 out. 2015. 1 vídeo (4 min 19 s). Publicado pelo canal MBL — Movimento Brasil Livre. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3drYGNsvWqU>. Acesso em: 22 dez. 2021.
- VEJA o programa do PT na TV!. [S. l.: s. n.], 29 set. 2015. 1 vídeo (1 min 26 s). Publicado pelo canal MBL — Movimento Brasil Livre. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JAhZQgQThRY>. Acesso em: 22 dez. 2021.
- VEREADOR Fernando Holiday faz blitz em escolas para verificar ‘doutrinação’. *O Estado de S.Paulo*, São Paulo, 4 abr. 2017. Disponível em: <https://goo.gl/5bNYDk>. Acesso em: 12 out. 2021.
- VITOR, Frederico. Movimento Brasil Livre: o que querem os jovens de direita que marcham rumo a Brasília? *Jornal Opção*, Goiânia-GO, 2080. ed. 16 maio 2015. Disponível em: <https://goo.gl/2DX16e> Acesso: 11 nov. 2016.

# OS MOVIMENTOS SOCIAIS DA ATUALIDADE E O PAPEL DO LÍDER NA CONSTRUÇÃO DOS MOVIMENTOS EM REDE



**Resumo:** O artigo apresenta uma análise sobre o enquadramento teórico do conceito de movimento social, enfatizando o papel do líder nos movimentos sociais na era digital, em que o par legitimidade/obediência confronta-se com independência/resistência trazidos pelas redes sociais e horizontalidade/autonomia pelos novíssimos movimentos sociais. Dessa forma, no primeiro momento tentamos entender o que diferencia movimento entre as teorias e, em seguida, identificar se a ideia da ausência de cadeias hierárquicas trazidas pelos novíssimos movimentos sociais põe fim ao protagonismo das lideranças. Escolhemos o Movimento Brasil Livre (MBL) como movimento de verificação. Nossa pesquisa possui viés exploratório de análise de redes e utilizamos como fonte de dados a página oficial do Facebook do MBL e a ferramenta Google Trends. Observamos então que há conexão entre as teorias e que, mesmo com a utilização das redes sociais digitais, os líderes ainda se apresentam como agentes necessários nesse processo.

**Palavras-chave:** teoria dos movimentos sociais; novíssimos movimentos sociais; redes de movimentos.

## ANALYSIS OF CONTEMPORARY SOCIAL MOVEMENTS FROM THEORIES UNDER DEBATE

**Abstract:** The article presents an analysis of the theoretical framework given to the concept of Social Movement, emphasizing the role of the leader in social movements in the digital age, where the pair legitimacy / obedience is confronted with independence / resistance brought by social networks and horizontality / autonomy by brand new social movements. Thus, at first we try to understand what differentiates movement between theories and then try to identify whether the idea of the absence of hierarchical chains brought by the brand new social movements puts an end to the leadership role. We chose MBL as a movement for analysis. Our research has an exploratory bias in network analysis and we used MBL's official Facebook page and the Google Trends tool as data source. We then observed that there is a connection between theories and that, even with the use of digital social networks, leaders still present themselves as necessary agents in this process.

**Keywords:** theory of social movements; brand new social movements; social; movement networks.

## 1 INTRODUÇÃO

Os estudos realizados no Brasil a respeito das mobilizações a partir da segunda década dos anos 2000 (enquadrados na teoria dos novíssimos movimentos sociais), de acordo com Tatagiba e Galvão (2019), têm estimulado um salutar desenvolvimento do campo de estudos sobre os protestos, uma área de investigação ainda embrionária na academia brasileira. Os principais focos dos novos

estudos são os eventos de 2013 e 2015–2016, a partir de sua relação com a crise política que culminou no *impeachment* de Dilma Rousseff e, mais recentemente, os movimentos que têm como temática o antipartidarismo ou a renovação política.

Nesse entendimento, “a ação dos líderes é fundamental para o surgimento de movimentos”. Mais do que isso, “os estilos de liderança influenciam o próprio perfil dos movimentos e organizações, afetando sua atuação e, conseqüentemente, os resultados por eles obtidos e os rumos por eles tomados” (LERBACH, 2012). Mas como fica o papel do líder e dos próprios movimentos sociais quando essa figura é trocada pela automação e gerenciamento das redes? Para respondermos essa pergunta teremos que analisar dentro da perspectiva dos novíssimos movimentos sociais o lugar da liderança na era da organização de Movimentos Sociais (MS) através da internet e assim contribuir com o debate acadêmico no sentido da formação da agenda de pesquisa dos novíssimos movimentos sociais, visto que esse aspecto ainda é pouco discutido na Ciência Política.

Além disso, definir de maneira homogênea e consensual o que é Movimento Social, seja no debate acadêmico ou de acordo com as perspectivas analíticas estudadas, não é tarefa fácil. Com o aprofundamento do tema, principalmente a partir da década de 1960, os estudos sobre Movimentos Sociais ganharam cada vez mais importância, e as temáticas analisadas por pesquisadores ou exercidas por seus atores também mudaram de foco. Alonso (2009) afirma que os MS, como os direitos civis, o feminista e o ambientalista, adotaram demandas contemporâneas em suas agendas. Diz que suas organizações civis se profissionalizaram, que muitos de seus ativistas se converteram em autoridades políticas e que as mobilizações coletivas ganharam escala global, caráter violento e se concentraram em bandeiras identitárias.

Por esse motivo, as teorias interpretativas clássicas sobre a concepção de movimentos sociais tiveram que ser revistas, para acompanhar os desdobramentos que a contemporaneidade impunha. A respeito disso, Alonso (2009) destaca que a ruptura de análise desses acontecimentos estava no próprio nome que o fenômeno ganhou (movimentos), usado no sentido de ações coordenadas, fora das instituições políticas e praticadas por jovens, mulheres, estudantes, profissionais liberais, e que, mais do que movimentos, falava de movimentos sociais.

A essas novas questões que estavam sendo impostas pela sociedade, pela nova agenda de demandas e pelos atores envolvidos, novas teorias foram postas à prova como arcabouço explicativo. Podemos citar como exemplo a Teoria de mobilização de recursos (TMR)<sup>1</sup>, a Teoria do processo político (TPP)<sup>2</sup> e a Teoria dos novos movimentos sociais (TNMS)<sup>3</sup>.

Problematizar o conceito de movimento social e tentar verificar as aproximações e desvios entre as teorias explicativas é um processo já muito trabalhado,

principalmente quando se relaciona às teorias explicativas dos novos movimentos, iniciados a partir da década de 1960. Mesmo assim, trazer essa questão ao debate nos dias atuais ainda é salutar, no sentido de verificarmos se essas teorias conseguem acompanhar os desdobramentos dos movimentos atuais. Em uma outra época (1930–1960), em outro contexto, novas teorias surgiram, porque as teorias clássicas, como a teoria da revolução e a teoria da desmobilização política, já não estavam mais conseguindo responder o porquê e o como dos movimentos sociais, surgindo no cenário as análises interpretativas propostas pela TMR, TPP e TNMS.

Entretanto, conforme afirma Nunes (2014), a discussão do conceito de movimento social e da sua singularidade em face de outros modos de ação coletiva tem vindo a perder a centralidade de outrora, ou seja, a preocupação atual dos investigadores não é tanto definir o que é um movimento social ou os fatores que levam à sua formação, mas refletir sobre as principais tendências das formas de ação coletiva contemporânea. Nesse sentido, utilizaremos duas teorias, a teoria dos novíssimos movimentos sociais e a teoria de redes de movimentos para tentar explicar a confluência da práxis com a teoria.

De acordo com Perez e Souza (2017), na literatura brasileira a categoria de novíssimos movimentos sociais ainda é pouco utilizada. A partir da leitura de Gohn (2016), o termo é usado para distinguir a novidade dos novíssimos movimentos sociais em relação aos clássicos (ligados à luta da classe trabalhadora e com organização verticalizada), bem como dos novos movimentos sociais (que atuam com pautas identitárias em rede e em Instituições de Participação).

Conforme Segurado, Bachini e Chicarino (2015), para analisarmos as transformações que estão em curso na configuração dos movimentos sociais e políticos contemporâneos, é fundamental compreendermos a atuação política em rede proporcionada e impulsionada pela internet. O uso das redes sociais, devido ao seu alcance e número de adeptos, é hoje determinante para organização e mobilização de grupos sociais. Nesse sentido, observamos que, a partir da popularização das redes digitais, atores que antes possuíam pouco espaço, ou nenhum, para divulgar suas ideias, passaram a se organizar em rede e assim disseminá-las para um grande número de pessoas. Ainda segundo os autores, a expansão da política para as redes e o seu retorno às ruas desencadeia a ampliação de interlocutores na arena política, propiciando as manifestações de diversos sujeitos sociais e qualificando-os na arena de debates dentro e fora da rede, online e off-line.

Os estudos realizados no Brasil a respeito das mobilizações a partir da segunda década dos anos 2000, enquadrados na teoria dos novíssimos movimentos sociais, de acordo com Tatagiba e Galvão (2019), têm estimulado um salutar desenvolvimento do campo de estudos sobre os protestos, uma área de investigação ainda embrionária na academia brasileira. Os principais focos dos novos estudos são os eventos de 2013 e 2015–2016, a partir de sua relação com a crise

política que culminou no impeachment de Dilma Rousseff e mais recentemente os movimentos que têm como temática o antipartidarismo ou a renovação política. Nos estudos já realizados, entretanto, fica de lado a questão do papel da liderança nesses movimentos.

A partir de 2013, novíssimos atores entram em cena e mudaram o panorama das manifestações no Brasil, com multidões nas ruas, após serem convocadas por redes sociais on-line (GOHN, 2016). De acordo com Della Porta e Tarrow (2005 *apud* GOHN, 2016, p. 129),

os protestos de Junho demarcaram a inclusão de novas formas de ativismo, transnacional, atuando em questões locais e nacionais, além de retomarem com força demandas focadas em problemas da vida cotidiana — mobilidade urbana, emprego, finanças/salário, dívidas, serviços sociais como educação e saúde, moradia popular, terra para viver e plantar (demanda já secular, agora em confronto com o agronegócio e outros) etc. Fazendo-se valer de pautas múltiplas, num cenário de organização e mobilização gerenciados pela internet, não têm liderança, mas todos são líderes.

A horizontalidade e ausência de cadeias hierárquicas, características trazidas pelos novíssimos movimentos sociais, fazem com que a representação da figura do líder seja diminuída? Para respondermos a essa pergunta, analisamos as características de um dos movimentos da atualidade, classificado de acordo com a perspectiva teórica como novíssimo movimento, o MBL, utilizando procedimento de análise de redes. Nessa perspectiva, dividimos nosso artigo em três seções. Na primeira tentamos identificar a tipologia de movimentos sociais, de acordo com as teorias, para tentarmos entender o comportamento dos seus atores, nos diversos tipos de movimentos. Na segunda seção, discorreremos sobre os procedimentos de pesquisa, os dados que coletamos e as ferramentas de análise. Na terceira seção, apresentamos os dados colhidos através do Facebook e do Google Trends, das informações que obtivemos ao associar esses eventos e as redes de conexões obtidas. Por fim, apresentamos nossas conclusões.

## 2 O QUE É NOVO NOS NOVOS E NOVÍSSIMOS MOVIMENTOS SOCIAIS?

Os movimentos sociais desempenham um papel fundamental na configuração das sociedades, na defesa dos direitos dos cidadãos e garantia do funcionamento da democracia. Por esse motivo, os pesquisadores sociais vêm ao longo dos anos dedicando suas pesquisas para explicar, entre outros aspectos, as origens, as motivações e os atores envolvidos nos MS.

Para Nunes (2014), ao longo das últimas décadas, o estudo dos movimentos sociais foi atravessado por diferentes debates que permitiram pensar os movimentos sociais, os grupos de protesto de ativistas e as mobilizações sociais e políticas dos cidadãos a partir de diferentes ângulos. A partir desses estudos, podemos enquadrar essas manifestações em teorias que tentam legitimar sua

atuação. E percebemos que o próprio sentido do que é MS muda de acordo com a teoria analisada e o seu contexto.

A Teoria dos novos movimentos sociais, segundo Alonso (2009), prega que as novas mobilizações não teriam uma base social demarcada. Seus atores agora se definem por formas de vida. Os “novos sujeitos” não seriam, então, classes, mas grupos marginais em relação aos padrões de normalidade sociocultural. Nesse sentido, conforme Perez e Souza (2017), os novos movimentos sociais são caracterizados mais por suas lutas identitárias do que pelo interesse de classes, de modo que seus atores, após a conquista do direito à participação política com a redemocratização, passaram a lutar pela ampliação e concretização de direitos para mulheres, negros e casais homoafetivos, apenas para citar alguns exemplos.

Por outro lado, uma nova teoria vem despertando interesse de alguns autores quando da análise dos movimentos sociais da atualidade, a teoria dos novíssimos movimentos sociais, em que a horizontalidade, autogestão, ausência de lideranças ou de intelectuais orgânicos, autonomia, transversalidade temática, foco na ampliação de liberdades e ampla utilização das redes sociais digitais são algumas das novidades.

Augusto, Rosa e Resende (2016) citam como expoentes dessa teoria os movimentos Bicicletada Vitória (em Vitória-ES) e o MPL 5 (Movimento Passe Livre). Sobre este último, Maria da Glória Gohn (2016), destaca inúmeras novidades, como a falta de líderes declarados e o fato de as decisões serem elaboradas, em sua maioria, através de consensos e a ausência de carros de som. Além disso, os ativistas utilizavam uma camiseta branca e preta com o desenho de uma catraca. Em comum, segundo Augusto, Rosa e Resende (2016), os novíssimos movimentos sociais prezam pelos princípios do apartidarismo, horizontalidade, autonomia e constituição de frente de luta para pressionar por um objetivo específico. Utilizando principalmente o MPL como representante dessa teoria, podemos contrapor-la aos enquadramentos antigos sobre MS, se é que podemos chamar as teorias da década de 60 a 80 dessa forma. Nos “novíssimos movimentos sociais”, segundo os mesmos autores, existe uma luta antiglobalização, ações violentas por partes da polícia e dos ativistas (Black bloc), ações coletivas desencadeadoras de outras ações em diferentes locais e mobilização através das redes sociais digitais, através de celulares e diferentes formas de mídias móveis. O registro instantâneo de suas ações transformou-se em arma de luta e em ações que geram outras ações através de suas difusões por meio de ferramentas como Twitter, Facebook, Youtube, Tumblr, blogs etc.

De acordo com Perez e Souza (2017), a discussão sobre a “novidade” dos movimentos sociais já foi tema do debate da literatura sobre movimentos sociais produzida entre as décadas de 1960 e 1980 na Europa e no Brasil, porém, com a eclosão dos novos movimentos sociais, os movimentos da atualidade, suas particularidades e a ampla utilização das redes sociais, as novas perspectivas

de estudo, como a teoria dos novíssimos movimentos sociais, ganharam destaque. Por esse motivo, incluindo o desejo de tentar entendê-los, já que fogem das abordagens antigas, é que as Jornadas de Junho, e mais recentemente o Movimento Brasil Livre, figuram intensamente nas agendas de pesquisas sobre MS da atualidade.

Esses movimentos sociais (construídos) em rede têm formação dinâmica, valores e perspectivas de mudanças sociais e culturais. Sua comunicação é multimodal, no sentido de que são utilizados diferentes meios discursivos para organização e interação entre os/as participantes. (CASTELLS, 2013).

Considerando a importância desses movimentos para a construção dos debates teóricos e acadêmicos atuais, surge a necessidade de analisarmos também onde se insere a perspectiva dos agentes envolvidos nesse processo e em que sentido a teoria que os distingue se aproxima de suas práxis.

Comumente associada aos movimentos da atualidade, as redes digitais possuem papel preponderante para mobilização, divulgação de ideias e convocação de outros manifestos, por dar voz às pessoas que não tinham/têm espaço nas mídias tradicionais e ainda por possibilitar uma conexão entre diferentes grupos. De acordo com Torres (2016), todas as sociedades, das mais simples às mais complexas, são um conjunto de redes sociais mais ou menos difusas, maiores ou menores. Para o autor, a perspectiva de redes está presente inclusive nos movimentos enquadrados no viés de teorias clássicas, desde o sentido de instrumento, com a eficácia possível de acordo com os meios técnicos disponíveis, e, para além desse aspecto, no sentido de conexão, citando como exemplo a revolta em Évora (Portugal), que motivou revoltas em outros locais no Centro e Sul do país, mostrando que houve uma ligação entre os acontecimentos.

A partir das considerações obtidas pela análise das teorias dos movimentos sociais, neste artigo analisaremos como a classificação dada pela teoria dos novíssimos movimentos sociais, ao tipificar os movimentos da atualidade pelo viés da horizontalidade, utilização das redes sociais digitais, distanciamento de partidos políticos e ausência efetiva da figura do líder, relaciona-se na prática com a ação desses movimentos.

### 3 PROCEDIMENTOS DE PESQUISA

Este artigo buscou realizar uma análise sobre as relações observadas no Movimento Brasil Livre (MBL) e suas conexões a partir das principais tendências de pesquisa realizadas na ferramenta Google Trends, que possibilita a visualização do comportamento de determinado termo quando pesquisado no Google, em determinado tempo. Nossa análise foi feita no período de 1º de janeiro de 2016 a 28 de outubro de 2018.

Utilizamos como termo de pesquisa “Movimento Brasil Livre”, por se enquadrar nas perspectivas teóricas aqui já discutidas. O Google Trends gerou gráficos com a frequência em que o termo foi pesquisado. Nosso objetivo foi analisar apenas pesquisas realizadas no Brasil, por isso filtramos a localização por país. Além disso, essa ferramenta nos possibilitou verificar as consultas e os tópicos relacionados ao assunto. Os gráficos gerados são divididos em dois eixos, onde o eixo horizontal representa o período (data) em que ocorreu a pesquisa e o vertical a frequência (o volume) com que esse termo foi pesquisado. A partir desses dados, conseguimos observar conexões desse termo (Movimento) com outras buscas no Google, buscas essas que representam outros eventos e atores.

No segundo momento, exportamos os dados fornecidos pela ferramenta Google Trends para o Excel, tanto a frequência de consulta quanto as associações de consultas e assuntos geradas a partir da busca pelo termo “Movimento Brasil Livre”. Para os dados gerados a respeito do volume e da data de sua realização, associamos por meio de tabela as datas das pesquisas aos eventos organizados pelo MBL na plataforma Facebook. Essa tabela foi exportada para o software Gephi, para produção dos grafos.

#### 4 O MOVIMENTO BRASIL LIVRE SOB ANÁLISE

De acordo com Scherer-Warren (2008), as diferentes organizações e tendências dos movimentos sociais se encontram e negociam ações políticas. Isso ocorre porque o movimento social atua cada vez mais sob a forma de rede. Nesse sentido, e corroborando o que foi dito por ela, percebemos que os movimentos de cunho político da atualidade, no Brasil, como o Movimento Brasil Livre, possuem uma relação de causalidade entre os atores envolvidos, suas demandas e o contexto do país, criando identidades coletivas que possibilitam a articulação dos movimentos específicos numa rede de movimentos sociais (SCHERER-WARREN, 2008).

Nessa pesquisa, verificamos o termo “Movimento Brasil Livre”, ao longo do período que foi analisado. Observamos que as datas em que aparecem os maiores picos de pesquisa desse termo no Google estiveram relacionadas a acontecimentos (manifestações, protestos de ruas) ou provocados pelo MBL, ou com sua participação.

O dia 13 de março de 2016, como observamos no Gráfico 1, foi a data com o maior índice de consultas no Google para assuntos relacionados ao MBL. Nesse mesmo dia, aconteceu a maior manifestação a favor do *impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff, em que cerca de três milhões de pessoas foram às ruas em todos os estados do país. Nessa mesma data, em sua página oficial do Facebook, o MBL convocava seus seguidores e apoiadores para essa manifestação.

Para representar as interações entre esses eventos, utilizamos os grafos (Gráficos 1 e 2) produzidos através da ferramenta Gephi, onde cada nó simboliza a

ligação entre a semana que houve maior busca no Google pelo termo “Movimento Brasil Livre” e os eventos convocados pelo Facebook nas datas associadas às pesquisas.

Percebemos então um certo distanciamento desses movimentos com a concepção trazida pela teoria dos novíssimos movimentos sociais, no sentido de que o ideário de horizontalidade organizacional é permeado pela existência de elos internos que atuam a partir de representações políticas formalmente mais hierarquizadas.

Além disso, é necessário lembrar que, mesmo nas organizações de base, há delegações de poder necessárias à eficácia e à viabilização da participação em práticas políticas, especialmente as institucionais, de acordo com Scherer-Warren (2008). O aumento das interações e conectividades dos elementos dentro de um sistema nos permite entender essas interações por uma perspectiva diferente, como, por exemplo, pela teoria das redes, e verificar o quão conectado é um elemento a outro e, ainda assim, verificarmos a participação e o poder de liderança de figuras centrais que participam desses movimentos, como Kim Kataguiri. Sua imagem estava diretamente relacionada ao movimento, principalmente quando se observam os eventos de convocação para manifestações na página oficial do MBL no Facebook. Dessa forma, seu nome aparece como um dos mais buscados no Google pelos usuários (Gráfico 3). Dessa forma, podemos considerar que os eventos aparecem conectados e que, mesmo com a utilização de redes digitais como estratégia de mobilização, pessoas representativas desses movimentos não saíram de cena e contribuíram para divulgação e organização dos mesmos.

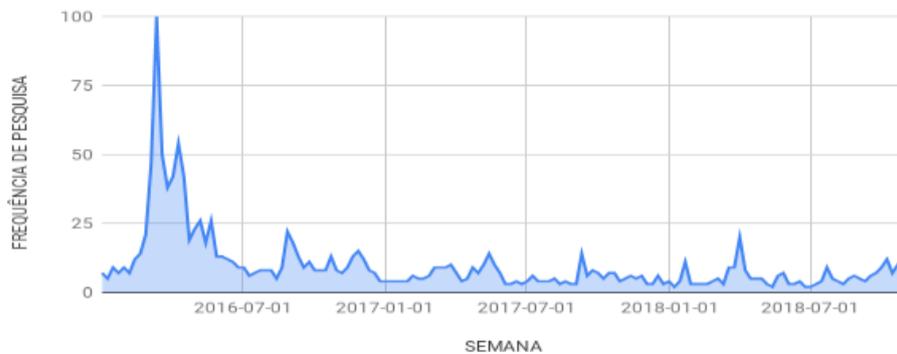
O Gráfico 1 representa a frequência com que foram pesquisados no Google termos relacionados à palavra-chave “Movimento Brasil Livre”, coletados a partir da ferramenta Google Trends, ao longo do período de 1 de janeiro de 2016 a 28 de outubro de 2018.

Os números representam o interesse de pesquisa relativo ao ponto mais alto no gráfico de uma determinada região (Brasil) em um dado período. Um valor de 100 representa o pico de popularidade de um termo. Um valor de 50 significa que o termo teve metade da popularidade e, assim, sucessivamente, para mensurar a proporcionalidade dos outros números observados. Uma pontuação de 0 significa que não havia dados suficientes sobre o termo.

O Gráfico 2 representa a frequência de pesquisa dos principais assuntos relacionados à palavra-chave “Movimento Brasil Livre”, ou seja, os principais tópicos que foram explorados e pesquisados pelos usuários, funcionando como uma busca alternativa. Os usuários que pesquisaram pelo termo “Movimento Brasil Livre” também pesquisaram por esses assuntos.

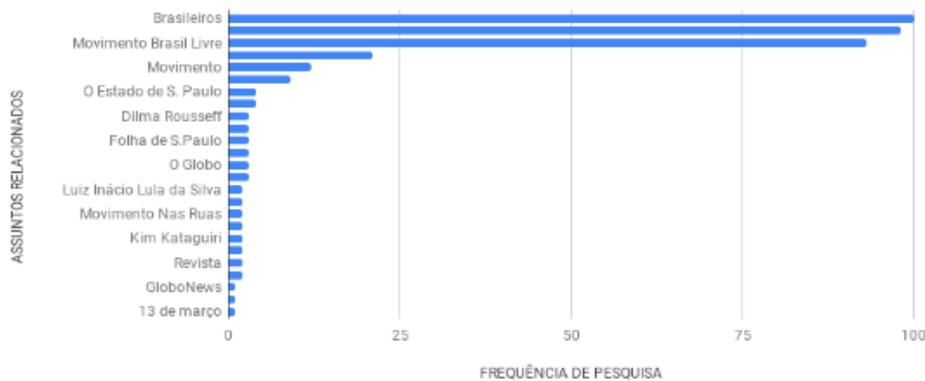
Já o Gráfico 3 representa as principais consultas realizadas no Google por quem também pesquisou pelo termo “Movimento Brasil Livre”. A pontuação dos gráficos 3 e 4 está em uma escala relativa, em que 100 é a consulta mais

GRÁFICO 1 Freqüência de pesquisa x semana



Fonte: Elaborado pela autora.

GRÁFICO 2 Assunto relacionado x Freqüência de pesquisa

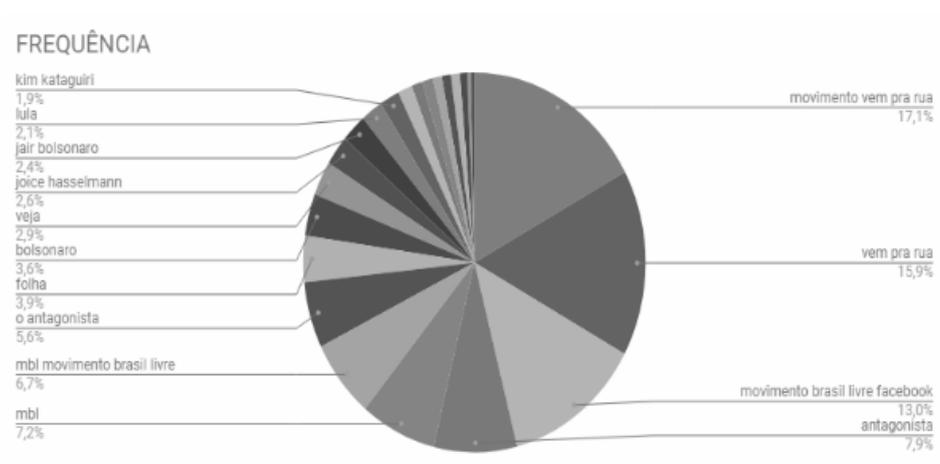


Fonte: Elaborado pela autora.

pesquisada, 50 é a consulta feita com metade dessa frequência etc. Na primeira situação, as palavras mais frequentes foram: “Brasileiros”, “Movimento Brasil Livre”, “Movimento”, “O Estado De S. Paulo”, “Dilma Rousseff”, “Folha De S. Paulo”, “O Globo”, “Luiz Inácio Lula Da Silva”, “Movimento nas Ruas”, “Kim Kataguiri”, “Revista”, “Globonews”, “13 De Março”.

Os termos “MBL”, “Movimento Brasil Livre”, “Lula” e “Kim Kataguiri” apareceram nos dois cenários, enquanto que os termos “Jair Bolsonaro”, “Joice Hasselmann”, “Bolsonaro”, “O Antagonista”, “Movimento Vem Pra Rua”, “Vem Pra Rua” e “Movimento Brasil Livre Facebook” estiveram presentes no

GRÁFICO 3 Consulta relacionada x frequência de pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora.

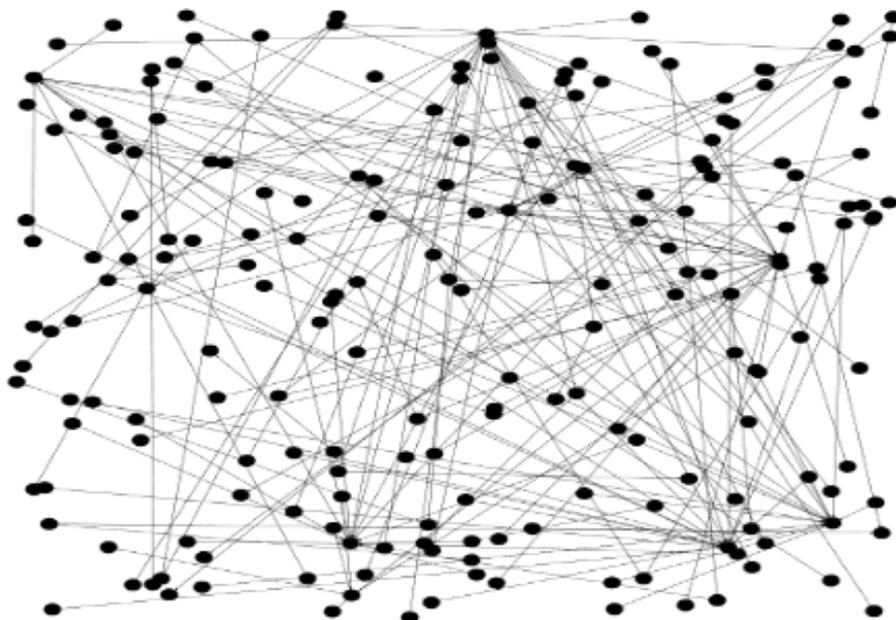
cenário de pesquisas das principais consultas relacionadas ao termo “Movimento Brasil Livre”.

Como forma de visualizarmos essas interações, coletamos também, através da Página Oficial do MBL, no Facebook, os eventos convocados pelo Movimento. Uma vez que eles são organizados por data, podemos relacioná-los com os dados da frequência de busca do termo “MBL”, que os usuários fizeram através do Google. Ou seja, verificamos se aconteceu algum evento no dia em que os usuários fizeram mais pesquisas no Google por termos relacionados ao MBL. Exportamos essas informações por meio de tabela em excel para o software Gephi, que gerou grafos relacionando esses dados, através de nós, onde cada nó é uma interação. Como citamos acima, a data 13 de março de 2016 foi a data com o maior índice de consultas no Google para assuntos relacionados ao MBL. Nesse mesmo dia, aconteceu a maior manifestação a favor do *impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff e uma Convocação do MBL no Facebook. Essas interações formam um nó.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tomando como base os movimentos sociais da atualidade, aqui retratados pelo Movimento Brasil Livre MBL, e observando nas suas características como se organizam, mobilizam os participantes, se comunicam e estabelecem conexões para discutir e reivindicar as demandas da sociedade, observamos que o aspecto unificador desses movimentos é a ampla utilização de meios alternativos de comunicação, as redes sociais, que funcionam também como o próprio espaço de atuação desses movimentos.

GRAFO 1 Visualização de nós



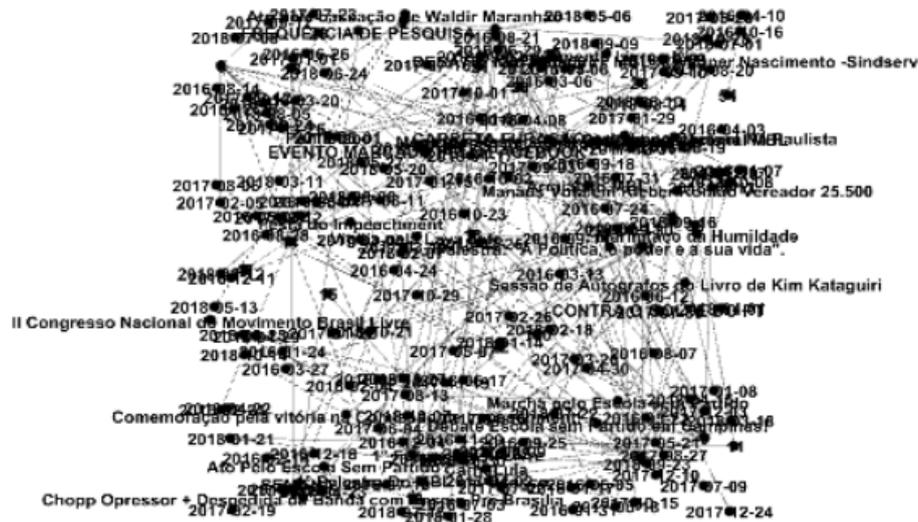
Fonte: Elaborado pela autora a partir da ferramenta Gephi.

Retomando o argumento proposto por Scherer-Warren (2008) e indo ao encontro do que a teoria de redes de movimentos sociais prega, os movimentos sociais da atualidade também se caracterizam por articular a heterogeneidade de múltiplos atores coletivos em torno de unidades de referências normativas, relativamente abertas e plurais. Compreendem vários níveis organizacionais — dos agrupamentos de base e organizações de mediação aos fóruns e redes políticas de articulação.

Esse artigo apresentou inicialmente um debate acerca das teorias que analisam o novo, nos movimentos sociais, a TNMS, dos novíssimos movimentos sociais e a teoria dos movimentos em rede, com o intuito de verificar até que ponto elas conseguem explicar os movimentos a partir de suas práticas de ação. Nesse sentido, observamos que a explicação dos movimentos sociais só se dá de maneira suficiente quando o foco está no próprio movimento, ao invés do paradigma em que ele se enquadra.

Catalogar os Movimentos Sociais por tipologias de teorias não é a melhor alternativa para se construir uma visão mais ampla sobre o próprio movimento. Os contextos mudam, as sociedades mudam e a forma como os cidadãos se organizam e se manifestam também muda, e isso por uma série de fatores. Podemos listar as redes sociais digitais como uma ferramenta dos movimentos atuais, mas cada movimento em seu tempo também teve sua especificidade

GRAFO 2 Visualização de nós descritos



Fonte: Elaborado pela autora a partir da ferramenta Gephi.

e, quando olhamos para o movimento pelo olhar do paradigma que ele se enquadra, estamos abalizados por características que as teorias definem como padrão. Entretanto os movimentos são mais complexos, não estáticos em suas características, podendo, como é o caso do MBL, figurar em mais de uma teoria.

Notamos um certo lapso temporal em aguardar que os movimentos aconteçam para depois se extrair suas conclusões e, por conseguinte, delimitar teorias que os explicam, porque enquanto se estuda uma teoria/movimento outros estão acontecendo e com características cada vez mais concomitantes entre si, independente de qual seja a parte do mundo em que aconteçam.

Nosso intuito não foi o aprofundamento dos conceitos sociológicos referentes à construção do líder, mas construir uma reflexão a respeito do novo papel que exerce (se exerce) a figura de um líder nos movimentos sociais na era digital.

Ao tempo que tentamos problematizar o conceito do que é movimento social pelo viés de enquadramento das teorias sociológicas, e suas implicações no papel da atuação dos líderes nos movimentos da contemporaneidade, verificamos que as características dos MS da atualidade, pelo menos uma parte delas, faz com que esses movimentos figurem entre pelo menos dois paradigmas (os dois aqui estudados). Ou seja, os movimentos se conectam, assim como observamos que a horizontalidade e autonomia, principalmente dos usuários em rede, não fazem com que o papel do líder seja substituído, mas fique associado ao movimento.

## REFERÊNCIAS

- ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, São Paulo, n. 76, p. 49–86, 2009. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010264452009000100003&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010264452009000100003&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 9 dez. 2020.
- AUGUSTO, Acácio; ROSA, Pablo Ornelas; RESENDE, Paulo Edgar da Rocha. Capturas e resistências nas democracias liberais: uma mirada sobre a participação dos jovens nos novíssimos movimentos sociais. *Estudos de sociologia*, Araraquara, v. 21 n. 40. p. 21–37 jun. 2016. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/7581>. Acesso em: 28 nov. 2020.
- CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- GOHN, Maria da Glória. Manifestações de protesto nas ruas no Brasil a partir de junho de 2013: novíssimos sujeitos em cena. *Revista Diálogo Educacional*, Curitiba, v. 16, n. 47, p. 125–146, jan./abr. 2016. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/view/1987>. Acesso em: 22 out. 2020.
- LERBACH, Brena Costa. Liderança e movimentos sociais: apontamentos sobre a importância da ação do líder. *Revista Simbiótica*, Vitória-ES, Ufes, n. 1, jun. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/simbiotica/article/view/4515/3519>. Acesso em: 22 out. 2020.
- NUNES, Cristina. O conceito de movimento social em debate: dos anos 60 até à atualidade. *Sociologia, Problemas e Práticas*, Lisboa, n. 75, p. 131–147, maio 2014. Disponível em: <http://journals.openedition.org/spp/1596>. Acesso em: 4 dez. 2019.
- PEREZ, Olívia Cristina.; SOUZA, Bruno Mello Souza. Velhos, novos ou novíssimos movimentos sociais? As pautas e práticas dos coletivos. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 41., Caxambu, 2017. *Anais [...]*. 2017. Disponível em: <http://anpocs.com/index.php/encontros/papers/41-encontro-anual-da-anpocs/gt-30/gt11-15/10696-velhos-novos-ou-novissimos-movimentos-sociais-as-pautas-e-praticas-dos-coletivos?path=41-encontro-anual-da-anpocs/gt-30/gt11-15>. Acesso em: 11 dez. 2020.
- SCHERER-WARREN, Ilse. Redes de movimentos sociais na América Latina: caminhos para uma política emancipatória? *Caderno CRH*, Salvador,

v. 21, n. 54, p. 505–517, set./dez. 2008. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0103-49792008000300007&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0103-49792008000300007&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 11 nov. 2020.

SEGURADO, Rosemary; BACHINI, Natascha; CHICARINO, Tathiana. Podemos: a relação entre partido e movimento e entre liderança e protagonismo. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 39., Caxambu, 2015. *Anais [...]*. 2015. Disponível em: <http://www.anpocs.com/index.php/papers-39-encontro/gt/gt04/9471-podemos-a-relacao-entre-partido-e-movimento-e-entre-lideranca-e-protagonismo/file>. Acesso em: 21 dez. 2020.

SIMÕES, José Alberto; CAMPOS, Ricardo. Juventude, movimentos sociais e redes digitais de protesto em época de crise. *Revista Comunicação, mídia e consumo*, São Paulo, v. 13, n. 38, p. 130–150, 2016. Disponível em: <http://revistacmc.espm.br/index.php/revistacmc/article/view/1159>. Acesso em: 28 out. 2020.

Tatagiba, Luciana; Galvão, Andreia. Os protestos do Brasil em tempos de crise (2011–2016). *Opinião Pública*, v. 25, n. 01, 63–96, 2019.

TORRES, Eduardo Cintra. O protagonismo midiático da multidão nos movimentos sociais. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 42, n. 3, p. 1219–1245, set./dez. 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1346/134648568020.pdf>. Acesso em: 2 out. 2020.

# O IMPACTO DAS MÍDIAS DIGITAIS COMO AGENTES DE SOCIALIZAÇÃO DOS ESTUDANTES DE ESCOLAS PÚBLICAS EM PORTO ALEGRE

9

**Resumo:** O objetivo deste artigo é compreender a relação entre o processo de socialização política dos jovens por mídias digitais e a construção de valores políticos. Fundamentado nos conceitos de cultura política, socialização política e na teoria das mídias digitais, considera-se como hipótese que jovens socializados de forma digital são menos apáticos, mais interessados e participativos na política em comparação àqueles socializados por agentes tradicionais de socialização política. Para isso, os níveis de valores políticos entre jovens socializados por agentes tradicionais são comparados àqueles socializados por agentes digitais, fazendo uso da metodologia quantitativa tipo survey, a partir de dados da pesquisa “Democracia, valores políticos e capital social: um estudo comparativo de socialização política dos jovens no Sul do Brasil”, aplicada com jovens de 15 a 24 anos de Porto Alegre, em 2015 e 2019. Com base nos dados analisados, os resultados demonstram que os jovens socializados digitalmente aparentam ser mais interessados por política, percebem sua eficácia política e conversam mais sobre o assunto com outras pessoas, especialmente com outros jovens. Em contrapartida, esse grupo é menos participativo politicamente. O impacto das mídias digitais como agentes de socialização política parece ser limitado pela reprodução intergeracional do padrão de valores pré-existentes, associados a uma democracia inercial, que atravancam a consolidação de uma democracia participativa no país.

**Palavras-chave:** socialização política; cultura política; mídias digitais.

## THE IMPACT OF DIGITAL MEDIA AS AGENTS OF SOCIALIZATION OF PUBLIC SCHOOL STUDENTS IN PORTO ALEGRE CITY

**Abstract:** The main goal of this article is to comprehend the relationship between the political socialization process of young people through digital media and the construction of political values. Based on the concepts of political culture, political socialization and digital media theory, it is considered that young people socialized digitally are less apathetic, more interested and participatory in Politics in comparison to those socialized by traditional agents of political socialization. For that, the levels of political values among young people socialized by traditional agents are compared with those of young people socialized by digital agents, using a quantitative survey-type as methodology, using the data from the research “Democracia, valores políticos e capital social: um estudo comparativo de socialização política dos jovens no Sul do Brasil”, conducted with young people from 15 to 24 years old from Porto Alegre, in 2015 and 2019. Based on the data analyzed, the results show that digitally socialized young people seem to be more interested in politics, realize its political effectiveness and talk more about that matter with other people, especially with other young people.

In contrast, this group is less politically participatory. The impact of digital media as agents of political socialization seems to be narrowed by the intergenerational reproduction of the pattern of pre-existing values, associated with an inert democracy, which hinder the consolidation of a participatory democracy in the country.

**Keywords:** political socialization; political culture; digital media.

## 1 INTRODUÇÃO

A transformação da tecnologia de comunicação ao final do século XX tornou a Internet um dos principais meios de contato entre as pessoas e de divulgação de informações, em diferentes plataformas e mídias digitais.

Na última década se contata uma ampliação do uso das mídias digitais como instrumentos utilizados para o debate e a atuação política, em episódios como na ocupação da Puerta del Sol, em Madri, em 2011, pelo movimento dos Indignados (JEREZ; MACEIRAS; MAESTU, 2015), na convocação e organização das Manifestações de Junho de 2013 (SCHERER-WARREN, 2014), na campanha e eleição de Donald Trump como presidente dos Estados Unidos (MENA ALEMÁN, 2019), no referendo para a saída do Reino Unido da União Europeia (AYRES PINTO; MORAES, 2020) e na eleição de Jair Bolsonaro. Este, já como presidente, prefere o uso de mídias digitais de forma ativa para anunciar contratações, demissões, decretos, medidas provisórias, disseminar teorias conspiratórias e promover criadores de conteúdo digital alinhados à sua visão de mundo (VISCARDI, 2020).

Nesse contexto, constata-se que as mídias digitais impactam nas esferas da vida pública, como na condução do sistema democrático, dos processos eleitorais, da participação virtual ou da organização de manifestações físicas, modificando as formas tradicionais de fazer política, em particular nas novas gerações já nativas do mundo digital.

É importante verificar qual é a influência dessa nova arena de ação política entre a juventude, uma vez que, devido ao impacto demográfico, a construção da cidadania configura uma questão fundamental no desenvolvimento e consolidação da democracia na sociedade latino-americana (BAQUERO, 2018), sendo esse caminho apenas possível de ser trilhado por uma juventude interessada e participativa, calcada em “bases sólidas de apoio a valores democráticos por meio de um processo de socialização política” (BAQUERO, 2018, p. 7).

O período da juventude configura o momento chave da socialização de valores na vida do indivíduo, em que os jovens teriam as condições de constituir interação e participação ativa na sociedade, com o potencial de confronto dos valores socializados pelos pais por outras fontes de informação, construindo experiências relevantes na definição de seus conjuntos de crenças e atitudes quando adultos (GONZÁLEZ, 2018). É nessa conformação que a socialização política de jovens é compreendida como momento de alta importância ao analisar o impacto das mídias digitais sobre a capacidade dos indivíduos de adquirir e desenvolver competências cívicas e interferir no mundo político.

Nesse cenário de influência das mídias digitais na política e nas novas gerações, o artigo objetiva compreender o impacto das mídias digitais como agente de socialização na construção de valores políticos dos jovens brasileiros. A hipótese é de que jovens socializados politicamente por mídias digitais são menos

apáticos, mais interessados e participativos na política em comparação àqueles socializados por agentes tradicionais de socialização política.

Para testar a hipótese, será utilizado o protocolo quantitativo, através da análise dos dados da pesquisa “Democracia, valores políticos e capital social: um estudo comparativo de socialização política dos jovens no Sul do Brasil”, realizada pelo Núcleo de Pesquisa sobre América Latina (NUPESAL/UFRGS) com 2.035 jovens de 15 a 24 anos em 2015 e 863 em 2019, de escolas públicas e privadas no Ensino Médio em Porto Alegre. Os dados são analisados de forma descritiva, com frequências e cruzamentos, e inferencial, com a análise do qui-quadrado. A variável independente proposta é o tipo de socialização política, e as variáveis dependentes são os valores políticos da dimensão afetiva, participação e desconfiança política.

## 2 CULTURA POLÍTICA

Até a década de 1960, estudos sobre o sistema democrático na ciência política estavam situados com predominância na visão institucionalista (BAQUERO, 2003), ou seja, com foco no desenho das instituições, nas teorias da escolha racional e no processo eleitoral (DOWNS, [1957] 2013), em que comportamentos e decisões políticas são tomados por atores políticos relevantes, e o campo político opera sob as mesmas fórmulas encontradas na economia, como livre concorrência, livre mercado, oligopólio, monopólio. Schumpeter (1961), tal como Dahl (1971) e Downs ([1957] 2013), preocuparam-se em entender a democracia como forma — por seus procedimentos burocráticos, legais, ou executivos, e não por seu conteúdo (CASTRO, 2008).

É nesse debate que se desenvolvem as conceituações seminais de Almond e Verba (1965), que primeiro introduzem o termo Cultura Política, ajustando o foco de análise para as orientações de caráter psicológico, cognitivo, afetivo e avaliativo ao fazer uso de técnicas de pesquisa e abordagens metodológicas específicas na busca do entendimento sistemático de comportamentos e orientações políticas (BURITY, 2002).

Almond e Verba (1965) classificam três tipos de orientação dos sistemas políticos identificados nas sociedades estudadas: a cognitiva, relacionada às crenças sobre o funcionamento do sistema político e a extensão da agência dos indivíduos; a afetiva, tratando sobre os sentimentos que os cidadãos apresentam em relação ao sistema político; e a avaliativa, em que os indivíduos, ao fazerem uso de sentimentos, conhecimentos e informações, orientam suas ações em relação ao sistema. A orientação subjetiva para a ação política está calcada no sistema de crenças, símbolos e valores presentes em certo grupo ou sociedade. Todo sistema político estaria “enraizado” em um conjunto de fatores sociais e culturais, não na forma que o sistema político apresenta, mas no conteúdo daqueles que o compõe.

Só é possível para uma determinada sociedade apresentar valores, comportamentos e atitudes políticas que estão englobadas na cultura política desse grupo (ELKINS; SIMEON, 1979). É incabível esperar de certa sociedade comportamentos e atitudes dependentes de condições materiais e simbólicas que esta não possui. Assim a cultura política é um traço basilar para o desenvolvimento político institucional de um país.

Inglehart (1971; 1988) percebe mudanças fundamentais nos valores<sup>1</sup> presentes em democracias consolidadas que conflitam com o paradigma apresentado na década de 1960. Nessas sociedades, as gerações socializadas no pós-guerra não depositam interesse e preocupação em necessidades materiais de forma tão imperativa quanto as gerações anteriores, dispostos a estabelecer freios no crescimento econômico em detrimento das questões pós-materiais, como ambientalismo, redução das desigualdades e melhora nos níveis de qualidade de vida. Nas sociedades em que necessidades materiais de sobrevivência<sup>2</sup> são sanadas, há o desenvolvimento de valores pós-materialistas.

Tentando superar o modelo de cultura cívica de Almond e Verba (1965), Dalton e Welzel (2014) distinguem dois modelos de cultura política democrática: o modelo de lealdade e o modelo assertivo. Enquanto a cultura política de lealdade é aquela caracterizada pela prioridade nos resultados das políticas públicas, na ordem e segurança, limitação na ênfase da expressão e participação, predominância de valores materialistas, confiança nas instituições e apoio aos princípios e práticas da democracia, a cultura política democrática assertiva é caracterizada pela prioridade nas demandas, ênfase na expressão e participação, prevalência de valores emancipatórios, reduzida confiança nas instituições e apoio aos princípios da democracia acompanhada de insatisfação cidadã.

Nesse arcabouço teórico, estaria em curso então uma substituição de valores no perfil de cidadão nas democracias consolidadas, em que tais sociedades não seriam mais compostas por cidadãos leais, mas por cidadãos críticos, percebido na substituição dos valores de sobrevivência por valores de autoexpressão, sendo que esses novos valores afetam as orientações dos indivíduos em relação à participação política (NORRIS; INGLEHART, 2019).

Nas sociedades em que a democracia como sistema sociopolítico está em processo de consolidação, a democratização pode estar inserida em um ciclo virtuoso, em que novas instituições e configurações sociais catalisam novos valores, atitudes e comportamentos (DIAMOND, 1994), ou em uma sociedade

---

<sup>1</sup> “Valores” podem ser compreendidos como o conjunto de orientações fundamentais, formadas por experiências adquiridas na infância e adolescência que tendem a ser duradouras por toda a vida do indivíduo (NORRIS; INGLEHART, 2019).

<sup>2</sup> Acesso à moradia, à educação, à saúde e à segurança.

em que os valores não democráticos persistem, impedindo a mudança no padrão cultural dominante, mesmo com a estabilidade institucional e crescimento econômico (INGLEHART, 1988; BAQUERO, 2003).

Segundo Baquero e González (2011, p. 374),

O principal desafio para o fortalecimento democrático, tendo em vista que avanços formais e procedimentais não têm sido suficientes para alcançar um ideal democrático participativo, é o de como estimular a formação de atitudes e comportamentos políticos que valorizem as práticas e os ideais democráticos em um país como o Brasil onde a cultura política está longe de ser participativa e cívica.

Para Castro (2012, p. 83), o apreço ao sistema democrático é enraizado pelos cidadãos de países em que a democracia liberal e o capitalismo são desenvolvidos de forma simbiótica pelo processo de socialização política — algo que não ocorre na América Latina, uma vez que, nesse continente, o capitalismo desenvolveu-se “sem que existisse uma base social, política, econômica ou ideológica de cunho liberal”.

O termo “democracia inercial” é tratado no âmbito latino-americano (BAQUERO, 2007; 2017) quando ocorrem avanços institucionais concomitantes à manutenção da incapacidade de atender efetivamente a demandas populares e da não erradicação de vícios de um passado autoritário. Esses fatores contaminam o processo democrático, que permanece a reproduzir desigualdades na forma de uma cultura política híbrida, em que os cidadãos, simultaneamente, consideram a democracia como melhor forma de governo enquanto apresentam altos índices de insatisfação e de desconfiança em relação às instituições essenciais para o funcionamento do sistema democrático, em que o repúdio ao autoritarismo formal acompanha ceticismo em relação à eficácia do tipo de democracia vigente.

No contexto brasileiro, a democracia inercial é resultado “da incongruência entre o modelo econômico implementado e os anseios da sociedade” (BAQUERO, 2008, p. 387), entre o funcionamento das instituições e ocorrência de eleições periódicas diante da incapacidade de ampliação de uma cultura política de participação (BAQUERO; GONZÁLEZ, 2011; BAQUERO; MORAIS, 2014). Essas dicotomias podem ser causadoras e catalisadoras do fortalecimento da antipolítica, negligência das formas tradicionais de mediação política, como os partidos políticos e, recentemente, o uso das novas tecnologias de comunicação como mecanismo virtual de mediação.

Destarte, é possível inferir que a cultura política de uma sociedade é mantida, cultivada ou modificada no processo de socialização política. Na sequência, será trabalhado o conceito de socialização política, suas consequências na cultura política e como a predominância de certos atores de socialização — bem como o surgimento de novos atores — pode influenciar na cultura política das sociedades democráticas.

### 3 SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA

Os estudos seminais do que viria a ser entendido como socialização política na Ciência Política podem ser creditados a Hyman (1959). O autor trabalha o termo como o processo que insere o indivíduo na cultura política das orientações compartilhadas, em que o conjunto de propensões e de tendências daquela comunidade são internalizadas e padronizadas. No entendimento que a cultura política delimita o campo do possível, as diferenças do processo socializador podem ser grandes de acordo com as experiências de vida pessoais, mas estariam, necessariamente, circunscritas e limitadas às orientações presentes na comunidade. Trata-se da apropriação de normas, valores, atitudes e comportamentos praticados — e aceitos — pelo sistema político e arranjo social existente, mediado por todos aqueles que cercam e estão presentes na vida cotidiana do indivíduo.

Greenstein (1968) contribui ao perceber a aprendizagem política por agentes que não são, fundamentalmente, políticos. Essa apreensão de valores políticos pode ser formal, planejada e explícita, tanto quanto informal e difusa, promovida por experiências em outros campos da vida social que resultam na aquisição de comportamentos, valores e atitudes políticas.

Para Dawson e Prewitt (1969), a socialização política é o processo que molda e transmite a cultura política de determinada nação, mantendo-a coesa, transmitindo-a de geração em geração, mas que também apresenta o potencial de transformar a cultura política — ou parte dela — em momentos específicos, como o surgimento de novas comunidades políticas — ou, talvez, novos agentes socializadores.

Nessa perspectiva, torna-se central na discussão sobre cultura política e democracia entender como os jovens internalizam normas e valores políticos e como esses elementos ajudam-nos na construção de uma imagem do mundo político e das expectativas que são geradas em relação ao futuro. Conceitos associados à decodificação do mundo político se referem ao grau de informação, nível de engajamento, grau de interesse e eficácia política. Conforme Sangirardi (2013), a erosão de fronteiras entre gêneros informativos e de entretenimento permeou a política com novos enquadramentos, apresentando-a de maneira mais informal que o formato tradicional do jornalismo, alcançando o público principalmente formado pelos mais jovens.

Todo processo de socialização envolve transmissão de cultura (MUSITU, 2000). Para o desenvolvimento e consolidação da Cultura Política em uma sociedade, é preciso haver um processo de interiorização de valores pelas novas gerações — uma socialização política, promovida em um primeiro momento na infância pelo meio familiar (HYMAN, 1959; EASTON; DENNIS, 1969) e na juventude por outros agentes socializadores (JENNINGS; NIEMI, 1974). É por meio da socialização política que os jovens internalizam normas, valores e princípios que moldam seu comportamento em relação à política. Por meio da interação do

indivíduo com o seu ambiente, seja de maneira indireta ou direta, desenvolvem-se determinados padrões de orientação e participação política (BAQUERO; MORAIS, 2014) e promovem-se condições culturais propícias à manutenção do sistema político-social vigente (BAQUERO; GONZÁLEZ, 2011).

A mídia, como o conjunto de veículos de imprensa e comunicação em massa, fora entendida no início dos estudos de socialização política como um agente secundário, ferramenta de transmissão de conhecimentos, valores e atitudes que corrobora com aquelas ensinadas por pais, pela família, na escola, ou pessoas do convívio do indivíduo. Com o avanço das pesquisas na área, a exposição de crianças e adolescentes à televisão, aos canais de notícia e ao rádio é interpretada como agente de alto grau de influência na absorção e entendimento do sistema político vigente, atitudes sobre partidos políticos, o sistema eleitoral (CONWAY *et al.*, 1981), enquanto a leitura de jornais tem efeito maior na participação e no conhecimento político de adolescentes (CHAFFEE; WARD; TIPTON, 1970), com efeitos nas atitudes e participação política às vezes superiores aos efeitos do sistema de educação (CONWAY *et al.*, 1981).

A mídia passa a ser vista então como agente ativo de socialização política de primeira importância, provendo uma intermediação aos conteúdos fundamentais para o desenvolvimento de valores políticos de adolescentes e jovens, na leitura do meio social em que estão inseridos e no reforço — ou contradição — de sua socialização primária (ADONI, 1979).

Os estudos que interpretam o termo “socialização política” como o processo de transmissão, constituição e enraizamento de comportamentos, valores e atitudes existentes na sociedade aos novos indivíduos centravam o foco da análise de socialização no núcleo familiar e na escola (HESS; TORNEY, 1967). No final da década de 1970 e por toda a de 1980, os meios de comunicação passam a ser notados como agentes socializadores políticos de jovens (CONWAY *et al.*, 1981; CHAFFEE *et al.*, 1970; ADONI, 1979; EDELMAN, 1988). Os meios de comunicação com agência no processo socializador seriam a televisão, o rádio e os serviços de broadcast em geral, as revistas, jornais ou mídia impressa. Na metade da década de 1990, um possível novo agente se desenvolve nesse campo: as mídias digitais (BAQUERO; BAQUERO; MORAIS, 2016).

No Brasil, os agentes de socialização política de maior relevância são a família, escola e mídia (SCHMIDT, 2001). Na última década, estudos exploram o papel das novas tecnologias de informação e das redes sociais como agentes de socialização política (MORAIS, 2017; MORAIS; BAQUERO, 2018; GONZÁLEZ, 2018). A seguir, discute-se como foram construídas e de que forma essas mídias interferem no processo de socialização política dos jovens.

#### 4 MÍDIAS DIGITAIS

“Mídias digitais” é um termo utilizado para criar uma separação conceitual das mídias analógicas, formas de comunicação em massa existentes até a década de 1980, das chamadas “novas mídias” (CHANDLER; MUNDAY, 2011). Segundo Martino (2014),

As mídias analógicas, em linhas gerais, tinham uma base material: em um disco de vinil, o som era gravado em pequenos sucos sobre uma superfície de vinil e, quando uma agulha passava sobre esses sucos, o som era reproduzido. Da mesma maneira, na fotografia e no cinema, uma película fixava, a partir de reações químicas, a luz que chegava através da lente de uma câmera. No caso do rádio e da televisão, ondas produzidas a partir de meios físicos eram lançadas no ar e captadas por antenas. Nas mídias digitais, esse suporte físico praticamente desaparece, e os dados são convertidos em sequências numéricas ou de dígitos — de onde *digital* — interpretados por um processador capaz de realizar cálculos de extrema complexidade em frações de segundo, o computador. (MARTINO, 2014, p. 10–11)

Para Innis (1951), o processo de transformação cultural, assim como a compreensão do tempo-espaço, estão implícitos nas formas da tecnologia dos meios de comunicação usados para interações entre indivíduos e instituições de determinada sociedade. Entender o meio de comunicação dominante e suas transformações faz parte de entender as transformações da vida social.

O surgimento das mídias digitais no campo de informação e interação vem sendo analisado por diversos autores de forma entusiasta, mas também cautelosa. Chadwick (2011) verifica que ocorre uma transição do “ciclo de notícias”, próprio dos meios tradicionais e seus protocolos de padrões, redação e publicação, para o “ciclo de informação política”, um conglomerado de tensões e mudanças nas relações de poder entre os autores, inseridas no mesmo campo de criação e difusão de informação. Há uma vantagem nessa configuração, a retirada do monopólio da narrativa das grandes empresas de mídia, porém as contribuições em tempo real das contestações de notícias podem criar uma “câmara de eco” (SUNSTEIN, 2001) em que os usuários expõem e consomem somente notícias e informações que reforçam suas crenças políticas, uma vez que o aumento de oferta pode aumentar a exposição seletiva e a ideologização, causando o aumento da polarização política.

O grau de abrangência e alto nível de acesso ao ciberespaço (LÉVY, 1999; 2003) e às mídias digitais também permitem, de forma inédita, que subculturas — como os jovens — em todo o globo possam compartilhar de um mesmo “universo de referências” (NOVAES; VITAL, 2005), com a exposição aos mesmos valores e símbolos, de forma mais econômica, prática e eficaz de acesso e subsequente impacto na comunicação e na socialização de jovens.

Para Castells (2007), a exponencial importância que a internet adquire no início do novo milênio e sua inserção na universalidade da construção do cotidiano revolucionam a informação e reestruturam o capitalismo no que seria a base da configuração da “sociedade em rede”. Com uma matriz baseada na alta flexibilidade e dinamismo, trata-se de um arranjo social altamente compatível ao capitalismo contemporâneo, no que o autor denomina “capitalismo informacional”. A informação, como qualquer outra mercadoria, está sujeita ao processo de produção, troca, organização e consumo. Seu valor de mercado no capitalismo informacional é alto, uma vez que dados e informações são primordiais para a tomada de decisões com potencial de afetar milhões de pessoas em todo o globo.

No ciberespaço, todos os atores conversam na mesma língua: a linguagem universal das mídias digitais (CASTELLS, 2010). Dados de relativa importância, como notícias urgentes, estão lado a lado com teorias da conspiração e comentários de leigos. Há uma “troca de códigos” entre as produções desse meio, em que “programas interativos parecem videogames; noticiários são construídos como espetáculos audiovisuais” (CASTELLS, 2010, p. 394). Emissores e receptores compartilham o mesmo ambiente simbólico, interagindo nas redes de significados presentes em seu interior. Todos os emissores são potencialmente receptores e os receptores podem agir como emissores. Como as divisões entre emissores e receptores são erodidas, cada indivíduo tende a negociar os significados das informações que recebe pensando também nas que transmite. Esses indivíduos, os “emissores-receptores”, formam redes de comunicação nas quais as mensagens são discutidas, ressignificadas e reelaboradas. Na sociedade em rede, a “recepção” é uma produção-recepção em rede (MARTINO, 2014).

Apesar da erosão da linha entre público espectador e produtores, isso não deságua em uma “democracia informacional”, em que os grandes conglomerados de mídias estariam em plena concorrência com pequenos produtores locais de conteúdo, ou até de indivíduos com domínio básico de criação e edição. A indústria cultural, já dotada dos meios de produção, não enfrenta problemas ao transferir seu capital nas mídias digitais, quando não buscando adaptá-las à sua própria lógica de mercado.

As mídias digitais, portanto, apresentam a capacidade de contornar os limites de país, professores e outras autoridades ao acesso direto à informação, promove comunicação com ilimitado número de cidadãos e cria um canal de comunicação direta com as elites políticas, podendo resultar em impactos profundos nas estruturas da socialização política (CHADWICK, 2006; DENTON; KUYPERS, 2007). Para Muñoz (2010), as mídias digitais podem desenvolver significativamente pelo menos três segmentos essenciais do sistema democrático: a obtenção de informação, a deliberação e a ação política.

Devido à integração de computadores e celulares à vida cotidiana, as mídias digitais podem ter adquirido um papel de socialização política na juventude.

Dadas às características do ciberespaço e da produção e circulação de conteúdo, é possível indagar se os jovens socializados politicamente por agentes digitais desenvolvem valores políticos mais ou menos democráticos, maiores ou menores níveis de desconfiança, interesse ou apatia por política. Para isso, faz-se necessária a análise de dados.

## 5 ANÁLISE DE DADOS

Como descrito no capítulo introdutório, o objetivo central deste artigo é compreender o impacto das mídias digitais no processo de socialização política em relação à construção de valores políticos pelos jovens porto-alegrenses. Para isso, são utilizados dados da pesquisa “Democracia, mídias e capital social: um estudo comparativo de socialização política dos jovens no Sul do Brasil”, coordenada por Marcello Baquero e Rodrigo Stumpf González, aplicada em 2015 e 2019, com jovens de 13 a 24 anos, estudantes do 1º ao 3º ano do ensino médio de escolas públicas e privadas em cidades da região Sul.

Para essa pesquisa, serão analisados os dados referentes ao município de Porto Alegre (RS), por serem os únicos coletados nos dois períodos, permitindo identificar o impacto das mídias digitais no processo de socialização política em relação à construção de valores em dois momentos recentes em que as mídias digitais já estão em processo de integração nessa parcela da população, em 2015 e 2019.

Entre a juventude porto-alegrense, este trabalho propõe-se a analisar os jovens estudantes da rede pública de ensino. Autores que trabalham a questão da socialização política e a escola (DAYRELL, 2007; FUKS, 2011; 2012; ZORZI, 2016; BERNARDI, 2017; BICCA, 2017; MORAIS, 2017; VASCONCELOS, 2019) apontam que a socialização política é afetada pela desigualdade de recursos entre aquelas instituições públicas e privadas, resultando em taxas superiores de competência cívica (HOSKINS *et al.*, 2008) e atitudes assertivas (DALTON; WELZEL, 2014) dos estudantes do sistema privado. As escolas públicas e privadas apresentam condições desiguais ao desenvolvimento das habilidades políticas, sendo, em geral, as escolas do sistema privado “mais bem-servidas por recursos que, além de permitirem acesso à informação política, estimulam o interesse dos jovens por política” (FUKS, 2011, p. 161).

A partir do entendimento de que há diferenças entre a escolarização pública ou privada e de que cerca de 87% (PNAD, IBGE, 2018) dos jovens frequentam instituições públicas de ensino, neste trabalho o esforço será direcionado a compreender o impacto dos agentes digitais de socialização política em jovens estudantes de escolas públicas do município de Porto Alegre. Feitos esses recortes, as subamostras correspondentes aos jovens porto-alegrenses estudantes da rede pública de Porto Alegre/RS com idades entre 13 e 24 anos são 378 em 2015 e 640 jovens em 2019.

Nessa compreensão, será descrita a dinâmica entre a socialização tradicional e a digital nos valores políticos da dimensão afetiva (ALMOND; VERBA, 1965), participação política e desconfiança.

### 5.1 Tipo de socialização política

Para fins de operacionalização, o processo de socialização política juvenil foi categorizado em dois grupos<sup>3</sup>: o primeiro, composto por agentes e formas tradicionais de socialização política, como a família, escola e igreja, e de meios de comunicação associados à mídia tradicional, como televisão, jornais e rádio. A esse grupo se convencionou aqui denominar “Socialização Tradicional”. O segundo grupo, portanto, é composto pelas formas ascendentes de socialização, que, mesmo ao tratar de meios de comunicação cuja existência não é exatamente recente, tem como novidade seu uso na socialização política de jovens (MORAIS, 2017). Trata-se, portanto, da internet e das redes sociais como agentes mais importantes, que aqui se convencionou denominar “Socialização Digital”. Essas duas categorias contrapõem-se entre si na forma e no conteúdo da socialização propiciada dentro das possibilidades físicas, institucionais, legais, morais e culturais que circunscrevem cada realidade dos agentes.

Dessa forma, na Tabela 1, a seguir, a Socialização Tradicional e a Socialização Digital são assim representadas, em 2015 e 2019:

TABELA 1 Tipo de socialização política (%)

	2015	2019
Socialização Tradicional	61	73
Socialização Digital	16	24
NS/NR	23	3
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

Fonte: Nuposal (2015; 2019)

N 2015 = 378; N 2019 = 628.

Delimitados os grupos por tipo de socialização política, pretende-se agora compreender os impactos da diferença entre os agentes de socialização e a dimensão

<sup>3</sup> Questão no survey: na hora de formar uma opinião sobre assuntos políticos, qual das instituições abaixo você considera mais importante?

afetiva, participação política, confiança interpessoal, institucional e o uso político das redes sociais dos jovens.

## 5.2 Dimensão afetiva

Uma variável de elevado valor descritivo para compreender a percepção dos jovens em relação à política e seu poder efetivo de ação é o grau de interesse por política. O interesse por política faz parte da eficácia política, que Easton e Dennis (1967, p. 28) definem como

sentimento que a ação política individual tem, ou pode ter, um impacto sobre o processo político, ou seja, que vale a pena exercer seus deveres de cidadão. É o sentimento que mudanças sociais e políticas são possíveis, e que o cidadão individual pode exercer uma parte em fazer essa mudança acontecer.

Tanto em 2015 quanto em 2019, os jovens socializados por agentes digitais dizem ter mais interesse por política do que aqueles socializados de maneira tradicional, como verificado na proeminência da categoria “muito interesse”. Jovens socializados por mídias digitais indicam ser mais interessados por política.

TABELA 2 Interesse por política (%)

	2015		2019	
	Socialização Tradicional	Socialização Digital	Socialização Tradicional	Socialização Digital
Muito	16	35	15	26
Pouco	58	52	57	57
Nenhum	26	13	28	17
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

Fonte: Nupesal (2015; 2019)

N 2015 = 284 /  $q = 0,001$ ; N 2019 = 593 /  $q = 0,000$

Identificada a influência da socialização política no nível de interesse por política, interessa analisar se os indicadores de apatia reproduzem esse padrão, mostrando-se menores nos jovens socializados por agentes digitais. Apatia política também tem relação com a eficácia política, ou a autopercepção do indivíduo como agente de ação nas decisões políticas (BAQUERO, 2003; 2008) e

ao “empoderamento”, uma vez que “atualmente está claro que as pessoas que não têm poder (empowerment) submetem-se facilmente a discursos populistas ou simplesmente caem em uma passividade permanente” (BAQUERO, 2003, p. 87).

TABELA 3 Apatia política (%)\*

	2015		2019	
	Socia- lização Tradicional	Socia- lização Digital	Socia- lização Tradicional	Socia- lização Digital
Não gosto de discussões ou assuntos políticos, porque ninguém se entende e prefiro não me incomodar <sup>1</sup>	59	42	75	61
Não adianta participar da política, pois nunca muda nada <sup>2</sup>	59	44	63	47
Todos os políticos são corruptos <sup>3</sup>	81	61	84	78
Assuntos políticos são muito complicados pra mim, por isso não me interessam <sup>4</sup>	41	23	53	35

Fonte: Nuposal (2015; 2019)

\* Soma das alternativas concorda e concorda em parte.

N 2015= 291; N 2019= 606.

$q^1_{2015} = 0,013$ ;  $q^1_{2019} = 0,002$ ;  $q^2_{2015} \Rightarrow 0,05$ ;  $q^2_{2019} = 0,002$ ;

$q^3_{2015} = 0,002$ ;  $q^3_{2019} \Rightarrow 0,05$ ;  $q^4_{2015} = 0,013$ ;  $q^4_{2019} = 0,000$ .

Percebe-se que há a influência do agente socializador na proporção de concordância com questões de afastamento ou negação à política. Entre os jovens socializados digitalmente, a taxa de concordância com a afirmação “não gosto de discussões ou assuntos políticos, porque ninguém se entende e prefiro não me incomodar” é cerca de 15% menor do que a verificada entre os socializados tradicionalmente. O mesmo é verificado em “não adianta participar da política, pois nunca muda nada” e “assuntos políticos são muito complicados pra mim, por isso não me interessam”.

As maiores taxas de apatia política, reproduzidas por ambos os grupos, estão naquelas variáveis voltadas aos atores políticos, como em “todos os políticos são corruptos” e “os políticos prometem, depois não cumprem” — essa última com concordância na casa de 98% entre os jovens socializados de forma tradicional. Os jovens em geral apresentam descrédito com os atores políticos, mas os socializados digitalmente apresentam menores taxas de valores que poderiam indicar uma falta de participação cidadã e empoderamento.

Até aqui, os jovens socializados politicamente por agentes digitais parecem ser mais interessados e menos apáticos politicamente. Convém, então, analisar com quem esses jovens estão dispostos a conversar sobre assuntos políticos.

TABELA 4 Conversa sobre política com outras pessoas (%)\*

	2015		2019	
	Socia- lização Tradi- cional	Socia- lização Digital	Socia- lização Tradi- cional	Socia- lização Digital
Amigos <sup>1</sup>	44	67	49	67
Colegas de escola <sup>2</sup>	38	66	44	58

Fonte: Nuposal (2015; 2019)

\* Soma das alternativas conversa e conversa pouco.

N 2015= 291; N 2019= 593.

$q^1_{2015} = 0,003$ ;  $q^1_{2019} = 0,000$ ;  $q^2_{2015} \Rightarrow 0,05$ ;  $q^2_{2019} \Rightarrow 0,05$ .

Há variações significativas e positivas com a frequência de conversa sobre política com outros jovens no grupo em que os agentes socializadores são digitais. Esse dado é evidente na indicação de conversa com contatos de redes sociais e colegas de escola. Assim sendo, além daqueles inseridos na socialização digital conversarem mais sobre política em geral, essa conversa se dá com pessoas da

mesma faixa etária com mais frequência do que o verificado nos jovens socializados de forma tradicional, indicando a ocorrência de uma “autossocialização” entre os jovens (MORAIS, 2017).

Uma forma de verificar essa autossocialização é identificando com quem os jovens dos dois grupos conversam sobre as postagens políticas que se deparam nas redes sociais.

TABELA 5 Conversa sobre as postagens de política que vê nas redes sociais com: (%)\*<sup>4</sup>

	2015		2019	
	Socia- lização Tradi- cional	Socia- lização Digital	Socia- lização Tradi- cional	Socia- lização Digital
Amigos <sup>1</sup>	56	81	67	78
Colegas de escola <sup>2</sup>	49	61	54	65

Fonte: Nupesal (2015; 2019)

\* Soma das alternativas sempre e às vezes.

N 2015= 291; N 2019= 596.

$q^1_{2015} = 0,002$ ;  $q^1_{2019} = 0,022$ ;  $q^2_{2015} = 0,05$ ;  $q^2_{2019} = 0,042$ ;

Assim como na Tabela 4, a Tabela 5 demonstra que os jovens socializados por agentes digitais conversam mais sobre postagens políticas que consomem na internet do que aqueles socializados tradicionalmente, assim como conversa mais com pessoas da sua idade, como amigos e colegas de escola.

Quanto à parte da dimensão afetiva, que verifica os apoios diretos e difusos ao sistema democrático, quando perguntados se em algumas circunstâncias um governo autoritário é melhor do que um governo democrático, dois terços dos jovens socializados digitalmente discordaram, enquanto esse valor foi 22% menor entre a socialização tradicional. Além de concordar mais com a identificação do sistema democrático como melhor forma de governo, a socialização digital demonstra maior resistência às alternativas não democráticas.

Lopes (2004) aponta que a crença na “democracia como o melhor tipo de regime” é vista como essencial para a manutenção e estabilidade do sistema democrático. O conflito e o desacordo são partes do sistema político, mas faz-se necessária a manutenção de um nível de respeito pelo regime que, se

<sup>4</sup> Questão do survey: Você conversa com alguém sobre as postagens de política que vê nas redes sociais?

TABELA 6 Valores democráticos ou autoritários (%)

	SOCIALIZAÇÃO TRADICIONAL		SOCIALIZAÇÃO DIGITAL	
	Democracia é melhor do que qualquer forma de governo <sup>1</sup>	Em algumas circunstâncias, um governo autoritário é melhor do que um governo democrático <sup>2</sup>	Democracia é melhor do que qualquer forma de governo <sup>1</sup>	Em algumas circunstâncias, um governo autoritário é melhor do que um governo democrático <sup>2</sup>
Concordo	40	8	50	8
Concordo em parte	44	43	37	24
Discordo	11	44	11	66
NS/NR	5	5	2	2
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

Fonte: Nuposal (2019)

N Socialização Tradicional = 458; N Socialização Digital = 148.

$q^1 = 0,05$ ;  $q^2 = 0,000$ .

reduzido, pode “ameaçar sua estabilidade e diminuir a aceitação voluntária dos cidadãos para com a política governamental, enquanto o impacto do apoio às autoridades está confinado ao domínio da atividade eleitoral convencional” (LOPES, 2004, p. 163).

Identificadas as relações entre agente de socialização política e valores relacionados à dimensão afetiva, a próxima seção pretende apontar o nível de participação social e política dos jovens.

### 5.3 Participação

A popularização das mídias digitais e a inserção do campo político no ciberespaço causaram mudanças no custo da participação política, além de incrementarem o espectro de atividades políticas (ANDUIZA; CANTIJOCH; GALLEGO, 2009). A questão plausível de ser feita é se essas mudanças produzem um efeito positivo, negativo ou híbrido na participação política dos jovens — se contribui para a construção de uma sociedade mais participativa

(NEGROPONTE, 1996), mais atomizada e individualizada (NOVECK, 2000; DAVIS, 1999) ou se não tem força para impactar nos níveis de participação (SCHEUFELE; NISBET, 2002). Também é possível questionar se os jovens socializados por agentes digitais participam mais ou menos de atividades, partidos e eleições do que aqueles socializados de forma tradicional, ou, por outro lado, se a participação fora das mídias digitais permanece inalterada entre os dois grupos.

De acordo com Borba (2012), até a década de 1960 o conceito de participação política estava vinculado às atividades eleitorais, exercício episódico em que cidadãos privados procuram influenciar a seleção de governantes e de suas ações (VERBA; NIE; KIM, 1978) e influenciar na tomada de decisão do governo (HUNTINGTON; NELSON, 1976). Esse enfoque tem apenas o governo como o destinatário do ato político e o jogo eleitoral como a forma mais eficaz de participação.

Para Milbrath (1977), a participação política ocorre em um caminho unidirecional de complexificação, iniciando em votar e participar de discussões políticas, passando por dedicar-se a uma campanha e filiar-se a um partido, até candidatar-se e ocupar um cargo público. Pizzorno (1966) é o primeiro a apontar a participação política em duas esferas, a “ação inserida no sistema estatal” e a “ação extraestatal”. Verba, Nie e Kim (1978) já propõem quatro modalidades de participação, sendo elas as atividades de campanha, voto, atividade comunitária, contato social e o contato profissionalizado. A participação não convencional e não endereçada ao governo, como modalidades de participação, são inseridas com o “voluntarismo cívico” (VERBA; SCHLOZMAN; BRADY, 1995), em que a participação política é “mediada pela relação entre custos e recursos, sendo a participação resultante das motivações e das capacidades dos indivíduos para participar, as quais são mediadas pelas ‘redes de recrutamento’” (BORBA, 2012, p. 272).

A capacidade de encarar os custos da participação é, portanto, fator determinante na decisão de participar politicamente ou não, sendo que se os recursos são alcançados com menos custos, maior é a possibilidade de participação. A novidade no cenário de custos e recursos são as mídias digitais, que como recurso amplamente difundido, pode diminuir os custos e aumentar a participação política especialmente naqueles grupos que mais a utilizam, como as novas gerações.

A participação em meios políticos, como partidos, é muito baixa entre os jovens em geral, assim como a participação em associações comunitárias. A forma de participação social mais usual entre os jovens socializados por agentes digitais é aquela que ocorre no âmbito local, enquanto a congregação religiosa é a mais frequente entre os socializados de forma tradicional. A socialização política por meio de agentes digitais não parece resultar em maior participação social, mas indica uma maior ação nas formas não tradicionais de participação política, como as manifestações sociais e participação em abaixo-assinados digitais.

TABELA 7 Você costuma participar ou já participou de: (%)

Variável	2015		2019	
	Socia- lização Tradicional	Socia- lização Digital	Socia- lização Tradicional	Socia- lização Digital
Partidos políticos	4	2	5	3
ONGs	14	24	17	20
Movimentos sociais	30	42	33	39
Atividades religiosas	35	37	52	32
Manifestações	39	57	38	48
Abaixo-assinados	43	52	53	64

Fonte: Nuposal (2015; 2019)

N 2015= 378; N 2019= 625.

$q^1_{2015} => 0,05$ ;  $q^1_{2019} => 0,05$ ;  $q^2_{2015} => 0,093$ ;  $q^2_{2019} => 0,05$ ;  
 $q^3_{2015} = 0,079$ ;  $q^3_{2019} => 0,05$ ;  $q^4_{2015} => 0,05$ ;  $q^4_{2019} = 0,000$ ,  
 $q^5_{2015} = 0,015$ ;  $q^5_{2019} = 0,03$ ;  $q^6_{2015} => 0,05$ ;  $q^6_{2019} = 0,021$ .

#### 5.4 Desconfiança

A atribuição da variável de confiança interpessoal e institucional como importante no enraizamento de valores democráticos e fortalecimento desse sistema é trabalhada por Inglehart (1988), para quem a estabilidade democrática tem relação direta com a confiança interpessoal, e Putnam (1996), para quem o capital social e a confiança interpessoal são bases para o sucesso democrático. Norris e Inglehart (2019) ainda versam que o aumento ou manutenção da confiança interpessoal, acompanhada da redução da confiança institucional, pode ser um indicador de aumento de exigências dos cidadãos com o sistema democrático, enquanto Moisés (2011) aponta que, no caso latino-americano, antes de representar um aumento de exigências, essa desconfiança poderia acarretar o fomento de um sentimento de antipolítica, apatia e descontentamento geral com o sistema democrático.

TABELA 8 Desconfiança institucional: (%)

Instituição	2015		2019	
	Socia- lização Tradi- cional	Socia- lização Digital	Socia- lização Tradi- cional	Socia- lização Digital
Partidos <sup>1</sup>	74	68	72	73
Presidentes <sup>2</sup>	64	62	69	68
Governo Federal <sup>3</sup>	63	62	68	68
Judiciário <sup>4</sup>	32	38	37	42
Polícia <sup>5</sup>	33	30	28	31
Forças Armadas <sup>6</sup>	24	28	24	34
Igrejas <sup>7</sup>	41	60	39	66

Fonte: Nupesal (2015; 2019)

N 2015= 378; N 2019= 625.

$q^1_{2015} \Rightarrow 0,05$ ;  $q^1_{2019} \Rightarrow 0,05$ ;  $q^2_{2015} \Rightarrow 0,05$ ;  $q^2_{2019} \Rightarrow 0,05$ ;

$q^3_{2015} \Rightarrow 0,05$ ;  $q^3_{2019} \Rightarrow 0,05$ ;  $q^4_{2015} \Rightarrow 0,05$ ;  $q^4_{2019} \Rightarrow 0,05$ ;

$q^5_{2015} \Rightarrow 0,05$ ;  $q^5_{2019} \Rightarrow 0,05$ ;  $q^6_{2015} \Rightarrow 0,05$ ;  $q^6_{2019} = 0,016$ ;

$q^7_{2015} = 0,01$ ;  $q^7_{2019} = 0,000$ .

Há diferença de valores entre os jovens socializados de forma tradicional ou digital. Os jovens socializados por agentes tradicionais apresentam menores níveis de desconfiança nas instituições religiosas e nas Forças Armadas — que pode ser um indício da herança do autoritarismo da cultura política brasileira (SCHMIDT, 2000) — do que aqueles socializados por agentes digitais. Assim como verificado na participação, os níveis de desconfiança interpessoal e institucional são elevados e não apresentam grandes variações entre os jovens socializados por mídias digitais, indicando que esse indicador parece estar relacionado com a transmissão intergeracional de valores (MOISES, 2008; 2010; BAQUERO, 2013) e não com a integração das mídias digitais à juventude.

## 6 CONCLUSÃO

A cultura política de uma sociedade é mantida, cultivada ou modificada no processo de socialização política, compreendido como “o processo de formação

de atitudes políticas nos indivíduos ou, sob o enfoque geracional, o processo de interiorização da cultura política existente em um meio social por parte das novas gerações” (SCHMIDT, 2000, p. 56). Esse processo é mediado por agentes de socialização, nomeadamente a família, a escola, a instituição religiosa e os meios de comunicação. Recentemente, a internet e as mídias digitais passam a ser consideradas como um desses agentes de socialização política (BAQUERO; BAQUERO; MORAIS, 2016). Ponderando a dinâmica do ciberespaço, a integração digital e o tipo de cultura desenvolvida em seu meio, é possível indagar se os jovens socializados politicamente por agentes digitais desenvolvem valores políticos mais ou menos democráticos, maiores ou menores níveis de desconfiança, interesse ou apatia por política.

Os resultados indicam a reprodução intergeracional de uma cultura política híbrida de apoio à democracia acompanhada de baixos níveis de interesse, participação política e social, confiança interpessoal e institucional. A manutenção dos valores predominantes está acompanhada de importantes variações de acordo com o tipo de socialização política desses indivíduos.

No que se refere à dimensão afetiva, o descrédito em relação aos atores políticos é geral na juventude, mas em menor valor entre os jovens socializados por mídias digitais, que apontam maiores níveis de interesse por política, concordância com a identificação do sistema democrático como melhor forma de governo e maior resistência às alternativas não democráticas. Esse grupo parece ser mais interessado e menos apático politicamente, mais disposto a conversar sobre política e sobre as postagens políticas que encontra nas redes sociais — em especial com pessoas da sua idade, como amigos e colegas de escola, reforçando a presença de um processo de autossocialização entre a juventude que utiliza as mídias digitais (MORAIS, 2017).

A discussão apresentada sobre participação política é que a popularização das mídias digitais e a inserção do campo político no ciberespaço podem ter reduzido o custo da participação, com potencial de resultar em um efeito positivo, negativo ou híbrido dessa dimensão nos jovens, entretanto a socialização por meio de agentes digitais não parece resultar em maior participação política ou social. O que acontece é uma menor participação nos moldes formais, o que pode implicar a constituição de uma cultura política não participativa (BAQUERO, 2013; MOISÉS, 2010), mesmo que se perceba uma tendência de maior engajamento nas formas não convencionais de participação.

A baixa participação pode ser reflexo do alto índice de desconfiança interpessoal e institucional. Assim como verificado na participação, jovens socializados por mídias digitais não apresentam decréscimo nos níveis de desconfiança. Essa constatação reforça a concepção de que esse fator está mais relacionado com o processo de transmissão de valores intergeracionais (EASTON, 1965; MOISÉS, 2010; BAQUERO, 2013) do que com a integração das mídias digitais. A juventude brasileira, assim como as outras gerações da sociedade, apresenta uma “cultura política cética e com predisposições enraizadas de hostilidade

entre as principais instituições formais e os cidadãos, resultado do ambiente de desconfiança generalizada” (BAQUERO, 2013, p. 119).

Dessa maneira, a hipótese apresentada na introdução de que jovens socializados politicamente por mídias digitais são menos apáticos, mais interessados e participativos na política em comparação com aqueles socializados por agentes tradicionais de socialização política é parcialmente confirmada. Comparados ao grupo de jovens socializados tradicionalmente, aqueles socializados por mídias digitais aparentam ser mais interessados por política, sem percebê-la como algo difícil ou complicado. Percebem a eficácia política desses meios, ou seja, a potencial influência de suas ações no sistema político e conversam mais sobre o assunto com outras pessoas — majoritariamente outros jovens. Em contrapartida, esse grupo é menos participativo e mais desconfiado, tanto interpessoal como institucionalmente.

Assim essa pesquisa concorda que “criar expectativas muito otimistas sobre a internet não garante uma real alteração na cultura política brasileira, pois o mais importante não é o que a internet faz com os cidadãos, mas sim o que os cidadãos fazem com a internet” (MORAIS, 2017, p. 230). Isso posto, conclui-se que o impacto das mídias digitais como agentes de socialização política é limitado pela reprodução intergeracional do padrão de valores pré-existentes, associados a uma democracia inercial, que atravanca a consolidação de uma democracia participativa no país, como já afirmava Baquero (2013).

## REFERÊNCIAS

- ADONI, Hanna. The functions of mass media in the political socialization of adolescents. *Communication research*, v. 6, n. 1, p. 84–106, jan. 1979.
- ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney. *The Civic Culture: Political attitudes and democracy in five nations*. Boston: Little, Brown, 1965.
- ANDUIZA, Eva; CANTIJOCH, Marta; GALLEGO, Aina. Political participation and the Internet: A field essay. *Information, Communication & Society*, v. 12, n. 6, p. 860–878, set. 2009. Disponível em: <https://www.dhi.ac.uk/san/waysofbeing/data/citizenship-robson-anduiza-2009.pdf>. Acesso em: 28 out. 2020.
- AYRES PINTO, Danielle Jacon; MORAES, Isabela. As mídias digitais como ferramentas de manipulação de processos eleitorais democráticos: uma análise do caso Brexit. *Revista de Estudios Sociales* [online], n.74, p.71–82, out. 2020. Disponível em: <https://journals.openedition.org/revestudsoc/48686>. Acesso em: 30 nov. 2020.

- BAQUERO, Marcello. Construindo uma outra sociedade: o capital social na estruturação de uma cultura política participativa no Brasil. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 21, p. 83–108, nov. 2003.
- BAQUERO, Marcello. *Democracia e desigualdades na América Latina: novas perspectivas*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2007.
- BAQUERO, Marcello. Democracia formal, cultura política informal e capital social no Brasil. *Opinião Pública*, v. 14, n. 2, p. 380–413, nov. 2008.
- BAQUERO, Marcello. *Qual democracia para a América Latina?*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013.
- BAQUERO, Marcello *et al.* Internet, political socialization, and youth's political culture in the south of Brazil. *Open Access Library Journal*, v. 4, n. 11, p. 1–22, nov. 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/ES0101-73302016166022>>. Acesso em: 05 set. 2020.
- BAQUERO, Marcello. Apresentação. In: Marcello Baquero. (org.). *A juventude e os desafios da construção democrática no Brasil*. 1. ed. Porto Alegre: Escritos, 2018, p. 7–14.
- BAQUERO, Marcello; BAQUERO, Rute Vivian Angelo; MORAIS, Jennifer Azambuja de. Socialização política e internet na construção de uma cultura política juvenil no sul do Brasil. *Educação & Sociedade*, v. 37, n. 137, p. 989–1008, out./dez. 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/ES0101-73302016166022>>. Acesso em: 17 set. 2020.
- BAQUERO, Marcello; GONZÁLEZ, Rodrigo Stumpf. Eleições, estabilidade democrática e socialização política no Brasil: análise longitudinal da persistência de valores nas eleições presidenciais de 2002 a 2010. *Opinião pública*, v. 17, n. 2, p. 369–399, nov. 2011. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-62762011000200004>>. Acesso em: 22 set. 2020.
- BAQUERO, Marcello; MORAIS, Jennifer. Padrões de comportamento político juvenil com novas tecnologias de mídia: o papel da TV e da internet na construção da cultura política no Brasil. *Tempo da Ciência*, v. 21, n. 42, p. 69–84, jul./dez. 2014.
- BERNARDI, Ana Julia Bonzanini. *Competência cívica em uma democracia desigual: analisando o impacto dos investimentos educacionais na cultura política juvenil porto-alegrense entre 2002 e 2015*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, 2017.

- BICCA, Renato Dutra. *Socialização juvenil, cultura e sub-representação política feminina no Brasil*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, 2017.
- BORBA, Julian. Participação política: uma revisão dos modelos de classificação. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 27, n. 2, p. 263–288, mai.-ago. 2012.
- BURITY, Joanildo A. Cultura e cultura política: sobre retornos e retrocessos. *Revista de Ciências Sociais*, v. 33 n. 1, p. 7–31, 2002.
- CASTELLS, Manuel. *A Sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 2007.
- CASTELLS, Manuel. *Communication Power*. Cambridge, MA: MIT, 2010.
- CASTRO, Henrique Carlos de Oliveira de. Cultura política: a tentativa de construção de um conceito adequado à América Latina. *Revista de Estudos e Pesquisas Sobre as Américas*, v. 2, n. 1, jan./jun. 2008. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/view/1465/1098>. Acesso em: 10 dez. 2020.
- CASTRO, Henrique Carlos de Oliveira de. Cultura política, democracia e hegemonia na América Latina. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*, v. 5, n. 2, p. 79–96, ago. 2012.
- CHADWICK, Andrew. *Internet politics: States, citizens, and new communication technologies*. New York: Oxford University Press, 2006.
- CHADWICK, Andrew. The political information cycle in a hybrid news system: The British prime minister and the “bullygate” affair. *The International Journal of Press/Politics*, v. 16, n. 1, p. 3–29, nov. 2011. Disponível em: <https://www.andrewchadwick.com/s/6nwcll4ai5yi8oy9thejlg0vt5grxx>. Acesso em: 06 set. 2020.
- CHAFFEE, Steven H.; WARD, L. Scott; TIPTON, Leonard p. Mass communication and political socialization. *Journalism Quarterly*, v. 47, n. 4, p. 647–666, jan. 1970. Disponível em: <http://www.aejmc.org/home/wp-content/uploads/2012/09/Journalism-Quarterly-1970-Chaffee-647-66.pdf>. Acesso em: 06 set. 2020.
- CHANDLER, Daniel; MUNDAY, Rod. *A dictionary of media and communication*. New York: Oxford University Press, 2011.
- CONWAY, Mary Margaret *et al.* The news media in children’s political socialization. *Public Opinion Quarterly*, v. 45, n. 2, p. 164–178, jul. 1981.

Disponível em: <https://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.841.3120&rep=rep1&type=pdf>. Acesso em: 02 set. 2020.

DAHL, Robert A. *Polyarchy: participation and opposition*. New Haven: Yale University Press, 1971.

DALTON, Russell J.; WELZEL, Christian. (ed.). *The civic culture transformed: from allegiant to assertive citizens*. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

DAVIS, Richard. *The web of politics: the internet's impact on the american political system*. New York: Oxford University Press, 1999.

DAWSON, Richard E.; PREWITT, Kenneth. *Political socialization*. Boston: Little, Brown and Company, 1969. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/S0003055400263442>. Acesso em: 01 out. 2020.

DAYRELL, Juarez. A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. *Educação e sociedade*, v. 28, n. 100, p. 1105–1128, out. 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302007000300022>. Acesso em: 03 out. 2020.

DENTON JR, Robert E.; KUYPERS, Jim A. *Politics and communication in America: Campaigns, media, and governing in the 21st century*. Long Grove: Waveland Press, 2007.

DIAMOND, Larry. Rethinking civil society: Toward democratic consolidation. *Journal of democracy*, Baltimore, v. 5, n. 3, p. 4–17, 1994.

DOWNS, Anthony. Uma teoria econômica da democracia. 1ª reimpr. *São Paulo: Editora da Universidade Federal de São Paulo*, 2013.

EASTON, David; DENNIS, Jack. The child's acquisition of regime norms: political efficacy. *The American Political Science Review*, v. 61, n. 1, p. 25–38, 1967. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1953873>. Acesso em: 07 dez. 2020.

EASTON, David; DENNIS, Jack. *Children in the political system: origins of political legitimacy*. New York: McGraw-Hill, 1969.

EDELMAN, Murray. *Constructing the political spectacle*. Chicago: University of Chicago Press, 1988.

ELKINS, David J.; SIMEON, Richard E. B. A cause in search of its effect, or what does political culture explain?. *Comparative politics*, New York, v. 11, n. 2, p. 127–145, jan. 1979. Disponível em <https://www.jstor.org/stable/421752>. Acesso em: 07 dez. 2020.

- FUKS, Mario. Efeitos diretos, indiretos e tardios: trajetórias da transmissão intergeracional da participação política. *Lua Nova*, São Paulo, n. 83, p. 145–178, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-64452011000200006>. Acesso em: 13 nov. 2020.
- FUKS, Mario. Atitudes, cognição e participação política: padrões de influência dos ambientes de socialização sobre o perfil político dos jovens. *Opin. Publica*, Campinas, v. 18, n. 1, p. 88–108, jun. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-62762012000100005>. Acesso em: 13 nov. 2020.
- GONZÁLEZ, Rodrigo Stumpf. Cultura Política, democracia participativa e protagonismo juvenil. In: Marcello Baquero. (org.). *A juventude e os desafios da construção democrática no Brasil*. 1. ed. Porto Alegre: Escritos, 2018, p. 111–134.
- GREENSTEIN, Fred. Political socialization. *International encyclopedia of the social sciences*, New York: Macmillan, 1968.
- HESS, Robert D.; TORNEY, Judith V. *The development of political attitudes in children*. Chicago: Aldine Publishing Company, 1967.
- HOSKINS, Bryony *et al.* *Measuring civic competence in Europe: a composite indicator based on IEA civic education study 1999 for 14 years old in school*. Ispra: European Commission, 2008.
- HUNTINGTON, Samuel P.; NELSON, Joan M. *Political participation in developing countries: no easy choice*. Cambridge: Harvard University Press, 1976.
- HYMAN, Herbert. *Political socialization: a study in the psychology of political behavior*. New York: Free Press, 1959.
- INGLEHART, Ronald. The silent revolution in Europe: Intergenerational change in post- industrial societies. *The American Political Science Review*, Washington, D. C., v. 65, n. 4, p. 991–1017, dez. 1971.
- INGLEHART, Ronald. The renaissance of political culture. *The American Political Science Review*, Washington D. C., v. 82, n. 4, p. 1203–1230, dez. 1988. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1961756>. Acesso em: 30 out. 2020.
- INNIS, Harold A. Industrialism and cultural values. *The American Economic Review*, v. 41, n. 2, p. 201–209, maio 1951.
- JENNINGS, M. Kent; NIEMI, Richard. *The political character of adolescents*. Princeton: Princeton University Press, 1974.

- JEREZ, Ariel; MACEIRAS, Sergio D'Antonio; MAESTU, Enrique. Esferas públicas, crisis política e internet: el surgimiento electoral de Podemos. *História, Ciências, Saúde, Manguinhos*, v. 22, p. 1573–1596, dez. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702015000500003>. Acesso em: 05 nov. 2020.
- LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: Ed. 34, 1999.
- LÉVY, Pierre. *O que é o virtual*. São Paulo: Ed. 34, 2003.
- LOPES, Denise Mercedes Nuñez Nascimento. Para pensar a confiança e a cultura política na América Latina. *Opinião pública*, Campinas, v. 10, n. 1, p. 162–187, maio 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/op/v10n1/20319.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2020.
- MARTINO, Luís Mauro Sá. *Teoria das mídias digitais: linguagens, ambientes e redes*. Petrópolis: Editora Vozes Limitada, 2014.
- MENA ALEMÁN, David. Trump y sus dos años de deshonestidad polémica: enfermedades preexistentes en las elecciones intermedias de 2018. *Norteamérica*, Ciudad de México, v. 14, n. 2, p. 175–186, dez. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.22201/cisan.24487228e.2019.2.381>. Acesso em: 07 jan. 2020.
- MILBRATH, Lester W. *Political Participation: how and why do people get involved in politics?* Chicago: Rand McNally College Publishing Company, 1977.
- MOISÉS, José Álvaro. Cultura política, instituições e democracia: lições da experiência brasileira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 23, n. 66, p. 11–43, fev. 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092008000100002>. Acesso em: 13 set. 2020.
- MOISÉS, José Álvaro. Os significados da democracia segundo os brasileiros. *Opinião pública*, Campinas, v. 16, n. 2, p. 269–309, nov. 2010.
- MOISÉS, José Álvaro. Political discontent in new democracies: the case of Brazil and Latin America. *International Review of Sociology*, v. 21, n. 2, p. 339–336, jul. 2011.
- MORAIS, Jennifer Azambuja de. *Cultura Política e Capital Social: os efeitos do uso da internet na socialização de jovens no Sul do Brasil*. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, 2017.

- MORAIS, Jennifer Azambuja de; BAQUERO, Marcello. Emergência e institucionalização da intolerância política como valor político numa cultura híbrida. In: BAQUERO, Marcello. (org.). *A juventude e os desafios da construção democrática no Brasil*. Porto Alegre: Escritos, 2018, v. 1, p. 57–83.
- MUÑOZ, Eloísa Díaz. Internet: los retos de la ciberdemocracia. *Revista Internacional de pensamiento político*, v. 5, p. 249–260, 2010. Disponível em: <https://www.upo.es/revistas/index.php/ripp/article/view/1856>. Acesso em: 13 nov. 2020.
- MUSITU, Gonzalo. Socialización familiar y valores en el adolescente: un análisis intercultural. *Anuario de psicología*, Barcelona, v. 31, n. 2, p. 15–32, 2000. Disponível em: <https://revistes.ub.edu/index.php/Anuario-psicologia/article/view/8854>. Acesso em: 20 set. 2020.
- NEGROPONTE, Nicholas. *Being Digital*. New York: Random House Inc, 1996.
- NORRIS, Pippa; INGLEHART, Ronald. *Cultural backlash: Trump, Brexit, and authoritarian populism*. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.
- NOVAES, Regina; VITAL, Cristina. A juventude de hoje: (re)invenções da participação social. In: CONFERÊNCIA DO 75º ANIVERSÁRIO. *Associando-se à juventude para construir o futuro*. São Paulo: Fundação W. K. Kellogg, p. 107–147, 2005.
- NOVECK, Beth Simone. Paradoxical partners: electronic communication and electronic democracy. In: FERDINAND, Peter. (ed.). *The Internet, democracy, and democratization*. London: Frank Cass, 2000.
- NUPESAL. Núcleo de Pesquisa sobre a América Latina. Banco de dados: *democracia, mídias e capital social: um estudo comparativo de socialização política dos jovens no Sul do Brasil (Porto Alegre)*. 2015.
- NUPESAL. Núcleo de Pesquisa sobre a América Latina. *Banco de dados: Pesquisa com jovens em Porto Alegre*. 2019.
- PIZZORNO, Alessandro. Condizioni della partecipazione política. In: PIZZORNO, Alessandro. *Le radici della politica assoluta*. Milão: Feltrinell, 1966.
- PNAD, IBGE. *Pesquisa nacional por amostra de domicílios*. Rio de Janeiro: IBGE, 2018.
- PUTNAM, Robert *et al.* The strange disappearance of civic America. *Policy: A Journal of Public Policy and Ideas*, v. 12, n. 1, p. 3, 1996.

- SANGIRARDI, Pedro. Comunicação política digital e comportamento eleitoral: considerações sobre a hipótese de revalidação da teoria dos efeitos limitados. *In: 7º SIMPOSIO NACIONAL DA ASSOCIACAO BRASILEIRA DE CIBERCULTURA. Anais [...]*. Curitiba, 2013.
- SCHERER-WARREN, Ilse. Manifestações de rua no Brasil 2013: encontros e desencontros na política. *Caderno CRH*, Salvador, v. 27, n. 71, p. 417–429, ago. 2014.
- SCHEUFELE, Dietram A.; NISBET, Matthew C. Being a citizen online: new opportunities and dead ends. *Harvard International Journal of Press/Politics*, Cambridge, v. 7, n. 3, p. 55–75, jul. 2002.
- SCHMIDT, João Pedro. *Juventude e política nos anos 1990: um estudo de socialização política no Brasil*. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, 2000.
- SCHMIDT, João Pedro. *Juventude e política no Brasil: a socialização política dos jovens na virada do milênio*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2001.
- SCHUMPETER, Joseph. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura. 1961.
- SUNSTEIN, Cass. *Echo Chambers*. Princeton: Princeton University Press, 2001.
- VASCONCELOS, Camila de. *A formação da cultura política dos jovens: a influência das redes sociais em contextos socioeconômicos desiguais*. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, 2019.
- VERBA, Sidney; NIE, Norman H.; KIM, Jae-on. *Participation and political equality: a seven-nation comparison*. Cambridge: Cambridge University Press, 1978.
- VERBA, Sidney; SCHLOZMAN, Kay Lehman; BRADY, Henry E. *Voice and equality: civic voluntarism in American politics*. Cambridge: Harvard University Press, 1995.
- VISCARDI, Janaisa Martins. Fake news, verdade e mentira sob a ótica de Jair Bolsonaro no Twitter. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, v. 59, n. 2, p. 1134–1157, maio/ago. 2020. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/01031813715891620200520>>. Acesso em: 13 nov. 2020.

ZORZI, Felipe Bortoncello. *Cidadania desigual: socialização política comparada em escolas públicas e privadas de Porto Alegre/RS*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, 2016.

# DADOS ABERTOS DO GOVERNO FEDERAL

## A TOOL OF THE BRAZILIAN ELECTRONIC GOVERNMENT

# 10

**Resumo:** O presente trabalho tem o escopo de descrever um balanço das medidas e ações implementadas pela política de Dados Abertos do Governo Federal brasileiro, identificando os principais atores, contextos e instituições que estruturam a ferramenta no âmbito da administração pública brasileira. Para isso o texto aborda concepções sobre Governo Eletrônico, Governo Aberto, Dados Abertos e o processo de adoção da política de Dados Abertos no Poder Executivo Federal brasileiro. Para alcançar o objetivo proposto foi utilizada a técnica de análise documental por meio de documentos e dados retirados do Portal Brasileiro de Dados Abertos, com o intuito de realizar uma análise qualitativa das medidas, ações e procedimentos estruturados pela Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (INDA). Como contribuição, foi possível observar que a política e a ferramenta de Dados Abertos do Governo Federal têm sido utilizadas como uma estratégia de fortalecimento para o Governo Eletrônico brasileiro.

**Palavras-chave:** governo eletrônico; dados abertos; governo aberto; governo federal.

### OPEN DATA OF THE FEDERAL GOVERNMENT: A TOOL OF THE BRAZILIAN ELECTRONIC GOVERNMENT

**Abstract:** The present work has the scope of describing a balance of the measures and actions implemented by the Open Data policy of the Brazilian Federal Government, identifying the main actors, contexts and institutions that structure the tool in the scope of the Brazilian public administration. For this, the text addresses conceptions about Electronic Government, Open Government, Open Data and the process of adoption of the Open Data policy in the Brazilian Federal Executive Power. To achieve the proposed objective, the technique of document analysis was used through documents and data taken from the Brazilian Open Data Portal, in order to carry out a qualitative analysis of the measures, actions and procedures structured by the National Open Data Infrastructure (INDA). As a contribution, it was possible to observe that the Federal Government's Open Data policy has been used as a strengthening strategy for the Brazilian Electronic Government.

**Keywords:** e-government; open data; Open government; federal government.

## 1 INTRODUÇÃO

A digitalização das informações e dos sistemas governamentais, segundo Marques e Pereira (2015), tornou-se cada vez mais frequente a partir da década de 1990, quando pesquisadores passaram a identificar um fenômeno chamado “governo eletrônico” (*e-government*). O governo eletrônico ou *e-governo* visa a uma otimização contínua da prestação dos serviços da burocracia estatal, da participação social e da governança, buscando a transformação das relações internas e externas, por meio do uso de tecnologias, da internet e das novas mídias digitais (CHADWICK, 2006).

Inicialmente as iniciativas do governo eletrônico tinham o objetivo de buscar tornar o Estado mais eficiente, eficaz e ao mesmo tempo visar a redução de

custos das atividades governamentais, contudo, nos últimos anos a literatura tem tentado promover uma mudança na abordagem do E-Gov centrada no governo para uma abordagem centrada no cidadão, com o intuito de criar um ambiente que envolva os cidadãos nos processos de tomada de decisões (MARQUES; PEREIRA, 2015).

Segundo Margetts (2010), no auge do *boom* do “ponto.com”, os políticos se tornaram cada vez mais interessados em maximizar o potencial de novas tecnologias da internet no governo. Nesse sentido, as Tecnologias da Comunicação e Informação (TCI) passaram a ser cada vez mais difundidas, desempenhando um papel claro de facilitadoras dos canais de informações tanto dentro das organizações governamentais quanto entre estas e as empresas do setor privado, organizações voluntárias e os cidadãos.

No início de século XXI, de acordo com Margetts (2010), o governo eletrônico passou a ser um tema bastante evidente na administração pública, como também a presença das TCI’s no governo e também na sociedade de modo mais geral, constituindo uma fonte contínua de mudanças nas organizações públicas. Algumas dessas mudanças levaram à adoção de um estilo de governo aberto, alterando qualitativamente as relações entre governo e cidadãos (MARGETTS, 2010, p. 369).

Tendo em vista esse cenário, a questão central deste artigo consiste em descrever um balanço das medidas e ações implementadas pela política de Dados Abertos do Governo Federal para a promoção da transparência, buscando identificar os principais atores, contextos e instituições que estruturam a ferramenta no âmbito da administração pública brasileira. Nesse contexto, o presente artigo propõe o seguinte questionamento: como o Governo Federal vem estruturando a política de Dados Abertos por meio do uso de TCI’s para promover, disseminar e compartilhar dados e informações públicos?

Para alcançar tais objetivos, a pesquisa adota procedimentos metodológicos de cunho eminentemente qualitativo e descritivo, sendo pautada na análise documental de documentos institucionais oficiais e legislação publicados no Portal Brasileiro de Dados Abertos do Governo Federal.

O artigo está organizado em três seções, além desta introdução e uma conclusão. A primeira seção se dedica a tratar sobre um breve histórico e configurações conceituais a respeito da ferramenta de Dados Abertos governamentais. Em seguida, na segunda seção será apresentada a política de Dados Abertos adotada na administração pública federal brasileira. Por fim, na terceira seção será exposta a descrição do balanço das medidas e ações estruturadas pela Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (INDA).

### 1.1 *Dados abertos governamentais: breve histórico e conceitos*

Para Sebe (2020), atualmente a revolução digital se tornou parte integrante da sociedade, ao mesmo tempo facilitando e perturbando as formas tradicionais

de fazer política. A revolução digital pode ser concebida como uma aceleração do ritmo tecnológico e mudanças econômicas impulsionadas por uma expansão massiva da capacidade de armazenar, processar e comunicar informações através do uso de dispositivos eletrônicos (SEBE, 2020).

A transparência dos dados e das informações públicos têm se tornado uma demanda crescente nas últimas décadas, ganhando ainda mais notoriedade com as inovações estabelecidas pelo ambiente digital a partir da virada do século (SILVA; SANTOS; RABELO; LUCIANO, 2020). Segundo Filgueiras (2016), a transparência significa o modo como as organizações disponibilizam e lidam com as demandas do público por informação, não implicando o processo deliberativo desencadeado pela informação, mas a redução das assimetrias informacionais.

Dessa forma, envolve ainda uma concepção ativa em que o Estado e as corporações disponibilizam as informações ao cidadão e uma concepção passiva quando as organizações são cobradas pelo cidadão e se veem obrigadas a apresentar uma resposta a eles. Assim, não se confunde com a *accountability*, em que o processo deliberativo se configura como uma peça central, no entanto constitui uma importante ferramenta de *accountability*, que tem sido potencializada pelo gradativo uso das novas tecnologias de informação disponíveis nas sociedades democráticas (FILGUEIRAS, 2016, p. 86).

Nesse sentido, uma das ferramentas mais promissoras que está sendo implantada em diversos países para a promoção da transparência dos dados e informações públicos são as políticas de Dados Abertos. De acordo com Silva *et al.* (2020), a ideia de Governo Aberto ganha força institucional na segunda metade do século XXI, quando surge a parceria para Governo Aberto ou *Open Government Partnership* (OGP).

A parceria representa uma iniciativa de âmbito internacional, lançada em setembro de 2011 por oito países fundadores (África do Sul; Brasil, Estados Unidos; Filipinas; Indonésia; México; Noruega e Reino Unido), a fim de difundir e incentivar globalmente práticas relacionadas à transparência dos governos, o acesso às informações públicas e à participação social (BRASIL, 2014).

Nessa oportunidade, os países assinaram a Declaração de Governo Aberto, um documento que sintetiza e reconhece a exigência dos cidadãos ao redor do mundo por um governo mais aberto, reivindicação de maior participação cívica nos assuntos públicos e a busca de meios que tornem seus governos mais transparentes, receptivos, responsáveis e eficientes (OGP, 2011). E também apresentaram seus Planos de Ação de Governo Aberto. Aliás, atualmente cerca de 75 países compõem a parceria, congregando nações, organizações da sociedade civil e líderes em transparência e governo aberto, entre outros (BRASIL, 2014). O Governo Aberto, nesse contexto, busca a criação de mecanismos institucionais, informacionais e comunicacionais que sejam capazes de impedir

constrangimentos e intensificar as relações com seus cidadãos, em questões como transparência, *accountability*, participação e inovação (SILVA; SANTOS; RABELO; LUCIANO, 2020).

Já os Dados Abertos, que não constituem um sinônimo de Governo Aberto, segundo Silva *et al.* (2020), tratam da publicação de dados em arquivos estruturados, legíveis por máquinas e por meio de algoritmos, com livre acesso, ou seja, as informações de interesse público tornam-se abertas e online de forma perene e regular, para que sejam apropriadas em finalidades distintas.

Para a Open Knowledge International (OKP, 2021), organização sem fins lucrativos voltada para a promoção da informação, transparência governamental e governança aberta, os dados são abertos quando “qualquer pessoa pode livremente acessá-los, utilizá-los, modificá-los e compartilhá-los para qualquer finalidade, estando sujeito a, no máximo, a exigências que visem preservar sua proveniência e sua abertura”.

Para além disso, um conjunto de princípios fundamentais embasam os dados abertos governamentais. Desse modo, os dados governamentais são considerados abertos se forem tornados públicos, de forma que estejam de acordo com os 8 princípios abaixo:

- 1) **Completos:** todos os dados públicos devem ser disponibilizados. Dados são informações eletronicamente gravadas, não se limitando a documentos, bancos de dados, transcrições e gravações audiovisuais. Os dados públicos são aqueles que não estão sujeitas a limitações válidas de privacidade, segurança ou controle de acesso regulados por estatutos;
- 2) **Primários:** são dados coletados na origem, com o mais alto nível de granularidade, ou seja, não possuem forma agregada ou modificada;
- 3) **Oportunos:** são disponibilizados de forma rápida para a preservação do valor dos dados;
- 4) **Acessíveis:** os dados estarem disponíveis para a mais ampla gama de usuários e para as mais amplas finalidades distintas;
- 5) **Processáveis por máquina:** dados razoavelmente estruturados para permitir o processamento automatizado;
- 6) **Acesso não discriminatório:** os dados estarem à disposição de todos, sem necessidade de registros;
- 7) **Formatos não proprietários:** são dados disponíveis em formatos sobre o qual nenhuma entidade possui o controle exclusivo;
- 8) **Licenças livres:** os dados não estão sujeitos a nenhuma regulamentação de direitos autorais, patentes, marcas ou segredos comerciais, sendo permitidas restrições razoáveis relacionadas à privacidade, segurança e controle de acesso (OPEN..., 2007).

Segundo Yu e Robinson (2012), nos últimos anos o significado tradicional de Governo Aberto ganhou um sentido turvo, ao estender o rótulo para alcançar o uso pelo setor público das tecnologias de Dados Abertos governamentais,

tornando mais difícil para os formuladores de políticas públicas e ativistas articular as demandas de forma mais clara e convincente.

De uma maneira mais útil, os referidos autores propõem a separação entre a política de Governo Aberto e as tecnologias de Dados Abertos. Nessa lógica, Silva *et al.* (2020) salientam que a tecnologia de Dados Abertos atua como uma ferramenta, portanto, não trata de soluções necessariamente democráticas, que requer um conjunto de ações e medidas de ordem propriamente política presente na política de Governo Aberto.

Dessa forma, as tecnologias podem tornar as informações públicas mais adaptáveis e capacitar terceiros a contribuir com novas maneiras de participação na vida cívica. Entretanto apenas avanços tecnológicos não resolvem os problemas em torno dos debates sobre melhores prioridades para a participação social dos cidadãos e melhorias na prestação de serviços do governo que não substituem a responsabilização pública (YU; ROBINSON, 2012).

Nesse sentido, Chadwick (2006) afirma que o governo eletrônico, se implementado da maneira correta, pode melhorar os serviços prestados pelo governo, aumentar a *accountability*, resultar em uma entrega mais precisa e eficiente dos serviços, reduzir custos administrativos e o tempo gasto em tarefas repetitivas para o governo, além de permitir um maior acesso aos serviços devido à disponibilidade 24 horas através da internet.

Fountain (2011), entretanto, faz uma crítica e atenta para a questão da incorporação de novas tecnologias e as iniciativas de governo eletrônico nas organizações públicas como mimetismo, ou seja, as instituições realizam adaptações apenas para imitar e parecerem modernas frente a outros países, para satisfazerem seus financiadores ou outros observadores externos ou para conseguirem ser capazes de se conectar em um mundo em rede.

Já Possamai (2014) ressalta ainda que os principais desafios do governo eletrônico não se configuram no grau de capacidade tecnológica detida para colocar os governos presentes na *web*, mas sim na superação de barreiras institucionais e políticas impostas à adoção das tecnologias, processo que requer a adoção de novas habilidades, novas regras e estruturas organizacionais, e também nos efeitos indiretos que influenciam o desenvolvimento e a mudança das chamadas Instituições Digitalmente Mediadas (IDM), instituições políticas que fazem uso do sistema de informação e ferramentas digitais e para as Políticas Públicas Digitalmente Mediadas (PPDM), políticas que possuem um forte componente tecnológico como propósito e são desenvolvidas ou implementadas pelas IDM's (POSSAMAI, 2014, p. 61–62).

Na próxima seção deste artigo, será apresentada a política de Dados Abertos adotada pelo Poder Executivo Federal brasileiro, bem como os principais contextos e parâmetros nos quais a tecnologia está inserida e estruturada no âmbito da administração pública federal, para o acesso, compartilhamento e uso dos dados e informações públicos.

## 1.2 Política de dados abertos do governo federal brasileiro

Para a administração pública federal brasileira, abrir dados é uma obrigação legal atribuída pela Lei nº 12.527/2011, popularmente conhecida como Lei de Acesso à Informação (LAI) (O QUE..., [2022?]). Segundo Paulino *et al.* (2020), a LAI buscou regulamentar o direito de acesso à informação garantido pela Constituição de 1988, como uma defesa ao acesso às informações mantidas sob a posse das autoridades públicas, surgindo diante da necessidade de reforçar a transparência ativa e passiva para a redução da desinformação e ampliação de canais de participação democráticos.

A LAI pode ser considerada o parâmetro normativo inicial da política de dados abertos do Governo Federal, como apresentado no Quadro 1. No que diz respeito a transparência ativa, o dispositivo normativo traz consigo conceitos de dados abertos, especialmente, no seu art. 8º em que dispõem sobre o dever dos órgãos e entidades públicos promoverem a divulgação em local de fácil acesso as informações de interesse coletivo e também define as hipóteses de sigilo e informações pessoais que são consideradas exceções à regra geral de que os dados devem ser abertos (O QUE..., [2022?]).

Nesse contexto, com o intuito de incentivar a abertura de dados e a disponibilização de forma padronizada e centralizada em um catálogo governamental, bem como a sua utilização e agregação de valor pela sociedade, foi instituída, em abril de 2012, a Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (INDA) por meio da Instrução Normativa nº 4 elaborada pela Secretária de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento.

A INDA pode ser considerada um conjunto de padrões, tecnologias, procedimentos e mecanismos de controle necessários para atender às condições de disseminação e compartilhamento das informações públicas por meio de um modelo aberto (SUMÁRIO, [2021?]).

O Tribunal de Contas da União (TCU) publicou em 2015 uma lista de 5 motivos para abertura dos dados no âmbito da administração pública, apresentando razões para que as organizações públicas invistam na iniciativa, quais sejam: 1) transparência na gestão pública; 2) contribuição da sociedade com serviços inovadores ao cidadão; 3) aprimoramento na qualidade dos dados governamentais; 4) viabilização de novos negócios; e 5) obrigatoriedade por lei (TCU, 2015).

O documento foi elaborado com o intuito de subsidiar o acórdão nº 2.569/2014, decidido em plenário após o TCU, por intermédio da Secretária de Fiscalização de Tecnologia da Informação (Sefti), realizar um levantamento de auditoria com o objetivo de conhecer as iniciativas de publicações sobre dados abertos na administração pública federal e internacional (TCU, 2015).

Segundo o TCU, embora o Brasil estivesse adotando iniciativas na direção da abertura de dados governamentais, a exemplo da criação do Portal Brasileiro

QUADRO 1 Parâmetros normativos da política de dados abertos do Poder Executivo Federal

Nome do documento	Órgão emissor	Descrição
Lei de Acesso à Informação (LAI) – nº 12.527/2011	Congresso Nacional	Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.
Instrução Normativa SLTI/MP nº 4/2012	Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	Institui a Infraestrutura Nacional de Dados Abertos – INDA.
Decreto nº 8.777/2016	Poder Executivo	Institui a Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal.
Resolução CGINDA nº 3, de 13/10/2017	Comitê Gestor da Infraestrutura Nacional de Dados Abertos	Aprova as normas sobre elaboração e publicação de Planos de Dados Abertos, conforme disposto no Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016.
Decreto nº 9.903/2019	Poder Executivo	Altera o Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016, que institui a Política de Dados Abertos do Poder Executivo federal, para dispor sobre a gestão e os direitos de uso de dados abertos.

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados do Portal Brasileiro de Dados Abertos (2021).

de Dados Abertos como componente fundamental da INDA, ainda haveria um longo caminho para o estabelecimento de uma cultura de abertura de dados no país.

Após a constituição da INDA, a política de dados abertos do Governo Federal foi formalmente instituída apenas em maio de 2016 através do Decreto nº

8.777, ainda durante o governo Dilma Rousseff, com os seguintes objetivos resumidos no Quadro 2 a seguir.

QUADRO 2 Objetivos da política de dados abertos do Poder Executivo Federal

I	— promover a publicação de dados contidos em bases de dados de órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional sob a forma de dados abertos;
II	— aprimorar a cultura de transparência pública;
III	— franquear aos cidadãos o acesso, de forma aberta, aos dados produzidos ou acumulados pelo Poder Executivo federal, sobre os quais não recaia vedação expressa de acesso;
IV	— facilitar o intercâmbio de dados entre órgãos e entidades da administração pública federal e as diferentes esferas da federação;
V	— fomentar o controle social e o desenvolvimento de novas tecnologias destinadas à construção de ambiente de gestão pública participativa e democrática e à melhor oferta de serviços públicos para o cidadão;
VI	— fomentar a pesquisa científica de base empírica sobre a gestão pública;
VII	— promover o desenvolvimento tecnológico e a inovação nos setores público e privado e fomentar novos negócios;
VIII	— promover o compartilhamento de recursos de tecnologia da informação, de maneira a evitar a duplicidade de ações e o desperdício de recursos na disseminação de dados e informações;
IX	— promover a oferta de serviços públicos digitais de forma integrada.

**Fonte:** Elaborado pela autora com base no Decreto nº 8.777/2016.

O Comitê Gestor da Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (CGINDA), em outubro de 2017, por meio da Resolução nº 3, começa a estabelecer normas e diretrizes para a elaboração e publicação dos Planos de Dados Abertos que deveriam ser adotados pelos órgãos e entidades do setor público, em decorrência das normas e procedimentos aprovados pelo Decreto de implantação da política elaborado em 2016.

Em 2019, por meio do Decreto nº 9.903, foi realizada uma alteração no dispositivo de 2016, delegando a competência de gestão da política de dados abertos do Poder Executivo para a Controladoria Geral da União (CGU), a fim de dispor sobre o direito do uso dos dados abertos, considerando as informações de transparência ativa de livre utilização pelos poderes públicos e pela sociedade (BRASIL, 2019).

Contudo foi estabelecido ainda que o detentor dos direitos autorais patrimoniais da base de dados e das informações disponibilizadas seja a União e que o Poder Executivo seja obrigado a indicar o detentor dos direitos autorais pertencentes a terceiros e as condições da utilização por ele autorizadas na divulgação da base de dados protegida pelos direitos autorais, movimento contraditório aos princípios fundamentais dos dados abertos governamentais.

A política de dados abertos do Poder Executivo Federal implementada no Brasil está inserida ainda em 3 grandes contextos. O primeiro contexto é a Estratégia Brasileira para transformação digital, inserida pelo Decreto 9.319/2018, que coloca a política de dados abertos como parte importante dos seus objetivos e ações estratégicas. Já o segundo contexto é a política de Governo Aberto inserida por meio do Decreto nº 10.160/2019, como uma parte importante do conceito de transparência e aplicando-se à participação social (SUMÁRIO, [2021?]).

E, por fim, o terceiro contexto é a Estratégia de Governança Digital, inserida pelo Decreto 10.332/2020, que consiste em um plano estratégico de ações e diretrizes do período (2020–2022) a fim de colocar o Brasil entre os 15 países mais desenvolvidos do mundo no que se refere aos serviços públicos digitais, medido a cada dois anos pela Organização das Nações Unidas (ONU) a partir do Índice Desenvolvimento de Governo Eletrônico (*E-Government Development Index* — EGDI). A meta seria oferecer digitalmente 100% dos 3 mil serviços da União e disponibilizá-los no portal *gov.br*.

O índice busca analisar indicadores como, por exemplo, o uso de TCI's na prestação de serviços, participação eletrônica, prestação de serviços multicanais, serviços móveis, nível de utilização pelo cidadão e parcerias inovadoras. No último levantamento realizado pela ONU, em 2020, o Brasil ficou classificado na 20ª posição no ranking com a melhor oferta de serviços públicos digitais entre um total de 193 países, atingindo o primeiro lugar na América do Sul, de modo que os líderes mundiais na oferta de serviços online são a Coreia do Sul, seguida pela Estônia, Dinamarca e Finlândia.

### 1.3 *Balanco da Infraestrutura Nacional de Dados Abertos*

Nesta seção deste estudo, será apresentada uma descrição do balanço das medidas e ações instituídas pela INDA para a estruturação da política de dados

abertos do Poder Executivo Federal brasileiro, bem como identificar as instituições que compõem a infraestrutura e os atores que fazem uso da ferramenta de dados abertos.

### 1.3.1 *Proposta metodológica*

Este artigo possui uma abordagem de caráter eminentemente qualitativo e descritivo, tendo em vista que colocará a questão dos mecanismos e dos atores, fornecendo informações contextuais importantes para o delineamento do estudo (DESLAURIERS; KERISIT, 2008). Está pautado na técnica de análise documental, a partir da utilização de documentos institucionais oficiais e legislação publicados no Portal Brasileiro de Dados Abertos do Governo Federal.

Assim, a referida técnica possui o objetivo de proporcionar a constituição de um *corpus* para embasar a análise e o esgotamento de pistas capazes de fornecer informações interessantes acerca do tema abordado, levando a formulação de novas interpretações sobre o conteúdo trabalhado neste artigo. Já a composição de fontes documentais é ser fundamental para a compreensão de um determinado contexto, atores, conceitos-chaves e para análise observando a autenticidade e confiabilidade do texto (CELLARD, 2008).

QUADRO 3 Detalhamento das fontes de dados documentais

Nome do documento	Ano/Ordem
Atas de Reuniões Ordinárias	3º, 14º, 15º, 18º, 19º, 20º, 24º e 27º
Balanço INDA	2014
Balanço INDA	2015
Balanço INDA	2016
Balanço INDA	2017
Balanço INDA	2018

**Fonte:** Elaborado pela autora com base em dados do Portal Brasileiro de Dados Abertos (2021).

O Quadro 3 apresenta um detalhamento das fontes de dados documentais utilizadas neste estudo. Os documentos foram escolhidos com base no critério de acessibilidade das informações. Nesse sentido, os principais documentos utilizados para a análise qualitativa foram as atas de reuniões ordinárias e os balanços que contêm os números de realizações e resultados da INDA dos anos de 2014 a 2018, até então os únicos disponíveis no momento no Portal Brasileiro de Dados Abertos.

### 1.3.2 Análise qualitativa dos balanços da INDA

Como mencionado na seção anterior, a Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (INDA) foi criada visando a atender aos seguintes objetivos: 1) proporcionar a busca, o acesso, o reuso e o cruzamento dos dados públicos de diferentes fontes e assuntos de maneira simples e eficiente; 2) coordenar e orientar a padronização na geração, armazenamento, acesso, compartilhamento, disseminação dos dados e de informações públicas de governo; e 3) incentivar a agregação de valor aos dados públicos e fomentar a colaboração com o cidadão na implementação de novos serviços à sociedade (SUMÁRIO, [2021?]).

Para isso, foi criado um Comitê Gestor da Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (CGINDA) responsável por gerir as deliberações a respeito da disseminação e compartilhamento de dados e informações públicas no modelo de dados abertos do Poder Executivo Federal. O Comitê conta com 10 instituições públicas, 01 representante da sociedade civil e 01 representante do setor da academia selecionados por indicação, podendo ser acrescidos novos membros de outros órgãos e entidades do Poder Executivo Federal para integrá-lo (COMITÊ..., 2019).

QUADRO 4A Composição do Comitê Gestor da INDA

Nome	Organização	Posição
Breno Barbosa Cerqueira Alves	CGU	Titular
Marcelo de Brito Vidal	CGU	Suplente
Alexandre Gomide Lemos	MEC	Titular
Jorge Vinícios da Rocha Moreira	MEC	Suplente
Eduardo Pires Fernandes	MEC	Suplente
Renan Mendes Gaya Lopes dos Santos	ME	Titular
Augusto Herrmann Batista	ME	Suplente
Eduardo Flores Vieira	MCIDADANIA	Titular
Wesley Alexandre Tavares	MCIDADANIA	Suplente
Edson Leonardo Dalescio Sa Teles	SG/PR	Titular
Allison Roberto Mazzuchelli Rodrigues	SG/PR	Suplente

QUADRO 4B Composição do Comitê Gestor da INDA

Nome	Organização	Posição
Carlos Roberto Colares Gonsalves	MCTIC	Titular
Maíra Murrieta Costa	MCTIC	Suplente
Ronaldo Rodrigues Raposo Junior	IBGE	Titular
Andrea Borges Paim	IBGE	Suplente
José Américo Serafim	MS	Titular
Mateus Magon Rodolpho	MS	Suplente
Orlando Oliveira dos Santos	CASA CIVIL	Titular
Ronaldo Alves Nogueira	CASA CIVIL	Suplente
Rodrigo Lange	MJSP	Titular
Ronaldo Bento	MJSP	Suplente
Manoel Galdino Pereira Neto	SOC. CIVL (TRANSPARÊNCIA BRASIL)	Titular
Fernanda Lima	ACADEMIA – UNB	Titular

**Fonte:** Elaborado pela autora com base em dados do Portal Brasileiro de Dados Abertos (2021).

A partir do Quadro 4, é possível notar que o Comitê possui cerca de 12 membros titulares e 11 suplentes, divididos entre um membro titular e um membro suplente para cada organização pública, com exceção do Ministério da Educação (MEC), que possui dois suplentes. Quanto ao membro titular da sociedade civil, foi indicação da Secretaria Nacional de Articulação Social (SNAS) e da Secretaria Geral da Presidência da República (SGPR). Já o membro titular da academia foi indicado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) (COMITÊ..., 2019).

Ressalta-se que os membros representantes do Ministério da Economia e o Ministério da Justiça e Segurança Pública foram convidados a participar do Comitê Gestor posteriormente, tendo em vista que não consta sua previsão no rol de organizações da Instrução Normativa nº 04 SLTI/MP, de 2012, e retirado o Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, que possui previsão no dispositivo, pois foi extinto em janeiro de 2019.

No que se refere às deliberações do Comitê Gestor, cabe salientar algumas medidas e ações principais. Na 3ª reunião ordinária, ocorrida em 2013, houve

a aprovação do Plano de Ação para o período (2013–2014), em que foram realizadas atividades de planejamentos com ações centrais sobre a política de dados abertos como um todo, com o intuito de alcançar os objetivos da INDA. Somente em 2016, o regimento interno da INDA, formalizando o conjunto de regras para regulamentar o seu funcionamento, foi aprovado na 14ª reunião ordinária.

Ainda em 2016, foram aprovados os termos de uso do Portal Brasileiro de Dados Abertos na 15ª reunião ordinária, de maneira tácita, ou seja, de forma silenciosa, para que todos os membros do Comitê não necessitassem realizar manifestações expressas em contrário após 10 dias da reunião. Em 2017, foram aprovadas na 18ª reunião ordinária as iniciativas do Plano de Ação da INDA para o período (2017–2018), sendo o texto finalizado apenas na 19ª reunião.

Nota-se que, do ano de 2015 a 2016, o Comitê não realizou a elaboração do Plano de Ação, havendo, portanto, um lapso temporal de três anos em relação às ações estratégicas que foram estabelecidas inicialmente. Ainda em 2017, na 20ª reunião ordinária, houve a aprovação do texto da resolução que trataria sobre as diretrizes de elaboração e publicação dos Planos de Dados Abertos dos órgãos e entidades da administração pública federal.

Já em 2018, foi aprovado na 24ª reunião o texto da resolução voltada para a catalogação dos dados no Portal Brasileiro de Dados Abertos, organizando os dados abertos disponibilizados em um rol ordenado para fácil acesso. E, em 2021, foi aprovado na 27ª reunião ordinária um novo Plano de Ação com novas iniciativas para o período 2021–2022, visando ao fortalecimento da política de Dados Abertos, às ferramentas e aos instrumentos que compõem a atuação do governo na área.

Em relação ao balanço das medidas e ações adotadas para a estruturação da política de Dados Abertos do Governo Federal brasileiro, o Quadro 5, a seguir, faz uma síntese dos principais resultados obtidos pelo INDA durante os exercícios de 2014 a 2018.

QUADRO 5A Balanços dos principais resultados da INDA

Ano	Descrição do balanço
2014	Atualização da versão do CKAN (2.2) do dados.gov.br; aplicação do padrão de identidade visual da SECOM ao dados.gov.br; criação da política de “Planos de Dados Abertos”; apoio à elaboração e publicação do Plano de Dados Abertos do Ministério do Planejamento; publicação do Kit de Dados Abertos; integração do dados.gov.br com: portal de dados abertos da Dataprev; plataforma de Gestão de Indicadores do MP.

QUADRO 5B Balanços dos principais resultados da INDA

Ano	Descrição do balanço
2015	Elaboração da Estratégia de Governança Digital, tendo dados abertos como um dos eixos principais; conclusão das integrações do Portal Brasileiro de Dados Abertos com a INDE e o PGI; finalização de proposta de licença para dados abertos Resultados preliminares: Avanço da posição do Brasil no Open Data Index do 26º para o 12º lugar; Portal Brasileiro de Dados Abertos é finalista no 15º Concurso de Inovação na Gestão Pública Federal; Portal Brasileiro de Dados Abertos é finalista no 3º Concurso de Boas Práticas da CGU.
2016	Decreto 8.638/2016, que institui a Política de Governança Digital e da Portaria nº 68, de 7 de março de 2016, que aprovou a Estratégia de Governança Digital da Administração Pública Federal para o período 2016-2019; Decreto 8.777/2016, que institui a Política de Dados Abertos; Estratégia de Governança Digital — composto por três eixos estruturantes, sendo um deles acesso à informação, que compreende iniciativas e ações de dados abertos; publicação de 25 Planos de Dados Abertos; evolução do Portal Brasileiro de Dados Abertos; aprovação do regimento interno pelo Comitê Gestor da INDA, na 14ª reunião ordinária, em 15/09/2016; ações de divulgação do decreto e da política de dados abertos com matérias em mídias sociais e portais de governo, bem como entrevistas de autoridades; participação e colaboração na definição de compromissos relacionados a dados abertos no âmbito do 3º Plano de Ação da Parceria para o Governo Aberto; disponibilização do manual de catalogação de dados abertos; criação e aprovação dos Termos de Uso para o Portal Brasileiro de Dados Abertos; participação técnica e gerencial de membros da equipe de dados abertos em eventos nacionais e internacionais de grande importância na divulgação de iniciativas federais brasileiras — I Encontro Brasileiro de Governo Aberto, Oficina Regional de Planos de Dados Abertos e na 4ª Conferência Internacional de Dados Abertos; Open Data Index e Open Data Barometer — iniciaram a pesquisa e coletaram dados neste ano, mas resultado sairá apenas em março/2017.
2017	Resoluções do Comitê Gestor da INDA; Plano de Ação da INDA 2017-2018; publicação de 54 Planos de Dados Abertos; lançamento do Painel de Monitoramento de Dados Abertos; capacitação para a Elaboração de Planos de Dados Abertos; evolução do Portal Brasileiro de Dados Abertos; criação dos catálogos de aplicativos, de concursos e de inventários de bases de dados; federação de catálogos com 24 catálogos de dados abertos ( <i>harvesting</i> ); integração com o sistema de ouvidorias do poder executivo federal (e-Ouv); realização de pesquisa de necessidades da sociedade civil no uso de dados abertos (divulgação, repercussão, relatório), como parte do compromisso 1 do 3º Plano de Ação do Brasil na Parceria para Governo Aberto (OGP), a qual recebeu 593 contribuições; atendimento ao Acórdão 2.904/2016 do Tribunal de Contas da União.

QUADRO 5C Balanços dos principais resultados da INDA

Ano	Descrição do balanço
2018	Resolução n.º 4 — Catalogação no Portal Brasileiro de Dados Abertos; <b>15</b> organizações a mais passaram a possuir Planos de Dados Abertos; Relatório de consolidação de identificação de necessidades de dados abertos — no contexto do Compromisso 1 do 3º Plano de Ação Nacional para Governo Aberto; Novas integrações por federação de catálogos com <b>27</b> catálogos de dados abertos ( <i>harvesting</i> ); Integração com o Portal de Dados Abertos do Distrito Federal; Adesão voluntária do Instituto de Segurança Pública — ISP/RJ, do Estado do Rio de Janeiro à INDA.

**Fonte:** Elaborado pela autora com base em dados do Portal Brasileiro de Dados Abertos (2021).

É possível observar, a partir do Quadro 5, que em 2014 e 2015 as ações relacionadas à estruturação da política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal eram iniciais e atuavam em paralelo junto a outras estratégias, como, por exemplo, a Estratégia de Governança Digital. Entretanto, em 2016, o cenário muda e o volume de ações aumenta significativamente logo após a formalização e instituição da política.

Nesse contexto, há uma pressão não somente estabelecida pela obrigatoriedade legal, mas também pelos compromissos internacionais firmados com a parceria junto ao Governo Aberto e pelas instituições de controle, a exemplo do TCU, que desde 2014 passou a realizar levantamentos e fiscalizar as iniciativas sobre a abertura de dados na administração pública federal.

Dessa forma, a partir de 2017 as ações e os procedimentos de estruturação concebidos pelo INDA passaram a se concretizar e a evoluir, sendo cada vez mais aderidos no âmbito das instituições públicas que buscaram elaborar e publicar os seus Planos de Ação de Dados Abertos, estabelecendo diretrizes para o uso da tecnologia e para a abertura dos seus dados.

Atualmente, o formato aberto está presente em cerca de 201 organizações públicas e o catálogo do Portal Brasileiro de Dados Abertos conta com 10.611 conjuntos de dados abertos ou *datasets* (COMITÊ..., [2021?]). Ademais, outro ponto importante a ser salientado é a questão do perfil dos usuários de dados abertos, que pode ser bem diversificado, a exemplo dos acadêmicos, jornalistas, cientistas de dados, empresas privadas, sociedade civil, entre outros, nas diversas instâncias do governo (O QUE..., [2022?]).

Assim, para facilitar a compreensão e o compartilhamento mais amplo aos cidadãos usuários, para que seja possível o acesso direto sem a necessidade de algum conhecimento técnico específico, também são utilizados aplicativos, visualizações e infográficos produzidos com dados abertos (APLICATIVOS..., [2021?]).

Nesse sentido, diante do Quadro ??, é possível notar que, de um total de 20 aplicativos desenvolvidos a partir da ferramenta de dados abertos, cerca de 50% estão no grupo da área temática de Governo e Política. Nessa área temática, os aplicativos possuem uma abordagem mais voltada para a questão da promoção da fiscalização dos governantes, fomento da participação social e transparência dos gastos públicos.

O segundo grupo temático com maior número de aplicativos é a Saúde, com cerca de 20% do total, número esse ampliado devido à pandemia de Covid-19, promovendo a criação dos aplicativos Coronavírus — (SUS) e Ciência Aberta é Vida, para a disseminação e compartilhamento de informações sobre a pandemia; e, por fim, as áreas temáticas da Defesa e Segurança e Educação, que aparecem com cerca de 15% do total cada.

## 2 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como principal objetivo analisar qualitativamente e descrever um balanço das medidas e ações implementadas pela política de Dados Abertos do Governo Federal para a promoção da transparência, buscando identificar os principais atores, contextos e instituições que estruturam a ferramenta no âmbito da administração pública brasileira.

Inicialmente, como aporte conceitual e normativo, foi destacado que as concepções sobre Governo Eletrônico, Governo Aberto e Dados Abertos fazem parte de um movimento maior envolvendo transparência, *accountability* e participação social no âmbito democrático. Foi realizada uma síntese das medidas, ações e procedimentos estruturados para a implementação da política e tecnologia de dados abertos no Brasil, bem como um balanço dos principais resultados obtidos pela Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (INDA).

Em linhas gerais, os resultados demonstram que a adoção da política de Dados Abertos brasileira surge além da obrigatoriedade legal estabelecida pela Lei de Acesso à Informação, em virtude de uma movimentação internacional através de uma parceria para o Governo Aberto e de exigências e demandas dos cidadãos pelo fomento e ampliação da participação social e da transparência.

Nesse segmento, a partir da formalização da política, em 2016, o Governo Federal, através da INDA e das instituições de controle, a exemplo do TCU e da CGU, passou a articular e a acelerar a implementação de uma série de medidas e ações para estruturar a política e ferramenta de Dados Abertos, visando à disseminação e ao compartilhamento dos dados e informações públicos como uma estratégia de fortalecimento para o Governo Eletrônico, colocando o Brasil como um país modelo em relação à prestação de serviços públicos digitais.

Entretanto ainda existe um caminho longo a ser percorrido diante dos obstáculos políticos e institucionais impostos à adoção das TCI's, que exige a configuração de novas regras e estruturas organizacionais nas instituições públicas. Outro ponto a ser pensado seria que o adjetivo “aberto” busca trazer o

sentido de mais participação, assim colocando um debate em curso sobre até que ponto ferramentas como os Dados Abertos a partir de uma participação mais efetiva podem vir a se tornar parte de uma E-Governança (MACHIE; MCNIVEN, 2003; SEBE, 2020).

Por fim, faz-se pertinente destacar a necessidade da continuação e exploração da agenda de pesquisa sobre o tema na área da Ciência Política, para o aprofundamento científico das pesquisas já existentes e para a geração de novos debates e perspectivas que visem a contribuir com a ciência futura.

## REFERÊNCIAS

- APLICATIVOS, visualizações e infográficos produzidos com dados abertos. *In: DADOS. COM.BR.* Brasília, [2021?]. Disponíveis em: [⟨https://dados.gov.br/aplicativos⟩](https://dados.gov.br/aplicativos). Acesso em: 08 jul. 2021.
- BRASIL. Controladoria Geral da União (CGU). *O que é a iniciativa OGP*. 11 dez. 2014. Disponível em: [⟨https://www.gov.br/cgu/pt-br/governo-aberto/a-ogp/o-que-e-a-iniciativa⟩](https://www.gov.br/cgu/pt-br/governo-aberto/a-ogp/o-que-e-a-iniciativa). Acesso em: 05 jul. 2021.
- BRASIL. Ministério da Economia. *Estratégia de Governo Digital 2020–2022*. Brasília, 2021. Disponível em: [⟨https://www.gov.br/governodigital/pt-br/EGD2020⟩](https://www.gov.br/governodigital/pt-br/EGD2020). Acesso em: 08 jul. 2021.
- CELLARD, André. A análise documental. *In: POUPART, J. et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 295–316.
- CHADWICK, A. (2006) *Internet politics: States, citizens, and new communication technologies*. New York, NY (2006).
- COMITÊ Gestor da INDA. *In: DADOS.GOV.BR.* Brasília, 2019. Disponível em: [⟨https://wiki-dados-h.cgu.gov.br/Print.aspx?Page=Comite-Gestor-da-INDA⟩](https://wiki-dados-h.cgu.gov.br/Print.aspx?Page=Comite-Gestor-da-INDA). Acesso em: 05 jul. 2021.
- COMITÊ Gestor da INDA. *In: DADOS.GOV.BR.* Brasília, [2021?]. Disponível em: [⟨https://dados.gov.br/dataset⟩](https://dados.gov.br/dataset). Acesso em: 05 jul. 2021.
- DESLAURIERS; KÉRISIT. O delineamento de pesquisa qualitativa. *In: POUPART, J. et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 127–153.
- FILGUEIRAS, Fernando. A política pública de transparência no Brasil: tecnologias, publicidade e accountability. 2016. *In MENDONÇA, Ricardo Fabrino; PEREIRA, Marcus Abílio; FILGUEIRAS, Fernando (Ed.). Democracia digital: publicidade, instituições e confronto político*. Editora UFMG, 2016.

- FOUNTAIN, J. E. Disjointed Innovation: The Political Economy of Digitally Mediated Institutional Reform. NCDG working paper, 2011.
- GOVERNO eletrônico: ONU classifica Brasil entre os 20 países com melhor oferta de serviços públicos digitais. Casa Civil. *In*: GOV.BR. 2020. Brasília, 2020. <<https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/noticias/2020/julho/governo-eletronico-onu-classifica-brasil-entre-os-20-paises-com-melhor-oferta-de-servicos-publicos-digitais>>. Acesso em: 05 jul. 2021.
- MARCHE, S. MCNIVEN, J. (2003) E-government and e-governance: the future isn't what it used to be. *Canadian Journal of Administrative Sciences/Revue Canadienne des Sciences de l'Administration*, v. 20, n. 1, p. 74–86, 2003.
- MARGETTS, Helen. Governo eletrônico: uma revolução na administração pública? *In*: PETERS, G; PIERRE, J (Orgs.) *Administração pública — Coletânea*. São Paulo, Editora UNESP, 2010.
- MARQUES, J. PEREIRA, M. A. (2015) E-government. *In* MAZZOLENI, G., BARNHURST, K. G., IKEDA, K. I., WESSLER, H., & MAIA, R. C. (Eds.). (2015). *The International Encyclopedia of Political Communication*, 3 Volume Set (Vol. 1). John Wiley & Sons.
- OPEN Government Data Principles. *In*: PUBLIC.RESOURCE.ORG. Healdsburg, 2007. Disponível em: <[https://public.resource.org/8\\_principles.html](https://public.resource.org/8_principles.html)>. Acesso em: 06 jul. 2021.
- OPEN GOVERNMENT PARTNERSHIP — OGP. Declaração de Governo Aberto, 2011. Disponível em: <<https://www.gov.br/cgu/pt-br/governo-aberto/central-de-conteudo/documentos/arquivos/declaracao-governo-aberto.pdf>>. Acesso em: 06 de julho de 2021.
- OPEN KNOWLEDGE FOUNDATION (OKP). The Open Definition. London: OKP, [2021?]. Disponível em: <<http://opendefinition.org/>>. Acesso em: 06 jul. 2021.
- O QUE são dados abertos? *In*: DADOS.GOV.BR. [S. l.], [2022?]. Disponível em: <<https://dados.gov.br/pagina/dados-abertos>>. Acesso em: 06 jul. 2021.
- PAULINO, Fernando Oliveira et al. Leis de acesso à informação na América latina: uma análise comparativa entre o Brasil e a Argentina. *Confluências|Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito*, v. 22, n. 3, p. 115–136.

- POSSAMAI, Ana Júlia. Governo eletrônico: uma análise institucional. In: PIMENTA, M. S.; CANABARRO, D. R. (orgs.) *Governança Digital*. Porto Alegre: UFRGS, 2014. pp. 48–79.
- SEBE. (2020) The impact of the digital revolution on democracy and decision-making process.
- SILVA, Sivaldo Pereira da et al. Avaliando a política de Dados abertos no Legislativo brasileiro. *Compública*, v. 10, n. 1, p. 137–160, 2020.
- SUMÁRIO. *In: DADOS.GOV.BR*. [S. l.], [2021?]. Disponível em: <https://wiki-dados-h.cgu.gov.br/>. Acesso em: 06 jul. 2021.
- TRIBUNAL DE CONTAS DE UNIÃO — TCU. 05 motivos para abertura de dados na administração pública, 2015. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/biblioteca-digital/cinco-motivos-para-a-abertura-de-dados-na-administracao-publica.htm>. Acesso em: 06 de julho de 2021.
- YU, H.; ROBINSON, D. The New Ambiguity of “Open Government” In: *UCLA Law Review Discourse*, 2012.

# DISCURSOS E *IMPEACHMENT*

## A GUERRA PSICOLÓGICA ENTRE 2013 E 2016

# 11

**Resumo:** A partir de vídeos, o presente estudo destacou discursos, além de documentos do período entre 2013 e 2016, tendo como ponto de partida a fala da então Presidente da República de que o governo sofreria uma guerra psicológica, para traçar uma breve conjuntura política brasileira. A partir de 2013, de fato, houve deterioração dos índices de aprovação do governo com grave crise política que culminou no processo \*impeachment.\* Recorrendo às falas que remetiam ao possível recurso à violência e ao teor de documentos do Partido dos Trabalhadores e do Foro de São Paulo, o estudo apresentou indícios de que a guerra psicológica a que se referia a presidente, de fato, ocorreu e tratava-se, em essência, do uso de narrativas para impactar na percepção e opinião pública. Dentre os resultados do estudo verificou-se a existência da noção de que o domínio dos meios de difusão midiática é vital para a propagação e reforço de discursos políticos.

**Palavras-chave:** guerra psicológica; crise política; discursos políticos; *Impeachment*.

### SPEECHES, AND IMPEACHMENT: THE PSYCHOLOGICAL WARFARE BETWEEN 2013 AND 2016

**Abstract:** Based on videos, the present study highlighted speeches, in addition to documents from the period between 2013 and 2016, starting with the speech of the President of the Republic, stating that the government would suffer a psychological war, to outline a brief political situation of Brazil. From 2013 on, there was a deterioration in government rates with serious political crises that culminated in the impeachment process. Using the statements that referred to the possible use of violence and the content of documents from the Partido dos Trabalhadores (PT) and the Foro de São Paulo (FSP), the study demonstrated evidence that the psychological war, to which the president referred, in fact occurred and was essentially based on the use of narratives to impact public perception and opinion. Among the results of the study, it was verified the existence of the notion that the domination of media broadcasting is vital for the propagation and reinforcement of political discourses.

**Keywords:** psychological war; political crisis; political discourses; Impeachment.

## 1 INTRODUÇÃO

Em uma arena política democrática, conquistar a preferência da maioria é a essência de um partido político que busca se perpetuar. Em 2013, durante o pronunciamento de final de ano, a então Presidente da República, Dilma Vana Rousseff (2013), proferiu a frase: “Nessa reta final vamos sofrer uma guerra psicológica: eu tenho os votos, aquele não tem. O processo que tem um objetivo, de construir situação de efeito dominó”. Naquela ocasião, era notório que Dilma (2013) se referia às tentativas de opositoristas de gerarem desconfiança para inibir investimentos e minar a economia brasileira. Ela estava certa.

A mesma frase teria sido repetida no dia 13 de abril de 2016, quatro dias antes da votação do processo de *impeachment* na Câmara dos Deputados, durante entrevista coletiva concedida no Palácio do Planalto, mas, dessa vez, Dilma mencionou que estava em decurso no Brasil um golpe que, por meio de uma conspiração que visava à derrubada do governo (SPINILLO, 2016).

Em 2015, o Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE) apontou que a avaliação do governo de Dilma passou de 63% de aprovação no início de 2013 para apenas 9% em dezembro de 2015, um recorde negativo de popularidade em que 82% da população desaprovava a maneira de governar. Da amostra entrevistada, verificava-se que 75% consideravam que as notícias veiculadas na imprensa eram desfavoráveis ao governo com destaque para os temas: *impeachment*, corrupção e manifestações (CNI, 2015).

Crises nas contas públicas, pioras nos indicadores sociais e escândalos de corrupção envolvendo atores proeminentes, além de outros fatores que comprometeram a estabilidade do governo, provocaram uma série de atritos político-partidários que levaram a uma quase paralisia governamental, sobretudo em 2015.

Líderes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT) chegaram a mencionar a luta armada como solução. Houve apologia às execuções políticas sumárias por parte de Mauro Luís Iasi, do Partido Comunista Brasileiro (PCB). As ameaças do Deputado Federal Sibá Machado, líder da bancada do Partido dos Trabalhadores (PT) na Câmara dos Deputados de “baixar o pau em manifestantes pró-*impeachment*”, a ameaça de enviar o “exército de Stédile” para as ruas por Luís Inácio Lula da Silva e o enfrentamento violento, sutilmente mencionado pela Deputada Estadual de São Paulo Leci Brandão, do Partido Comunista do Brasil (PC do B), deram o tom dos posicionamentos.

Discursos de líderes estrangeiros, como os dos presidentes da Bolívia e da Venezuela, acirraram ainda mais a rivalidade política no Brasil e ameaçaram trazer à tona enfrentamentos sem precedentes na história da América Latina, gerando um estado de alerta. Teriam essas falas alguma conexão contextual entre si? Tais falas teriam a pretensão de se fazer eclodir enfrentamentos reais ou teriam sido mero uso da retórica política?

Este estudo teve como objetivo geral destacar falas e discursos ocorridos no contexto político brasileiro que culminou com o processo de *impeachment* de 2016, extraindo evidências sobre o uso da retórica de incitação à violência. Como objetivos específicos\*\* buscou-se conceituar construtos que permitissem conexos com a afirmação de que havia uma guerra psicológica em decurso, bem como encontrar fontes documentais que se referissem a meios e ações relacionadas à difusão midiática capaz de influenciar na percepção e opinião pública.

Para o alcance dos objetivos, o presente estudo recorreu a vídeos e documentos públicos cujos trechos de interesse foram transcritos com exatidão. Foi adotada uma vertente descritiva na medida, ao contextualizar-se o cenário político e ao situarem-se as falas analisadas; e uma vertente explicativa, ao buscar-se articular elementos do referencial teórico aos caracteres das falas proferidas, em busca de associações e similaridades da lógica. Trata-se de uma pesquisa essencialmente qualitativa, típica da Ciência Política enquanto ciência ideográfica que foca na compreensão de fenômenos particulares inseridos em um contexto.

O percurso metodológico envolveu a coleta de dados considerando o recorte temporal entre os anos de 2013 e 2016 e, basicamente, refere-se a vídeos com discursos relacionados à situação política vivida no Brasil nesse período. Bauer e Aarts (2002) apregoam que a construção de um *corpus* de pesquisa pode não seguir uma seleção sistemática, porém, desde que apresente atributos característicos do que se pretende pesquisar, é válido, visto que nem sempre é possível trabalhar com amostragem, sobretudo em pesquisas qualitativas.

A construção do *corpus* de pesquisa ocorreu com o estabelecimento de quesitos *a priori* definidos pelo autor: 1) deveriam ter relação com o momento político brasileiro no recorte temporal considerado; 2) deveriam refletir a visão de pessoas que apoiavam o governo de situação; 3) deveriam conter alguma referência ao uso da violência. O enfoque principal se deu nos elementos discursivos que possibilitassem explorar a subjetividade contida nas falas analisadas, a partir das quais buscou-se encontrar traços nos documentos e na literatura selecionada.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Enquanto “ciência mole”, passível de maior flexibilidade nos métodos e liberdade do pesquisador, depreende-se que os achados da Ciência Política podem se tornar, por vezes, imprecisos e refutáveis, características típicas das ciências sociais (HEDGES, 1987). Segundo Hedges (1987), os cânones das ciências duras e seu respectivo rigor não permitiriam uma análise razoável dos fenômenos políticos e suas abstrações.

As variáveis e forças que incidem sobre os objetos-alvos da Ciência Política, diferente das explicações newtonianas, cujas causas e efeitos podem ser mapeados, resultam em achados onde “o ‘sempre’ e o ‘nunca’ das leis e lógicas positivistas não encontram fundamentos, onde as coisas são apenas mais ou menos prováveis de se realizarem” (GOODIN; KLINGEMANN, 1998, p. 9).

Em discursos políticos, não raras vezes, as falas dos interlocutores vão muito além do aparente; a linguagem somente faz sentido quando contextualizada psicológica e socialmente. O aparente nem sempre é o real. Discursos políticos trazem intencionalidade dirigida a uma audiência; importam os efeitos sobre o

público. No espaço de discussão, é por meio das palavras que se constroem significados e se elidem valores, ou seja, é a fala que causa, em primeira instância (CHARAUDEAU, 2018). O discurso guarda relações contextuais indissociáveis, sendo imprescindíveis para a compreensão do seu sentido considerar a “posição do emissor nas relações de força e também sua relação com o receptor” (BARDIN, 1977, p. 214).

## 2.1 *Guerra, política e discurso: a guerra psicológica*

A guerra sempre é resultante de uma condição política e se desdobra em função dela, sendo ambas faces da mesma moeda, isto é, a “guerra não é só um ato político, como também um autêntico instrumento político”; é a continuidade da política através da força dada à incapacidade de se harmonizarem interesses (CLAUSEWITZ, 1996, p. 46).

As iniciativas “dirigidas contra as mentes, em lugar da violência tradicional” estão inseridas no contexto da guerra psicológica (MÉGRET, 1959, p. 8). Fruto da própria história da humanidade e de seus conflitos, a guerra psicológica é

resultante das revoluções ideológicas e das metamorfoses das sociedades políticas, surgindo da encruzilhada das técnicas psicossociológicas que mobilizaram o pensamento e precipitaram a osmose intelectual dos povos e das nações (MÉGRET, 1959, p. 8).

Os conhecimentos de guerra psicológica podem se tornar as mais destruidoras armas, e, para um “fanático”, o uso conveniente de termos como “fomento da democracia”, “despertar das massas”, para suas próprias propagandas e “disseminação de mentiras”, “corrupção da imprensa” ou “ópio para o povo” (LINEBARGER, 1962, p. 93).

Em alusão a Karl Marx, Nogueira (1963) dizia que, se a força é a parteira de toda sociedade, a propaganda seria a mãe de toda força, o mais importante impulsionador das vontades dos povos, cujo básico é modificar comportamentos por condicionamento ou sugestionamento, incutindo crenças (religiosas ou superstições) ou reflexos (respostas automatizadas a determinados gatilhos) nos indivíduos.

Para Volkogonov (1986), a conquista da consciência coletiva é um campo onde se travam batalhas cujas armas são fornecidas por áreas do conhecimento como “Psicologia Social e Ideologia”. A “batalha pela consciência social” envolve a investida em “formas concretas: consciência política, de justiça, moral, estética, filosófica e, em alguns casos, religiosa”, uma “luta de ideias” (VOLKOGONOV, 1986, p. 20).

Na busca das preferências políticas, o discurso político surge como um dos mais importantes instrumentos de difusão de pensamentos e ideais. Charau-deau (2018) define discurso político como um ato entre emissor e receptor que envolve alguma relação de poder, destinado a causar efeitos daquele sobre

este, pautado, geralmente, pela existência de uma ameaça ou gratificação. O discurso político envolve princípios de alteridade, influência e regulação, indissociáveis da intencionalidade de causar efeitos. Para Enriquez (1983, p. 58), o objetivo de um discurso político é “seduzir, atrair, fascinar por figuras de estilo, por variações de vozes, intensidade expressiva e, sobretudo, por repetições de fórmulas simples”.

## 2.2 *Ideologia como norteadora do discurso político*

Uma das primeiras noções sobre o conceito de ideologia advém de Engels e Marx (2006) ao argumentarem que a “ideologia” seria uma deformação da realidade, uma forma de replicação das “ideias dominantes” para a formação de consciência social alienada. Engels e Marx (2006) acabariam por criar uma ideologia própria onde alguns dos objetivos eram a supressão de verdades eternas, a abolição da religião e da moral como caminho para a ruptura dos velhos paradigmas da sociedade. Essa ideologia deveria ser promovida por uma intensa intervenção estatal na educação, na propriedade, nas ciências, nas relações de trabalho e familiares de maneira a fazer surgir um novo sistema social.

Numa outra abordagem, haveria duas conotações para ideologia: 1) conjunto de valores, crenças ou ideias que sustentam visões de mundo, incluso, nesta vertente, as distorções produzidas na percepção dos sujeitos em relação à realidade; e 2) “ideologia política”, um conjunto de ideias coerentes que têm por objetivo “servir de guia para a ação política”, para a tomada de decisões no universo político (REIS, 1988, p. 26).

Enquanto, para Franco (2004), ideologia é um conjunto abstrato de ideias que orienta a compreensão da realidade, para Meszáros (2004), ideologia se refere a uma forma de consciência social, sempre inacabada, baseada em valores-referências e conceituações coerentes que implicam repercussões práticas na vida social. Arendt (1989, p. 188) afirmou que “toda ideologia que se preza é criada, mantida e aperfeiçoada como arma política e não como doutrina teórica” e que o aspecto científico é o que menos importa se os efeitos desejados são alcançados.

Garcia (1982) argumenta que uma propaganda ideológica é um processo de divulgação que busca, destarte, manipular o público para o qual se dirige usando, para isso, palavras ou símbolos meticulosamente preparados para inculcar a informação desejada, seguindo um processo de “controle ideológico” (GARCIA, 1982, p. 17). O controle ideológico é importante porque através dele se pode atrair e apreender as preferências e motivações das pessoas na esfera política (RUIZ, 2004). Segundo Ansart (1983), a inoculação de sentidos no público tem por finalidade fornecer explicações simplificativas da realidade coerente com a ideologia que representam, visto que as mensagens atraem, ancoram e reforçam desejos.

A propaganda política é uma arma silenciosa que busca “convencer para vencer”, objetivando arrastar multidões para a ação, através da introjeção e reforçamento de ideias no público a para o qual são dirigidas (DOMENACH, 2001). Nessas investidas, as “personalidades-pilotos”, indivíduos proeminentes que exercem algum tipo de influência no público-alvo, capazes de causar admiração e de impactar na subjetividade, assim como o uso de bandeiras, flâmulas, slogans, hinos, desenhos, cores vivas e música são peças centrais para impactar e gerar um fascínio (DOMENACH, 2001, p. 95).

### 3 ANÁLISE DO DISCURSO: DOCUMENTOS E FALAS

São analisados discursos e contextos de pessoas públicas brasileiras em meio à crise política envolvendo o processo de *impeachment* ocorrido no Brasil. As falas foram transcritas literalmente a partir de vídeos disponíveis na internet.

Igualmente, são analisadas as falas de dois presidentes latino-americanos proferidas em tom de ameaça à soberania brasileira onde justificavam que agiriam com força e rigor em defesa da democracia em razão de um golpe em andamento no Brasil.

Por fim, são feitas análises de documentos públicos do Partido dos Trabalhadores (PT) e diretrizes do Foro de São Paulo (FSP) por se mostrarem como fontes ideológicas do pensamento socialista na América Latina e Caribe, aparentando serem coerentes com as visões e discursos proferidos nas falas analisadas. Antes, porém, é tecida uma breve análise da conjuntura política brasileira.

#### 3.1 *Os discursos de radicalização*

Em 24 de fevereiro de 2015, na Associação Brasileira de Imprensa (ABI), no Centro do Rio de Janeiro (RJ), Lula, acompanhado de João Pedro Stédile, líder do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), do prefeito da cidade de Maricá, Rio de Janeiro (RJ), Washington Quaquá, e do prefeito da cidade de Niterói (RJ), Rodrigo Neves, ambos do PT, foi responsável por falas que remetiam a uma possível radicalização, elevando a tensão entre oposição e governistas ao dizer: “Eu quero paz e democracia, mas eles não querem. Nós sabemos brigar também, sobretudo quando o João Pedro Stédile colocar o exército dele do nosso lado”. No referido discurso, ainda teceu críticas à Operação Lava-Jato e fez menção ao que chamou de tentativa de “criminalização da ascensão de uma classe social” no Brasil, algo que incomodava “a elite” (BRAGA, 2015).

Em 5 de março de 2015, durante comemorações de homenagem ao líder da revolução venezuelana, Hugo Chaves, João Pedro Stédile (MST) fez um pronunciamento polêmico, em língua espanhola para milhares de pessoas. Stédile (2015, grifo do autor) demonstrou seu apoio ao governo de Dilma Rousseff,

a Lula e desejou “sucesso” ao governo venezuelano na condução da revolução bolivariana, em discurso transmitido ao vivo pela rede de televisão estatal venezuelana TeleSur:

Traigo un abrazo de nuestro compañero Lula a cada uno de ustedes y al comandante Maduro. Venimos aquí para les decir no dar orgullo y siempre que nos da dudas recorrimos al ejemplo, a los pensamientos y a los ideales del comandante Chaves. Porque Chaves no fue solo de Venezuela, Chaves fue del pueblo latinoamericano, Chaves incluso era brasileño, Chaves incluso nos enseñó a reconocer al valor de Abreu y Lima que ni siquiera nosotros brasileños conocemos. Por eso venimos aquí para nos abastecer de los ideales y del pensamiento del comandante Chaves. Y venimos también para reflexionar con ustedes que nuestro continente pasa por momentos difíciles porque **la lucha de clases se puso más aguda, porque la burguesía y el imperio no aceptan los resultados del pueblo en las urnas.** Y ellos mantienen el poder económico, con sus bancos, sus empresas y sus dólares. Y **mantienen el monopolio de los medios de comunicación en todo Latinoamérica.** Entonces frente a derrota en las urnas ellos manipulan el poder económico, **manipulan la prensa para querernos derrotar a nuestra ideología y nuestro proyecto de liberación de Latinoamérica.** Por esto, en este momento está a atacar a ustedes, están atacando al pueblo argentino con Cristina y están atacando a nosotros en Brasil hablando de *impeachment* a la presidente Dilma. **Y nosotros tenemos que comprender que somos un solo pueblo y que tenemos que derrotarlos de una forma unida,** por eso venimos aquí a decir que **desde Brasil estamos con ustedes.** Venimos decir a Maduro que el pueblo brasileño está contigo. ¡No esmorezca, Maduro! No tenga miedo de esos mierdas que **solo tienen dinero y manipulan la ideología.** Frente a ellos nosotros tenemos una fuerza que es una calle, cuando tengan **dudas sigan a Chaves, y tomen la calle!** Que es en la calle que vamos a derrotar al imperio y toda la burguesía del continente. ¡Adelante! Comandante Maduro. ¡Viva! Al pueblo venezolano. ¡Viva! Al pueblo latinoamericano. **\*\*¡Viva! La liberación de nuestra América\*\*.**

Polêmica anterior envolvendo o MST e a Venezuela se deu em 28 de outubro de 2014, na cidade de Guararema, São Paulo, por ocasião da visita não oficial de Elias Jauá, ministro venezuelano do Ministério do Poder Popular para as Comunas e Movimentos Sociais. Nessa ocasião foi firmado um acordo de cooperação para o fortalecimento da “revolução bolivariana” por meio do intercâmbio de pessoal e conhecimentos:

Al firmar este convenio entre el gobierno de la República Bolivariana de Venezuela y el Movimiento de los Sin Tierra para incrementar la capacidad del intercambio de experiencia para **fortalecer** la formación

de lo que es fundamental para una revolución socialista. La formación de la consciencia y la formación del pueblo para defender lo que ha logrado y seguir avanzando la construcción de una sociedad socialista. (ELIAS JAUÁ, 2014).

O episódio de Guararema teria causado um incidente diplomático entre Brasil e Venezuela com a convocação, por parte do Palácio do Itamaraty, do representante da embaixada venezuelana para prestar explicações. A assessoria de imprensa do MST, por sua vez, informou em sua página oficial que o aludido acordo seria nada mais do que uma cooperação entre camponeses dos dois países sobre produção agrícola e em áreas de interesse estratégico para os camponeses (MST, 2014).

Em 04 de junho de 2015, em Sumaré, São Paulo, Estância Árvore da Vida, ocorreu o 2º Congresso Nacional da CSP-Conlutas. Estiveram presentes, dentre outros, Mauro Iasi, do Partido Comunista Brasileiro (PCB), Luciana Genro, do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), e Zé Maria, do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU). Antes de apontarem suas visões sobre qual ação deveria ser tomada pelas organizações, uma reflexão compartilhada por todos foi sobre a crise do PT e o esgotamento de seu projeto de poder (CSP, 2015).

Dentre os vários temas discutidos, o principal girou em torno da encruzilhada em que se encontravam aqueles que buscavam uma alternativa diante dos supostos ataques desferidos pelo Governo Dilma e pelas forças conservadoras contra o povo oprimido. A resposta das categorias de trabalhadores deveria girar em torno de greves gerais. Apesar do claro descontentamento de aliados do governo Dilma observado no 2º Congresso Nacional da CSP-Conlutas de 2015, não parecia, num primeiro momento, que havia interesse na derrocada total do governo.

Os discursos deixaram claro que havia uma séria insatisfação com o governo por conta de medidas de austeridade fiscal que ensejaram cortes de direitos trabalhistas. No bojo das discussões, Zé Maria deixou claro que haveria um rompimento dos trabalhadores com a frente petista, enquanto Luciana Genro argumentou que “a reforma política e a democratização dos meios de comunicação” eram distrações petistas para amenizar o descontentamento popular (CSP, 2015). Zé Maria defendeu que tudo não passava de tentativas de “blindar o governo Dilma”, em franca decadência. Mauro Iasi chegou a dizer que a derrocada do PT não se tratava de um problema conjuntural, mas o “fim de um ciclo”. No entanto, o que se destacou foi o trecho no qual Iasi (2018), posicionando-se contra o que denominou de conservadorismo, parafraseia o poema “Perguntas a um homem bom”, do dramaturgo alemão Bertolt Brecht, dando a conotação do uso da violência contra antagonistas:

Assim nós enfrentaremos os conservadores. É assim que nós vamos enfrentar os conservadores: radicalizando a militância. Mas qual será nosso diálogo com o setor conservador? Nós temos que nos defender dessa

ofensiva conservadora. Não ir ao diálogo com eles [...] Estamos dispostos a oferecer a você um bom paredão, na frente de uma boa espingarda com uma boa bala e vamos oferecer depois uma boa pá com uma boa cova. Com a direita e o conservadorismo nenhuma diálogo: luta.

No dia 27 de outubro de 2015, no calor das discussões sobre o pedido de *impeachment* que tramitava na Câmara Federal, o Deputado Federal Simbá Machado, do Acre, líder da bancada do PT, usou o plenário para chamar os manifestantes pró-*impeachment* presentes nas galerias de “vagabundos”. Bastante exaltado, o parlamentar vociferou: “Eu vou juntar gente e vou botar vocês para correr daqui de frente do Congresso. Bando de vagabundos. Vocês são vagabundos. Vamos para o pau com vocês agora” (NUNES, 2020). Alguns dias depois, noticiários registraram confrontos entre manifestantes antigovernistas acampados em frente ao Congresso Nacional e manifestantes pró-governo (SALCEDO, 2015).

O clima de animosidade perdurou, e, em 18 de novembro de 2015, outros confrontos foram registrados entre manifestantes pró e contra o governo Dilma. A confusão teria ocorrido entre um grupo que defende a “intervenção militar” no Brasil e integrantes da “Marcha das Mulheres Negras”, no canteiro central da Esplanada dos Ministérios, e pessoas, de ambos os lados, foram presas por agressões recíprocas. Próximo ao gramado do Senado, um homem que já havia sido detido alguns dias antes pela Polícia Militar por portar arma de fogo em uma manifestação foi novamente preso após realizar três disparos de arma de fogo. No mesmo dia, integrantes da Central Única dos Trabalhadores (CUT) teriam tentado arrancar faixas pró-*impeachment* de manifestantes acampados em frente ao Congresso, tendo sido utilizado gás de pimenta por policiais, para dispersar os agressores (CASAL, 2015).

Em evento realizado no dia 12 de agosto de 2015, no Palácio do Planalto, em encontro com de movimentos sociais, com a presença de Ministros de Estado e da Presidente da República, Vagner Freitas, presidente nacional da Central Única dos Trabalhadores (CUT), disse:

Boa tarde a todo povo que está presente aqui e ao que está nos assistindo por transmissão direta. Eu gostaria de começar dando um recado para os golpistas: Nós somos os construtores da democracia. E democracia é um valor universal e para os trabalhadores, muitos de nós, morreram defendendo a democracia, enfrentando a ditadura, construindo um outro país. O que se vende hoje no Brasil é a intolerância, é o preconceito, preconceito de classe contra nós. Quero dizer em alto e bom tom que somos defensores da unidade nacional, na construção de um projeto nacional de desenvolvimento para todos e para todas. E que isto implica agora, neste momento, ir para ruas, entrincheirados com arma na mão se tentarem derrubar a Presidenta Dilma Roussef (VEJA, 2015).

Wagner Freitas ainda arrematou seu discurso afirmando: “Seremos, Presidenta Dilma, qualquer tentativa de atentado à democracia, à senhora ou ao presidente Lula, nós seremos o exército que vai enfrentar esta burguesia nas ruas. Porque não vai ter golpe!” (VEJA, 2015).

Em meio à crise política com o processo de *impeachment* tramitando no Congresso Nacional, logo após o Juiz Federal Sérgio Moro autorizar a divulgação irrestrita de trechos de conversas entre a Presidente da República e Lula, no dia 18 de janeiro de 2016, ao lado de Lula, do prefeito de São Paulo Fernando Haddad, da Deputada Estadual de São Paulo Leci Brandão e diante de milhares de correligionários do MST, CUT, PC do B e de outras representações, Wagner Freitas, proferiu discurso em tom de ameaça:

Eu quero dizer em alto e bom tom que o Brasil está sofrendo um golpe. Um golpe da democracia, um golpe onde um juiz de toga acha que pode substituir um voto. Juiz é pra julgar. Quem manda somos nós que temos voto. Nós não podemos ver a ditadura do poder judiciário. Nós não podemos ter o que o Moro fez. Eu quero dizer, Presidente Lula, que o Moro não grampeou o Lula e a Dilma, o Moro grampeou a democracia. O Moro grampeou o Estado de Direito. O Moro grampeou o Brasil e nós vamos nos livrar do Moro (MUNDO DIÁRIO NEWS, 2016).

Em propaganda partidária do PC do B veiculada em outubro de 2015, a Deputada Estadual Leci Brandão (2015) deixa nas entrelinhas a possibilidade do uso de recurso da luta armada:

O PC do B está sempre pronto pra dialogar, respeitando o direito que todos tem de pensar diferente, mas também está preparado se o confronto for em outro campo. Os homens e mulheres do partido da coragem mais uma vez vão enfrentar os poderosos para defender a democracia. E precisa de você, de todos lutando juntos. Se eles quiserem mostrar tamanho, seremos maiores. Se tentarem ganhar no grito, gritaremos mais alto. E se quiserem medir força, seremos mais fortes que eles. Levamos muito tempo pra conquistar o que temos hoje, e não vamos permitir que os que nos prejudicaram no passado também estraguem o nosso futuro.

De comum, em todas as falas, se verifica a retórica que, de alguma maneira, invoca o recurso à violência. As falas são dirigidas a um público de apoiadores, e os eventos foram veiculados por diversos meios de difusão, sobretudo pelas redes sociais, dando amplo alcance.

### 3.2 *As ameaças de Nicolás Maduro, da República Bolivariana da Venezuela, e de Evo Morales, do Estado Plurinacional da Bolívia*

Em agosto de 2016, com a rejeição formal dos governos do Brasil, da Argentina e do Paraguai ante a possibilidade de a Venezuela assumir a cadeira da

presidência do Mercosul, por motivos relacionados às acusações de quebra de cláusulas democráticas, Nicolás Maduro fez um pronunciamento no qual mais uma vez disse ter ocorrido um golpe no Brasil. Em tom de ameaças, Maduro (2015) proferiu:

La triple alianza de torturadores de Sudamérica ahora nos persiguen. La oligarquía paraguaya corruptible con narcotraficantes ahora nos persiguen, el demacrado Macri de Argentina, fracasado, repudiado por su pueblo ahora nos persigue y ahora nos persigue la dictadura impuesta en Brasil. ¡La triple alianza! Bueno, triple alianza, aquí los esperamos, aquí los vamos a enfrentar y aquí los vamos a derrotar, pero con Venezuela no se van a meter. A Venezuela se respeta, somos presidentes del Mercosul y lo vamos a ejercerlo plenamente., señores de la tripe alianza. [...]

Mañana va John Kerry a Argentina a cerrar el acuerdo con el ‘Plan Cóndor’ porque ellos creen que pueden venir a desaparecer a Venezuela. Ahí va estar John Kerry. Le dice la canciller que lo llamara y le dijera la verdad, Venezuela lo enfrentara en el campo de la palabra, de la diplomacia de la verdad porque anda por Sudamérica buscando la división, están buscando lo que no se les perdió.

O presidente da Bolívia, Evo Morales (2015), também se manifestou:

Escuché por alguien en Brasil que hay un golpe de estado a la compañera Dilma, a Lula y a PT. Hermanos comandantes, oficiales de las fuerzas armadas de Brasil, dile a mi noble comandante: no vamos a permitir golpe de estado en Brasil ni a Sudamérica o a américa latina. Vamos a defender las democracias y personalmente nuestro proceso va a defender a la Dilma, Presidenta de Brasil, vamos a defender al Partido de Trabajadores.

Nessa linha, em relação à política interna brasileira no período do *impeachment*, Morales referiu-se à situação como um golpe de Estado, dirigindo-se diretamente aos comandantes militares brasileiros.

### 3.3 *O Caderno de Teses: um partido para tempos de guerra*

O documento intitulado *Caderno de Teses: um partido para tempos de guerra*, resultante do 5º Congresso Nacional do PT realizado em abril de 2015, traz os postulados das diversas correntes internas do partido. A chapa petista denominada *Virar à Esquerda! Reatar com o Socialismo*, já em 2013, mencionava que o PT havia abandonado sua essência socialista, colocando-se “a serviço do capital” e submetendo-se a “campanhas milionárias baseadas em doações de grandes capitalistas” e sob o julgo dos “interesses da burguesia” (PT, 2015, p. 159). Algumas ideias dessa chapa interna do PT geraram polêmicas e marcaram um posicionamento extremista, como se vê a seguir:

7. A Esquerda Marxista, logo após o resultado do 2º turno, lançou uma Carta Aberta à Lula, Dilma e a Direção do PT onde apontava:

c) **Demitir os ministros capitalistas, romper com os partidos do capital. Constituir um governo apoiado nas organizações populares, na CUT, no MST**, entre outras. Exigir publicamente e combater pelo impeachment dos ministros do STF que votaram na farsa da AP 470, a liberdade imediata e anulação da sentença dos dirigentes do PT.

e) **Fim imediato do financiamento público a toda a imprensa burguesa** (jornais e revistas) feitos através dos anúncios de publicidade estatais. Como jornais políticos que são que vivam do financiamento que recebem de seus apoiadores. Nenhum recurso público para a imprensa burguesa!

f) **Estatizar a Rede Globo, que é concessão pública e abri-la para os movimentos sociais!** É público e notório que a Globo se construiu sob o manto da ditadura e com dinheiro público, sonega impostos e deve mais de R\$ 1 bilhão aos cofres públicos. **Estatizar todas as redes, TVs e rádios religiosas, de qualquer confissão.** O Estado é laico e os serviços públicos devem ser laicos e democráticos. Basta com um serviço público, as concessões, sendo utilizadas permanentemente para tentar fraudar eleições e manipular a população!

8. Para fazer isso, companheiros, será preciso convocar as massas para defender essas posições, para dobrar ou derrotar o Congresso Nacional e todas as instituições reacionárias. Se vocês o fizerem terão um apoio majoritário entre as massas, do sul ao nordeste, e se estenderia massivamente por todo o país. **Venezuela, Equador e Bolívia já mostraram que os trabalhadores e a juventude respondem positivamente quando seus dirigentes convocam as lutas contra as oligarquias dominantes.**

9. Essa é a sua responsabilidade. O que vão fazer determinará o futuro do governo e do PT. Nós, que ajudamos a fundar e construir este partido, que combatemos pela vitória do PT em todas as eleições, contra os partidos burgueses, continuamos o combate pelo socialismo, **pelo fim do regime da propriedade privada dos grandes meios de produção** (PT, 2015, p. 158–165, grifo do autor).

Em uma linha moderada, mas não menos controversa, a chapa *Mensagem ao Partido* propôs um “ciclo de mudanças democráticas no país” através do que denominou uma “iniciativa coletiva e plural de defender o socialismo e a democracia” (PT, 2015, p. 52). Essa chapa teceu uma análise do cenário regional onde países latino-americanos com governos socialistas passaram a ter

inúmeras dificuldades financeiras apontando como causas o “apetite imperialista” dos Estados Unidos para conter a perda da hegemonia internacional (PT, 2015, p. 53).

A chapa *Mensagem ao Partido* conduziu uma análise meticulosa a respeito do clima de polarização que ocorreu, principalmente, com o término das eleições presidenciais de 2014 e afirmou que as “forças conservadoras” e “neoliberais” se reorganizaram e souberam manejar órgãos do judiciário e policial para promover ações de desestabilização do governo petista, bem como usaram com maestria a mídia para difundir em todos os setores da sociedade brasileira “um discurso de intolerância em relação aos valores da esquerda e à sua própria legitimidade” (PT, 2015, p. 58).

Em continuidade, a chapa *Mensagem ao Partido* indica direções que deveriam ser tomadas pelo PT, apresentando proposta que defende operar na formação da opinião pública com estratégias desviantes que buscariam justificar os casos de corrupção que envolveram pessoas ligadas ao partido, cortina de fumaça para mascarar os seríssimos escândalos envolvendo muitos de seus filiados, como se nota abaixo:

32. Contra a narrativa da criminalização do PT, reproduzida nos últimos anos, **é preciso construir**, no contexto da investigação da corrupção na Petrobrás, à luz do olhar crítico, **outra narrativa que se compõe, fundamentalmente, de seis eixos:**

a) **A corrupção no Estado brasileiro é sistêmica e não eventual**, tem origens históricas na formação antirrepublicana do Estado brasileiro e se renova com o financiamento empresarial bilionário das campanhas eleitorais, no quadro de um capitalismo fortemente rentista e patrimonialista;

b) Os governos Lula e Dilma, com o apoio do PT, **construíram os instrumentos inéditos na história republicana brasileira de prevenção, investigação e punição da corrupção, ao contrário dos governos** do PSDB e demais conservadores cuja marca central é a corrupção não investigada e impune;

c) As práticas antirrepublicanas vigentes no sistema político brasileiro afetaram também setores do PT e praticamente todos os partidos com maior expressão eleitoral na democracia brasileira.

d) O PT **já decidiu expulsar sumariamente todo filiado que estiver comprovadamente envolvido com casos de corrupção**, que é incompatível com os valores socialistas democráticos e republicanos por nós defendidos;

e) O PT não vê autoridade do PSDB e da **mídia liberal-conservadora em sua disposição de acusar e criminalizar o PT exatamente**

**porque são os maiores defensores do financiamento empresarial das campanhas, dos interesses rentistas e patrimonialistas e da impunidade.**

f) A investigação da corrupção na Petrobrás, em um esquema iniciado já nos governos FHC, é mais uma prova irrefutável do compromisso do PT e do governo Dilma em combater a corrupção, que só pôde ocorrer a partir da nova lei apresentada pela presidenta Dilma de punir as empresas corruptoras (PT, 2015, p. 60, grifo do autor).

A chapa *Mensagem ao Partido* apresentou uma noção clara de que o enfraquecimento do PT havia se dado por conta, principalmente de desvantagens estruturais ligadas ao fato de que os meios de comunicação brasileiros estariam centralizados nas mãos de opositores, em contrariedade aos preceitos legais constitucionais, contrapondo “um subdesenvolvimento histórico da potência comunicativa das redes organizativas, comunitárias e sindicais e, em particular, do maior partido de esquerda brasileira” (PT, 2015, p. 64). Sugeriu-se, diante disso, “unir o sistema educacional que está sendo construído e o sistema público de cultura que vem se projetando” (PT, 2015, p. 66), bem como uma maior articulação da esquerda na “formação de uma narrativa comum”, sugerindo a implementação de rádios e jornais voltados para a difusão de uma agenda dos partidos e movimentos sociais de esquerda nas principais cidades brasileiras, mais uma vez apresentando um discurso bastante carregado ideologicamente de concepções socialistas:

47. Se avançamos na Constituição de 1988 no direito público do voto, o mesmo não se deu em relação ao direito de voz. Esta contradição está no centro do impasse na democracia brasileira. Formada em uma cultura do silêncio, com o passado colonial, uma tradição autocrática de Estado e a formação de um dos sistemas empresariais mais concentrados do mundo, as grandes majorias jamais tiveram direito à voz pública no Brasil. **Há um grande contraste com o caráter monocrático do poder de voz da direita liberal e conservadora, dos ricos, dos brancos, dos homens, dos adultos e o pluralismo social, religioso, étnico e cultural do povo brasileiro.**

48. Os interesses do capital financeiro organizam os meios de comunicação, centralizam agenda, formação de opinião, disputa de valores. **É necessário que o campo democrático e popular organize uma grande plataforma comunicativa para a disputa de hegemonia** (PT, 2015, p. 65, grifo do autor).

Não se pode afirmar que os posicionamentos contidos no *Caderno de Teses* eram unânimes dentro do PT e menos ainda que eram uma tendência, em razão das várias correntes internas do partido e das práticas relativamente moderadas adotadas àquela época. Verifica-se que eram colocações controversas e que,

de fato, remetiam à ideia de um partido para tempos de guerra ou, melhor dizendo, para embates menos abrandados.

### 3.4 *A Resolução sobre Conjuntura*

Em maio de 2016, o Diretório Nacional do PT, reunido em Brasília, emitiu a *Resolução sobre Conjuntura*, documento no qual foram tecidos comentários apontando um “equivoco político” ao longo dos 13 anos de governos petistas. O documento falava em “conspiração golpista” por parte de “forças usurpadoras”, em ataques à “hegemonia dos trabalhadores”, em uma “escalada de criminalização do PT e demais forças de esquerda” e ainda fazia menção à “concentração de todos os fatores na construção de uma força política, social e cultural capaz de dirigir e transformar o país” (PT, 2016, p. 4).

A *Resolução sobre Conjuntura* apontou medidas que deveriam ter sido tomadas e, claramente, faz menção ao aparelhamento de órgãos estatais, bem como investimento em formas de monopolizar as informações:

Fomos igualmente descuidados com a necessidade de reformar o Estado, o que implicaria impedir a sabotagem conservadora nas estruturas de mando da Polícia Federal e do Ministério Público Federal; modificar os currículos das academias militares; promover oficiais com compromisso democrático e nacionalista; fortalecer a ala mais avançada do Itamaraty e redimensionar sensivelmente a distribuição de verbas publicitárias para os monopólios da informação (PT, 2016, p. 4).

O documento trouxe ainda uma posição notoriamente ligada ao reconhecimento de que o PT deveria ter investido mais em orientação político-ideológica ao reconhecer que foi ineficaz e que não souberam lidar com a batalha das ideias já que “milhares de novos filiados foram incorporados sem quaisquer vínculos com o pensamento de esquerda ou nosso programa” (PT, 2016, p. 5).

No plano internacional, o documento também postulou que o processo de *impeachment* de Dilma seria parte de esforços para enfraquecimento político de países sob governos de esquerda para “fragilizar alianças contra-hegemônicas regionais” (PT, 2016, p. 3).

### 3.5 *O Foro de São Paulo: diretrizes sobre propaganda*

O envolvimento de líderes de nações vizinhas e os discursos alinhados, provavelmente, decorrem de pensamentos elaborados e compartilhados a partir da década de 90. O Foro de São Paulo (FSP), entidade fundada pelo PT e Fidel Castro em julho de 1990, congrega partidos políticos e entidades de esquerda que buscam o desenvolvimento e a implementação do socialismo na região, baseado “na democracia social e de massas” e “na luta anti-imperialista e popular” (FSP, 1990, p. 12).

O documento final resultante do XXII Encontro do FSP (2016), realizado entre 23 e 26 de junho de 2016 em El Salvador, apresentou aquilo que os participantes parecem ter percebido como o “ponto principal” a ser desenvolvido como forma de vencer o “imperialismo” e as correntes ideológicas divergentes na América Latina e Caribe na “Batalha de Percepções” (FSP, 2016, p. 41). Sobretudo, na seção três do referido documento, claramente estão expostos o que seria este campo de batalha, as armas e estratégias a serem adotadas para a conquista da hegemonia e implantação de “outra visão de mundo” (FSP, 2016, p. 18). Ficou evidente que as entidades que compunham o FSP deveriam investir no controle ideológico através da regulação dos meios de comunicação:

### III. Medios de Comunicación

#### 1. Tecnología y Comunicación. Una nueva forma de hegemonía.

[...] **Comprender la dimensión del poder político que detentan los medios masivos de comunicación, que es hegemónico, y su capacidad de manipular la “información”, así como su gran incidencia en la opinión pública, es parte indispensable del diagnóstico del proceso y la correlación de fuerzas, así como la base de análisis para rediseñar nuestra estrategia.** (Punto 2.a: “La batalla cultural y las ofensivas mediáticas.”)

#### 2. Medios de Comunicación. Estrategias para la etapa.

##### a) La batalla cultural y las ofensivas mediáticas

Es elemento insoslayable que en la actualidad ha adquirido un rol determinante **la batalla táctica por ganar opinión pública favorable, en la medida que un nuevo paradigma comunicacional se instala con fuerza integrando la tecnología y asignando buena parte de los recursos materiales, financieros y humanos a la formación de opinión, provocando “sensaciones” y “percepciones” que pueden poner en duda las acciones que muchos de nuestros Gobiernos han llevado adelante para profundizar los cambios en el plano social, político y económico.**

[...]

##### d) Soberanía en Internet

**De todos modos, en la Batalla de las Percepciones, estos medios pueden ayudar a poner un tema en debate, a colocar una reivindicación justa, a denunciar una injusticia, a propagar información valiosa, a posicionarse en una determinada coyuntura.**

En síntesis, los medios virtuales, son complementarios y necesarios para la discusión en tiempo real y **ayudan a masificar una idea, un concepto y también pueden contribuir a neutralizar la manipulación y la difusión de información falsa y tergiversada.** Pero

de ningún modo substituyen la movilización popular ni el debate público en el plano personal y necesariamente deben estar alineados a una estrategia comunicacional (FSP, 2016, p. 35–38, grifo do autor).

O documento define que estaria ocorrendo uma guerra de quarta geração e que, por meio da produção de sentidos capazes de gerar sensações e percepções, os opositoristas do socialismo estariam criando condições que desqualificariam as ações dos governos progressistas na promoção das mudanças sociais, políticas e econômicas (FSP, 2016).

Em razão disso, saber manejar as informações e adaptá-las aos interesses propostos é essencial para a continuidade e consolidação do “processo de mudanças”, considerando que deve existir um “povo convencido”, condição necessária para a “redistribuição da riqueza” e “avanço no plano ideológico para a construção de uma nova sociedade” (FSP, 2016, p. 42, tradução do autor).

#### 4 DISCUSSÃO

O uso do termo guerra psicológica por Dilma no final de 2013 não parece ter sido casual. Entre 2013 e 2015, o percentual dos que julgaram o governo ótimo ou bom caiu de 63% para 9%. Na amostra, 75% responderam que as notícias veiculadas na imprensa eram mais desfavoráveis ao governo e 70% avaliaram o governo como ruim ou péssimo (CNI, 2015).

Ao longo dos meses que antecederam ao *impeachment* de Dilma em 2016, uma série de escândalos de corrupção envolvendo integrantes do alto escalão e de apoiadores da presidente passou a ser as principais notícias jornalísticas no Brasil. Grupos político-partidários, antes alinhados, passariam a travar verdadeiras guerras midiáticas em busca da opinião pública.

A constatação de que documentos do PT e do FSP traziam referências à necessidade de um maior controle dos meios de comunicação, para melhor difusão e reforço do pensamento socialista na América Latina e Caribe, é uma evidência de que havia nítida noção da importância do uso de meios de influência para a perpetuação de seus ideais.

Aos analisar um apanhado da literatura relacionada ao uso da retórica e outros artifícios discursivos para impactar na opinião pública, verifica-se que trechos do *Caderno de Teses: um partido para tempos de guerra*, bem como do documento final resultante do XXII Encontro do FSP (2016) e da *Resolução sobre Conjuntura* deixam evidentes o discurso dualístico do “nós contra os eles” e sobre como conduzir os partidários para o alcance dos objetivos propostos.

A alteração de “princípios filosóficos-ideológicos” depende, basicamente, do emprego de meios capazes de gerar interesse e ódio no público-alvo (NOGUEIRA, 1963). Disse Arendt (1989, p. 188) que “a extraordinária força de persuasão decorrente das principais ideologias do nosso tempo não é acidental”. É

a partir disso que se nota que é preciso jogar com as paixões, penetrar o universo interior dos indivíduos de maneira que suas mentes e emoções possam ser mobilizadas em prol da causa estabelecida (ANSART, 1983).

Michels (1982, p. 27) afirma que existe uma natureza militarista nos ideólogos socialistas e o emprego tão íntimo de terminologias e táticas militares deixam notório que um partido dito socialista é, em essência, uma “organização de combate” e, como tal, exige centralização, disciplina e ordem de seus integrantes, a fim de se fazer cumprir os interesses do partido para a instauração da “verdadeira democracia” (MICHELS, 1982, p. 27). O uso dessas terminologias se lê em trechos como “en última instancia la batalla en el plano mediático es solo uno de los escenarios en que se libra la lucha por la liberación de nuestros pueblos” (FSP, 2016, p. 39).

Situações de violência e radicalização, individual ou coletiva, não surgem ou se propagam no vácuo. Antes são motivadas e podem ser arquitetadas. O PC do B possui um histórico de alusões à luta armada sob o pretexto de defesa da democracia. As entrelinhas da fala de Leci Brandão deixaram claro que o outro campo a que se referia era, em verdade, o campo da luta armada. Nas falas de Mauro Iasi, o recurso à violência contra aquilo que denominou conservadorismo parece ser mais do que uma mera licença poética, isso porque Lênin (1987), uma das fontes inspiradoras do PC do B e PCB, defendia que a revolução somente seria alcançada por meio da luta armada, o que exigia inocular nas massas o espírito da revolução violenta, segundo o próprio autor, a parteira da nova sociedade.

Uma análise de conjuntura política não se limita apenas aos fatos empíricos ou elementos imediatos. Os desdobramentos estão em constante movimento e nunca se trata de um trabalho neutro (ALVES, 2011). Não é tarefa simples traçar um perfil da conjuntura política do período em comento.

Em verdade, foi um período obscuro e de contradições. Movimentos e manifestações como “Copa pra Quem?”, “Movimento do Passe Livre”, “Não vai ter Copa” e até ações dos chamados “black blocs” tornam as análises mais confusas, imprecisas e suscetíveis a uma gama enorme de conclusões. Mégrét (1959) utiliza o termo “quinta coluna” para se referir a grupos ou pessoas que ocultamente maquinam maneiras de incitar, manipular e orquestrar agitações e violências coletivas. Para Morgenstern (2015) tudo não teria passado de iniciativas que fugiram do controle, ganharam vida própria e tomaram maiores proporções por grupos antes alinhados ao governo.

No tempo em que ocorreram, as falas analisadas neste artigo, isoladas ou em conjunto, bem como o teor dos documentos, apontavam para um cenário cujas expectativas de confrontos mais sérios acabaram não se concretizando. Não ocorreram no Brasil agitações graves ou ruptura democrática. A lei e a ordem, no que pese tenham ocorrido situações pontuais de violência, prevaleceram.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo se propôs analisar alguns discursos no período de maior instabilidade política na história recente brasileira. A pesquisa recorreu a um levantamento bibliográfico clássico sobre a gestão da preferência na esfera política, traçando um paralelo entre discursos e suas intenções aparentes. No bojo da instabilidade política brasileira, as falas de presidentes de países vizinhos e a conexão com movimentos sociais brasileiros contribuíram para tornar o cenário ainda mais conturbado.

Parte do *Caderno Teses do PT: um partido para tempos guerra* e da *Resolução sobre Conjuntura* do Diretório Nacional do PT tratam da “batalha de ideias”, defendendo que ela deva ser travada através de todos e quaisquer meios disponíveis. Essa visão é também sincretizada no documento final do XXII Encontro do Foro de São Paulo de 2016, onde se aprofunda ainda mais a visão de que os meios de comunicação são os recursos por meio dos quais essa batalha pode proporcionar melhores vantagens na arena.

No que pesem as falas analisadas indicarem um enredo mais severo e sobre a possibilidade de líderes de entidades representativas e de partidos políticos terem a capacidade de influenciar comportamentos, conforme a literatura apresentada, prevaleceu no Brasil um fim democrático. De fato, pontualmente ocorreram atos de depredação ao patrimônio público e privado, manifestações mais acirradas com atos de desobediência civil e enfrentamentos físicos entre grupos antagônicos, mas nada aparentemente próximo de uma guerra civil ou conflito armado.

A análise contextual de discursos, assim como a análise de conjuntura assemelha-se a um retrato momentâneo da realidade, em contínua modificação com o transcorrer dos acontecimentos. Agendas de pesquisas podem buscar se aprofundar em questões relacionadas aos desdobramentos que ocorreram (e ainda ocorrerão) na história política brasileira em função dos fatos, discursos e documentos analisados neste artigo.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, José Eustáquio Diniz. *Análise de conjuntura: teoria e método*. Rio de Janeiro: FRJ, 2011.
- ANSART, Pierre. *La gestion des passions politiques*. Lausanne, L’Age d’homme, 1983.
- ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. Tradução de Roberto Raposo. 3. reimp. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1989.
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1977.

- BAUER, Martin W.; AARTS, Bas. A construção do corpus: um princípio para a coleta de dados qualitativos. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (ed.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. p. 39-63.
- BRAGA, Bruno. Lula ameaça com “exército” do MST, 30 nov. 2015. 1 vídeo (16s). Publicado pelo canal Bruno Braga. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=QhhYK\\_9Uf-U](https://www.youtube.com/watch?v=QhhYK_9Uf-U)>. Acesso em: 27 set 2022.
- BRANDÃO, Leci. Discurso de Leci Brandão sugere ameaça com luta armada em Propaganda do PCdoB. Araripina, Pernambuco, [s. n.], 29 out. 2015. 1 vídeo (1min56s). Publicado pelo canal Araripina em Foco. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=3UfNrYAIThe>>. Acesso em: 23 jan. 2020.
- CARVALHO, Fabrício Santos de. Nota de esclarecimento. Brasília (DF): SSP/DF, 2013. Disponível em: <<http://www.ssp.df.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/item/2252-nota-de-esclarecimento.html>>. Acesso em: 24 fev. 2016.
- CASAL, Marcello. *Confronto de manifestantes em frente ao Congresso tem tiros e dois presos*. In: Agência Brasil. [S. l.], 18 nov. 2015. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2015/11/confronto-de-manifestantes-em-frente-ao-congresso-tem-tiros-e-dois-presos-4908263.html>>. Acesso em: 19 abr. 2016.
- CENTRAL SINDICAL E POPULAR (CSP). Partidos discutem as saídas da esquerda diante dos ataques e crise do PT e propõem Greve Geral. In: CSP-Conlutas. São Paulo-SP, 04 jun. 2015. Disponível em: <<http://cspconlutas.org.br/2-congresso-csp---conlutas/n/2698/partidos-discutem-as-saidas-da-esquerda-diante-dos-ataques-e-crise-do-pt-e-propoem-greve-geral>>. Acesso em: 09 ago. 2021.
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (CNI). *Pesquisa CNI-IBOPE: avaliação do governo: dezembro 2015*. Brasília: CNI, 2015. Disponível em: <<https://silo.tips/download/dezembro-2015-pesquisa-cni-ibope>>. Acesso em: 16 jun. 2020.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso Político*. São Paulo: Editora Contexto, 2018.
- CLAUSEWITZ, Carl Von. *Da Guerra*. Tradução de Inês Busse. 40. ed. Coleção Livros de Bolso/Série Grandes Obras. Lisboa: Publicações Europa-América LTDA, 1996.

- DOMENACH, Jean Marie. *A propaganda política*. Edição Ridendo Castigat Mores. Versão eBook, 2001.
- ENRIQUEZ, Eugène. Psicologia das massas e análise do ego: as metamorfoses da função. In: ENRIQUEZ, Eugène. *Da horda ao estado: psicanálise do vínculo social*. Tradução Teresa Cristina Carreiro e Jacyara Nasciutti. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1983, p. 47-78.
- ENGELS, Frederick; MARX, Karl. *Manifesto do Partido Comunista*. Tradução de Sueli Tomazzini Barros Cassal. Porto Alegre: L&M Pocket, 2006.
- FORO DE SÃO PAULO (FSP). *XXII Encuentro del Foro de São Paulo: Documento Base*. San Salvador, El Salvador: FSP, 2016. Disponível em: <http://forodesaopaulo.org/wp-content/uploads/2016/06/Documento-Base-XXII-FSP-para-publicar.pdf> . Acesso em: 01 fev. 2020.
- FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. Representações sociais, ideologia e desenvolvimento da consciência. *Cadernos de Pesquisa*, v. 34, n. 121, p. 169-186, jan./abr., 2004.
- GARCIA, Nelson Jahr. *Estado Novo, Ideologia e propaganda política*. São Paulo: Loyola, 1982.
- GOODIN, Robert E.; KLINGEMANN, Hans-Dieter. Political Science: the discipline. In: GOODIN, Robert E.; KLINGEMANN, Hans-Dieter. *A new handbook of political science*. Oxford: Oxford University Press on Demand, 1998. p. 3-130.
- HEDGES, Larry V. How hard is hard science, how soft is soft science? The empirical cumulativeness of research. *American Psychologist*, v. 42, n. 5, p. 443, 1987.
- IASI, Mauro Luís. Mauro Iasi. In: WIKIQUOTE. [*S. l.*], 7 set. 2018. Disponível em: [https://pt.wikiquote.org/wiki/Mauro\\_Iasi](https://pt.wikiquote.org/wiki/Mauro_Iasi). Acesso em: 12 abr. 2020.
- LÊNIN, Vladimir I. *O Estado e a revolução: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na Revolução*. São Paulo: Editora Hucitec, 1987, p. 7-27.
- LINEBARGER, Paul M. A. *Guerra Psicológica*. Tradução Major Octavio Alves Velho. Coleção General Benício. v. 12. Rio de Janeiro: Editora Biblioteca do Exército, 1962.
- MADURO, Nicolás. *Maduro cargó contra países del Mercosur*. Caracas, Venezuela, [*s. n.*], 04 ago. 2016. 1 vídeo (3min29s). Publicado pelo canal

- ABC TV Paraguay. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1ZV-jZ2QGXo>. Acesso em: 17 jun. 2020.
- MÉGRET, Maurice. *La guerra psicológica*. Traducción de Carlos A. Duval. Biblioteca del Ombre Contemporáneo. Buenos Aires: Editorial Paidós, 1959.
- MESZÁROS, István. *O poder da ideologia*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- MICHELS, Robert. Os chefes nas organizações democráticas. In: MICHELS, Robert. *Sociologia dos partidos políticos*. Tradução: Arthur Chaudon. Brasília: Ed. UnB, 1982, p. 15-57.
- MORALES, Evo. *Bolivia: repudia Evo Morales desestabilización contra Dilma Rousseff*. Caracas, Venezuela, [s. n.], 21 ago. 2016. 1 vídeo (59s). Publicado pelo canal teleSURtv. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=\\_TPaIkDPzCg](https://www.youtube.com/watch?v=_TPaIkDPzCg) . Acesso em: 16 jul. 2020.
- MORGENSTERN, Flávio. *Por trás da máscara*. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2015.
- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). *Conheça o “ameaçador” acordo bolivariano firmado entre MST e Venezuela: mais uma vez os setores conservadores demonstram que não admitem qualquer participação popular*. In: MST. [S. l.], 10 nov. 2014. Disponível em: <http://www.mst.org.br/2014/11/10/conheca-o-ameacador-acordo-bolivariano-firmado-entre-mst-e-venezuela.html> . Acesso em: 15 jan. 2016.
- MUNDO DIÁRIO NEWS. Vamos nos Livrar do Moro, diz Vagner Freitas na Avenida Paulista. Publicado pelo canal Mundo Diário News, 17 nov. 2016. 1 Vídeo (58s). Publicado pelo canal Mundo Diário News. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=GxZS9h5lRXA> . Acesso em: 27 set. 2022.
- NOGUEIRA, Mário de Assis. Mobilização da Opinião Pública Propaganda e Boato. In: NOGUEIRA, Mário de Assis. *Ação Educativa Contra a “Guerra Revolucionária”*. Rio de Janeiro: Ministério da Guerra/Estado-Maior do Exército, 1963, p. 1-30.
- NUNES, Augusto. A cara do PT. In: VEJA. São Paulo-SP, 31 jul. 2020. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/augusto-nunes/a-cara-do-pt/> . Acesso em: 11 abr. 2021.

PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT). Um partido para tempos de guerra. *In*: CONGRESSO NACIONAL DO PT, 5., 2015, Salvador. *Caderno de teses*. Salvador (BA): PT, 2015. Disponível em: <https://www.enfpt.org.br/wp-content/uploads/2017/09/AE-TESE-UM-PARTIDO-PARA-TEMPOS-DE-GUERRA.pdf> . Acesso em: 12 set. 2021.

PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT). Resolução sobre conjuntura. *In*: PARTIDO dos Trabalhadores. Brasília/DF, 2016. Disponível em: <http://www.pt.org.br/wp-content/uploads/2016/05/Resolu--es-sobre-conjuntura-Maio-2016.pdf> . Acesso em: 15 jun. 2021.

POMAR, Valter. Declaração Final das Reuniões do Fórum de São Paulo (1990-2012). *In*: FORO de São Paulo. [S. l.], 13 jun. 2013. Disponível em: <http://forodesaopaulo.org/declaracao-final-dos-encontros-do-foro-de-sao-paulo-1990-2012/> . Acesso em: 19 set. 2021.

RUIZ, Castor M. M. Bartolomé. A subjetividade e o poder: o dever e o sacrifício como símbolos legitimadores dos dispositivos de poder contemporâneos. *In*: RUIZ, Castor M. M. Bartolomé. *Os labirintos do poder: o poder (do) simbólico e os modos de subjetivação*. Porto Alegre: Escritos Editora, 2004. p. 175-220.

SALCEDO, Grabiela. *MTST ocupa acampamento anti-Dilma em frente ao Congresso*: chegada dos sem-teto causou bate-boca entre lideranças dos movimentos. *In*: CONGRESSO em Foco. Brasília-DF, 28 out. 2015. Disponível em: <http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/mtst-ocupa-acampamento-de-movimento-anti-dilma-em-frente-ao-congresso/> . Acesso em: 23 jan. 2020.

REIS, Fábio Wanderley. Identidade, política e a teoria da escolha racional. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 3, n. 6, p. 26-38, 1988.

ROUSEFF, Dilma Vana. *Pronunciamento de fim de ano da presidenta Dilma*. 29 de dezembro de 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=rv7m5HtpdGo> . Acesso em: 02 jan. 2020.

SPINILLO, Luana. Dilma condena “guerra psicológica” pelo impeachment: a presidenta afirmou que oposição e mídia querem criar efeito dominó de pessimismo e garantiu que vai lutar até o último minuto contra o golpe. *In*: PARTIDO dos Trabalhadores. [S. l.], 13 abr. 2016. Disponível em: <https://pt.org.br/dilma-condena-guerra-psicologica-pelo-impeachment/> . Acesso em: 21 fev. 2020.

VEJA. Presidente da CUT chama movimentos de esquerda a ‘sair às ruas com armas na mão’. *In*: Veja, São Paulo-SP, 13 ago 2015. Disponível em:

*Leonardo Borges Ferreira*

<https://veja.abril.com.br/politica/presidente-da-cut-chama-movimentos-de-esquerda-a-sair-as-ruas-com-armas-na-mao/>. Acesso em: 27 set 2022.

VOLKOGONOV, Dmitri Antonovich. *Guerra psicológica*. Traduzido por J. Bogdan y E. Cherniavski. Moscú: Editoria Progreso, 1986.

# II

## Resenhas

ACHEN, C. H.; BARTELS, L. M. *DEMOCRACY FOR REALISTS: WHY ELECTIONS DO NOT PRODUCE RESPONSIVE GOVERNMENT*. NEW JERSEY: PRINCETON UNIVERSITY PRESS, 2016.

PERLIN, G.; SANTOS, M. L. (ORGANIZADORES). *PRESIDENCIALISMO DE COALIZÃO EM MOVIMENTO*. BRASÍLIA: CÂMARA DOS DEPUTADOS, EDIÇÕES CÂMARA, 2019.

---

**Agleilson Souto Batista** (batista\_asb@hotmail.com)\*

**Leonardo Rodrigues Ferreira** (lrferreira.adm@gmail.com)†

**Maria Jaqueline da Silva Mandú** (jaquelinesilv@hotmail.com)‡

**Sandberg Marcel Santos** (sandbergms@gmail.com)\*\*

**Veridiana da Silva Santos** (veriluz\_catolica@hotmail.com)††

# 12

Esta resenha (resenha) tem o intuito de fazer uma comparação entre as obras “Democracy for realists: why elections do not produce responsive government” e “Presidencialismo de coalizão em movimento”, destacando suas principais abordagens teóricas e empíricas.

Achen e Bartels (2016), autores de “Democracy for Realists: why elections do not produce responsive government”, iniciam sua argumentação a partir de uma avaliação das teorias da democracia e dos estudos do comportamento eleitoral (principalmente a teoria econômica da democracia) para, com isso, contradizer a abordagem de que os eleitores tomam decisões racionais e, assim, defender a ideia de que as referências identitárias e as lealdades partidárias associadas aos eleitores se mantêm ao longo do tempo.

\* Doutorando em Ciência Política  
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

† Doutorando em Ciência Política – UFPE  
Professor Adjunto da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE/UAST)

‡ Doutoranda em Ciência Política  
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

\*\* Doutorando em Ciência Política – Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Servidor do Instituto Federal-Sertão/PE

†† Doutorando em Ciência Política  
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Buscando lastrear a sua própria visão da democracia e dos comportamentos eleitorais, os autores fazem uma rica imersão na história do estudo dos comportamentos eleitorais e suas principais abordagens teóricas, sobretudo no que diz respeito à teoria econômica do voto. Os fatos empíricos foram extraídos, na maioria, do sistema democrático dos EUA, contudo também se referem com frequência a outros sistemas democráticos. Embora a história, as instituições e a cultura moldem práticas democráticas específicas de maneiras importantes, elas não levam a conclusões fundamentalmente diferentes sobre as questões centrais levantadas neste livro.

As análises abrangem o século passado da história política americana, desde a reeleição de Woodrow Wilson, em 1916, até a de Barack Obama, em 2012. Consideram o grande realinhamento do *New Deal* da década de 1930, a transformação política do Sul durante e após as lutas pelos direitos civis da década de 1960, as ramificações do escândalo de Watergate na década de 1970 e a interação da política e da religião na formação das visões dos *baby boomers* em relação à problemática questão do aborto ao longo da vida adulta. Cada um desses estudos de casos teve como objetivo avaliar ou ilustrar aspectos específicos da descrição geral da política democrática, mas cada um também pretendeu contribuir para um amplo retrato do funcionamento da democracia na América e em outros lugares.

Em seu primeiro capítulo, identifica-se uma crítica à falta de realismo das abordagens que consideram que as democracias liberais possuem um eleitorado capaz de assegurar que as escolhas democráticas atenderão seus melhores interesses. Ao mesmo tempo que reconhecem o crescimento desse ideal nas democracias modernas, os autores o contrapõem com a existência de dados empíricos e colocam em evidência as fragilidades do funcionamento dos sistemas democráticos em gerar governos comprometidos, de fato, com escolhas conscientes e informadas dos cidadãos. Dessa forma, os autores acreditam que o pensamento convencional sobre democracia entra em colapso diante da pesquisa social científica moderna.

O capítulo 2 aborda o tema da soberania popular. O “modelo espacial” da competição eleitoral (DOWNS, 1957; ENELow; HINICH, 1984 *apud* ACHEN; BARTELS, 2016) forneceu um relato teórico elegante de como o raciocínio ideológico de cidadãos comuns poderia melhorar as perspectivas de controle democrático sobre as elites políticas. Infelizmente, dessa perspectiva, Converse (1964 *apud* ACHEN; BARTELS, 2016) descobriu que “a grande maioria dos americanos” é “completamente inocente da ideologia” (KINDER, 1983, p. 391 *apud* ACHEN; BARTELS, 2016) e que a descoberta foi “amplamente sustentada” por estudos subsequentes (KINDER, 1983, p. 401 *apud* ACHEN; BARTELS, 2016). Os autores pesquisaram um corpo substancial de trabalhos acadêmicos, demonstrando que a maioria dos cidadãos democráticos não se interessa por política e é mal informada, além de não transmitir preferências políticas coerentes por meio do voto. Com isso, chega-se à conclusão de que

o ideal populista de democracia eleitoral, mesmo com toda a sua elegância e atratividade, é, em grande parte, irrelevante na prática, deixando os políticos eleitos livres para perseguirem suas próprias noções de bem público ou responderem às pressões de partidos e grupos de interesse.

No terceiro capítulo, a atenção da representação eleitoral é dada à “democracia direta” que têm sido uma resposta comum às falhas percebidas dos procedimentos democráticos existentes nos Estados Unidos e em outros lugares (um reflexo simplista da fé progressista de que “a cura para os males da democracia é mais democracia”). No entanto as pessoas estão ocupadas demais com suas próprias vidas para se ajustarem aos padrões que a teoria democrática convencional estabelece para elas. Também argumenta-se neste capítulo que a adoção de processos de iniciativa e referendo em muitos estados empoderou principalmente “milionários e grupos de interesse que usam sua riqueza para atingir seus próprios objetivos políticos” (BRODER, 2000, p. 1 *apud* ACHEN; BARTELS, 2016). E quando eles permitem que cidadãos comuns moldem políticas, os resultados podem ser claramente contraproducentes. Por exemplo, um estudo sobre o impacto da democracia direta nos serviços públicos descobriu que os eleitores de Illinois aproveitaram a oportunidade para reduzir os orçamentos dos distritos, degradando perigosamente a qualidade de sua proteção contra incêndios e possivelmente pagando mais em seguros ao aumentar a taxa do que economizavam em impostos (TESSIN, 2009 *apud* ACHEN; BARTELS, 2016).

É fato que a soberania popular é difícil de ser alcançada e, muitas vezes, é considerada uma bênção. Então qual é o sentido de haver eleições? Uma ideia que ganhou valor entre os estudiosos nas últimas cinco décadas foi a de que os eleitores podem controlar os políticos eleitos avaliando-os no cargo e votando para reelegê-los ou substituí-los de acordo com o seu desempenho. O capítulo 4 descreve essa lógica do voto retrospectivo e suas implicações para a democracia e a teoria democrática.

Seguindo essa linha, o quinto capítulo foca em quão bem os cidadãos são capazes de avaliar a responsabilidade por mudanças em seu próprio bem-estar. Considerando que existem muitas esferas da política, da economia e da sociedade nas quais a responsabilidade dos líderes por bons ou maus resultados está longe de ser clara, foram considerados casos em que os líderes claramente não são responsáveis por bons ou maus resultados (como secas, inundações e ataques de tubarões). Conclui-se que os eleitores punem os políticos em exercício por mudanças em seu bem-estar que são claramente provenientes de fenômenos da natureza (sem influência dos políticos eleitos). Isso sugere que sua inclinação de fazer julgamentos sensatos a respeito de crédito e culpa é altamente subjetiva. Nesse caso, a retrospectiva será cega, e a responsabilidade política será grandemente atenuada.

Os eleitores não avaliam muito bem a responsabilidade por mudanças em seu próprio bem-estar, tampouco reconhecem essas mudanças de forma efetiva.

Dessa forma, o capítulo 6 busca analisar, de forma detalhada, o exemplo mais proeminente e politicamente significativo de responsabilidade retrospectiva: a votação econômica amplamente difundida nas eleições presidenciais norte-americanas. O capítulo em tela possibilita descobrir que os eleitores realmente recompensam ou punem os titulares pelo crescimento da renda real. Contudo os eleitores podem ser considerados míopes por concentrarem-se, quase que inteiramente, no crescimento da renda nos meses imediatamente anteriores às eleições, desconsiderando o desempenho econômico ao longo do mandato completo.

Esse capítulo defende a ideia de que, se a economia estiver bem nas semanas finais de uma campanha eleitoral, quando a música parar, é provável que o atual candidato seja reeleito. O termo “quando a música parar” faz alusão à popular brincadeira conhecida no Brasil, como a dança das cadeiras. Desse modo, os argumentos do capítulo relatam que a marca da racionalidade dos eleitores democráticos é a existência da forte tendência de recompensar os líderes por bons tempos econômicos e puni-los por maus momentos. Aliás, os autores argumentam, por meio de vasta literatura, que os eleitores podem ser enganados por políticos irresponsáveis que estimulam a economia na época das eleições, deixando o prejuízo à mostra após a contabilização dos votos. Para tanto, foram realizadas algumas pesquisas nos Estados Unidos com o intuito de responder: “quanto tempo dura o período de carência econômica de um novo presidente?” Apesar da boa intenção, do ponto de vista técnico-estatístico, não se aplica a técnica de análise de regressão linear para dados tão pobres ( $n = 16$ ), logo, qualquer conclusão a respeito não se compreende ser segura por esse método. Em seguida, os autores realizaram outra pesquisa para responderem: “os eleitores míopes podem selecionar competentes líderes econômicos?”. E mais uma vez uma inadequada utilização da análise de regressão linear foi realizada, cujos resultados dos coeficientes de determinação ( $r^2$ ) foram negativos para todas as análises, o que fere absurdamente a matemática (estatística). Sem entrarmos em detalhes sobre todas as questões que envolvem os métodos estatísticos, nada mais será relatado sobre esse aspecto; apenas fica o lamento. Apesar da infelicidade acima, os autores fazem importantes conclusões em suas pesquisas: 1) os eleitores votam de acordo com o que estão sentindo no período curto ao processo eleitoral, ao invés de analisarem todo o processo de gestão do candidato; 2) a miopia dos eleitores econômicos faz retrospectivos julgamentos frequentemente arbitrários; 3) talvez em tempos de crise nacional, os eleitores possam surgir para a ocasião, lançando um voto ideologicamente sofisticado que muda dramaticamente o sistema político, inaugurando um novo partido majoritário com uma data para mudanças drásticas nas políticas (“talvez” qualquer semelhança seja pura coincidência?).

O sétimo capítulo concentra-se no comportamento eleitoral durante a maior crise econômica da história americana, a Grande Depressão de 1930. Os autores revelam que os eleitores nos anos 30 se comportaram da mesma maneira que

em outros momentos, punindo seus políticos nas urnas quando as condições econômicas pioravam e recompensando-os quando as condições econômicas melhoravam. Consideravam curto espaço de tempo entre o fato e a eleição, além de demonstrarem pouca consideração por ideologia ou política. Os autores concluem que a principal implicação da votação retrospectiva é que os resultados das eleições são apenas reflexos erráticos do atual saldo de lealdades partidárias em um determinado sistema político; e que as eleições são decisões coletivas caprichosas, baseadas em considerações que, do ponto de vista da teoria popular, devem ser amplamente irrelevantes e, ainda, que em qualquer caso serão esquecidas pelos próprios eleitores em um curto espaço de tempo. Portanto o modelo retrospectivo da democracia simplesmente não terá o peso normativo que seus proponentes idealizam.

Na parte final do livro, aponta-se para outra maneira de pensar sobre a democracia. O capítulo 8 apresenta um terceiro modelo de democracia, “a teoria de grupos da democracia”, que retrata os cidadãos como membros de grupos sociais, com identidades sociais e vínculos de grupo, configurando-se crucial em suas lealdades e comportamentos políticos. Esse modelo fornece uma base mais segura para a teoria democrática do que o populismo ou a votação retrospectiva. E, assim, discorrem sobre o ponto alto das teorias dos grupos, sua influência e seu declínio, bem como sobre o pluralismo, uma ramificação da teoria dos grupos que passou a predominar entre os destacados cientistas políticos americanos. Os autores relatam também sobre o engajamento dos afro-americanos, em 1960, nas manifestações pacíficas generalizadas nas lutas pelos seus direitos; e a violenta resistência pelas forças policiais e de vigilantes brancos. Nos anos 60 ocorreram ainda vários assassinatos a políticos e o partido democrata tornou-se entre uma velha guarda dedicada ao anticomunismo. O pluralismo, a teoria dos grupos e a psicologia entram em declínio, gerando uma “virada cognitiva”. A ciência política tornou-se muito importante, cada vez mais macrossocial. Os autores destacam que, em 1980, cristãos evangélicos e outros conservadores religiosos começaram importante papel eleitoral na política norte-americana, relembrou os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001, consequência do fanatismo religioso, que também fez do nacionalismo americano uma força potente nas eleições. Ressaltam também o aumento de latinos e asiáticos na população americana direcionando atenção acadêmica adicional à política da diversidade racial e étnica. O conceito de identidade foi amplamente adotado na ciência política.

Evidências em apoio a este terceiro modelo são apresentadas no capítulo 9, a partir de três exemplos significativos de mudança partidária. Inicialmente foi demonstrado o poderoso papel das identidades religiosas na formação das respostas à candidatura presidencial de John Kennedy, em 1960. Em seguida, trata-se do realinhamento partidário do Sul no último meio século. O fim do “Sul sólido” é considerado pelos autores como uma questão de identidade social, à medida que sulistas brancos cada vez mais sentiam que o Partido

Democrata não pertencia mais a pessoas como eles. Por fim, examinou-se a evolução e o impacto das opiniões dos cidadãos em relação ao aborto. À medida que os partidos democrata e republicano se posicionavam opostamente sobre o assunto nas décadas de 1980 e 1990, identidades partidárias muitas vezes entraram em conflito com identidades de gênero. Os autores demonstraram que esse conflito foi resolvido de maneiras diferentes para homens e mulheres. Um número substancial de mulheres defendeu a mudança de opinião do partido sobre o aborto, refletindo o profundo significado da questão para as mulheres. Os homens, por sua vez, mudavam sua visão sobre o aborto para se comportar como seu partido. Nos dois casos, a identidade era politicamente poderosa de uma maneira que a teoria popular da democracia obscurece ou ignora.

No décimo e último capítulo de “Democracy for Realists”, é apresentada a ideia de que as percepções dos cidadãos quanto às políticas partidárias e suas próprias visões políticas são moldadas de forma significativa pelas preferências dos partidos. Até nas questões factuais e com respostas claras e certas, os cidadãos, às vezes, estão dispostos a acreditar no contrário, para, com isso, sentirem-se melhor sobre o partidarismo e as escolhas de voto. Esse fenômeno foi examinado a partir de crenças sobre um fato político significativo: o tamanho do déficit orçamentário federal. Este havia diminuído mais de 50% durante o primeiro mandato de Bill Clinton como presidente; no entanto a maioria dos republicanos em uma pesquisa de 1996 conseguiu se convencer de que havia aumentado. Até mesmo democratas e independentes tinham pouca informação real, mas para os republicanos a falta de informação era agravada pelo desejo partidário de ver uma administração democrata de maneira negativa. O fato é que republicanos melhor informados tinham crenças menos precisas que os menos informados. Os democratas se comportaram da mesma maneira em outras questões. Os autores concluem, então, que lealdades de grupos e partidários são fundamentais na política democrática, e não preferências ou ideologias políticas. Dessa forma, apontam para a necessidade de construção de uma teoria realista da democracia, não baseada no Iluminismo francês, no liberalismo britânico ou no progressivismo americano, com sua devoção à racionalidade humana e ao individualismo monádico, mas nos *insights* dos críticos dessas tradições, que reconheceram que a vida humana é vida de grupo.

Em linhas gerais, o foco dos autores do livro é principalmente a análise empírica. No entanto reconhecem uma obrigação, intelectual e até mesmo cívica, de considerar as implicações de suas análises para a prática democrática. Questionam-se: quais são os custos tangíveis de tentar viver de acordo com uma teoria irrealista da democracia? E o que uma teoria da democracia mais realista implicaria sobre a estruturação apropriada de processos e instituições políticas? O capítulo 11 traça as implicações dessa análise para a questão do que significaria ter “mais” democracia.

Por sua vez, o livro “Presidencialismo de Coalizão em Movimento”, organizado por Perlin e Santos (2019), traz o propósito de analisar as recentes mudanças

no sistema político brasileiro sob a ótica de diversos autores que investigaram a arena política da Câmara dos Deputados. Assim sendo, a obra relata a ação legislativa brasileira, mais precisamente o seu “*modus operandi*”. Por se tratar de uma coletânea de artigos, diversas perspectivas teórico-metodológicas são representadas. A obra divide-se em três partes ou dimensões estruturadas de conteúdo.

A primeira parte trata do presidencialismo de coalizão em si e recebe a mesma denominação do livro “O presidencialismo de coalizão em movimento”. Nessa seção são tratadas as seguintes temáticas: análise das relações entre Executivo e Legislativo no governo Dilma Rousseff; poder de barganha e desgaste na coalizão a partir de 2012; reações do Supremo Tribunal Federal aos mandados de segurança originários impetrados contra atos legislativos; mutações orçamentárias e comportamentos políticos na democracia brasileira; e as transformações no Legislativo e na representação de interesses organizados entre 1983 e 2016.

A segunda parte aborda a temática dos Partidos Políticos e recebe a denominação “Os partidos em movimento”, tratando de assuntos como: a fragmentação partidária no Brasil; a ideologia e comportamento na Câmara dos Deputados entre 2003 e 2015; a inexistência de impacto dos ciclos eleitorais sobre a disciplina parlamentar na Câmara dos Deputados; a relação entre as estratégias eleitorais e a organização das lideranças partidárias na Câmara dos Deputados; a atuação política das lideranças da Câmara dos Deputados no Facebook; e por fim, as mudanças institucionais e o financiamento político, assim como o papel dos partidos nas eleições de 2014.

A terceira parte e última parte, por sua vez, intitulada “O poder das comissões em movimento” trata de mudanças institucionais na Câmara dos Deputados, do plenário e das comissões; dos interesses organizados nas comissões parlamentares e as percepções de grupos de interesse e assessores parlamentares; e, por fim, trata da sub-representação feminina no sistema de comissões parlamentares apontando para a exclusão de mulheres do jogo político.

No decorrer dos capítulos, é possível observar que diversos autores exploram tendências, regências e iminências, buscando mostrar o que mudou e o que permaneceu nos diálogos e a tensão permanente entre os poderes e, principalmente, dentro das assembleias. É notório, em sua leitura, o embate entre o legislativo e o judiciário, os quais sempre apresentam enfrentamentos. Vale salientar que o legislativo é eletivo e constituído para propor a criação de leis que regulam o estado, enquanto o judiciário é o guardião da Constituição Federal, cabendo a este, promover a justiça, ou seja, garantir os direitos individuais. Mas, na prática, tudo gira em torno da política e dos interesses individuais ou de pequenos grupos; as redes políticas se consolidam com a coalizão entre os poderes.

O livro apresenta também o cotidiano das práticas políticas no Brasil que acabam passando pelo encadeamento da judicialização (ação de demandar

tudo para a justiça). Sabe-se que os poderes (executivo, legislativo e judiciário) devem ser independentes e não hierárquicos, mas, na prática, a última palavra é a do judiciário.

Analisando os dois livros (*Democracy for Realists* e *Presidencialismo de coalizão em movimento*), pode-se afirmar que o enredo do primeiro apresenta evidências sobre os idealistas democráticos de praticamente todas as escolas de pensamento, que conseguem permanecer inconscientes de fatos óbvios (contraproducentes à teoria), enquanto o segundo apresenta pesquisas empíricas que trazem à tona a ineficácia entre teoria e prática democrática também na arena política brasileira, muitas vezes proveniente da falta de interesse e cobrança dos próprios eleitores e do descaso dos que estão no poder.

O livro “*Democracy for Realists*” expõe a visão das pessoas comuns, ou seja, dos eleitores, indicando que esses indivíduos, em sua maioria, não estão preocupados com a coletividade política, mas pensam apenas no próprio bem-estar, pois são instigados pelo sentimento da “natureza dos tempos”, especialmente o estado atual da economia, e pelas lealdades políticas. Pode-se citar, como um exemplo, os já citados conceitos de responsabilização e votação retrospectivas, em que o eleitor avalia seu próprio bem-estar subjetivo, e, baseado nessa percepção, recompensa ou pune o atual governante (ou seu partido), por meio do voto.

Ao confrontarmos o conceito de democracia e de como ela deveria funcionar com a realidade dos fatos, vemos o quão é diferente na prática, tanto pela exposição dos fatos no livro “*Democracy for Realists*”, quanto na obra “*Presidencialismo de coalizão em movimento*”, que apresenta a política tal como ocorre nos bastidores: institucionalizada através de interesses de grupos econômicos.

A obra “*Presidencialismo de coalizão em movimento*” também demonstra que o eleitor preocupa-se mais com o seu bem-estar, ou seja, com o que vai receber pelo seu ato cívico. Também discute, entre outros temas, o poder de barganha do Poder Executivo brasileiro, que passou a contar com menos vantagens, principalmente referente à edição de medidas provisórias pelo presidente da república. Isso se deve ao crescimento do protagonismo do parlamento, ou seja, os grupos partidários são fortalecidos no legislativo com as atribuições de escolhas de pautas e vetos sobre as temáticas propostas pelo executivo. Observa-se que, com o poder e a identidade dos grupos, as comissões passaram a participar com mais frequência das deliberações sobre as medidas provisórias, ofuscando o protagonismo do executivo.

Outro fato importante é a transformação do veto presidencial, considerando que é possível o parlamento apreciar e derrubar os vetos do presidente. Isso ocorre porque os parlamentares têm uma grande representação popular, devido à sua quantidade de fragmentos partidários, filiados e apreciadores munidos pela democracia eleitoral, bem como estão mais próximos do povo pelos redutos eleitorais singulares, ficando mais consolidados para os embates presidenciais.

A grande fragmentação partidária no Brasil é causada pela baixa estruturação do seu sistema partidário e, principalmente, pelo sistema eleitoral adotado no país, o de representação proporcional. Tal fragmentação abala até mesmo a ideia básica do Presidencialismo de coalizão, pois os maiores partidos deixam de ser “grandes”, a Câmara passa a ser composta por um grande número de partidos de porte médio, e há uma maior dificuldade na criação de uma coalizão, por parte da base governista, que lhe dê o maior número de cadeiras no Legislativo.

No campo orçamentário, há outro imbróglio entre o executivo e o legislativo, pois, com as emendas impositivas para os parlamentares, foi reduzido o poder de troca entre os parlamentares e o executivo. Quando se analisa a democracia, que é a participação do povo na política, encontram-se questões subjetivas e ocultas, como a cultura do voto, que reflete na escolha da representatividade política, ou o voto de gratidão, que acompanha a história, em que, cada vez mais, escolhas ideológicas são elencadas como predileções. Contudo o protagonismo do indivíduo e do grupo que o representa é que muitas vezes determina o sucesso ou o fracasso do pleito eleitoral. Por fim, a democracia é subjetiva, pois atende a interesses de grupos, e o presidencialismo, que também é uma escolha popular, com características próprias inerentes a interesses de grandes grupos econômicos, tem cada vez mais limites no poder governamental.

Em se tratando de convergências entre os dois livros, constata-se o protagonismo dos políticos que, ao longo dos anos, realizam quase que a mesma prática de convencimento dos eleitores e alcançam seus pleitos por anos sucessivos. No que tange ao comportamento do eleitor, também há um entendimento comum entre as duas correntes literárias.

Nesses termos, notamos pensamentos antagônicos em alguns pontos, por exemplo, quando falamos em prática política. No livro “Democracy for Realists”, há um idealismo muito latente, enquanto, no outro, esse exercício dos congressistas se torna diferente, isto é, oposto ao que apresenta a doutrina. No livro Presidencialismo de coalizão, ainda há uma apresentação mais fidedigna dos bastidores da política brasileira em relação à realidade da sociedade.



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
EM CIÊNCIA POLÍTICA  
PPGCP/UFPI

## DOSSIÊ: MÍDIA, REDES SOCIAIS E DEMOCRACIA

### 1 Apresentação

Helga do Nascimento de Almeida  
Jennifer Azambuja de Moraes  
Raimundo Batista dos Santos Junior

### 2 Juventude e cultura política na era da pós-verdade: avaliando as percepções dos jovens porto-alegrenses sobre fake news e política

Marcello Baquero  
Ana Julia Bonzanini Bernardi

### 3 Mídia e confiança nas instituições democráticas: uma análise do Brasil de 2014 a 2018

Enio Cardoso

### 4 Cultura política, mídia e tolerância política no Brasil

Jennifer Azambuja de Moraes  
Matheus Müller

### 5 Falem bem ou falem mal: citações a partidos políticos no Twitter em datas-chave da política brasileira (2013-2018)

Otávio Z. Catelano  
Jade M. Becari  
Beatriz A. Mezzalira

### 6 A trincheira marxista: midiativismo e os sentidos mobilizados por sujeitos discursivos no Youtube

Andressa Basílio  
Tathiana Chicarino

### 7 Sobre o golpe: analisando o movimento Brasil Livre no Youtube

Fernanda Santos Santiago

### 8 Os movimentos sociais da atualidade e o papel do líder na construção dos movimentos em rede

Maria Laís Alves de Araújo

### 9 O impacto das mídias digitais como agentes de socialização dos estudantes de escolas públicas em Porto Alegre

Rodrigo Stumpf González  
Alexsander Dugno Chiodi

### 10 Dados abertos do governo federal: uma ferramenta do governo eletrônico brasileiro

Izabelle Carvalho Lima

### 11 Discursos e impeachment: a guerra psicológica entre 2013 e 2016

Leonardo Borges Ferreira

### Recensão (resenha)

12 ACHEN, C. H.; BARTELS, L. M. Democracy for realists: why elections do not produce responsive government. New Jersey: Princeton University Press, 2016.  
PERLIN, G.; SANTOS, M. L. (organizadores). Presidencialismo de coalizão em movimento. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2019.

Agleilson Souto Batista  
Leonardo Rodrigues Ferreira  
Maria Jaqueline da Silva Mandú  
Sandberg Marcel Santos  
Veridiana da Silva Santos

APOIO:

